

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE MUDANÇA SOCIAL E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

DIEGO CALDAS CHAVES

**Pedagogia da Luta Não-Violenta: As práticas e as concepções educativas do Sindicato dos  
Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (1954-1968)**

São Paulo

2023

DIEGO CALDAS CHAVES

**Pedagogia da Luta Não-Violenta: As práticas e as concepções educativas do Sindicato dos  
Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (1954-1968)**

Dissertação apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação de Mudança Social e Participação Política.

Versão corrigida contendo as alterações solicitadas pela comissão julgadora em 22 de fevereiro de 2024. A versão original encontra-se em acervo reservado na Biblioteca da EACH-USP e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP (BDTD), de acordo com a Resolução CoPGr 6018, de 13 de outubro de 2011.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Junqueira Grandino

São Paulo

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola de Artes, Ciências e Humanidades,  
com os dados inseridos pelo(a) autor(a)  
Brenda Fontes Malheiros de Castro CRB 8-7012; Sandra Tokarevicz CRB 8-4936

Chaves, Diego Caldas

Pedagogia da Luta Não-Violenta: As práticas e as concepções educativas do Sindicato dos Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (1954-1968) / Diego Caldas Chaves; orientador, Patricia Junqueira Grandino. -- São Paulo, 2023.  
232 p.

Dissertacao (Mestrado em Ciencias) - Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política, Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2023.  
Versão corrigida

1. educação. 2. não-violência. 3. educação popular. 4. movimentos sociais e educação. 5. testemunho. I. Grandino, Patricia Junqueira, orient. II. Título.

Dissertação de autoria de Diego Caldas Chaves, sob o título “**Pedagogia da Luta Não-Violenta: As práticas e as concepções educativas do Sindicato dos Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (1954-1968)**”, apresentada à Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Ciências pelo Programa de Pós-graduação em Mudança Social e Participação Política, aprovada em 22 de fevereiro de 2.024 pela comissão julgadora constituída pelos doutores:

---

**Profa. Dra. Patrícia Junqueiro Grandino**

Instituição: EACH-USP

Presidente

---

**Prof. Dr. Euler Sandeville Junior**

Instituição: FAU-USP

---

**Prof. Dr. José Eduardo de Oliveira Santos**

Instituição:

*Dedico esse trabalho à Priscili, minha amada esposa, e ao pequeno Jonas, nosso filho!*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à Priscili, minha esposa, por toda a força e incentivo dado ao longo de toda a jornada.

Agradeço à minha orientadora Dr<sup>a</sup> Patrícia Junqueira Grandino, por ter acolhido e acreditado nessa pesquisa e pela paciência comigo todas as vezes que fiquei paralisado.

Agradeço aos amigos humanistas, companheiros de militância não-violenta, com quem compartilhei momentos que inspiraram a crença em um futuro de mais lucidez, diversidade e coerência.

Agradeço aos Queixadas de ontem e aos novos Queixadas pelos testemunhos potentes que assinalam um caminho possível rumo a um mundo mais solidário.

Agradeço, *in memoriam*, à José Soró pelo muito que me ensinou, principalmente sobre a Firmeza Permanente.

*“Não se trata absolutamente de oferecer modelos prontos de métodos e estratégias, mas de verificar que nesta luta há possibilidades de ação por descobrir e por desenvolver. Se, das experiências até agora feitas se poderiam colher determinadas formas básicas de ação não-violenta, não restará nenhuma dúvida de que devem ser aplicadas formas sempre novas de ação não-violenta nos diversos tipos de problemas.”*

*(Hildegard Goss-Mayr)*

## RESUMO

CHAVES, Diego Caldas. **Pedagogia da Luta Não-Violenta**: As práticas e as concepções educativas do Sindicato dos Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (1954-1968). 2023. 232 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

A pesquisa investiga as concepções e práticas educativas dos Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (FNT) entre os anos de 1954 e 1968. Os Queixadas eram operários da Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus filiados ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo. Nos anos 1950, o advogado e militante católico Mário Carvalho de Jesus foi convidado para advogar pelo sindicato. Lá estabeleceu um trabalho de formação de quadros orientado pela Doutrina Social da Igreja e pelas perspectivas de transformação social do Padre Lebre. As atividades ordinárias do sindicato foram aproveitadas como uma oportunidade de conscientizar as pessoas sobre seus direitos. O trabalho de base rendeu frutos. Os sindicalistas ficaram conhecidos por sua união, recebendo o apelido de Queixadas, um porco do mato que se une ao bando para afugentar os predadores. Em 1960, foi fundada a FNT para difundir a metodologia Queixada a outras categorias sindicais. Em 1962, iniciaram uma greve não-violenta que durou sete anos. Nesse período o grupo radicalizou a proposta não-violenta e manteve a greve nos tribunais mesmo após o início da ditadura militar em 1964, até alcançarem a vitória em 1968. Foi utilizada a metodologia de pesquisa documental para reconstituir a trajetória do movimento, colocando em evidência elementos que contribuíram para a intencionalidade que animou as práticas educativas das lideranças. Foi realizada uma revisão bibliográfica para entender como a academia estudou a relação entre educação e movimentos sociais. A pesquisa documental prosseguiu com um mapeamento da intencionalidade educativa, das práticas educativas explícitas e implícitas em ações sindicais, sociais e políticas. Na análise foram destacados princípios como o respeito pelas etapas e a criatividade das lideranças para buscar saídas, bem como estratégias, tais quais a importação do testemunho religioso para o contexto do ativismo, a participação das famílias no movimento sindical e o ativismo jurídico. Verificou-se também como tais ações se relacionam com a educação popular e outras práticas educativas de caráter contra hegemônico.

Palavras-chaves: educação; não-violência; educação popular; movimentos sociais e educação; testemunho



## ABSTRACT

CHAVES, Diego Caldas. **Pedagogy of Nonviolent Struggle: Educational Practices and Conceptions of the Queixadas Union and the Frente Nacional do Trabalho (1954-1968).** 2023. 232 p. Dissertation (Master of Science) – School of Arts, Sciences and Humanities, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

The research investigates the educational conceptions and practices of the Queixadas and the National Labor Front (FNT) between the years 1954 and 1968. The Queixadas were workers at Cia. Brasileira de Cimento Portland Perus affiliated with the Cement, Lime and Gypsum Workers' São Paulo Union. In the 1950s, the lawyer and Catholic activist Mário Carvalho de Jesus was invited to advocate for the Union. There, he established cadre formation work guided by the Social Doctrine of the Church and Louis-Joseph Lebret's perspectives of social transformation. The union's ordinary activities were used as an opportunity to raise awareness among people about their rights. The grassroots work bore fruit. The union members became known for their unity, receiving the nickname Queixadas, a wild pig that joins the herd to scare away predators. In 1960, the FNT was founded to disseminate the Queixada methodology to other union categories. In 1962, they began a non-violent strike that lasted seven years. During this period, the group radicalized the non-violent proposal and maintained the strike in the courts even after the beginning of the military dictatorship in 1964, until they achieved victory in 1968. Documentary research methodology was used to reconstruct the movement's trajectory, highlighting elements that contributed to the intentionality that animated the educational practices of the leadership. A literature review was carried out to understand how academia studied the relationship between education and social movements. The documentary research continued with a mapping of educational intentionality, explicit and implicit educational practices in union, social and political actions. In the analysis, principles such as respect for the stages and creativity of leaders to seek solutions were highlighted, as well as strategies, such as the import of religious testimony into the context of activism, the participation of families in the union movement and legal activism. It was also verified how these actions relate to popular education and other educational practices of a counter-hegemonic nature.

Keywords: education; nonviolence; popular education; social movements and education; testimony

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ACB	Ação Católica Brasileira
AEL	Arquivo Edgard Leuenroth
AI-5	Ato Institucional nº5
AUC	Associação Universitária Católica
CDDH	Comissões de Defesa dos Direitos Humanos
CBCPP	Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CELAM	Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho
CIBRAPE	Companhia Brasileira de Produção e Empreendimentos
CIP	Conselho Interministerial de Preços
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COBRASMA	Companhia Brasileira de Materiais Ferroviários
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDHH	Direitos Humanos
DEOPS/SP	Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DRT	Delegacia Regional do Trabalho
DSI	Doutrina Social da Igreja
EFPP	Estrada de Ferro Perus-Pirapora
EH	Economia e Humanismo

EUA	Estados Unidos da América
FNT	Frente Nacional do Trabalho
ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
IFOR	International Fellowship Of Reconciliation
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MCJ	Mário Carvalho de Jesus
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e da Cultura
MIR	Movimento Internacional de Reconciliação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PDC	Partido Democrata Cristão
PRP	Partido Republicano Paulista
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SERPAJ	Servicio de Justicia y Paz
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TdL	Teologia da Libertação
TFP	Tradição, Família e Propriedade

UEE	União Estadual dos Estudantes
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
UNE	União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

	<b>APRESENTAÇÃO . . . . .</b>	<b>15</b>
0.1	RESUMO DOS CAPÍTULOS . . . . .	19
0.2	JUSTIFICATIVAS . . . . .	20
<b>1</b>	<b>UMA BREVE HISTÓRIA DA NÃO-VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO . .</b>	<b>25</b>
1.1	OS PRIMEIROS ANOS DE MÁRIO CARVALHO DE JESUS . . . . .	27
1.2	A MILITÂNCIA NO CATOLICISMO PROGRESSISTA . . . . .	28
1.3	O SINDICATO DE CIMENTO, CAL E GESSO . . . . .	35
1.4	OS PRIMEIROS ANOS DO TRABALHO EM PERUS: NASCEM OS QUEIXADAS	41
1.5	A GREVE DE 1962 . . . . .	47
1.6	A DESCOBERTA DA NÃO-VIOLÊNCIA NA GREVE DE 1962 . . . . .	50
1.7	1964: LIMITAÇÃO NAS OPORTUNIDADES DE RESISTÊNCIA . . . . .	59
1.8	UMA IGREJA RENOVADA . . . . .	62
1.9	A MILITÂNCIA NA DÉCADA DE 1970 E 1980 . . . . .	64
<b>2</b>	<b>COMO A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCI-</b>	
	<b>AIAS TEM SIDO ANALISADA? . . . . .</b>	<b>69</b>
2.1	EDUCAÇÃO: UM ESCLARECIMENTO SEMÂNTICO . . . . .	69
2.2	DESAFIOS DA PESQUISA . . . . .	69
2.3	A AUSÊNCIA DOS QUEIXADAS DA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO PO-	
	PULAR . . . . .	70
2.4	EDUCAÇÃO EMANCIPADORA X EDUCAÇÃO REPRODUTORA . . . . .	75
2.5	1970/1980: O AUGE DOS ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR . . .	76
2.6	1980/1990: A SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS . . . . .	85
2.7	SÉCULO XXI: UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL . . . . .	87
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA E DESAFIOS ANALÍTICOS . . . . .</b>	<b>91</b>
3.1	OBJETIVOS . . . . .	91
<b>3.1.1</b>	<b><i>Objetivo geral</i></b> . . . . .	<b>91</b>
<b>3.1.2</b>	<b><i>Objetivos específicos</i></b> . . . . .	<b>91</b>
3.2	PREÂMBULO: APRENDENDO A CONSTRUIR ANDAIMES . . . . .	92

3.3	O LEVANTAMENTO DE DADOS . . . . .	94
3.3.1	<b><i>Mapeamento das fontes de dados</i></b> . . . . .	95
3.3.1.1	<i>Sobre os Queixadas, a FNT e a luta não-violenta:</i> . . . . .	95
3.3.1.2	<i>Sobre educação, movimentos sociais e não-violência:</i> . . . . .	96
3.3.2	<b><i>A Coleta : Localização e Obtenção dos Materiais de Pesquisa</i></b> . . . . .	97
3.3.3	<b><i>Classificação do Material</i></b> . . . . .	98
3.3.3.1	<i>Material digitalizado</i> . . . . .	98
3.3.3.2	<i>Material Impresso</i> . . . . .	99
3.4	TRATAMENTO DOS DADOS . . . . .	99
3.4.1	<b><i>Os desafios</i></b> . . . . .	100
3.4.2	<b><i>Abordagens teóricas</i></b> . . . . .	100
3.4.2.1	<i>Como analisar os documentos?</i> . . . . .	102
3.4.2.2	<i>Como analisar o ativismo religioso e não-violento?</i> . . . . .	109
3.4.2.3	<i>A análise das práticas não-violentas</i> . . . . .	110
3.4.2.4	<i>A análise de relatos e testemunhos</i> . . . . .	112
3.4.2.5	<i>Como analisar as estratégias de ação?</i> . . . . .	116
3.4.2.6	<i>A análise da educação em movimentos sociais</i> . . . . .	122
4	<b>AS PRÁTICAS EDUCATIVAS</b> . . . . .	123
4.1	REDIMENSIONAMENTO DO ESCOPO . . . . .	123
4.2	FONTES SELECIONADAS . . . . .	125
4.2.1	<b><i>Bloco 1: Trajetória dos Queixadas</i></b> . . . . .	126
4.2.2	<b><i>Bloco 2: Educação de base e Educação Sindical</i></b> . . . . .	128
4.2.3	<b><i>Bloco 3: FNT</i></b> . . . . .	128
4.2.4	<b><i>Bloco 4: Estratégia não-violenta</i></b> . . . . .	129
4.3	IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS . . . . .	129
4.3.1	<b><i>Validação das categorias em diálogo com a literatura</i></b> . . . . .	130
4.3.2	<b><i>A complexidade da classificação</i></b> . . . . .	141
4.3.3	<b><i>Classificação pela vinculação das pessoas com o movimento</i></b> . . . . .	143
4.4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS . . . . .	146
4.4.1	<b><i>Primeiro Nível: Mobilização por interesses individuais</i></b> . . . . .	146
4.4.2	<b><i>Segundo nível : Mobilizações por interesses coletivos dos trabalhadores</i></b> . .	151
4.4.2.1	<i>Da Participação à conscientização</i> . . . . .	152

4.4.2.2	<i>As práticas</i> . . . . .	157
4.4.2.3	<i>A Primeira Ação Coletiva Exitosa</i> . . . . .	160
4.4.2.4	<i>O binômio preparação / criatividade</i> . . . . .	163
4.4.2.5	<i>A greve de 1958</i> . . . . .	166
4.4.2.6	<i>A Ação Como Testemunho</i> . . . . .	168
4.4.2.7	<i>As ações no pós-1964</i> . . . . .	184
4.4.3	<b><i>Terceiro Nível : Mobilizações em solidariedade a interesses de outros coletivos</i></b>	189
4.5	SÍNTESE . . . . .	195
<b>5</b>	<b>A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO POPULAR</b> . . . . .	204
5.1	O SINDICATO DOS QUEIXADAS E A FNT FIZERAM EDUCAÇÃO POPULAR?	204
5.2	AS ORIGENS . . . . .	206
5.3	SEMELHANÇAS . . . . .	209
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> . . . . .	215
	<b>Referências</b> . . . . .	224

## APRESENTAÇÃO

Há um bom tempo venho estudando, praticando e refletindo sobre três assuntos, que para mim fazem muito sentido: educação, humanismo e não-violência. Participei de muitos projetos sociais, que de uma maneira ou outra tinham relação com essas temáticas e nessas andanças aprendi muita coisa.

Quando comecei a participar de projetos comunitários promovidos pelo Movimento Humanista, havia de minha parte o olhar um tanto ingênuo de um jovem que, após ler meia dúzia de livros, acreditava que mudar a sociedade era algo simples. Dependia apenas de traçar um objetivo e trabalhar por ele. Mobilizar pessoas era um pouco difícil, mas ainda assim algo factível, campanhas como “a violência tem remédio se você faz parte da fórmula” me ajudaram a chegar a dezenas de jovens das periferias onde eu morava e atuava. Minha grande dificuldade sempre foi aquilo que no Movimento chamávamos de regeneração e permanência. Depois de alguns meses a atividade começava a se desarmar, as pessoas mais engajadas que estavam ao meu redor perdiam o interesse, eu ficava sozinho e interrompia as ações, precisando começar o trabalho outra vez do zero.

Lá para 2005, eu estava muito reflexivo acerca das minhas dificuldades para sustentar uma ação no tempo. Assisti à peça “Os Queixadinhos”, do Teatro União e Olho Vivo, por aquela época. Era uma versão resumida da história da greve dos Queixadas, uma ação sindical não-violenta que se desenrolou entre os anos de 1962 e 1969, envolvendo centenas de trabalhadores de uma fábrica de cimento no bairro de Perus em São Paulo. O fato de a greve ter durado sete anos me causou uma certa incredulidade. Como era possível algo assim? Aos poucos, conforme eu me inteirava sobre o ocorrido, tal questionamento foi substituído por outro: O que eu podia aprender com eles?

Na militância humanista eu já havia participado de atividades não-violentas em outros contextos, geralmente protestos de rua, campanhas públicas pela conscientização acerca dos diversos tipos de violência, entre outros. Ainda assim, estava ciente da dificuldade de que um grupo, ainda que pequeno, conseguisse sustentar uma postura não-violenta, pois seriam necessários muito treino e muito apoio para se manter centrado no objetivo, sem perder a cabeça por conta de provocações ou surpresas desagradáveis que ocorressem no decorrer da ação.

Enfatizo que os Queixadas eram CENTENAS de trabalhadores e, além disso, eram homens que lidavam com extração de minérios, um serviço no qual muitas dificuldades eram



resolvidas na base da dinamite e da força bruta. Ainda assim, houve um trabalho de preparação tão eficiente que aqueles homens, apesar das provocações e dos reveses, não só se mantiveram firmes, como foram inventando outras maneiras de agir quando tudo deu errado.

Naquele momento eu ainda não tinha entrado no curso de pedagogia. Tampouco tinha uma leitura tão aprofundada acerca da dimensão educativa dos movimentos sociais, como a que eu tenho agora na pós-graduação. Minha base sobre o assunto se resumia à leitura de alguns livros teóricos e, por sorte, entre estas leituras estava a obra de Paulo Freire. Essas leituras me ajudaram a entender que um movimento social que trabalha para gerar consciência está realizando uma ação educativa.

No Movimento Humanista havia uma metodologia na qual os participantes mais engajados estimulavam e ajudavam os ingressantes a organizarem projetos que tivessem algum impacto em sua própria realidade. Com isso, durante meus anos de militância, estive envolvido com uma grande diversidade de ações em vários lugares da Região Metropolitana de São Paulo: Fanzines; jornais; revistas; oficinas sobre os mais variados temas; cursinhos pré-universitários; atividades de autofinanciamento; redes de educadores; abaixo-assinados; bibliotecas e videotecas comunitárias; grêmios escolares; fóruns nacionais e internacionais, entre tantas outras. Tais iniciativas tinham uma dupla finalidade, a primeira era “mudar o mundo enquanto mudava a mim mesmo” e a segunda era capacitar os novos participantes para que eles aprendessem a organizar suas próprias ações, a tal da regeneração que eu havia citado anteriormente.

Não é por saber ler que alguém está apto a ser um alfabetizador, para alfabetizar é preciso desenvolver uma sensibilidade que lhe permita observar as dificuldades e necessidades daquele que está aprendendo a ler. Da mesma maneira, não é pelo fato de organizar projetos sociais que alguém está automaticamente preparado para formar novos organizadores, esta capacidade de formar a outros necessita ser desenvolvida.

E nesse processo eu me via às voltas com o aforismo freireano de que o educador aprende enquanto ensina e o educando ensina enquanto aprende. Não estou dizendo com isso que para aprender a educar basta começar a educar alguém, isso seria desconsiderar a importância da formação teórica ou do diálogo com pessoas mais experientes que já trilharam aqueles passos. Porém, não podemos perder de vista que antes de se constituir como ciência, a pedagogia era uma arte, isto é, uma técnica. Vou criar uma metáfora aqui para tentar traduzir o que quero dizer. Imaginem que o conhecimento teórico e as experiências daqueles que nos antecederam são como caixas transparentes repletas de ferramentas, tesouros e outros objetos, mas que estejam trancadas. Tentar aprender alguma técnica através de livros sem ter a experiência é como olhar uma caixa

por fora. Pelo fato de a caixa ser transparente podemos enumerar e até mesmo descrever uma parte das coisas que ela encerra, porém, enquanto ela estiver fechada, não teremos como testar com mais atenção para assim poder verificar se há ali algo que nos seja útil. Para abri-la é necessário ter uma chave, e uma forma de obtê-la é por meio da experiência. A dificuldade que se apresenta para aquele que tenta educar alguém é uma grande chave de leitura que nos dá acesso às possíveis ferramentas contidas nos textos teóricos ou nos testemunhos daqueles que vieram antes.

Se eu tivesse lido a história dos Queixadas em um momento anterior, provavelmente teria ficado impactado, mas logo esqueceria. Foram os meus fracassos enquanto orientador humanista que me tornaram capaz de olhar para os detalhes daquela história e perceber que eles continham uma série de saberes, que de alguma forma dialogavam com as minhas próprias dificuldades.

Tempos depois, quando cursei pedagogia, tomei a iniciativa de pesquisar mais profundamente sobre o assunto, guiado pela intuição de que aquela experiência da década de 1960 poderia fornecer pistas para outros agentes sociais de hoje.

A pesquisa, contudo, se complicou logo na partida. A metodologia que eu adotei falava para olhar o objeto em seu contexto, mas algo não encaixava, durante muito tempo achei que o problema estava em minha pergunta, no meu recorte ou no meu viés de observação, porém, cada vez que eu tentava reduzir o escopo, o objeto ficava mutilado.

A pesquisa só deslanchou quando aceitei que os contextos eram múltiplos e que era necessário acolher mais de uma dimensão para avançar. Assim sendo, desde então tenho usado duas “caixas” para compreender o objeto: o campo sindical e o catolicismo progressista.

É como nas aulas de botânica, há as plantas que têm uma grande raiz que desce pelo solo, a “raiz pivotante”. Quando é este o caso, cava-se um pouco para enxergar a raiz primária e suas principais ramificações laterais. Porém, plantas como o gengibre ou a bananeira tem uma anatomia diferente, suas raízes são rizomáticas, se espalham horizontalmente, se entrelaçam umas nas outras e onde o entrelaçamento é maior se formam bulbos.

Tentando traduzir os achados da pesquisa realizada na graduação nesta metáfora, pode-se dizer que os Queixadas foram um bulbo que se desenvolveu a partir do encontro do movimento “Economia e Humanismo” do Padre Lebrete e do caráter combativo e solidário das relações sociais existentes nos bairros operários ligados à “Cia Perus de Cimento Portland”.

No fim da década de 1950, depois de ganharem certa notoriedade, os Queixadas foram procurados por outros sindicatos e tais contribuições foram se tornando tão frequentes que, para atendê-los, fundaram uma frente parassindical chamada “Frente Nacional do Trabalho” (FNT).

Anos depois, em 1962, os Queixadas começaram a receber colaborações de uma rede internacional de movimentos religiosos que estavam difundindo a não-violência na América Latina, o “Movimento Internacional de Reconciliação” (MIR ou IFOR em sua sigla em inglês). Em paralelo a isso, no Concílio Vaticano II, o próprio catolicismo pendeu para a direção que os Queixadas estavam seguindo.

Em meados da década de 1960, porém, o solo se tornou um tanto pedregoso e ácido. No contexto da Guerra Fria diversas ditaduras foram implantadas na América Latina e qualquer um que realizasse um trabalho social era considerado subversivo. A resposta dada pelos Queixadas foi abraçar de vez a proposta não-violenta. Com isso, entre 1967 e 1968, um pouco antes do AI-5 ser decretado, a FNT era o único movimento sindical em crescimento em São Paulo e os Queixadas conseguiram vencer a greve na justiça, obtendo uma decisão para retornarem ao trabalho e receberem pelos anos parados.

Em paralelo, no grande bulbo católico, se desenvolvia a Teologia da Libertação (TdL). A ruptura democrática em 1964 e o AI-5, em fins de 1968, fizeram “secar” uma boa parte dos “bulbos” do campo democrático e emancipatório. Os Queixadas e a FNT conseguiram sobreviver a duras penas e houve uma radicalização da proposta não-violenta, que posteriormente, a partir de 1972, foi batizada como “Firmeza Permanente”.

Em 1972, houve uma nova ramificação dos bulbos. A FNT se reestruturou para conseguir sobreviver e, na impossibilidade de organizar as comissões de fábrica, iniciou a elaboração de materiais para formação sindical que foram um dos poucos que circularam no período e ajudaram a nutrir a militância que, nos últimos anos da década de 1970, iniciaria o renascimento sindical que ajudou na democratização do país.

Uma parte da militância, contudo, começou a colaborar com várias altas lideranças da Igreja Popular e junto com elas fundaram o Secretariado Nacional da Justiça e Não-Violência, que se tornou o representante do Servicio de Justicia y Paz (SERPAJ) no Brasil, uma rede latino-americana estruturada com ajuda do MIR. Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, estava em um encontro nacional do Secretariado quando começou a circular a notícia da morte do jornalista Wladimir Herzog. A conversa franca que teve com os militantes levou à elaboração de um projeto que seria a base das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), fundadas em anos posteriores. O Secretariado também se dedicou ao trabalho formativo, porém mais ligado às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e foi convergindo na direção da TdL.

Os Queixadas, a FNT e o Secretariado, embora com diferenças entre si, eram desdobramentos de uma intencionalidade transformadora baseada nos princípios do catolicismo

progressista e estavam unidos por duas figuras chave: o advogado Mário Carvalho de Jesus e o líder sindical João Breno Pinto, trabalhador da indústria do cimento.

Apesar do saldo positivo alcançado e que permitiu articular e compreender como se deu a história narrada brevemente acima, a pesquisa não foi suficiente para explorar todo o material que me chegou às mãos. Portanto, agora no mestrado, retomo do ponto em que parei na graduação. Naquele primeiro momento estudei a trajetória do grupo buscando entender como eles descobriram a não-violência. No mestrado tenho me debruçado sobre as práticas educativas desses três grupos destacados.

## 0.1 RESUMO DOS CAPÍTULOS

No primeiro capítulo, “Uma breve história da não-violência em São Paulo”, a trajetória do movimento segue contemplando o período que vai até os anos 1980. O intuito é fornecer um contexto para a melhor compreensão das práticas e das intencionalidade dos Queixadas e da FNT. Para ajudar nessa tarefa foram agregados eventos da década de 1940, para rastrear a origem de algumas práticas e valores que nortearam o trabalho sindical realizado posteriormente, bem como um resumo do que foi realizado nas décadas de 1970 e 1980, por entender que algumas intencionalidades ficarão mais evidentes quando observados os desdobramentos posteriores.

O segundo capítulo, “Como a relação entre educação e movimentos sociais tem sido analisada?”, apresenta uma breve cronologia de como essa relação foi analisada por diferentes campos de estudo. Devido às muitas abordagens possíveis foram privilegiadas aquelas que trouxeram algo de relevante para essa investigação. É realizada uma reflexão acerca da ausência dos Queixadas da historiografia da educação popular, apesar de suas muitas semelhanças e convergências.

O terceiro capítulo, “Desafios Metodológicos”, apresenta a metodologia utilizada, bem como discussões teóricas que embasaram as escolhas realizadas frente aos desafios analíticos. A hipótese trabalhada ao longo da pesquisa é a de que as ações políticas e sociais realizadas pelos Queixadas e pela FNT tinham uma dimensão e uma intencionalidade educativa. Esse é um fenômeno complexo e sua análise exigiu a mobilização de diversas disciplinas diferentes.

O quarto capítulo, “As práticas educativas”, é o cerne da pesquisa. Nele é relatado o processo de pesquisa, classificação e análise da dimensão e das práticas educativas dos Queixadas e da FNT. A análise permitiu compreender que os ativistas queriam conscientizar os trabalhadores

para que todos se unissem e, como coletivo, se tornassem protagonistas de uma mudança social. Nesse contato, pacientemente prepararam ações que, etapa por etapa, permitiram ampliar a consciência dos trabalhadores e das lideranças. Havia o intuito de levar essa conscientização para outras esferas da sociedade. Sempre que possível as ações eram acompanhadas de estratégias comunicativas voltadas para o grande público, seja para obter a simpatia da opinião pública em momentos de dificuldade, seja para dar o testemunho de que a transformação social era possível, colocando o movimento como um exemplo do que poderia ser alcançado. Não menos importante era a estratégia de transformar o entendimento jurídico para que a execução das leis fosse mais coerente aos princípios legais. Com isso em vista, foram promovidas campanhas com o endosso de juristas, realizadas denúncias e abertos processos judiciais com o intuito de ampliar a esfera de direitos por meio da conscientização dos operários, dos governantes e dos operadores do direito.

Por fim, no quinto capítulo, “A relação com a educação popular”, é aprofundada a discussão iniciada no capítulo dois sobre a ausência dos Queixadas e do FNT na historiografia da educação popular e realizada uma discussão sobre as origens comuns e as semelhanças entre a metodologia não-violenta dos Queixadas e a educação popular de matriz freireana.

## 0.2 JUSTIFICATIVAS

A principal justificativa para essa investigação, a meu ver, é abrir a caixa das experiências educativas dos Queixadas, para descobrir quais tesouros ela encerra, ou, pelo menos, desenterrá-la e torná-la pública e bem iluminada, para que outros educadores que também trabalham pela emancipação e pela transformação social possam se apropriar do que ela tem dentro.

A literatura que trata da relação entre movimentos sociais e educação é abrangente. Há, por exemplo, trabalhos que versam sobre as lutas pela democratização da educação formal<sup>1</sup>, sobre a educação em escolas rurais ligadas aos movimentos sociais do campo e sobre a alfabetização

---

<sup>1</sup> Os temas são diversos, sobre a democratização do ensino público Marília Sposito(2000) lista trabalhos de: Bomfim; Campos; Cunha Campos; Fuchs; Giovanetti e Costa; Sposito; e Vianna. Acerca das lutas por creches nas periferias das grandes cidades há autores como Maria da Glória Gohn em seu: “A força da periferia: a luta das mulheres por creches em São Paulo” e também a tese de doutorado de Cristina Filgueiras e a dissertação de mestrado de Reginas Célia Dias que trataram de Belo Horizonte. Há autores que escrevem sobre a educação escolar entre os sem-terra, dentre os quais destacam-se Edgar Jorge Kolling, Maria Cristina Vargas e Roseli Salete Caldart. Sobre a educação de adultos há pesquisadores de peso como Osmar Fávero e Moacir Gadotti.

de adultos. Porém, embora relevantes, um enfoque centrado na forma ou nos saberes escolares não dá conta de compreender o movimento social enquanto um princípio e um sujeito educativo.

Tudo tem a ver com quem faz a pesquisa e para quem ela se destina. Nós, pedagogos, pensamos muito em escolas, portanto, muitos de nós olhamos para cada experiência social atrás de pistas sobre como podemos ampliar a educação escolar, de modo que as pesquisas tendem a ficar “escolacentradas”.

Eu já tinha uma rica experiência com educação em movimentos sociais quando comecei a cursar a pedagogia, por isso, minha compreensão acerca do fenômeno educativo era um pouco diferente. Tanto as ações autoformativas dos movimentos sociais, quanto seus esforços para transformar a sociedade eram entendidos por mim como educativos. Me sentia contrariado, pois fui cursar pedagogia para tentar qualificar minha ação enquanto educador em movimentos sociais, porém esse era um assunto completamente ausente do currículo da graduação, que se restringia à escola e às crianças.

Por sorte, na graduação não fiquei restrito às disciplinas. A pesquisa me apresentou outras perspectivas. Tomei contato, por exemplo, com a produção de pesquisadores vinculados à Faculdade de Educação da UFMG que tinham uma compreensão mais abrangente do fenômeno educativo.

Meu orientador do TCC, um estudioso do movimento negro, me apresentou às pesquisas de Nilma Lino Gomes (2017), da Faculdade de Educação da UFMG. Pouco tempo depois, em 2017, ela lançou um livro derivado de seu pós-doutorado, “O Movimento Negro Educador”, colocando em perspectiva como a atuação do movimento negro fez avançar o entendimento sobre as pautas raciais tanto em suas bases quanto na sociedade em geral.

Seu orientador, Boaventura de Sousa Santos, ao prefaciar o livro, escreveu que as lutas dos movimentos emancipatórios levam ao nascimento de novos saberes que alimentam não só os ativistas, mas que contribuem para o enriquecimento cognitivo da sociedade em seu conjunto. Conforme um conhecimento nascido na luta vai se consolidando, ele transforma a própria percepção social a respeito do conflito, contribuindo para legitimar e favorecer as reivindicações dos movimentos (Santos, B. d. S., 2017).

Através dela conheci um outro pesquisador da mesma instituição, Miguel Arroyo (2003) que destaca duas formas que a academia olha para a relação entre educação e trabalho: a primeira delas, mais difundida, põe a ênfase na exclusão social gerada pelo mundo do trabalho, uma outra observa as mobilizações coletivas dos grupos excluídos, atentando para a humanização presente nas lutas democráticas por emancipação e na atuação dos movimentos sociais.

Pois bem, essa segunda linha de estudo identificou que os movimentos sociais de cunho emancipatório desempenharam um papel educativo vinculado à mudança social:

Os movimentos sociais têm sido educativos não tanto através da propagação de discursos e lições conscientizadoras, mas pelas formas como tem agregado e mobilizado em torno das lutas pela sobrevivência, pela terra ou pela inserção na cidade. Revelam à teoria e ao fazer pedagógicos a centralidade que tem as lutas pela humanização das condições de vida nos processos de formação (Arroyo, 2003, p.32).

Arroyo (2003) fala de teoria e fazer pedagógicos, pois a pedagogia é por si uma ciência que se dá no encontro da prática com a reflexão.

Seu saber é dialético, recorre às teorias para ter subsídios para resolver questões de ordem prática, porém a generalidade das teorias obriga o pedagogo a ser criativo ao adaptar tal saber para seu contexto específico, desta experiência emergem saberes empíricos, que por sua vez podem se servir de métodos científicos e filosóficos para serem generalizados Severino (2001).

Daí a relevância de resgatar e refletir sobre as características pedagógicas das mobilizações sociais emancipatórias. Para o pedagogo, a importância do movimento não se esgota no aprendizado que possa ter promovido, pois o próprio olhar para a experiência promove a expansão do saber teórico, que por sua vez pode levar a um ciclo virtuoso, subsidiando outros educadores sociais.

A relevância de não se desperdiçar boas experiências é bem explicada por Boaventura de Sousa Santos:

(...)a nova constelação de sentido não nasce do nada. Tem muito a lucrar se escavar o passado em busca de tradições intelectuais e políticas banidas ou marginalizadas, cuja autenticidade surge sob uma nova luz depois de se ‘desnaturalizar’ (Santos, B. d. S., 2011, p.186).

Anteriormente, durante a graduação, queria pesquisar a dimensão educativa das lutas não-violentas dos Queixadas. A pesquisa se iniciou como uma iniciação científica, mas não foi concluída. Em partes pelo fato da literatura acerca do movimento ser parca e dispersa. O meu orientador na época, Profº Drº Cléber Vieira, é historiador. Ele sugeriu que eu desse um passo atrás e investigasse a história do movimento. Esses esforços me deram duas pesquisas muito importantes que se tornaram capítulos do meu TCC: a revisão bibliográfica e uma descrição histórica da trajetória do movimento. E como eu não queria perder o vínculo com a pedagogia, fiz um outro capítulo no qual analisei como as lideranças aprenderam a não-violência, identificando fases que caracterizaram diferentes etapas desse aprendizado para o movimento. Na pedagogia

há o binômio “ensino - aprendizado” e nas considerações finais do TCC eu refleti que em complemento ao aprendizado da não-violência, uma sequência lógica seria estudar como eles ensinaram a não-violência.

Desde a elaboração do primeiro projeto de pesquisa até a conclusão da dissertação ocorreram várias mudanças.

Conforme as leituras sobre Educação Popular foram sendo aprofundadas, ficou evidente que “ensino” caracteriza apenas uma pequena parte das práticas educativas realizadas por grupos ativistas e não seria suficiente para contemplar a riqueza de experiências promovidas pelo Sindicato dos Queixadas e pela FNT.

Em uma estratégia de ensino, geralmente há um conteúdo a ser transmitido. Ao me orientar por essa lógica, estava adotando um viés de observação no qual a não-violência era considerada um tema a ser difundido.

No campo da Educação Popular são considerados outros tipos de práticas formativas que diferem do ensino, por não demandarem um conteúdo pré-estabelecido. Nesses casos, a formação/conscientização pode ocorrer através de novos saberes forjados na práxis.

Em todos os casos importa observar a intencionalidade educativa que direciona as práticas. Ao perceber isso, o interesse do estudo foi deslocado. A não-violência segue sendo um eixo para o trabalho, agora como um princípio estruturante da intencionalidade dos ativistas. A não-violência ativa se caracteriza por uma intenção de emancipar-se sem fazer mal ao outro. Essa intencionalidade impactou a forma como as práticas foram concebidas e executadas.

Ampliar o enfoque de práticas de ensino para práticas educativas teve um custo. Por conta disso, foi necessário reduzir o intervalo de tempo estudado.

Originalmente, a investigação abrangeria o movimento desde sua origem até o seu declínio na década de 1980. Um intervalo tão amplo se tornou um empecilho na fase de análise, quando foi necessário identificar, classificar e discutir a complexidade das práticas empregadas pelos atores investigados pela pesquisa. A condição para prosseguir foi reduzir o escopo, renunciando a análise das práticas educativas da década de 1970 e 1980, deixando para outra oportunidade a discussão do que foi realizado após o AI-5.

O TCC havia deixado visível que alguns dos problemas que os ativistas tentaram responder estão ainda em aberto, principalmente os que se referem ao trabalho de conscientização de grupos populares para uma participação política autônoma baseada nos valores democráticos. A não-violência é um valor democrático por excelência, pois demanda aprender a manter uma postura de alteridade, bem como saber dialogar com posições políticas completamente diversas



e, como é demonstrado aqui na dissertação, há na experiência dos Queixadas e da FNT uma variedade de proposições originais baseadas em aprendizados empíricos, constituídos no decorrer de uma longa trajetória cheia de percalços e de uma disposição para encontrar e criar soluções. Algumas das propostas foram o ativismo jurídico em conjunto com o ativismo sindical, as Comissões de Fábrica, a participação das famílias nas assembleias trabalhistas, a utilização do testemunho religioso no contexto das lutas sociais e a não-violência, posteriormente batizada de Firmeza Permanente.

Um problema, ao analisar casos singulares, é que a experiência dificilmente será transferível para outros contextos, portanto, mais do que olhar para os triunfos que a mobilização possa ter alcançado, é necessário entender com quais problemas eles se depararam e quais estratégias foram utilizadas, pois isso ajuda a expandir o próprio repertório <sup>2</sup> de movimentos sociais que se defrontam com problemas parecidos atualmente.

Quero aclarar que a questão aqui não é a atitude do velho humanismo da busca pelo cânone, como se um passado modelar injustiçado guardasse em si as respostas corretas que não estavam sendo percebidas por conta de uma miopia causada pelo paradigma moderno. Talvez minha metáfora da caixa possa ter deixado essa impressão, mas longe disso, ao invés de uma grande e suntuosa caixa única, escondida no alto de uma torre, a questão está justamente em considerar uma pluralidade de caminhos, inclusive aqueles que foram descartados por não se enquadrarem nas categorias canônicas. Quero, como diz o subtítulo do livro de Boaventura, evitar o desperdício da experiência. Dentro desta perspectiva, o trabalho dos Queixadas percorreu alguns caminhos muito criativos e diferenciados. Portanto, estudá-los, além de enriquecer o campo pedagógico e expandir o repertório dos movimentos sociais e sindicais, ainda permite expandir a historiografia acerca de como as pessoas se organizaram para resistir às injustiças e lutar por dignidade.

---

<sup>2</sup> Ao falar de repertório dos movimentos sociais estou resgatando a noção utilizada por Tilly (2010), um conjunto variável de formas de ação política. Uma explicação mais detalhada está presente no capítulo 3.4.2.5, página 116.

## 1 UMA BREVE HISTÓRIA DA NÃO-VIOLÊNCIA EM SÃO PAULO

O queixada<sup>1</sup> é uma espécie de porco do mato nativo das Américas que vive em grandes bandos (Keuroghlian ET AL., 2012) e é também o nome de um grupo de trabalhadores da Companhia Brasileira de Cimento Portland de Perus (CBCPP) que ao longo de três décadas desenvolveram práticas não-violentas de atuação sindical.

Segundo os relatos dos próprios operários, o batismo se deu em 1958, quando eles estavam unidos na decisão de continuar uma greve que havia sido iniciada há mais de 30 dias. O advogado e caçador Nelson Coutinho, ao ver aquela situação, percebeu uma semelhança com o animal queixada, pois ele:

É o único bicho que quando se sente em perigo, se une em grupo, em manada, bate o queixo – daí o nome queixada – enfrenta a onça ou o caçador; este tem de se esconder numa árvore porque corre o risco de ser esfaqueado (Jesus, 1977a, pp. 46-47).

Dizem ainda as histórias de caçador que, diante de uma ameaça, os outros porcos queixadas rodeiam o indivíduo vulnerável do bando para protegê-lo. Na greve em questão, uma das demandas era a recontração do operário Gino Rezaghi, demitido após declarar que não votaria em J. J. Abdalla, o dono da indústria, na eleição para deputado federal que se aproximava (Jesus, 1977a).

Os operários da Perus gostaram tanto da comparação que dali em diante passaram a se identificar como Queixadas, pois o animal sintetizava alguns dos principais valores do grupo: coragem, união e solidariedade.

Mesmo a fábrica estando situada em Perus e Cajamar, regiões rurais um tanto isoladas à época, em pouco tempo o apelido se tornou conhecido no cenário paulistano. E tal fama não era mera casualidade, pelo contrário, foi resultante de diversas estratégias para divulgar as mobilizações, causando interesse nos meios de comunicação e impactando o grande público.

Sem demora eles se tornaram uma referência para outros sindicatos da região, sendo requisitados a ajudar em suas mobilizações. A grande demanda levou à criação da Frente Nacional do Trabalho<sup>2</sup>(FNT), em 1960, como uma forma de difundir a estratégia sindical que

<sup>1</sup> Não é claro qual o gênero do substantivo queixada quando se refere ao animal. A palavra está dicionarizada como sendo do gênero feminino, porém na literatura há a utilização de ambos os gêneros. Optarei pelo gênero masculino, encontrado na fala dos sindicalistas.

<sup>2</sup> Nos anos 1980 houve uma reflexão que o termo “do Trabalho” estava ligado ao fascismo e o nome foi alterado para “Frente Nacional dos Trabalhadores”.

estava sendo utilizada em Perus. Anos depois, a FNT e o Sindicato dos Queixadas perceberam que sua estratégia era de natureza não-violenta. Em decorrência disso, fortaleceram sua opção pela luta não-violenta, elaborando uma proposta política e sindical muito singular.

Já na década de 1970, durante o período mais repressivo da ditadura militar, as lideranças Queixadas se articularam nacional e internacionalmente com outros grupos não-violentos. No Brasil, se vincularam a expoentes da Igreja Popular e fundaram o Secretariado Nacional de Justiça e Não-Violência. Ampliaram a atuação para a resistência contra as violações de direitos humanos que cresciam no país e consolidaram a sua proposta não-violenta no que chamaram de “Firmeza Permanente”. No continente latino-americano eles integraram a rede de organizações não-violentas Servicio de Paz y Justicia en América Latina (SERPAJ-AL) que, inclusive, foi laureada com o Prêmio Nobel da Paz de 1980 por meio da figura de seu secretário executivo, o argentino Adolfo Pérez Esquivel.

Neste capítulo será recontada a história de como os trabalhadores da indústria do cimento se tornaram os Queixadas e como suas práticas e experiências culminaram na Firmeza Permanente.

A perspectiva utilizada neste trabalho é de que os valores e princípios políticos são passíveis de aprendizado, portanto, a forma como a trajetória do grupo será contada põe em evidência elementos que foram relevantes para que o grupo se tornasse uma referência não-violenta, desenvolvendo atitudes e prática que de alguma forma sobrevivem até hoje no bairro de Perus, em São Paulo.

A greve de 1958, citada mais acima, foi resultado de um trabalho de formação sindical realizado pela diretoria do sindicato em conjunto com o advogado trabalhista Mário Carvalho de Jesus (MCJ), ou Doutor Mário, como era tratado pelos trabalhadores. Essa formação foi crucial no desenvolvimento de valores que na década de 1960 aproximaram o grupo da não-violência ativa.

Essa história em específico usou como fio condutor os relatos produzidos pelo Dr. Mário, agregando e aprofundando outros achados da pesquisa da graduação sobre como ocorreu o aprendizado da não-violência (Chaves, D. C., 2016).

Foi feita uma opção metodológica de ressaltar a trajetória de MCJ ao invés de adotar um tom objetivista. Isso se deve a uma compreensão de que estudos que abordam fenômenos complexos são influenciados pelo olhar do observador. Uma mesma história pode ser percebida de diferentes maneiras, a depender do referencial. Portanto, relatos produzidos pelo Dr. Mário irão refletir seus princípios e interesses, por mais fiéis que tenham sido aos acontecimentos.

Para entender melhor o contexto foi fundamental encaixar na trajetória do Dr. Mário outras peças do quebra-cabeças: a trajetória do sindicato, a DSI, as reviravoltas políticas na Igreja Católica, bem como as da sociedade brasileira.

Um grupo ou um indivíduo não vivem isolados, eles compartilham o território e o tempo histórico com outros sujeitos, estando submetidos aos grandes processos sociais que tocam a todos de alguma maneira, bem como a processos com um escopo mais localizado, que tangem apenas a um pequeno território ou a poucos sujeitos. E mesmo quando os estímulos externos têm grande semelhança, as estratégias de como responder são diversificadas e envolvem uma variedade de elementos, tais como as crenças, os repertórios conhecidos e a criatividade ao aproveitar oportunidades existentes. Logo, o aprendizado é resultante de uma situação complexa e multifatorial, e não há a pretensão aqui de apresentar uma versão definitiva de como os Queixadas e a FNT desenvolveram e disseminaram seus aprendizados. É “uma história” entre tantas outras possíveis.

### 1.1 OS PRIMEIROS ANOS DE MÁRIO CARVALHO DE JESUS

Mário Carvalho de Jesus nasceu em Araguari/MG, em 1919. Em 1932, sua família mudou-se para Campinas, onde ele cursou o ginásio e o secundário. Na época pensava ter vocação para o comércio, portanto no secundário fez um curso técnico comercial e trabalhou como corretor de venda de cereais, viajando pelos estados de São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Apesar do relativo sucesso, preferiu mudar de área, optando pela advocacia. Para ingressar na faculdade se matriculou no pré-jurídico, etapa complementar ao secundário necessária para quem fosse cursar direito. Entre os anos de 1941 e 1942, MCJ estudou em colégios da cidade de São Paulo e, em 1943, ingressou como estudante no Largo São Francisco. No mesmo ano foi convocado para a guerra, ficou alguns meses se preparando, porém não chegou a ser enviado para lutar na Europa. Ao invés disso, foi admitido no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR), no qual se formou em 1945 (Jesus, 1973).

No Largo São Francisco, o jovem Mário tomou contato com a militância do catolicismo progressista. Em outro documento, o rascunho de um depoimento escrito provavelmente entre 1985 e 1986, MCJ inicia seu relato dizendo: “Sinto que desde a juventude o Evangelho constituiu para mim uma motivação para lutar pela justiça” (Jesus, s.d., p.1).

A formação no CPOR e a opção pela carreira jurídica dão indícios de que a justiça era um valor importante para MCJ e que ele estava reorientando sua trajetória por este marco. E, nesta busca, ele conheceu o ativismo católico.

É importante frisar que a Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR) não é uma instituição monolítica, ao contrário, abarca uma pluralidade de posições que, a depender do recorte, se encontram em campos opostos.

Para o propósito deste trabalho, o recorte utilizado será sobre os discursos que reivindicam a presença da religião na esfera pública, também conhecidos como teologias políticas <sup>3</sup>.

## 1.2 A MILITÂNCIA NO CATOLICISMO PROGRESSISTA

No fim dos anos 1930, a escalada do autoritarismo no Brasil e em outros países do mundo propiciou uma reflexão acerca dos valores democráticos, que se tornou ainda mais acentuada com o início da Segunda Guerra Mundial. O catolicismo brasileiro não ficou alheio e teologias políticas menos tradicionalistas começaram a despontar. Quando o jovem Mário Carvalho de Jesus tomou contato com o ativismo da Ação Católica Brasileira (ACB), a organização era palco de um antagonismo entre visões teológicas muito diferentes.

Em 1943, Plínio Correia de Oliveira, um dos dirigentes da seção paulista da ACB – que anos depois se tornou mais notório por ter fundado a “Tradição, Família e Propriedade” (TFP) –, lançou o livro “Em defesa da Ação Católica” no qual promovia uma visão ortodoxa de catolicismo que se opunha à crescente influência progressista da visão teológica de Jacques Maritain na ACB, a quem julgava herético. Tal livro foi respaldado pela alta hierarquia católica, recebendo prefácio do núncio apostólico, Monsenhor Masella (Busetto, 2002).

Nesta mesma época, Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio, que já haviam se formado no Largo São Francisco, circulavam por sua antiga faculdade desempenhando um papel importante na organização da juventude católica. Em um livro sobre a história da Democracia Cristã no Brasil é dito que:

Durante a primeira metade dos anos 1940 Franco Montoro, ao lado de outros militantes católicos, esteve envolvido com a reorganização da Juventude Universitária Católica (JUC) em São Paulo. Tal processo ocorreu sob a iniciativa do então arcebispo local, Dom Carlos Carmelo Mota, que, desde 1943, tinha confiado a reorganização da equipe de

<sup>3</sup> Conforme a classificação de Boaventura de Sousa Santos (2014) apresentada no capítulo 3.4.2.2 na página 109.

milîtância universitária a três padres canadenses da Congregação da Santa Cruz, bastante experientes em Ação Católica Especializada e assessorados pelos dominicanos Frei Romeu Dale e Frei Rosário Joffily, ambos antigos membros da AUC e que retornavam da França onde haviam realizados seus estudos, e pelo Pe. Benedito Calazans (Busetto, 2002, p.55).

O jovem Mário estava alinhado com este último grupo. Ele participava de reuniões semanais da JUC à noite e aos domingos se reunia com frei Rosário, frei Romeu e Pe. Corbeille (Jesus, s.d.).

Pela tipologia das teologias políticas adotada, Plínio Correia de Oliveira pode ser classificado como um intelectual tradicionalista e fundamentalista, visto que considerava a escritura sagrada e a tradição como os únicos fundamentos de uma sociedade cristã. Isso o colocava em choque com a influência do filósofo Jacques Maritain e de seu “humanismo integral” que, segundo Busetto (2002), propunha uma nova identidade cristã conciliada com o mundo, aberta às mudanças e ao engajamento. Na proposta de Maritain a democracia e a liberdade deixavam de ser vistas como conflitantes com a fé cristã. Já nos 1930, antes da chegada do método “ver-julgar-agir” e das equipes especializadas, a filosofia do humanismo integral permitia que os jovens concilhassem sua fé com o mal-estar diante do Estado Novo.

Franco Montoro e outros tantos jovens que participavam da JUC na época em que MCJ ingressou na organização, estavam mobilizados por uma aspiração política questionadora e que, portanto, tinha um caráter bem mais progressista do que o grupo ligado à Plínio Correia de Oliveira.

No entanto, isso não significa que eram completamente progressistas, visto que respeitavam as tradições encarnadas nas hierarquias da Igreja. Portanto, um livro tradicionalista prefaciado pelo nuncio apostólico, o embaixador do papa no Brasil, era um limitante ao trabalho político do grupo, mas, em contraposição a isso, o apoio do arcebispo à reestruturação da JUC, colocando um grupo de padres mais progressistas para conduzir os trabalhos de reorganização, criou um espaço mais ou menos seguro para que as ideias vanguardistas do grupo fossem fermentadas.

O brasilianista Scott Mainwaring (2004), em seu livro “A Igreja Católica e Política no Brasil”, propõe que quatro fatores explicam as diferenças na atuação do catolicismo nos distintos países e podem ser utilizados para explicar a evolução singular da Igreja brasileira. São eles:

O primeiro, a natureza dos vínculos entre a Igreja nacional e o Vaticano varia, particularmente (embora não exclusivamente), devido às

diferentes orientações do núncio apostólico. Segundo, a própria situação eclesial varia de um país para outro; por exemplo, a orientação da Igreja é afetada por haver ou não uma falta de padres, por manter ou não o monopólio religioso e por outros fatores religiosos. Terceiro, variáveis como a existência de uma liderança eficaz e a natureza da estratégia das diferentes facções dentro da Igreja são importantes. Finalmente (...) as diferentes situações políticas também afetam a orientação da Igreja (Mainwaring, 2004, p. 266).

Durante os anos 1940, havia um núncio apostólico mais tradicionalista. Isso mudou nos anos 1950 com a chegada de um novo ocupante do cargo, o qual dinamizou uma grande transformação institucional na Igreja a partir daquela década. Apesar disso, algumas experiências já fervilhavam no país, principalmente por conta da falta de padres no Brasil, um problema de longa data. E se, anteriormente, a principal questão era a extensão do território, com a urbanização e a industrialização, faltaram párocos em novos bairros populares e periféricos. Desta forma, o catolicismo passou a disputar espaço com as religiões protestantes que cresciam, principalmente, por meio de missões evangelizadoras oriundas dos EUA. Além disso, havia uma militância de grupos anarquistas e socialistas que era vista com preocupação, por sua capacidade de seduzir os intelectuais e as organizações operárias que nasciam.

Por conta desses fatores havia uma preocupação da hierarquia católica em reevangelizar o continente. Algumas estratégias utilizadas foram o envio de padres de outros lugares do mundo e a promoção de formações em cursos de ciências sociais em universidades da Europa e dos EUA, tanto de leigos com potencial missionário, quanto de padres latino-americanos. Tal esforço foi preparado metodicamente tendo em vista dois pontos: seguir com cuidado a evolução cultural e social do continente e buscar a justiça social no país apresentando a Doutrina Social da Igreja como uma alternativa às ideologias libertárias ou comunistas (Angelo, 2010).

A ICAR se estrutura em arquidioceses e dioceses. As dioceses são unidades geográficas compostas por várias paróquias e governadas por bispos. Um grupo de dioceses de uma região forma uma província eclesial cujo governante é o arcebispo, responsável pela diocese mais importante, a arquidiocese. Nos anos 1940 não havia oficialmente nenhuma articulação nacional destas províncias, cada arcebispo respondia diretamente ao Vaticano, porém, algumas décadas antes, o arcebispo Dom Sebastião Leme, do Rio de Janeiro, havia se tornado uma espécie de liderança nacional informal à frente de um movimento de recristianização da sociedade brasileira, algo que ficou conhecido como neocristandade.

Mainwaring (2004) explica que havia nas primeiras décadas do século XX uma mudança de mentalidade na Igreja brasileira. Até então, a hierarquia entendia que a Igreja era separada

da vida mundana, até mesmo a missão social se limitava ao trabalho de caridade e medidas paliativas, a modernidade era vista como um mal que corroía os principais valores associados à religião. Porém, pouco a pouco surgiu uma visão de que a Igreja deveria conquistar o mundo, e, isso pressupunha uma superação do antagonismo entre fé e participação na sociedade secular. Era necessário ganhar católicos, competir com outras religiões e educar não apenas as crianças, mas os adultos também.

Devido à escassez de padres, houve uma valorização da participação dos leigos, com Dom Leme desempenhando um papel importante nesse processo ao mobilizar o laicato da classe média, principalmente por meio da atuação do Centro Dom Vital, estabelecido em 1922. Na década de 1930, as lideranças laicas seguiam uma orientação intimamente ligada à Direita Católica e a figuras com disposições autoritárias. Líderes católicos se aproximaram das elites governantes, negociando alguns privilégios em troca de apoio religioso. Há aqui uma diferença com outros países da América Latina, nos quais a separação entre a Igreja e o Estado se deu de maneira mais contenciosa, levando a um ressentimento da hierarquia local com a vida política.

O laicato era considerado o nível mais baixo dentro da estrutura hierárquica da Igreja, e, como tal, precisava ser obediente às lideranças. As organizações de leigos, muitas delas surgidas nos anos 1920 e 1930, tinham como propósito replicar as palavras da alta hierarquia em seus âmbitos de atuação. O Centro Dom Vital tinha o propósito de auxiliar nessa formação. Dom Sebastião Leme era eficiente em estabelecer relações com os altos círculos políticos no Rio de Janeiro e isso era realizado dentro de um plano de que a Igreja deveria colaborar com a elite governante no combate aos males do comunismo e do liberalismo, ao mesmo tempo que buscava catolicizar as instituições (Mainwaring, 2004).

No plano social, havia um idealismo de que a catolicização, ao moralizar a sociedade, levaria a grandes reformas. As causas estruturais da pobreza eram ignoradas, a caridade e o paternalismo para com as classes populares eram vistos como o desafogo para os problemas sociais. Resumia-se tudo a uma questão moral, despolitizando os problemas sociais. O comunismo era combatido como uma degeneração moral que gerava divisão. As greves, bem como outras expressões das indignações populares, sofriam oposição eclesiástica (Mainwaring, 2004).

Como dito anteriormente, quando MCJ tomou contato com a JUC, a instituição vivia um processo de transição. Em linhas gerais, se na década de 1930 havia uma certa unidade em torno de uma proposta conservadora, até mesmo autoritária, na década de 1940 duas tendências despontaram entre os intelectuais católicos. Uma reforçou a postura conservadora, adotando uma visão reacionária, dentre os quais, as lideranças mais notáveis foram Gustavo Corção e Plínio de



Correia de Oliveira. Outra tendência se inspirou nos teólogos franceses progressistas, Jacques Maritain e Emmanuel Mounier, passando a se guiar pela Doutrina Social da Igreja, na qual se destacaram as lideranças de Alceu Amoroso Lima e Helder Câmara (Mainwaring, 2004).

A Segunda Grande Guerra gerou uma reflexão crítica sobre o autoritarismo e a importância da democracia. Por sua vez, o trânsito internacional de padres e leigos favoreceu a chegada destas ideias ao Brasil. A morte de Dom Sebastião Leme, em 1942 e a chegada de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta na arquidiocese de São Paulo em 1944, contribuíram para a transição ocorrida ao longo da década de 1940. Embora não existisse na hierarquia uma posição progressista, havia uma tendência para a modernização que abriu as portas para o que viria nas décadas seguintes.

Uma das lideranças citadas por MCJ em sua biografia (Jesus, s.d.) foi o frei dominicano Romeu Dale. A ordem dominicana de São Paulo era vinculada à província dominicana de Toulouse. Dale foi estudar na França, onde tomou contato com as posições progressistas do movimento Economia e Humanismo (EH) que padre Lebreton estava formulando naquele período, havendo registros em cartas de que ele gostaria de levar as ideias da EH ao Brasil. Em 1942, quando retornou para São Paulo, Dale se tornou secretário da JUC (Angelo, 2010).

Sobre isso, Alfredo Bosi, que à época era um jovem militante católico, comenta que:

O fato de a Província Dominicana de São Paulo estar vinculada aos dominicanos franceses conta entre aquelas circunstâncias felizes que mudam o rumo de uma instituição. A França dos anos 1930 aos 1950 foi um viveiro de intelectuais cristãos que se posicionaram contra as tendências de direita que rondavam o clero europeu e latino-americano. Em face da ocupação nazista, esses intelectuais elaboraram um pensamento político não só antifascista (como é o caso do grupo da revista *Esprit* fundada por Emmanuel Mounier e da militância democrática de Jacques Maritain), mas abertamente anticapitalista e anti-imperialista, de que é exemplo Economia e Humanismo criado pelo Pe. Lebreton no começo dos anos 1940 (Bosi, A., 2012, p.250).

As ideias progressistas que chegavam da França foram difundidas e aprofundadas no Brasil durante a primeira metade dos anos 1940, trazendo uma reflexão sobre o papel do cristão no combate a qualquer ordem monolítica, fosse ela comunista ou capitalista (Busetto, 2002).

Em 1946, frei Romeu Dale iniciou as tratativas para trazer o padre Lebreton ao Brasil. Em abril de 1947, o intelectual francês desembarcou em São Paulo para ministrar um curso na Escola Livre de Sociologia e Política para o qual concorreram diversos membros da JUC. Em sua apresentação, Lebreton expôs ao público a obra de Marx, Engels e Lenin, com a justificativa de que era necessário conhecer o capitalismo e o comunismo a fundo para elaborar uma teoria mais

humana, uma terceira via conciliasse elementos dos dois sistemas, preservando o que ambos têm de válido (Angelo, 2010).

Cabe ressaltar aqui que as palestras foram ministradas em francês, portanto, o público que teve acesso a ela era de jovens de elite. A vinda de Lebret ao Brasil desencadeou eventos que favoreceriam em décadas seguintes a atuação dos Queixadas. Ele articulou uma rede que ajudou seu retorno ao Brasil em outras ocasiões e lançou as bases para que o movimento EH se estabelecesse em São Paulo, movimento no qual MCJ participou ativamente.

Seguindo o depoimento de MCJ, após sua formatura em 1948, padre Corbeil conseguiu uma bolsa para que ele e mais dois colegas formandos estagiassem um ano junto ao movimento dos padres operários na França. Cursaram com Lebret o conteúdo teórico e depois foram trabalhar como aprendizes em uma fábrica autogestionária que produzia caixas de relógios. Lá, MCJ teve contato com o pluralismo<sup>4</sup> francês, que possibilitava quatro ou cinco correntes ideológicas diferentes conviverem dentro da fábrica (Jesus, s.d.). Esta vivência foi uma experiência seminal para o jovem Mário, ajudando-o a direcionar sua carreira ao direito trabalhista.

Ao final de tal período, ao deixarem a fábrica, os estagiários brasileiros tiveram uma conversa com os operários que lhes perguntaram, com uma certa ironia, o que eles iriam fazer no Brasil pela classe trabalhadora? Não por duvidarem da boa vontade dos advogados, mas por acharem difícil que advogados pudessem ter alguma eficácia na mudança do sistema (Jesus, 1973) (Jesus, s.d.).

Esta situação parece ter sido tão marcante que foi trazida pelo advogado em diferentes momentos nos quais expôs sua trajetória. Em artigo publicado originalmente em uma revista jurídica, ele comenta que na época não sabiam o que poderia ser feito, que eles viam com melancolia tantos colegas que eram plenos de entusiasmo, mas ao se formarem entravam mansamente no mundo do trabalho e seguiam um caminho de subserviência, no qual começavam a usufruir das vantagens do “sistema” que até então condenavam. Foram necessários alguns anos para que aqueles jovens estagiários se dessem conta de que havia um terceiro caminho para além da violência e da subserviência (Jesus, 1973): “só lentamente, através da doação permanente, ao

<sup>4</sup> No modelo pluralista mais de um sindicato pode representar a mesma categoria em uma mesma cidade. Visando combater o sindicalismo revolucionário o Brasil havia abolido o modelo pluralista na época de Getúlio Vargas e adotado em seu lugar um modelo de ação sindical única, no qual apenas um sindicato poderia representar uma categoria em uma mesma cidade (Paula, 2015). Na França, no entanto, existia a possibilidade da coexistência de vários sindicatos representando a mesma categoria, de modo que dentro de uma mesma fábrica, poderiam ser encontrados mais de um sindicato.

lado dos oprimidos, é que eles e nós vamos nos libertando interiormente. A ação transformadora começa em nós e, pelo **testemunho**<sup>5</sup>, passa ao próximo” (Jesus, 1973, p.910).

Há uma outra situação que é citada de maneira abreviada por MCJ em seu currículo que parece relevante a este trabalho. Durante a graduação, aos poucos MCJ foi deixando a carreira comercial, passando a se dedicar ao magistério, dando aula em cursinhos e fazendo parte do Liceu Nossa Senhora da Lapa (Jesus, 1973). Há poucos registros sobre esta atuação dele como professor, ou do impacto que o magistério teve em sua atuação posterior. Apesar disso, essa sua incursão no terreno da educação deve ter lhe rendido alguma experiência com a didática. Há, em meio aos seus documentos pessoais, um convite de 1948 para que ele fosse o paraninfo de uma turma de contabilidade, como reconhecimento ao seu esforço e dedicação (CONTADORANDOS 1948, 1948). Isso é um indício de que ele possuía um perfil de educador admirado pelos estudantes.

Portanto, anos depois, quando iniciou sua atuação no sindicato em Perus, o advogado já era um educador experiente. Logo, a adoção de uma postura didática e paciente na formação dos operários não foi algo meramente intuitivo. Havia sua experiência prévia e a orientação de Lebrete por meio do livro “Princípios para a Ação”, o guia dos militantes do movimento EH, no qual está escrito: “Educar pacientemente os colaboradores. (...) É preciso, às vezes, muitos anos para que um colaborador manifeste sua medida. É necessária muita paciência” (Lebrete, 1962, pp.45-46).

Antes de atuar em Perus, Mário foi advogado no Sindicato dos Metalúrgicos, entre os anos de 1951 e 1953, de onde desligou-se após ficar desiludido. Por se tratar de um sindicato grande, as possibilidades de produzir uma ação transformadora eram muito poucas, pois, segundo relata MCJ, havia um entendimento entre as lideranças de diferentes correntes para se conservarem no poder através de uma chapa única (Jesus, s.d.).

Esta experiência com os metalúrgicos, contudo, possibilitou sua ida para Perus. João Breno Pinto, que no futuro se tornou uma das principais lideranças Queixadas e da Firmeza Permanente, foi demitido de uma empresa metalúrgica e, ao procurar o sindicato, foi atendido por MCJ. Em fins de 1954, quando João Breno já havia se tornado funcionário da fábrica de cimento de Perus, se aproximou da liderança sindical e indicou o jovem advogado para trabalhar para o sindicato. MCJ hesitou, pois ainda estava ainda desiludido com a experiência anterior e

<sup>5</sup> O negrito na palavra **testemunho** é de minha autoria, um pequeno anúncio de uma das categorias que se apresentaram como relevantes para os objetivos desta pesquisa e que serão exploradas em momento mais oportuno.

só aceitou o convite depois que o presidente do sindicato comentou que também vinha de um ativismo católico (Siqueira, 2009, p.155).

### 1.3 O SINDICATO DE CIMENTO, CAL E GESSO

O Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Cimento, Cal e Gesso estava em um período de transição e, para compreendê-lo, é importante conhecer um pouco da história da Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) e do sindicato.

Há um rico cabedal de pesquisas acerca da indústria de cimento em Perus, bem como a conflituosa relação entre patrão e funcionários que culminou na grande greve de 1962-1969. O professor doutor Michael Hall, da História da UNICAMP, orientou algumas das pesquisas que serão consideradas nesta breve introdução ao tema.

Seus orientados, os historiadores Élcio Siqueira e Marcelo Chaves, exploraram de forma pormenorizada a chegada da indústria cimenteira a Perus. Serão pinçados alguns elementos com o intuito de apresentar pontos relevantes para a discussão, sem que haja o interesse de aprofundar a discussão acerca dos primeiros anos, visto que este é um período que não corresponde ao recorte adotado nesta pesquisa.

O cimento *portland*, ou simplesmente cimento, como é chamado popularmente, foi inventado na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, e revolucionou a engenharia civil, possibilitando novas técnicas de construção, tal qual o concreto armado. Ele é produzido a partir de uma mistura de calcário com argila, que é chamada de farinha e essa mistura é levada a um forno de alta temperatura, queimando a mais de 1400°, até que ocorra uma fusão entre os dois elementos, formando pequenas bolotas chamadas de clínquer. Posteriormente, o clínquer é moído, misturado com gesso e ensacado. Porém, não é qualquer calcário que serve para fazer o cimento *portland*, a matéria prima deve possuir algumas características, de modo a viabilizar um produto com boa qualidade (Siqueira, 2001).

Desde fins do século XIX ocorreram tentativas de iniciar a fabricação de cimento no país, porém, nenhuma delas teve sucesso a longo prazo (Chaves, M., 2005). Uma das hipóteses para isso é que a instalação deste tipo de empreendimento envolvia uma série de fatores, alguns dos quais constituíam uma barreira de entrada para pequenos novatos, tais como o atendimento aos parâmetros internacionais de controle de qualidade, capacidade de dar assistência técnica e

recursos para sobreviver à concorrência em um mercado oligopolizado, com forte concorrência internacional (Siqueira, 2001).

Portanto, embora houvesse abundância de matéria prima e um mercado consumidor crescente, as iniciativas nacionais não tinham fôlego suficiente para conseguir competir e se manter no mercado. Somente na década de 1920, com a injeção de capital e tecnologias estrangeiras, é que a indústria cimenteira conseguiu se estabelecer com sucesso no Brasil.

Em 1924, a empresa canadense Drysdale y Pease formou um consórcio com acionistas minoritários brasileiros e fundou a CBCPP, cuja fábrica seria inaugurada no bairro de Perus, no ano de 1926 (Chaves, M., 2005). Tal fábrica era subsidiária da Lone Star, que à época era a empresa líder do segmento nos EUA (Siqueira, 2001).

A região foi estrategicamente escolhida: estava situada próxima a uma fonte de calcário de boa qualidade; Havia fonte de argila em áreas adjacentes; O território contava com uma indústria caieira em operação, de modo que já havia alguma infraestrutura e pessoal especializado para trabalhar nas pedreiras; Em 1910 havia sido fundada a Estrada de Ferro Perus-Pirapora (EFPP), ligando a indústria caieira de Gato Preto, em Cajamar, até a estação de Perus da São Paulo Railway, que por sua vez era uma ferrovia que conectava o oeste paulista ao porto de Santos, facilitando o escoamento da produção, bem como a aquisição do óleo a ser utilizado nos fornos; a Usina Hidrelétrica Edgard de Souza, a primeira de São Paulo, ficava em Santana do Parnaíba, relativamente próxima ao empreendimento, possibilitando acesso à eletricidade necessária para os equipamentos de moagem e outros maquinários (Siqueira, 2001).

Um ponto que merece atenção, era a intrincada relação entre interesses públicos e privados que favoreceram a entrada do capital estrangeiro no país.

Sylvio de Campos foi um dos sócios e presidente da Cia. Perus, além de sócio da EFPP. Ele pertencia a um clã político influente, tanto estadual, quanto nacionalmente. Seu pai era Bernardino de Campos, um dos fundadores do Partido Republicano Paulista (PRP), um homem que foi presidente do estado por duas vezes, além de vereador, senador e ministro da fazenda. Em 1924, Sylvio foi eleito deputado federal e seu irmão, Carlos de Campos, se elegeu presidente do estado de São Paulo. Além disso, Carlos era advogado da Light, a empresa responsável por absorver quase toda a produção da Perus em seus primeiros anos, além de proprietária da usina hidrelétrica utilizada para alimentar a planta industrial (Chaves, M., 2005).

Tais relações com os canadenses se deviam a um outro irmão, Américo de Campos Sobrinho, que em fins do século XIX, viajou ao Canadá em uma missão para incentivar a vinda de imigrantes para trabalharem na lavoura do café. Embora o intento não tenha sido alcançado,

estabeleceu várias relações que abriram as portas para o capital canadense entrar no Brasil (Santos, J. M. P. d., 2009). Assim, o capital estrangeiro se associou a atores políticos influentes no país, investindo em eletricidade, bondes, transporte sobre trilhos, além da indústria cimenteira (Chaves, M., 2005).

A indústria cimenteira, por ser uma indústria chave para a construção de importantes infraestruturas, era entendida como estratégica para o desenvolvimento nacional, o que lhe conferia uma importância política, aguçando os interesses dos atores políticos da época. Essa característica inicial se repetiu nas décadas seguintes quando a empresa foi vendida. O comprador da empresa, em 1951, era também ligado a um grupo politicamente forte no estado de São Paulo, o que, como será visto mais adiante, impactou no desdobramento da greve de 1962.

A expansão urbana da região de Perus e Cajamar esteve intimamente ligada à fábrica de cimento. Uma forma de fixar os trabalhadores naquela região remota, e, manter a regularidade de mão de obra, foi a construção de vilas operárias, cujas casas eram alugadas a preços módicos para os funcionários. Tais casas contavam com água encanada, esgoto, além da eletricidade, um luxo para os padrões da época. Ambos os historiadores argumentam que as moradias serviam como um fator de conciliação com os trabalhadores, ao mesmo tempo que extrapolavam as relações trabalhistas, permitindo um controle sobre outras esferas de suas vidas privadas (Siqueira, 2001) (Chaves, M., 2005).

Enquanto Marcelo Chaves sustenta a hipótese que tal controle gerava uma dificuldade para a criação de sindicatos livres e combativos, Élcio Siqueira colheu um depoimento indicando que, já na época das caieiras, portanto anteriormente às vilas operárias, havia um sindicato de orientação anarquista na região. Tal sindicato teria sido fundado em 1909 por trabalhadores da Pedreira Beneducci. Sabe-se que no início sua orientação teria sido anarquista e posteriormente, na década de 1920, provavelmente socialista ou comunista. Tal sindicato incorporou os trabalhadores da indústria de cimento e, na década de 1930, o grupo mais antigo perdeu o controle para o grupo de dirigentes ligados ao sindicalismo oficial, que legalizaram o sindicato e seguiram como dirigentes até os anos 1950, quando ocorreu a transição para o sindicato Queixada.

No começo do século XX eram comuns os sindicatos livres, que por não dependerem de legalização para funcionarem, deixaram poucos documentos, sendo conhecidos principalmente por conta da imprensa anarquista da época. Embora não tenham sido encontrados registros sobre o tal sindicato e tal versão estar embasada em único depoimento, há notícias atestando que trabalhadores de pedreiras eram uma classe organizada e combativa, o que reforça a possibilidade de que esta versão acerca da origem do sindicato ser verídica (Siqueira, 2001).

A história se torna mais clara a partir da oficialização do sindicato, em 1933. Naquela época, mesmo que a hipótese de Marcelo Chaves sobre as vilas operárias restringirem as articulações sindicais esteja correta, houve uma nova dinâmica política, posterior ao conturbado período das chamadas Revolução de 1930 e Revolução Constitucionalista de 1932, que trouxe um fato novo: o governo começou a estimular a criação de sindicatos oficiais, o que favoreceu o processo de organização dos trabalhadores das pedreiras.

Para a nova constituinte, deputados eleitos por voto direto trabalhariam em conjunto com deputados classistas, eleitos indiretamente por conferências nacionais de suas classes. Os deputados da classe trabalhadora seriam escolhidos por delegados-eleitores enviados por sindicatos oficiais reconhecidos pelo governo. Como o governo controlava o processo, atrasou o reconhecimento de sindicatos considerados rebeldes e aprovou em tempo recorde sindicatos alinhados aos seus propósitos, de modo a influenciar na escolha de deputados comprometidos com sua visão política (Chaves, M., 2005).

Nos anos que se seguiram, o governo seguiu tentando reduzir o poder dos sindicatos livres através de uma legislação social cujos benefícios dependiam da filiação a sindicatos chancelados pelo governo. Por exemplo, a concessão de férias estava condicionada ao trabalhador ser associado a sindicatos oficiais. Nesta esteira foram criados muitos sindicatos de fachada, porém, apesar de todo o controle, tal momento favoreceu experiências de organização que exploravam as possibilidades sindicais para além daquilo que o governo desejava (Chaves, M., 2005).

Neste contexto, surgiu o Sindicato dos Operários das Pedreiras de Água Fria, em 1933. O antigo distrito de Água Fria, que na época fazia parte do território de Santana de Parnaíba, hoje chama-se Cajamar e é um município emancipado. Por ser o único sindicato da região, associou inclusive trabalhadores da indústria de cimento e pouco depois, em 1939, mudou de nome, para englobar os trabalhadores de cimento, cal e similares (Siqueira, 2001).

A administração canadense durou cerca de 25 anos. Marcelo Chaves analisou os documentos relativos àquele período, investigando os arquivos do sindicato, as fichas dos funcionários, entre outros itens. O sindicato era atuante e existiam muitas reclamações para que a empresa se alinhasse às novas legislações trabalhistas aprovadas no período getulista, inclusive recorrendo às autoridades competentes para que os problemas fossem sanados.

Uma das situações que inquietou os operários foi a mudança da jornada de trabalho de 12h para 8h, eles se sentiram logrados pois o novo direito, que deveria ser um ganho do trabalhador, acarretou uma redução nos salários. Os eventos mais importantes na mobilização do

sindicato envolviam as caieiras, incluindo uma greve pacífica em 1936, buscando a equiparação salarial dos trabalhadores da Beneducci com os da indústria de cimento, que, embora tivessem um salário próximo ao mínimo do período, recebiam 30% mais.

Destacam-se na historiografia do sindicato dois pontos que ajudam a compreender melhor a evolução do sofrida nos anos 1950.

Primeiramente, Sylvio de Campos era sócio na caieira, na ferrovia e na indústria de cimento, portanto a relação entre tais empreendimentos não era apenas territorial, o patrão era o mesmo e, pelo que os documentos indicam, havia algum grau de solidariedade entre os trabalhadores das diferentes empresas. Segundo Marcelo Chaves averiguou em correspondências da época da greve de 1936, havia uma coordenação com funcionários da ferrovia para boicotarem a indústria de cal, sem paralisar a indústria de cimento ou o transporte de passageiros (Chaves, M., 2005).

Um segundo ponto de destaque são os momentos de tensão e mobilização, pois demonstram que apesar de ser um sindicato oficial, não era apenas de fachada, mas atuava como um representante legítimo dos trabalhadores, por meio do qual eles faziam suas queixas e pleiteavam mudanças. Os documentos acessados pelos historiadores demonstram que o sindicato possuía muitos associados e algumas assembleias contavam com a participação de centenas de trabalhadores.

Esses elementos permitem eliminar a hipótese de que a capacidade organizativa do grupo foi trazida de fora, na década de 1950, pelas mãos do advogado Mário Carvalho de Jesus. Seja pelo possível histórico anarquista, seja por terem aprendido a se organizar na época do sindicalismo oficial, quando o doutor Mário chegou ao sindicato, encontrou naquele conjunto de trabalhadores uma disposição que facilitou o trabalho que seria desenvolvido nas décadas seguintes.

Em 1951, os canadenses venderam o controle acionário da empresa para João José Abdalla, evento que desencadeou o surgimento dos Queixadas.

Abdalla era líder de um extenso grupo empresarial que atuava nos ramos financeiro, industrial e agropecuário, além de ser político. Em 1951, ocupava o cargo de Secretário do Trabalho no governo Adhemar de Barros (Gonçalves, 1989). Percebe-se aqui a permanência da relação entre o mundo empresarial e os grupos políticos dominantes no estado.

Desde os anos 1920, os discursos políticos evocavam a indústria cimenteira como estratégica para o progresso da nação. Nos anos 1950, diversos fatores tornaram tal indústria ainda mais relevante, foram eles: a construção de Brasília; o crescimento urbano da cidade de



São Paulo; a alta da demanda e dos preços do cimento; e o discurso desenvolvimentista. Os enfrentamentos seguintes entre o patrão e os trabalhadores tinham, portanto, uma dimensão que transcendia os simples limites daquele território, conferindo interesse público aos conflitos laborais, seja pelo fato de o proprietário ocupar cargos políticos importantes, seja pela relevância do cimento no crescimento da metrópole paulista.

Élcio Siqueira, tanto em sua pesquisa de mestrado, quanto de doutorado, esmiuçou as mudanças que a fábrica sofreu após a mudança de dono. Pelas entrevistas que realizou com os trabalhadores, eles consideravam a administração canadense muito mais competente do que sua sucessora. Principalmente no que tangia à manutenção dos equipamentos. Se antes eram respeitados os tempos de parada para a realização de procedimentos de manutenção preventiva, ou havia um cuidado para que o almoxarifado tivesse peças de reposição para dez anos, a nova gestão adotou procedimentos que mantiveram os equipamentos operando no limite, apenas com manutenção corretiva, gerando entre os trabalhadores uma percepção de incompetência dos proprietários.

Foi neste período que Mário Carvalho de Jesus foi contratado e realizou um trabalho gradual e consistente, despertando os operários para uma possibilidade de salvarem a fábrica por meio da organização dos trabalhadores (Siqueira, 2009).

O título que Élcio Siqueira deu à sua tese de doutorado reflete bem este ponto de virada na história do sindicato: **“Melhores que o patrão: a luta pela cogestão operária na Companhia Brasileira de Cimento Portland (1958-1963)”**.

Através da análise dos documentos, Siqueira desconstrói alguns argumentos que mobilizaram os trabalhadores contra o novo patrão. Primeiramente, ele postulou a hipótese de que a motivação da venda da CBCPP foi pela percepção dos canadenses de que não seria lucrativo investir para que a produção acompanhasse o ritmo da expansão na demanda nacional. A Perus era subsidiária da Lone Star, uma gigante do setor, portanto os técnicos da matriz já deveriam estar cientes de que um aumento da capacidade produtiva esgotaria as jazidas calcárias em poucas décadas, tornando pouco rentável o investimento na modernização e ampliação da planta industrial. Os canadenses venderam a empresa já com um novo forno encaixotado, pronto para ser instalado, além dos planos técnicos de expansão já desenhados.

As ações da nova chefia, portanto, seguiram uma linha já desenhada de antemão. Quando Abdalla comprou a fábrica, ampliou a capacidade produtiva, instalando um novo forno, porém, sem realizar investimentos para ampliar a capacidade das etapas prévias ou posteriores à queima.

Em meados dos anos 1950, ocorreu um aumento no preço e na demanda do cimento. Em consequência disso, os fornos eram ligados em sua máxima capacidade e o resto da cadeia de produção, cujo maquinário possuía mais de vinte anos, funcionava sem pausas para as manutenções, aumentando o estresse das peças e levando a uma deterioração gradativa (Siqueira, 2009).

Aliado a este fato, quando um equipamento quebrava, trocavam somente o componente avariado, sem aproveitar a parada para realizar a manutenção preventiva no resto do equipamento. A parte restaurada passava a funcionar melhor, forçando e rompendo outros componentes da linha de produção que ficavam na sequência, produzindo novas interrupções para consertos, o que reduzia a produção. Isso tornou a empresa cada vez mais dependente do saber específico dos mecânicos e de outros técnicos da manutenção, que devido à experiência, conseguiam identificar os problemas mais rapidamente. Os funcionários, por não estarem cientes dos planos estratégicos da empresa, interpretaram o contraste entre a gestão canadense e a de Abdalla como indício de irresponsabilidade e incompetência por parte do patrão (Siqueira, 2009).

Ainda nos primeiros anos desta transição, o sindicato começou a procurar por um novo advogado. Foi neste momento que um funcionário novo, João Breno Pinto, fez a indicação de Mário Carvalho de Jesus. Ambos, nos anos que se seguiram, viriam a se tornar as principais referências Queixadas.

#### 1.4 OS PRIMEIROS ANOS DO TRABALHO EM PERUS: NASCEM OS QUEIXADAS

A partir da chegada do advogado ao sindicato a literatura fica mais abundante. Tal história foi contada e recontada em vários materiais produzidos pelos próprios Queixadas. São importantes também as fontes secundárias. Além de Élcio Siqueira, uma das principais referências é Adilson José Gonçalves, historiador que produziu sua dissertação de mestrado na década de 1980, período no qual teve a oportunidade de entrevistar as lideranças e outros envolvidos, que hoje, mais de 30 anos depois, não se encontram mais vivos.

A primeira novidade no trabalho do advogado era avaliar as audiências no judiciário conjuntamente com os trabalhadores, ajudando-os a entender o funcionamento da justiça. Segundo ele, encontrou três grupos quando chegou ao sindicato em fins de 1954: os “puxa saco”; o grupo de base, aqueles que se interessavam pelos problemas coletivos e frequentavam o sindicato; e o maior grupo, chamados de “carneiros”. As reclamações trabalhistas bem-sucedidas e as reuniões

de avaliação, permitiram criar um vínculo de confiança com os trabalhadores, ao mesmo tempo que lhes quitava o medo que sentiam de recorrer à justiça. Foram aprendendo que quem fala a verdade não precisa ter medo (Jesus, 1977a).

Há aqui alguns pontos chave que serão aprofundados em um momento mais pertinente, são eles: uma intenção formativa, fundamental em um trabalho de educação sindical, ampliando o repertório de possibilidades de atuação através do sindicato; uso de uma metodologia ativa, na qual o aprendizado era propiciado pelas demandas jurídicas dos trabalhadores; o fortalecimento da confiança no trabalho sindical, favorecendo a união dos trabalhadores em torno de uma construção comum; e, por fim, a possibilidade de trabalhar valores como união, justiça, verdade e os direitos dos empregados, pautando o trabalho para além do pragmatismo que o advogado experimentara no Sindicato dos Metalúrgicos.

Além destes encontros de avaliação, eram realizadas reuniões de “reflexão sobre os problemas comuns, feitas frequentemente aos domingos” (Jesus, 1977a, p. 44).

Um pequeno resumo do histórico do movimento não-violento em São Paulo é encontrado no capítulo “As raízes da não-violência no Brasil, na faixa sindical” (Jesus, 1977b). Ele é a somatória de um decálogo que havia sido elaborado pelos próprios ativistas em fins dos anos 1960, acrescido de um testemunho para cada princípio. Na introdução é dito que os membros da JUC, depois de formados, mantiveram contato com os membros da JOC, e seguiram na militância, influenciados pelo Movimento Economia e Humanismo (EH), do Pe. Lebret:

(...) Através da assistência jurídica aos trabalhadores, fomos descobrindo que esse serviço pode ser encarado de duas formas: a) limitar-se a resolver a questão jurídica, e manter tudo como está; b) aproveitar-se do problema jurídico para um processo de conscientização a respeito da dignidade do homem e das estruturas que nos oprimem.

3 - De 1955 a 1960, o grupo responsável pela fundação da Frente participou de vários movimentos coletivos, entre os quais, as greves na Rhodia e na Tecelagem Santo André; na Perus, em 1958; na Usina Miranda em 1959.

4 - O sucesso daquele trabalho, inspirado no Evangelho, e nos princípios de Economia e Humanismo (o livro *Princípios para a Ação*, do pe. Lebret, era manual obrigatório do militante), deu origem a uma inquietação no meio sindical, a ponto de o responsável pela seção trabalhista da “Última Hora” ter lançado um tablóide especial sobre nosso trabalho, sob o título “NASCE UMA NOVA LIDERANÇA” (1958) (Jesus, 1977b, p. 92)

Havia outras iniciativas sindicais vinculadas a um catolicismo tradicional, na qual o trabalho sindical era utilizado como ferramenta de evangelização ou de simples reprodução da lógica religiosa em espaços laborais, criando grupos de oração etc.

Contudo, a nova tendência que havia chegado ao Brasil, embora também buscase influenciar a esfera cotidiana com valores religiosos, era mais progressista, pois usava como referência para a ação a própria realidade a ser transformada. A principal matriz de tais metodologias era o “Ver-Julgar-Agir”, de monsenhor Cardijn, da vertente belga da Ação Católica.

Em 1930, ao participar de um congresso da JOC no norte da França, padre Lebret conheceu os princípios norteadores da Ação Católica: o apostolado do meio para o meio, o ver-julgar-agir e o método de investigação. Nos dois anos que se seguiram, Lebret elaborou um questionário detalhado e visitou cerca de 400 portos da costa francesa, conversando com pescadores, conhecendo sua mentalidade, costumes, tradições, técnicas etc. Ao longo da década de 1930, ele desenvolveu um trabalho com os pescadores, buscando atuar sobre a miséria e as condições de vida, conciliando ação, pesquisa e reflexão (HOUÉE, 1997). Neste processo, Pe. Lebret pouco a pouco desenvolveu uma metodologia única, que embora inicialmente inspirada no “ver-julgar-agir” e nos métodos investigativos da Ação Católica, extrapolou-os e com o tempo agregou novas ferramentas, levando ao desenvolvimento da EH que, como já visto, foi introduzida no Brasil, em 1947.

Percebe-se ainda uma pequena diferença na forma de atuação. A Ação Católica focava-se no apostolado do meio para o meio, ou seja, no meio operário a difusão é realizada pelos próprios operários e no meio universitário pelos próprios universitários. Enquanto na EH havia uma sinergia entre os diversos grupos, especialistas das mais diversas ciências sociais eram convidados a estudar juntamente com as pessoas engajadas na ação, harmonizando o saber teórico com o prático, de modo que um potencializasse o outro.

Nas palavras de Lebret:

Temo o especialista de uma só especialidade. Tenho dó do homem culto que só estudou nos livros.

(...)

Centrada no homem a cultura e especialização vão a par. O homem de estudo e o homem de ação não se opõem: deve-se ser, ao mesmo tempo, um e outro (Lebret, 1962, p. 59).

Desta forma, o movimento EH conciliava pessoas de diferentes classes sociais trabalhando de forma coordenada em um mesmo projeto, sem subordinar um grupo a outro. O foco deveria estar colocado na obra, que por sua vez tinha como objetivo o bem comum.

A primeira etapa dos esforços do jovem advogado foi dedicada a um trabalho de educação sindical e de reflexão sobre os problemas comuns. Em 1957, cerca de três anos após o início de suas ações, a empresa se sentiu incomodada com o protagonismo sindical e tentou transferir um grupo de sindicalistas para trabalhar no litoral. Este foi o primeiro teste de força do sindicato, que enviou alguém para tirar fotos e averiguou que os especialistas a serem transferidos não teriam função no novo local de trabalho, o que caracterizava a transferência como uma desculpa para afastar os sindicalistas. Diante da organização, a empresa precisou retroceder e cancelar as transferências. No ano seguinte, durante a campanha salarial de 1958<sup>6</sup>, um novo enfrentamento entre empresa e sindicato levou ao batismo dos “Queixadas” (Jesus, 1977a).

As outras empresas do cimento do Estado de São Paulo haviam chegado a um acordo com seus sindicatos, no qual ofereceram 30% de dissídio. Antes da reunião entre a Cia. Perus e seus trabalhadores, as demais indústrias divulgaram na imprensa que, devido ao dissídio, promoveriam um aumento no valor da saca do cimento. O sindicato desconfiou do valor anunciado, pediu para um colaborador refazer os cálculos e avaliaram que o aumento no valor do cimento seria 700% superior ao necessário para cobrir o valor do dissídio.

Em decorrência disso, ao participarem da negociação salarial com a empresa, adotaram uma estratégia sem precedentes, de pedirem um dissídio de 40%, aceitando fechar nos 30%, caso a empresa desistisse de realizar um reajuste considerado abusivo. A empresa não aceitou o acordo e os operários travaram uma greve que durou mais de um mês, ainda exigiam a recontração de um funcionário demitido por anunciar que na próxima eleição não votaria em J.J. Abdalla.

Ao fim da greve os operários conseguiram os 40%, a recontração do funcionário e o recebimento dos dias parados. Como já mencionado anteriormente, foi esta demonstração de união que rendeu a eles o nome de Queixadas. Ao entrarem na seara do aumento de preços, atraíram a atenção da imprensa e da opinião pública, aproveitando o momento para divulgar sua proposta sindical diferenciada, que ao invés de pensar apenas na categoria representada, se preocupava com o “bem comum”.

Além dos valores da união e do bem comum, uma outra característica importante já aparecia nesta greve: a participação das mulheres. Anos depois, quando publicam os relatos sobre a greve, fizeram questão de mencionar um episódio no qual lideranças sindicais comunistas

<sup>6</sup> A dimensão educativa desse episódio é analisada no capítulo 4.4.2.5, na página 166.

que acompanharam uma das assembleias, demonstraram depois, pelos jornais, estranhamento por terem visto mulheres que não trabalhavam na empresa participando das assembleias (Jesus, 1977a). É interessante perceber que há uma valorização da família tanto quanto em outros grupos católicos, porém, de uma forma mais progressista. Não apenas pela greve, que, pelos valores tradicionais representava uma transgressão da hierarquia patrão - empregado, mas também da participação da mulher em assuntos laborais do homem, alçando a mulher à posição de companheira, fugindo da visão teológica tradicional no qual o homem é a cabeça do lar e a mulher precisa se sujeitar ao marido.

A esta campanha de 1958 se seguiram diversos êxitos. O poder do sindicato se ampliou até o revés de 1962, quando o empresário demitiu quase mil funcionários por abandono de emprego e os Queixadas foram obrigados a seguir lutando até 1968, até obterem o reconhecimento na Justiça da validade da greve e reverterem parcialmente as demissões.

Em 1959, conseguiram a recontração de 80 funcionários que foram demitidos perto de completar 10 anos de serviço, para que não adquirissem estabilidade. Os funcionários entenderam que isso era uma artimanha para burlar a lei e entraram em greve. Abdalla trouxe funcionários de outras empresas do grupo para substituir os grevistas, porém, devido ao fato das máquinas serem antigas e estarem funcionando com uma grande quantidade de remendos, a estratégia não funcionou e a empresa mais uma vez precisou aceitar as exigências sindicais (Jesus, 1977a).

Nos anos seguintes os funcionários conquistaram salário família (levando à oficialização de vários casais que viviam juntos), direito a multas em caso de atrasos nos pagamentos, além de obterem dois acordos que o patrão não cumpriu. Primeiramente, se conseguissem aumentar a produção receberiam um prêmio pela produção. Um segundo ponto era a retenção de parte dos salários que seriam usados para comprar um terreno da empresa no qual os operários construiriam suas casas (Jesus, 1977a).

Por volta de 1961, quase todos os funcionários estavam sindicalizados e as lideranças sindicais tinham expectativas de que seria possível alcançar a cogestão operária, participação nos lucros e na propriedade. Naquele ano, a empresa estava sem caixa para pagar os salários e o sindicato ofereceu um empréstimo de um milhão de cruzeiros, para que com isso se evitasse uma nova greve. Em uma fala realizada quase vinte anos depois, Mário Carvalho de Jesus, atribui aquele movimento a uma imaturidade que os fazia acreditar na sinceridade de alguns cristãos e empregadores. Élcio Siqueira problematiza esta fala, aventando que a melhor hipótese que explicaria aquele movimento era o de uma estratégia que reforçaria a posição do sindicato frente

à administração da empresa, porém, ao oferecerem o dinheiro, houve uma sensação de que o empresário havia perdido o controle da fábrica para os trabalhadores (Siqueira, 2009).

Um outro ponto a qual se deve atentar, é que a visão do grupo estava em sintonia com a Doutrina Social da Igreja (DSI), que em 1961 sofreu grandes mudanças. Naquele ano ocorreu o septuagésimo aniversário de publicação da Encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo Papa Leão XIII em 1891, na qual havia lançado os fundamentos da DSI, posicionando a Igreja sobre as causas e as soluções para os conflitos trabalhistas. E foi o trigésimo aniversário da Encíclica *Quadragesimo Anno*, veiculada em uma carta enviada pelo Papa Pio XI, em 1931, atualizando a doutrina em resposta à Grande Depressão de 1929. Para marcar a data, o Papa João XXIII aproveitou a ocasião para publicar a Encíclica *Mater et Magistra*, realizando uma grande atualização nos ensinamentos, levando em conta o cenário do pós-guerra. As propostas de participação nos lucros, cogestão, socialização da propriedade, subsidiariedade (resolver os problemas no plano local mais imediato), constam na encíclica e entusiasmaram os ativistas católicos progressistas que atuavam no campo sindical. Até então havia uma posição dúbia da DSI, que, de certa forma, propunha uma conciliação de classes mediada pela autoridade eclesiástica e secular e, a partir deste momento passaram a falar em primazia do trabalho sobre o capital.

Havia resistência a tal discurso na Igreja brasileira, portanto, que tais propostas tenham sido endossadas pelo próprio Papa, conferiu grande força ao discurso progressista, que vislumbrava a possibilidade de um maior apoio da hierarquia eclesiástica.

Não se deve descartar a possibilidade de que tanto Mário Carvalho de Jesus, quanto Élcio Siqueira estejam certos:

Por um lado, realmente as ações do sindicato eram uma estratégia de resistência e enfrentamento diante de um empresário percebido como injusto e irresponsável, que, em última instância, buscavam consubstanciar a cogestão operária.

Ainda assim, Mário Carvalho de Jesus estava certo ao dizer que havia uma ingenuidade em tal estratégia. A DSI foi produzida por teólogos europeus que vislumbravam soluções para uma Europa destruída pela Segunda Guerra Mundial. A realidade brasileira era um tanto diferente. Além disso, os sindicalistas estavam animados por uma sequência de campanhas bem-sucedidas e puseram tanta fé que ao sempre falarem a verdade teriam suas pautas reconhecidas pela justiça, que não consideraram a possibilidade de que um empresário que estava descumprindo acordos firmados em juízo anteriormente poderia usar estratégias para contornar as regras, infringindo

grandes danos aos operários e ainda assim, contaria com o respaldo de setores políticos e com a morosidade da justiça, causando um prejuízo irreparável aos trabalhadores.

### 1.5 A GREVE DE 1962

Em 1962, ocorreu a grande greve que se arrastaria nos tribunais pelos próximos sete anos. Há literatura abundante e detalhada sobre o desenrolar do processo, além de entrevistas com operários, lideranças e familiares, portanto a história será contada de forma resumida, para apresentar o episódio e facilitar o entendimento de como os Queixadas se reconheceram não-violentos.

Em maio de 1962, o Sindicato da Perus foi procurado por sindicatos de quatro outras indústrias do Grupo Abdalla. Ainda não era o momento das negociações salariais da Perus, porém, eles chamaram uma assembleia para discutir se entrariam em greve. Motivos não faltavam, vários acordos estabelecidos em anos anteriores não estavam sendo cumpridos pela empresa. Porém, antes mesmo da assembleia, o próprio patrão mandou a polícia fechar a empresa, o que colocou a “Perus” na greve.

Naquele período o país vivia um governo parlamentarista e Franco Montoro, grande aliado do movimento, era Ministro do Trabalho do gabinete do Primeiro Ministro Tancredo Neves. Montoro tentou atuar como mediador da greve, mas não obteve sucesso. O patrão permaneceu sem demonstrar interesse em se comunicar ou negociar por mais de um mês.

Contudo, após 32 dias de greve, o Sindicato dos Queixadas foi avisado que Abdalla negociou com os outros quatro sindicatos em separado, cedendo a todas as exigências, sob uma condição, a negociação seria apenas com os quatro, pois, segundo os relatos, ele queria dar uma lição na “Perus”. Não havia lei de greve na época, o sindicato da Perus foi ao tribunal para continuarem na greve, mas os magistrados se recusaram a analisar as razões dos operários, visto que não era época ainda de dissídio. Porém, ao mesmo tempo, não declararam a greve ilegal, colocando os trabalhadores em um limbo jurídico (Jesus, 1977a).

Esse episódio foi analisado com profundidade pelo historiador Élcio Siqueira (2009). As negociações haviam sido conduzidas pelas diretorias, sem a participação dos trabalhadores. No início da paralisação havia o compromisso de nenhuma empresa realizar acordo em separado. E os trabalhadores provavelmente teriam rejeitado o acordo em assembleia, para não deixar os Queixadas para trás. Contudo, as lideranças Queixadas, fazendo uma leitura de que essa situação



poderia ser prejudicial ao movimento sindical nas demais empresas e de que teriam condições de vencer a greve, encorajaram os demais trabalhadores a seguirem a orientação de suas diretorias e retornarem ao trabalho.

Não contavam, contudo, que Abdalla havia aprendido com as greves anteriores e tinha se preparado para minar o crescente poder do Sindicato dos Queixadas. Após o acordo selado com os demais sindicatos, o patrão mudou de estratégia e ciente da importância da opinião pública, pagou espaços nos meios de comunicação para veicular sua versão da história de que a greve de Perus era unicamente por solidariedade, e, já que as outras empresas haviam voltado ao serviço, eles estavam sustentando a paralisação por questões ideológicas. Naquele momento havia uma grande onda anticomunista no país. Uma atriz muito famosa, Maria da Conceição da Costa Neves, que foi muito bem votada como deputada estadual prometendo combater o comunismo, se solidarizou com seu colega deputado J.J. Abdalla, acreditando que o sindicato era uma célula comunista. A deputada passou a ir para Perus discursar contra os sindicalistas, indo na casa de operários e convencendo-os a voltarem ao trabalho.

Este foi outro aprendizado de Abdalla, em 1959, ele tentou colocar a fábrica para funcionar apenas com funcionários de fora, e não deu certo. Era necessário ter gente com experiência nos lugares mais críticos e tais pessoas foram escolhidas a dedo. Juntamente aos advogados da empresa, a deputada conseguiu convencer mais de uma centena destes operários a assinarem um documento denunciando os líderes sindicais de corrupção e pedindo intervenção da justiça. É provável que tais documentos tenham sido assinados em branco e posteriormente preenchidos com as acusações, porém, naquele momento, essa petição, juntamente das denúncias da deputada, geraram o efeito desejado na opinião pública. No centésimo dia da greve a deputada marchou junto a um grupo de operários e, com ajuda da polícia, entraram na fábrica para retomar os trabalhos, novos trabalhadores contratados se somaram a eles.

A polícia, à revelia das orientações do desembargador Sylos Cintra, que ocupava o cargo de governador do estado, participava da mobilização, indo armada à casa de operários para convencê-los a voltar ao serviço, ou até mesmo, utilizando carros da empregadora para vigiar as mobilizações dos grevistas (Siqueira, 2009).

A empresa listou os operários que não desejava de volta em hipótese alguma, e barrou quando alguns deles tentaram voltar ao serviço, até conseguir demiti-los por abandono de emprego. Uma prática ilegal de discriminação que posteriormente foi o argumento utilizado para vencer a greve nos tribunais (Jesus, 1973).

Trinta dias após o retorno das atividades, a empresa demitiu por abandono de emprego os quase mil funcionários que seguiam em greve. A situação dos trabalhadores era desesperadora, sem crédito ou salários as famílias dependiam das doações que chegavam de várias partes do país, porém, com o passar do tempo, as chances de um desfecho satisfatório eram cada vez mais minguadas e o público ia esquecendo da greve. Segundo os relatos do doutor Mário, alguns trabalhadores começaram a sugerir soluções violentas, tais como matar Abdalla, invadir a fábrica para bater em quem havia voltado, ou incendiar as instalações (Jesus, 1977a, s.d.).

Ao invés de ignorar as sugestões, as lideranças levavam-nas para os diálogos coletivos, ajudando a esfriar as cabeças, apontando as limitações das soluções violentas, e construindo alternativas não-violentas em conjunto para enfrentar aquele momento traumático. Os empregados se mantiveram mobilizados. Nos meses de setembro e outubro, percebendo que o processo seria longo, as lideranças apostaram no pedido de encampação da empresa. Conseguiram apoio dos setores mais progressistas da sociedade e vários juristas escreveram pareceres que demonstravam a legalidade do procedimento.

Em fins de setembro, uma reunião com o governador Sylos Cintra trouxe a esperança de que a decisão acerca da desapropriação se daria nos próximos quinze dias. Chegaram até mesmo a conversar com o presidente João Goulart, que declarou que liberaria financiamento, caso este fosse solicitado pelo governo do estado de São Paulo. Em fins de outubro, contudo, tais negociações tampouco avançaram. Em novembro, a desesperança alentava desejos de soluções violentas, houve então uma fala das lideranças de que nem tudo havia sido tentado ainda e que poderiam realizar uma greve de fome, apelando para o sentimento religioso dos trabalhadores ao argumentarem que, conforme as escrituras sagradas, alguns demônios só poderiam ser expulsos através de jejum e oração (Jesus, 1977a).

Assim, de dezembro de 1962 a janeiro de 1963 os operários com suas mulheres acamparam no Largo São Francisco, em frente à Faculdade de Direito, e realizaram um jejum público com revezamento, para quando uma pessoa chegasse ao seu limite fosse substituída. Em tal acampamento dialogavam com as pessoas que passavam pelo local e a comoção popular diante daquelas centenas de famílias em situação de penúria no período de natal e ano novo, possibilitou a reabertura das negociações. Porém o sindicato, buscando se afastar da pecha de comunista, escolheu como representante uma liderança alinhada aos sindicatos oficiais, uma estratégia que é apontada como uma das causas do fracasso das novas rodadas de negociação. Após isso, a batalha seguiu nos tribunais. (Jesus, 1977a; Siqueira, 2009).

A partir de 1963, os operários foram orientados a tirar uma nova carteira de trabalho e procurarem empregos, enquanto eram organizadas campanhas de arrecadação de fundos para as centenas de famílias que ficaram em situação de desamparo (Jesus, 1977a).

O processo foi repartido em quatro, um para os cerca de 500 trabalhadores com mais de dez anos de serviço, que pela legislação da época eram considerados estáveis e não podiam ser demitidos, um segundo processo para os pouco mais de 300 funcionários não estáveis, um terceiro processo para outros 30 não estáveis retardatários que não entraram no processo anterior e um quarto processo para os trabalhadores da empresa de celulose que fornecia insumos para a Perus. O processo dos 300 não estáveis foi perdido e os outros três processos foram vencidos, mas se arrastaram até 1968 e mesmo quando foi determinado o retorno ao trabalho e o recebimento pelos anos de greve, Abdalla nunca pagou os valores devidos. Só em meados da década de 1970, quando a empresa foi confiscada, o Tesouro Federal quitou as dívidas (Jesus, 1977a).

#### 1.6 A DESCOBERTA DA NÃO-VIOLÊNCIA NA GREVE DE 1962

O aprendizado da não-violência pelos Queixadas seguiu uma trajetória acidentada relacionando-se a grandes mudanças dentro da Igreja, a rupturas no cenário político, uma greve extensa, gerenciamento de conflitos menores entre os próprios trabalhadores e sindicalistas. Portanto, é um método inspirado em muitas fontes, mas original, pois as contribuições ajudavam a responder os problemas enfrentados pelo grupo, mas para tanto, iam sendo reformuladas de maneira empírica.

O conceito de repertório de confrontos de Tilly (2005) é útil para interpretar esse fenômeno. Um repertório (como será discutido no capítulo 3.4.2.5) é um conjunto variável de “ações públicas”, ou no inglês, *performances*. Há *performances* que são modulares, isto é, podem ser transferidas para outros contextos. No caso dos Queixadas, é possível perceber uma confluência de fatores que possibilitaram a adoção da não-violência. Primeiramente, o sindicato se fortaleceu com a perspectiva de que as demandas poderiam ser resolvidas sem violência, por meio da pressão dos trabalhadores e, em último caso, dos tribunais. Além disso, suas ações eram criativas, os sindicalistas estavam abertos a improvisar em seus protestos. Havia ainda uma estrutura de oportunidades políticas favorável (o ambiente político nacional em 1962/ os quadros de poder dentro da Igreja Católica).

A transferência de repertório e a construção da metodologia Queixada teve muitas mediações, na década de 1940, frei Romeu Dale mediou o encontro da juventude intelectual da Ação Católica com o pensamento lebreteano que, por sua vez, conectou os advogados paulistas à experiência autogestionária de Boimandeu.

A ampliação do repertório de protestos Queixada ocorrido na greve de 1962 esteve ligado a uma outra mediação. Ainda em junho de 1962, nas fases iniciais da greve, os paredistas receberam a visita de representantes do Movimento Internacional de Reconciliação (MIR) que apresentaram a perspectiva não-violenta pela primeira vez ao grupo.

Hildegard Goss-Mayr, socióloga austríaca, filha dos fundadores do MIR, e seu marido, Jean Goss, ferroviário francês, herói de guerra que se tornou militante da não-violência no pós-guerra, percorreram a América Latina por quatro meses, entre fevereiro e junho de 1962, em uma viagem exploratória, buscando grupos com os quais pudessem estabelecer parcerias para a organização de um movimento por uma mudança radical não-violenta. Ao visitarem o Rio de Janeiro, Dom Hélder Câmara indicou outros grupos brasileiros com os quais poderiam tomar contato (Deats, 2009).

Dom Hélder Câmara, um proeminente membro da hierarquia, vinculado a algumas das experiências progressistas mais importantes para o catolicismo latino americano de então, tais como a estruturação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e da Conferência Episcopal Latino Americana (CELAM), mediou este primeiro encontro e, por sua vez, o MIR, ao buscar fortalecer suas alianças pelo mundo, conectou os Queixadas a uma rede de ativismo não-violento internacional, que tinha personagens ilustres, tais quais Martin Luther King, Lanza del Vasto e Danilo Dolci. Talvez a metáfora da teia ou da rede sejam mais adequadas para descrever este encadeamento de mediações que favoreceram a chegada de novas práticas ao grupo.

A ficha do Departamento de Ordem Política e Social ((SSP/DEOPS-SP, 1962)) sobre Jean Goss é datada de 18/06/1962, indicando que visitaram a cidade de São Paulo por esta data<sup>7</sup>, um momento próximo de quando os outros sindicatos saíram da greve. No livro “A Firmeza

<sup>7</sup> O DOPS era uma Polícia Política que realizava o monitoramento de grupos sindicais e políticos, com a produção de relatórios sobre indivíduos considerados suspeitos. Em tal ficha citam que além de São Paulo ele havia visitado o Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Bahia. A ironia é que a esposa era a grande articuladora do movimento, mas só foi fichada pelo DOPS em 1975, após ser presa por porte de materiais sobre a não-violência. Entender a ausência de uma mulher importante nas fichas da polícia secreta renderia, por si só, um novo estudo.

Permanente” há dois depoimentos sobre o episódio. João Breno Pinto<sup>8</sup> relata que eles andaram pela região pesquisando, depois se reuniram com as lideranças e declararam que os Queixadas eram não-violentos, gerando um certo nervosismo, pois não-violência era vista por ele como peleguismo, uma atitude que não era de homem (Pinto, 1977).

No outro depoimento, assinado por MCJ, é dito que:

5 - Éramos decididamente pacificadores e firmes nas atitudes. Assim, quando Jean e Hildegard Goss, do Movimento Internacional de Reconciliação, nos visitaram, em 1962, fácil foi para eles identificarem, na greve em que estávamos mergulhados na “Perus”, os princípios da não-violência.

6 - Nós não entendemos bem porque “não-violência” nos parecia uma expressão pobre para uma atitude que exigia muita coragem. Foi então que Jean Goss acrescentou a palavra “ativa” : “não-violência ativa”. (Jesus, 1977b, p. 92)

Infelizmente não foram encontradas quaisquer pesquisas no Brasil sobre a contribuição do casal para a difusão da não-violência na região. Contudo, nos EUA, onde há um interesse maior sobre o tema, foi lançada uma biografia sobre a socióloga com um breve capítulo acerca de sua atuação na América Latina, explicando que a missão do casal à região foi breve, pois logo em seguida retornaram à Europa para fazerem *lobby* para que o desarmamento nuclear e para que a paz e a guerra fossem pautas nos documentos do Concílio Vaticano II.

Nos primeiros dez dias de outubro de 1962, estiveram em um jejum público nos arredores de Roma, orando para comover os delegados conciliares. O que associado à articulação de Hildegard junto a alta hierarquia e a escalada da crise dos mísseis de Cuba, iniciada praticamente junto àquela rodada do Concílio, influenciasssem para que em 1963 o Papa João XXIII assinasse a encíclica “*Pacem In Terris*, sobre os fundamentos da paz entre os povos: verdade, justiça, amor e liberdade” (Deats, 2009). Tal documento estava intimamente ligado à DSI, e significou uma importante guinada no posicionamento da Igreja frente à Guerra Fria e na defesa dos Direitos Humanos, criando as bases da atuação que alguns setores da Igreja tiveram posteriormente frente às ditaduras.

Aqui percebe-se claramente um outro mecanismo de transferência de repertório apontado por Tilly (2005): a certificação/ descertificação, caracterizada pela validação ou condenação de uma *performance* por uma autoridade. A ascensão de personagens católicos progressistas às mais altas posições da hierarquia, tais quais o Papa João XXIII, Dom Hélder Câmara, entre

<sup>8</sup> João Breno situa a visita em 1967, porém parece ter confundido as datas, pois 1967 foi quando o casal organizou o I Fórum da Não-Violência em São Paulo.

outros, teve um grande impacto no mundo católico, que é fortemente hierarquizado, favorecendo uma certificação crescente de diversas ações públicas utilizadas pelos Queixadas.

Chabot (2001), ao expandir o instrumental tillyano para tratar de transferências internacionais de repertório, apontou que essas transferências poderiam chegar tanto diretamente através de redes fortes pré-existentes, quanto indiretamente, facilitada por uma similaridade com outros contextos que ganharam visibilidade.

Observando por este prisma, é notável que diversas inovações acrescidas à metodologia dos Queixadas tenham chegado por meio de redes pré-existentes muito fortes vinculadas à Igreja, além do mais, há indícios de que estavam abertos para inovações que chegassem por vias indiretas.

A metodologia Queixada surgiu na faixa sindical, dialogava diretamente com as ações dos padres operários franceses, com a UNILABOR<sup>9</sup>, com a JOC, além de dialogar com outros movimentos que não necessariamente eram de matriz cristã. Cada contexto de atuação tem uma linguagem e repertórios próprios. A metodologia Queixada era uma intersecção entre a militância sindical e a religiosa, se alimentando de exemplos existentes nos dois contextos.

Algo que não necessariamente ocorre de maneira totalmente refletida, por exemplo, os testemunhos da greve de 1962 indicam que foi sugerida uma greve de fome, não sendo dito se estavam inspirados em alguma situação específica. Porém, havia exemplos recentes tanto entre militantes católicos, como é o caso do jejum na abertura da rodada de 1962 do Concílio Vaticano II, quanto no contexto trabalhista, visto que os Bagrinhos, estivadores do Porto de Santos não sindicalizados, para os quais estava sendo negado o direito de seguir trabalhando, realizaram um mês antes a primeira greve de fome do país (Raith, 2015). Como infere Siqueira, da experiência dos Bagrinhos aparentemente foi deduzida a necessidade de revezamento, ao invés de realizarem a greve todos ao mesmo tempo. Desta maneira, quando o jejum comprometesse a vida, eles saíam para se recuperar, cedendo o lugar para outro companheiro (Siqueira, 2009).

Ambas as situações ocorreram pouco antes do acampamento de dezembro de 1962, que consolidou a identificação do movimento com a não-violência, e são aquele tipo de circunstâncias que contribuem para ampliar o repertório de estratégias de um grupo. Outra fonte de repertório foi Gandhi. No livro “A Firmeza Permanente”, João Breno Pinto declara que:

<sup>9</sup> Fábrica de móveis criada com a ajuda de um dos jovens advogados que esteve com Mário Carvalho de Jesus como estagiário na França e que foi usada como exemplo para a cooperativa a ser criada caso a fábrica de cimento fosse desapropriada.

dentro de uma série de atitudes não-violentas que a gente teve de tomar, a assembleia decidiu que devíamos, como Gandhi, fazer uma greve de fome pública, no largo de uma praça de São Paulo, com o objetivo de mobilizar a opinião pública, porque o troço era muito demorado e todo o mundo ia esquecendo da greve da “Perus”. Nessa greve de fome a gente sentiu que não era uma greve de protesto, mas um ato de humildade (Pinto, 1977, p. 36)<sup>10</sup>.

Como os representantes do MIR apontaram, as táticas do grupo eram não-violentas, antes mesmo deles próprios se perceberem como tal. No livro “A Firmeza Permanente” é dito que “Queixada foi a denominação que demos, entre os operários da Perus, ao método da não-violência, já em 1958” (Jesus, 1977b, p. 94). João Breno escreve que já existia uma preocupação de orientar os funcionários a evitarem as provocações e o quebra-quebra (Pinto, 1977).

As ações não-violentas possuem duas dimensões: tática e moral. Nos anos 1970, os ativistas definiram a não-violência como uma sinergia entre princípios (moral) e os meios para realizá-los (tática). O sentimento de partilha sem ações e estratégias vira um simples pacifismo, e o emprego de meios não-violentos que não estejam guiados pela “graça”, podem conduzir a situações de opressão (Fragoso *et al.*, 1977).

As *performances* do grupo indicam como o repertório não-violento foi utilizado pelos Queixadas. E em complemento, a análise dos relatos e dos testemunhos evidencia a mudança moral que se processou ao longo das lutas, conforme será visto nos próximos parágrafos.

Em 1958, a não-violência era uma postura tática, baseada na visão de que seria mais vantajoso esperar que o pleito fosse julgado nos tribunais, do que partir para a violência e perder a razão. Havia, é claro, valores difusos facilmente associáveis à não-violência, mas havia também a disposição de bater no fura-greve em um momento mais adequado.

A metodologia Queixada vinha utilizando de forma quase sempre eficaz as oportunidades políticas que se apresentavam, desenvolvendo estratégias diversificadas, tais como processos judiciais, espaços na imprensa, reuniões de formação, relação com outros sindicatos. Na maioria dos casos se amparava em relações pré-existentes com figuras importantes que franqueavam o acesso a outras esferas além das locais. O advogado atuava como um mediador entre o sindicato e as redes da Economia e Humanismo, Democracia Cristã e outros movimentos católicos

<sup>10</sup> Esse testemunho consta em um livro escrito quinze anos depois, quando a Firmeza Permanente já havia se estabelecido como um princípio do movimento, havendo uma motivação de que a publicação servisse de testemunho sobre a força da não-violência, portanto, é preciso tratar tais escritos com o mesmo cuidado com que são analisados outros textos que lidam com a memória. Por exemplo, será que a reflexão sobre a violência existente na greve de fome foi realizada na época, ou resultado de elaborações posteriores?

progressistas. Pode-se usar a metáfora da protocooperação, a relação ecológica interespecífica na qual duas espécies obtêm benefícios, ainda que possam viver de forma independente. O pequeno sindicato de uma região afastada do Centro conseguiu se fortalecer e virar referência, servindo de vitrine da visão diferenciada de mundo do movimento “Economia e Humanismo”.

No judiciário, por exemplo, se apresentavam como obedientes e submissos à lei para tranquilizar as autoridades, aproveitando a ocasião para evidenciar as contradições entre o que dizia a lei e como ela era aplicada de fato, atuando assim para expandir os direitos dos trabalhadores explorando o próprio cânone jurídico, que era reinterpretado para corrigir as injustiças cometidas contra os operários (Gonçalves, 1989).

Não se tratava de hipocrisia. A disputa trabalhista era entendida como uma disputa moral por excelência. Os trabalhadores buscavam resolver as demandas localmente sempre que possível e buscavam apelar para o judiciário apenas quando o desrespeito à lei fosse flagrante. Portanto, manter o bom tom e sempre falar a verdade eram orientações para que o trabalhador não caísse em descrédito, o que representaria um obstáculo para o reconhecimento do direito e a reparação da injustiça.

Com a entrada do Brasil na lógica da Guerra Fria e o aumento da polarização política, houve uma mudança da estrutura de oportunidades políticas, obrigando que os Queixadas revissem algumas de suas estratégias.

O método analítico tillyano dá grande importância ao conflito, que não se resume apenas a um lado, pois engloba os grupos que competem. É notável que o empresário também ampliou seu repertório com *performances*, inclusive, que provavelmente chegaram até ele pelas disputas com os Queixadas, vide a forma como, em 1962, pautou a opinião pública divulgando peças publicitárias destinadas a desmoralizar os grevistas. Na nova estrutura de oportunidades políticas polarizada de 1962, a situação havia ficado mais favorável ao empresário, de modo que ele pôde demitir mil pessoas, usando a propaganda anticomunista e suas relações com as autoridades para aumentar suas chances de sucesso.

Para que os Queixadas tivessem chances de vitória no cenário polarizado, entenderam que era necessário a radicalização de seus atos públicos. Mas, como fazer isso de uma forma que não fossem confundidos com comunistas e perdessem a legitimidade e apoio junto à hierarquia católica?

Os dois evangelizadores da não-violência que visitaram a greve apresentaram a não-violência como uma possibilidade de radicalizar a metodologia recorrendo aos próprios valores cristãos. Nos meses seguintes, as ofensivas patronais encurralaram os trabalhadores e as táticas



empregadas pelo Sindicato se revelaram insuficientes. Em paralelo, greves de fome em Santos e Roma demonstraram a viabilidade do ativismo não-violento. Contudo, isso não implicou em uma importação automática de *performances* não-violentas, foi um trajeto cheio de percalços, testes, idas e vindas, para que pudessem encontrar formas de ação adequadas para as novas configurações de oportunidades políticas. O que pode ser explicado pelo fato de as *performances* serem modulares e ao mesmo tempo singulares, pois são adaptadas a cada contexto.

O ano de 1962 foi de intensa polarização, uma vez que, com a renúncia de Jânio Quadros em 1961, se sucedeu um golpe realizado pelos três ministros militares que impediram a posse de João Goulart. A solução para o impasse foi a implementação do parlamentarismo pelo Congresso, o que gerou um forte movimento de resistência legalista que exigia a volta do presidencialismo. A situação doméstica do país estava alinhada às crescentes tensões da Guerra Fria.

A metodologia Queixada, adaptada de Lebreton, visava ganhar terreno pouco a pouco, promovendo uma estruturação dos laços comunitários e ampliando a capacidade dos próprios operários se mobilizarem pelas suas pautas com estratégias próprias a um ambiente democrático. Porém, com a Guerra Fria, a esfera democrática brasileira foi se esgarçando progressivamente, aumentando a polarização dentro do próprio catolicismo.

Em julho de 1962, os sindicalistas iniciaram uma campanha pela desapropriação da fábrica, que poderia se tornar propriedade do Estado e ser gerida por uma cooperativa de trabalhadores. Evitavam usar um linguajar que relacionasse tal atitude ao questionamento da propriedade privada, ao invés disso reforçaram a importância da propriedade privada, desde que atendesse ao critério legal que tratava da sua função social, o que, de certa maneira, inclusive fortalecia a figura do Estado como fiscalizador e dialogava diretamente com o que ordenava a DSI, acalmando setores da hierarquia (Gonçalves, 1989).

Após a demissão coletiva e a percepção de que o processo judicial seria longo, a primeira tática foi reforçar a campanha pela desapropriação da fábrica. Tal tática não era uma novidade, já havia sido utilizada em greves anteriores, porém, após a publicação da *Mater et Magistra*, havia uma certificação papal de que esta estratégia era genuinamente católica. Parecia realmente que a estratégia estava surtindo efeito, com a estrutura de oportunidades políticas se tornando mais favorável quando o governador Carvalho Pinto entrou de licença e o desembargador que entrou em seu lugar se mostrou mais solidário à ideia. O presidente em pessoa demonstrou apoio e Franco Montoro, da Democracia Cristã e muito vinculado aos Queixadas, ocupava cargos no governo, tendo acesso ao Palácio dos Campos Elíseos, estabelecendo um canal de diálogo direto com o governador.

Os operários chegaram a comemorar a desapropriação estourando fogos de artifício em frente às casas dos chamados “pelegos” e a empresa, inclusive, começou a retirar equipamentos da fábrica e enviá-los para outros endereços. Porém, ao voltar de licença, Carvalho Pinto desistiu de levar à frente a proposta, alegando que o setor jurídico apresentou um laudo técnico instruindo a rejeição, pois a desapropriação poderia ser contestada na justiça (Siqueira, 2009). Apesar do fracasso, a solidariedade despertada ao longo da campanha, bem como mais tarde, durante o jejum no mês de natal, tiveram um grande apelo, sendo capaz de gerar comoção mesmo com o clima político conturbado, o que serviu de demonstração da validade de estratégias pacíficas em um momento de polarização.

Uma análise das *performances* indica que, em 1962, os atos não-violentos (campanha pela desapropriação e jejum público) coexistiam com outros atos um tanto revanchistas, como é o caso dos fogos de artifício, uma demonstração de que embora utilizassem táticas não-violentas, o princípio da não-violência não estava ainda consolidado. O testemunho de João Breno Pinto apresenta uma chave para entender o aprendizado moral que estavam vivendo: “terminada a greve de fome eu estava totalmente convencido de que (...) a não-violência não era simples tática, mas era o conteúdo do trabalho que tinha de desenvolver dali por diante” (Pinto, 1977, p. 36).

O *habeas corpus* que autorizava o acampamento para a realização do jejum caiu nos primeiros dias de 1963 (Jesus, 1977a).

Colocando os principais eventos em ordem cronológica:

- 14/05/1962 - início da paralisação;
- 16/06/1962 - outros sindicatos encerram a greve, assinando acordo sem a “Perus”;
- 18/06/1962 - Ficha da DEOPS aponta visita de Jean Goss a São Paulo. Provável época em que o MIR apresentou a não-violência ao grupo de proa; A partir de então, apesar de um pouco titubeantes, as lideranças iniciaram a identificar seus métodos com a não-violência ativa, estudando livros sobre o Gandhi.
- 07/1962 - Tribunal do Trabalho se recusa a analisar o pedido de greve do sindicato, ao mesmo tempo que não ordena a volta ao trabalho, colocando a greve em um limbo jurídico;
- 21/08/1962 - Maria Conceição da Costa Neves comanda o furo da greve com funcionários selecionados;
- 08/1962 -09/1962 - Outros grevistas que tentam voltar ao trabalho são barrados, por estarem na lista de indesejáveis;
- 09/1962 - Demissão de todos os grevistas por abandono de emprego;

- 09/1962 - 10/1962 - Reforço da campanha pela desapropriação da fábrica;
- 11/1962 - Governo do estado se silencia sobre a desapropriação;
- 12/1962 - Rejeição do projeto de desapropriação por Carvalho Pinto;
- 12/1962 - 01/1963 - Greve de fome no Centro de São Paulo.

Em síntese, o MIR chegou aos Queixadas por indicação de Dom Hélder Câmara, uma proeminente figura da hierarquia nacional. A visita coincidiu com o início da ofensiva de Abdalla contra o sindicato. Pouco depois, a estratégia de legitimar a greve nos tribunais falhou, demandando outras ações de enfrentamento mais adequadas à nova estrutura de oportunidades. Os operários retiraram da gaveta um plano de desapropriação da fábrica e mobilizaram sua rede de contatos para dar visibilidade e legitimidade ao projeto. Começaram a estudar a obra de Gandhi, buscando fundamentos não-violentos para suas estratégias de luta.

A campanha difamatória na mídia, o retorno de uma centena de trabalhadores à fábrica, a acusação de corrupção e comunismo contra as lideranças e a demissão coletiva reduziram paulatinamente a estrutura de oportunidades.

Por isso, aumentaram a campanha pela desapropriação. Após um longo silêncio em novembro, organizaram uma greve de fome, uma estratégia do repertório gandhiano, primeiramente na porta do Palácio dos Campos Elíseos para pressionar o governador. A estratégia não deu certo, foram expulsos pela polícia e o governador rejeitou a proposta. Após isso conseguiram um *habeas corpus* e seguiram o jejum no Largo São Francisco, em frente à Faculdade de Direito, para comover a opinião pública, buscando reabrir as negociações. Obtiveram sucesso nesta demanda e ao final, as lideranças deixaram de ver a não-violência como uma mera tática e a assumiram como um princípio ético a ser seguido.

O modelo analítico de (Tilly, 2005) (2010) ajuda a perceber que a mudança no repertório foi um reflexo da mudança nas estruturas de oportunidades. O cenário favorável que permitiu a eclosão de uma grande quantidade de greves em fins da década de 1950 e início dos anos 1960, se deteriorou rapidamente após a renúncia de Jânio. As restrições do novo contexto político, foram compensadas por novas oportunidades advindas do contexto católico. A transferência de repertório contou com a mediação do MIR e a certificação de Dom Hélder Câmara. A greve de fome, enquanto *performance*, tem seu aspecto modular e sofreu adaptações para o contexto paulistano, permitindo que um pequeno grupo de ativistas conseguisse sustentar a ação por um longo tempo, obtendo um relativo sucesso que demonstrou a eficácia da estratégia. Na análise das falas das lideranças é possível perceber que tal evento foi crucial para um aprendizado moral

que ressignificou a não-violência ativa não apenas como tática, mas também como um princípio a ser seguido dali em diante.

### 1.7 1964: LIMITAÇÃO NAS OPORTUNIDADES DE RESISTÊNCIA

Após o golpe militar de 1964 o direito à greve foi limitado, os protestos foram proibidos e instaurou-se um clima de “caça às bruxas”, que impossibilitou diversas estratégias de resistência utilizadas até então. Os líderes Queixadas foram os primeiros sindicalistas presos em São Paulo, os processos que haviam sido arquivados em 1962 foram reabertos e o Sindicato sofreu intervenção, com o chefe do departamento pessoal da fábrica assumindo o posto de interventor. Além disso, parte da hierarquia da Igreja apoiava o novo regime e o espaço nos meios de comunicação foi drasticamente reduzido. Se antes de 1964 a crescente polarização já era fonte de dificuldades, com o golpe e a criminalização do polo antagonista, foi necessário se adaptar para levar à frente a luta nos tribunais.

Em 1967, no momento da vitória nos tribunais, produziram documentos explicitando que a metodologia utilizada ao longo da greve fora não-violenta, porém, segundo Adilson Gonçalves (1989), antes de então, os documentos não faziam menção à não-violência diretamente. É de 1977 o livro “A Firmeza Permanente”, no qual as lideranças relatam que principiaram a se reconhecer como não-violentos após o fim da greve de fome, em 1963. A diferença entre a falta de menção à não-violência em documentos produzidos antes de 1967 e os relatos posteriores, parece indicar que em 1964, apesar de reconhecerem a validade da não-violência enquanto princípio ético, ainda estavam em um período de transição.

A assunção das estratégias e princípios não-violentos esteve ligada a uma situação desafiadora de mobilização, que por si só exigia novas estratégias, e que foi ainda mais limitada pelo regime militar que tratava todo o movimento sindical com suspeição, além de haver criminalizado parte do repertório de resistência.

Uma das marcas do confronto não-violento é o diálogo com o opositor pautado pela transparência. Nesse sentido, os Queixadas explicitaram seus atos e intenções sempre que solicitado, revelavam tudo para as autoridades quando eram chamados a depor em interrogatórios, havia até mesmo a intenção de angariar simpatia entre os responsáveis pelos interrogatórios, ainda que reconhecessem a limitação de tal ação.

Em 1964, a grande prioridade do movimento seguia sendo vencer a greve nos tribunais e todos os seus esforços seguiam nesta direção. Para alcançarem tal objetivo era necessário abrir canais de diálogo com diversas instâncias do poder, mesmo naquela situação de arbítrio. Para isso, empregavam uma linguagem ou até mesmo símbolos conhecidos pelo oponente. Reconheciam a existência de valores nas atitudes do adversário que eram compartilhados pelos grevistas, então apontavam a injustiça sofrida pelos Queixadas, buscando sensibilizar e comover, ao mesmo tempo que davam sugestões de formas de apoio, coerentes aos princípios compartilhados, isso sempre deixando claro o ponto de vista do movimento.

Um bom exemplo foi a carta escrita ao jornal “Estado de São Paulo”, em meados de 1964, para pedir ajuda para denunciar que o interventor do sindicato era alguém fiel ao patrão. Louvavam o patriotismo e o desejo de justiça do jornal, que se opunha tanto ao comunismo quanto à corrupção. Buscavam demonstrar que partilhavam de tais posições, visto que no sindicalismo, por serem de uma corrente cristã, eram críticos tanto aos sindicatos vermelhos quanto aos amarelos, para então apontar que, embora o sindicalismo vermelho tivesse sido reprimido, os amarelos estavam crescendo, por isso pediam ajuda daquele jornal para denunciar a situação (Gonçalves, 1989).

Além do anticomunismo, o novo regime levantava a bandeira da anticorrupção, o que também reduziu a estrutura de oportunidades políticas de Abdalla. Ele foi cassado em junho de 1964 com base no Ato Institucional nº 1.

Em 1965, houve a abertura de inquéritos para investigar o conglomerado e diversas vezes seus bens entraram em leilão. Porém o ex-deputado contava com sua influência para se desvencilhar dos processos. Sempre que estava prestes a ter as posses leiloadas, alguém do alto escalão do governo intervia e ele seguia realizando as mesmas faltas, o que ajudava a aumentar a indignação contra sua pessoa, convertendo-o em uma espécie de símbolo da corrupção.

Em 1969, uma investigação federal concluiu que as 32 empresas do grupo Abdalla não recolhiam impostos, ao invés disso, remetiam os valores para a CIBRAPE, um braço financeiro do grupo, em um intrincado esquema de sonegação (Abreu, 2010). Essas situações abriram brechas na imprensa, aproveitadas como vantagens estratégicas pelos militantes. Para angariar a simpatia do público, adotaram a prática de expor a corrupção do patrão sempre que possível.

Com o cerco fechando contra Abdalla, em 1965, os problemas trabalhistas na fábrica de cimento se agravaram e os atrasos salariais se tornaram constantes. E ainda naquele ano os trabalhadores chegaram a ensaiar uma greve. Mário Carvalho de Jesus foi convidado para ser advogado dos trabalhadores na ativa. O convite desagradou os grevistas. O furo da greve em

1962 cindiu a comunidade e gerou um sentimento de mágoa. Antes que a volta do advogado ao sindicato se concretizasse, foram feitos muitos esforços de diálogo por parte do advogado e de João Breno Pinto (Jesus, 1977a).

Nesta primeira fase da ditadura, o judiciário se tornou uma das poucas arenas nas quais ainda era possível atuar, pois uma das maneiras usadas para tentar legitimar o novo regime, foi a manutenção do funcionamento de algumas instituições, ainda que de maneira limitada. Havia algumas poucas brechas na imprensa, que repercutiam as atualizações do “Caso Perus”, frequentemente se referindo a Abdalla como o “Mau Patrão” (Gonçalves, 1989).

Com a restrição das manifestações no centro da cidade, uma nova *performance* foi adotada: romarias de 30Km entre Perus e Pirapora, pedindo para que Deus iluminasse os julgadores. Em 1965 foram realizadas duas delas.

O ano de 1967 rendeu alguns triunfos ao movimento. O primeiro deles foi uma greve inusitada que, além de reunir todas as condições exigidas no decreto militar que regulava este tipo de protesto, contou com a proteção da polícia, que até então era usada pelo patrão de forma irregular para reprimir os paredistas<sup>11</sup> e que, após o sindicato apresentar uma denúncia no judiciário, forçaram o governador a manter os policiais baixo controle. A paralisação de vinte dias obteve o direito ao recebimento de multa pelos dias atrasados, algo surpreendente para o período (Jesus, 1977a).

Naquele ano conseguiram ainda a vitória do processo dos 501 estáveis nos tribunais, com direito a recebimento pelos dias parados, embora a volta ao trabalho só se desse em 1969, após vencerem no tribunal superior o recurso apresentado. Antes do julgamento, os Queixadas se articularam com diversos sindicatos e imprimiram um livro no qual apresentavam o processo e as estratégias utilizadas, aproveitando a oportunidade para expor sua metodologia. E após a vitória finalmente passaram a difundir a não-violência. O casal de missionários do MIR estava outra vez no Brasil e junto aos Queixadas organizaram no Instituto Justiça e Paz, o I Seminário Internacional da Não-Violência, contando com participantes de vários países, sindicatos e religiões.

A metodologia Queixada buscava uma mobilização constante das bases, por isso, mal acabava uma mobilização, iniciavam outra. A partir daquele momento começaram a defender a desapropriação da fábrica como uma forma de saldar as dívidas trabalhistas e com o fisco.

<sup>11</sup> Parede e paredista são termos sinônimos para greve e grevista, sendo ambos de uso frequente nos documentos produzidos pelos ativistas.

A Frente Nacional do Trabalho (FNT), que havia sido criada para difundir a metodologia Queixada, teve suas atividades interrompidas após o golpe de estado em 1964. Mas nos anos seguintes se tornaram praticamente a única frente sindical de oposição a se ampliar durante o novo regime. Usavam a estratégia de se apresentarem como católicos e contrários ao comunismo para tranquilizar tanto as autoridades governamentais quanto as eclesiásticas e, desta forma, seguir atuando. Concomitantemente, os demais sindicatos críticos ao regime foram extintos ou empurrados para a clandestinidade, gerando um vácuo que fez crescer a demanda pelo tipo de assessoria sindical que a FNT oferecia.

O trabalho se iniciava com a formação de “Comissões de Fábrica” e embora os encontros fossem realizados de forma quase clandestina, naquele momento ainda existia o direito à reunião. Tais comissões seguiam a mesma lógica do núcleo que Mário Carvalho de Jesus havia organizado nos anos 1950, em Perus. Realizavam um trabalho de base, utilizando as próprias demandas dos operários nos tribunais como material de aprendizado, respeitando as etapas de cada um, mas apontando sempre para a importância do trabalho coletivo. A FNT não abrigava apenas militantes católicos, ou Queixadas, no interior do movimento havia outras tendências e nas fábricas conviviam com outros grupos.

Havia um clima de que o regime democrático poderia ser restaurado pela pressão popular. O ano de 1968 foi marcado por uma crescente onda de movimentos civis que exigiam o fim da ditadura. A FNT participou da greve da COBRASMA, em Osasco, uma das últimas greves da década de 1960, pois logo em seguida, na virada de 1968 para 1969, uma parte importante dos direitos políticos da população foram cassados pelo Ato Institucional nº 5, proibindo a atuação de todos os movimentos de resistência civil, consequentemente paralisando os trabalhos da FNT, que durante um tempo seguiu apenas como uma assessoria jurídica para os trabalhadores que procuravam seu escritório.

## 1.8 UMA IGREJA RENOVADA

O Concílio Vaticano II durou de 1961 até 1965 e seu fim representou o início de uma grande mudança dentro do catolicismo. Representou um posicionamento mais claro de Roma pela defesa dos Direitos Humanos, a opção pelos pobres e outras pautas progressistas. Porém, a Igreja é uma instituição complexa, com muitas correntes divergentes e as grandes mudanças são um pouco morosas, esbarrando em resistências e releituras ao longo da cadeia hierárquica.

Na década de 1960, o arcebispo paulista tinha uma postura conservadora, porém contava com alguns bispos auxiliares muito sensíveis ao trabalho pastoral e aos movimentos sociais. Com a ditadura, os Queixadas buscaram se aproximar da hierarquia e conseguiram, em 1968, ainda antes do Encontro de Medellín, o apoio do arcebispo paulista para o seu projeto de construir um Centro de Formação em Perus, para que pudessem difundir a metodologia Queixada para outros sindicalistas, o que para o arcebispo conservador era visto como vantajoso, pois difundia os valores cristãos e ajudava a afastar os operários de outras correntes vistas como subversivas (Gonçalves, 1989).

Em 1968, foi realizada a II CELAM em Medellín, com a primeira visita de um papa ao continente americano. Esse encontro impulsionou a luta pelos Direitos Humanos, o surgimento da Teologia da Libertação e a configuração da Igreja Popular.

Logo após Medellín, Dom Hélder Câmara, uma das principais vozes do catolicismo progressista no Brasil, lançou a “Ação Justiça e Paz”, cujo método de ação seria a “Pressão Moral Libertadora”, um outro nome para a não-violência ativa e cujo principal objetivo era o de combater a miséria, indicando que esta era causada por pequenos grupos que detinham o poder (Fragoso *et al.*, 1977).

Em 1970, o arcebispo paulista foi transferido e em seu lugar entrou Dom Paulo Evaristo Arns, alguém muito ligado às pautas progressistas e que transformou São Paulo em um dos epicentros da resistência à ditadura, bem como da Igreja Popular e da Teologia da Libertação.

É importante destacar que antes do Concílio os Queixadas não se limitavam apenas aos princípios da DSI contidos nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Tais encíclicas inspiraram uma ala da Igreja a realizar intervenções na sociedade, e tais intervenções se desdobraram em novas estratégias e valores progressistas que fundamentaram os movimentos “Ação Católica” e “Economia e Humanismo”. Posteriormente, esses valores e estratégias foram parcialmente incorporados nas encíclicas conciliares. É importante fazer esta distinção pois após a “certificação” do Vaticano II muitos movimentos católicos incorporaram as mesmas pautas, sendo fácil chegar a uma conclusão equivocada de que a visão de mundo dos Queixadas se formou em consequência do Concílio. Porém, os fatos apontam em outra direção. Havia uma disposição do Papa João XXIII, e de seu sucessor Papa Paulo VI, de valorizar ações existentes nas bases da hierarquia, o que ajudou a impulsioná-las.

A *Mater et Magistra*, de 1961, consagrou o método “ver-julgar-agir” da Ação Católica e apresentou uma visão de mundo próxima a do catolicismo progressista francês. A *Pacem in Terris*, de 1963, foi influenciada pelos movimentos não-violentos católicos, dentre os quais estava



o MIR e mais tarde, a *Populorum Progressio*, sobre a cooperação entre os povos e os problemas de países em desenvolvimento, publicada após o Concílio, em 1967, pelo Papa Paulo VI, foi parcialmente escrita por Lebrecht, que faleceu antes de sua conclusão.

Portanto, o mais acertado seria dizer que os Queixadas participavam de uma experiência progressista que antecipou modelos de ação que, pouco depois, foram sintetizados em documentos conciliares, influenciando toda a Igreja.

Há, contudo, uma particularidade que os Queixadas compartilham com a Teologia da Libertação e a Igreja Popular. Em ambos os casos os modelos foram importados por católicos progressistas que estiveram na Europa. Eram propostas inspiradoras, que apresentavam respostas para conflitos vividos por diversos grupos, porém haviam sido pensadas para um outro contexto social e, para funcionarem efetivamente, foi necessário assimilá-las e adaptá-las para a realidade local, um processo que se dava na prática, por tentativa e erro. Anos depois, quando este mesmo repertório foi utilizado por outros grupos latino-americanos, desencadeou um processo mais amplo, que desembocou na Teologia da Libertação, integrando os grupos pioneiros que aportaram com suas experiências prévias. No caso dos Queixadas, a contribuição foi sua metodologia não-violenta.

Há uma coletânea de textos sobre a Firmeza Permanente editada nos EUA e prefaciada por Leonardo Boff, em que ele diz:

A Teologia da Libertação não é uma alternativa à não-violência, ou vice-versa. Ao contrário, elas nasceram da mesma inspiração, que é o comprometimento de transformar uma realidade social violenta em uma baseada na justiça e fraternidade, através de meios pacíficos. (...) A não-violência ativa contribuiu para a Teologia da Libertação através de sua pedagogia, de sua mística baseada no evangelho de paz baseada em justiça, e através de seus meios criativos de enfrentar o conflito aplicando ensinamentos evangélicos na ação política. Portanto, a não-violência ativa e a Teologia da Libertação são duas faces de uma única realidade. As duas faces não são opostas. Pelo contrário, elas informam e completam uma a outra (Boff, 2004, p. IX-X, tradução própria).

## 1.9 A MILITÂNCIA NA DÉCADA DE 1970 E 1980

A descrição histórica das décadas de 1970 e 1980 será sucinta, por se tratar de um período fora do recorte temporal analisado para identificar as propostas educativas. Contudo, essas duas décadas merecem atenção, pois permitem observar com mais nitidez algumas práticas que estavam sendo esboçadas em períodos anteriores.

A partir de 1969, o AI-5 impôs severas restrições aos direitos políticos de todos os cidadãos e inaugurou o período mais violento da repressão.

Logo após o AI-5 as lideranças Queixadas e da FNT foram outra vez presas.

J. J. Abdalla tampouco estava nas graças das autoridades e no mesmo período ele foi preso por corrupção. Uma investigação havia tornado público que as empresas de Abdalla sonegavam impostos em todos os níveis de governo. Isso tornou o empresário um expoente da corrupção que o regime militar declarava combater.

Tanto Abdalla, preso por ser investigado por corrupção, quanto Mário Carvalho de Jesus, preso por ter sido denunciado como um agitador comunista, ficaram aprisionados na Base Aérea de Cumbica.

O representante de uma confederação de indústrias visitou ambos e mediou um acordo no qual o Dr. Mário aceitaria permanecer longe do sindicato por um mês e em contrapartida o patrão realizaria uma proposta para acertar os salários atrasados, incluindo os relativos à greve iniciada em 1962 e vencida na justiça, em 1968. O advogado dos Queixadas se prontificou a ficar dois meses distante de Perus e sugeriu ainda que uma parte da dívida poderia ser quitada com terrenos para a construção de casas próprias para os operários. Porém, o patrão não cumpriu o combinado.

Era um momento crítico na luta dos Queixadas pelo recebimento dos dias de greve e pela desapropriação da fábrica, contudo, o recrudescimento da repressão havia restringido ainda mais as possibilidades de ativismo sindical. As lideranças precisaram ser criativas para contornar as restrições, dando ainda mais peso às estratégias jurídicas. Pesava a favor dos operários que Abdalla estava completamente desmoralizado e os jornais pediam abertamente a apuração do porquê ele continuava cometendo crimes fiscais.

Essa situação trouxe uma oportunidade favorável dos operários divulgarem suas demandas na imprensa. A postura do Sindicato era demonstrar que se tratava de uma questão moral, de reparação de uma injustiça. Abdalla, chamado de “mau patrão”, além de sonegar impostos, não pagava os funcionários. Os sindicalistas deram novo fôlego à campanha pela desapropriação da fábrica de cimento por meio dos tribunais.

Outra proposta que quase se viabilizou, foi o recebimento dos salários pelos anos de greve com comissões que seriam provenientes do aumento na produção. Em suma, uma forma de participação nos lucros, o que mais uma vez era uma antecipação de uma bandeira que viria a se tornar pauta dos movimentos sindicais apenas um tempo depois, assim como fora o salário família e outras conquistas antecipadas pelos Queixadas.

O governo federal desapropriou a fábrica de cimento em 1973, mas não queria demonstrar que havia alguma ligação com a pressão dos trabalhadores, portanto nomeou uma comissão que iria cuidar do caso de forma técnica. Enquanto isso, o processo trabalhista continuava correndo na Justiça do Trabalho, gerando tensões entre a Fazenda e o judiciário, da qual os operários souberam tirar proveito. O patrão, contudo, para escapar dos efeitos da desapropriação, transferiu os ativos da fábrica de cimento para outra empresa. Isso rendeu novas denúncias de fraude por parte do Sindicato, o que levou a uma nova desapropriação em 1974 (Jesus, 1977a) (Gonçalves, 1989).

Naquele ano, o Ministério do Trabalho realizou intervenção no sindicato, gerando uma situação *sui generis*, pois a empresa estava sob intervenção da Fazenda. O advogado recorreu à Organização Internacional do Trabalho (OIT), outro recurso criativo, que embora tenha levado dois anos para ser julgado, forçou o governo a suspender a intervenção.

Nos anos que se seguiram, a principal pauta dos sindicalistas foi a criação de uma cooperativa de trabalho que operaria a fábrica de cimento. Dessa maneira poderiam demonstrar as validades dos pressupostos da DSI. Outro ponto de destaque na segunda metade dos anos 1970 foi o fortalecimento da Igreja Popular que imprimiu um caráter de denúncia e resistência às campanhas que promoveu, além de ter impulsionado pastorais e Comunidades Eclesiais de Base. Os Queixadas colaboraram com essas iniciativas e tomaram a iniciativa de englobar outras demandas da comunidade, como por exemplo, uma campanha contra a poluição ambiental causada pelos velhos fornos sem filtro da fábrica.

No caso da FNT, o AI-5 quase levou ao fim da organização. Não fecharam graças à assessoria jurídica que manteve a Frente funcionando durante os dois primeiros anos após o AI-5. Esse período de paralisação das atividades gerou algumas divergências sobre como deveriam continuar atuando e, a partir de 1974, a FNT se dividiu em três. O núcleo jurídico se destacou e formou uma nova organização. A FNT propriamente dita ficou com o núcleo de capacitação. Perus deixou de ser seu principal foco. A FNT começou a realizar um trabalho de assessoria pedagógica mais voltado à formação sindical, sendo uma das poucas organizações que lançou cartilhas e produziu materiais naquele período (Gonçalves, 1989) (Manfredi, 1986).

Doutor Mário e João Breno, em 1972, participaram da fundação do Secretariado Justiça e Não-Violência. Havia um propósito de que essa nova organização contribuísse para um trabalho formativo. Diversos membros da igreja participaram da fundação, incluindo importantes membros da hierarquia, tais como Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Dom Antônio Fragoso, bispo de Crateús, no Ceará. O Secretariado foi responsável por alguns feitos notáveis,

como por exemplo a criação das Comissões de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), que atuaram para denunciar violações de direitos durante a ditadura.

Hildegard Goss-Mayr e Jean Goss foram importantes colaboradores. Na década anterior, ambos haviam contatado grupos em todo o continente americano para integrarem uma rede não-violenta com o MIR, porém, nos anos 1970 a estratégia mudou. Nas palavras de Jean Goss citado por Piñero (2013):

Ya era evidente en 1971 que la tradición noviolenta-pacifista europea y de Estados Unidos, de predominancia intelectual, que no existía en América Latina, no se le podía imponer desde el exterior. También se hizo evidente que la lucha en Latinoamérica debía ser concebida dentro del proyecto global de liberación individual y colectiva, inserto en la situación histórica del continente (Piñero, 2013, p. 16).

A nova estratégia foi realizar um trabalho mais próximo de formação para ajudar a organizar uma rede de ativistas. Desde o fim dos anos 1960 eles se fizeram presentes em diversos encontros sobre a não-violência no continente que resultaram na criação do Servicio de Justicia y Paz (SERPAJ), da qual o Secretariado se tornou parte (SERPAJ-AL, 1986).

A partir de 1975, com o governo Geisel, iniciou-se um lento processo de abertura. Nesse momento histórico houve a emersão de novos atores sociais e modos de mobilização, muitos deles impulsionados ou protegidos pela Igreja, que se posicionava cada vez mais fortemente contra a tortura. Houve uma miríade de iniciativas e por serem um dos poucos espaços de militância possíveis, atraíram a colaboração de movimentos que haviam sido impossibilitados de agir após o AI-5. Dentre eles, a FNT começou a realizar assessorias para formação sindical a grupos que estavam em formação. Nesse cadinho de experiências existiu um intercâmbio entre as ideias da Firmeza Permanente, da Teologia da Libertação e da Educação Popular.

No caso dos Queixadas, a campanha para desapropriar a fábrica e destiná-la para uma cooperativa de trabalhadores não deu certo e no começo dos anos 1980, a fábrica de cimento foi vendida de volta para a família Abdalla. As lideranças históricas novamente voltaram seus esforços para Perus. Iniciaram uma nova campanha por desapropriação, inicialmente como pressão para negociar com o patrão. Conforme a empresa foi se envolvendo em dificuldades para enfrentar o cartel do cimento, capitaneado por Antonio Ermírio de Moraes, os sindicalistas realizaram campanhas contra o cartel, ao mesmo tempo em que defenderam cada vez mais abertamente a bandeira da cooperativa. Vislumbravam na autogestão um projeto para constituir uma alternativa social não-violenta, baseada nos princípios cristãos do bem comum e da primazia do trabalho ante o capital.

Buscavam coroar um processo de décadas com uma experiência que servisse de exemplo para outros movimentos sociais. Dom Paulo endossou a proposta e se tornou porta-voz do movimento. Montoro, o velho aliado de décadas, havia se tornado governador, tentaram que apoiasse o processo, porém sem sucesso. Por fim, uma série de decisões erradas da administração da empresa no enfrentamento ao cartel tornou o funcionamento da fábrica insustentável e ela encerrou suas atividades, definitivamente, em 1986 (Gonçalves, 1989).

## **2 COMO A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS TEM SIDO ANALISADA?**

### **2.1 EDUCAÇÃO: UM ESCLARECIMENTO SEMÂNTICO**

O fenômeno educativo é tão abrangente que pode ter muitos significados. Um grupo de significados mais frequentes gira em torno de sentidos estritos da educação, isto é, educação como sinônimo de escola e tudo que lhe acompanha ou lhe suplementa. Há muitos estudos que investigam as mobilizações sociais para alcançarem algum objetivo educacional nesse sentido estrito, como por exemplo, mobilizações populares pela construção de creches e escolas em regiões desassistidas, ou projetos educativos promovidos por/com/para organizações populares, tais quais: as escolas rurais; projetos de contraturno; projetos de alfabetização de adultos, entre outros.

Um segundo grupo de significados remete à educação como um processo amplo que está intimamente associado ao conceito de cultura, englobando saberes políticos, organizacionais, atitudinais, morais entre outros. É comum que esses saberes sejam empíricos, isto é, são elaborados a partir de experiências vividas durante a organização e mobilização dos movimentos. Porém, esse recorte é tão amplo, que a noção educativa pode ficar difusa. Nesse caso, é comum que um fenômeno que aqui está sendo tratado como educativo, seja abordado desde outros arcabouços teóricos como socialização, comunicação, engajamento, humanização ou cognição.

O objetivo aqui se alinha a esse segundo grupo de significados, porém, em alguns momentos serão trazidos conceitos de campos teóricos que foram forjados enquanto teciam reflexões sobre a educação no sentido estrito, quando isso ocorrer o termo educação será adjetivado para frisar o que está exprimindo.

### **2.2 DESAFIOS DA PESQUISA**

Esquadrinhar a literatura acadêmica atrás de conceitos e teorias que pudessem balizar essa investigação foi desafiador. O primeiro grande desafio foi lidar com muitas pesquisas que abordam a relação entre educação e movimentos sociais. E então surgiu uma dificuldade semântica, tanto por conta das polissemias quanto das sinonímias em torno do fenômeno educativo, isto é, educação pode significar muitas coisas e muitas palavras podem ser utilizadas para se referir ao que aqui está sendo tratado como educação. Para agravar ainda mais, as

pesquisas estão dispersas em diversas áreas de estudo, cada qual com interesses, teorias e conceitos próprios. Além disso, por ser um tema estudado desde pelo menos os anos 1970, uma mesma área comporta uma diversidade de vertentes analíticas, algumas delas que se opõem entre si.

Explorar esse cipoal teórico e semântico sozinho seria como encontrar uma agulha no palheiro. A estratégia mais acertada foi utilizar as trilhas abertas por outros estudiosos da área que vieram antes para identificar, nos diversos campos de estudo, os elementos que sejam mais pertinentes a essa investigação e a partir deles montar um panorama de como a educação que ocorre nos movimentos sociais foi estudada ao longo do tempo

Será realizada uma apresentação cronológica que se iniciará com os estudos realizados nos anos 1970 e irá discutir a evolução do campo até os dias atuais. As escolhas podem dar a impressão de serem arbitrárias, pois algumas correntes receberão mais atenção enquanto outras serão ignoradas ou citadas de forma breve. Por isso é importante frisar que esse texto não pretende ser exaustivo. Sua obrigação é apresentar teorias mais condizentes à pesquisa. Em alguns momentos serão apresentados outros movimentos com o único intuito de traçar analogias ou apontar concomitâncias que validem ou rejeitem conceitos e ferramentas.

### 2.3 A AUSÊNCIA DOS QUEIXADAS DA HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO POPULAR

As pesquisas mais consagradas sobre educação popular deram grande evidência para algumas experiências ligadas à alfabetização de adultos e à cultura popular e foi dito muito pouco, ou praticamente nada, sobre outros grupos. Os Queixadas e a FNT, por exemplo, quase não aparecem.

Uma das poucas pesquisadoras que tratou deles, Sílvia Manfredi, em sua pesquisa de 1986, dá uma pista do porquê dessas ausências. Ela evoca Gramsci para argumentar que as experiências dos grupos subalternos geralmente são episódicas e fragmentadas e mesmo quando tendem à unificação, a disputa com os grupos dirigentes pode levar a rupturas e descontinuidades. Portanto, é mais fácil resgatar tais experiências ao final de um ciclo histórico em que os grupos subalternos têm êxito. Na maioria dos casos uma história assim não pode ser tratada senão de forma monográfica, o que esbarra na dificuldade de acesso às experiências e documentos (Manfredi, 1986).

De fato, as ações sociais de caráter contra-hegemônico muitas vezes são desagregadas e, no contexto anterior à ditadura, mesmo aquelas que estavam integradas em movimentos mais amplos foram interrompidas ou muito reduzidas com o prolongamento do regime militar. Portanto, resgatar a história dessas experiências é complexo e tende a ser um trabalho inconcluso. Osmar Fávero (1983), ao organizar o livro “Cultura Popular, educação popular: Memória dos Anos 60”, no qual compilou diversos textos produzidos pelos movimentos anteriores à ditadura, adverte que os excertos publicados em muitos casos não dependeram de uma escolha, mas do máximo que conseguiu ser recuperado da destruição e da dispersão depois de vinte anos de uma ditadura que quase conseguiu negar a possibilidade de conhecer essa história.

Em associação com essa complexidade inerente, Manfredi (1986), na apresentação de sua pesquisa, aponta um outro motivo que explicaria a maior visibilidade de alguns movimentos em detrimento de outros:

É curioso notar, na tradição recente dos estudos que enfocam a educação popular, uma tendência a enfatizar aqueles movimentos e/ou experiências em que de alguma forma nós, os autores das “classes médias”, estivemos envolvidos no processo, tanto no âmbito de sua organização, como no de sua condução. Isto porque a história da educação popular, nos últimos anos das décadas de 50, está vinculada às formas de engajamento político, de setores oriundos das “classes médias” da sociedade brasileira, naquela conjuntura econômica, política e social.

Dentre nós, muitos fomos atores nesse processo, razão pela qual temos sido também os maiores interessados na recuperação dos principais movimento da educação popular – Movimento da Educação de Base (MEB), Centros de Cultura Popular da UNE e da UEE, Movimento de Cultura Popular do Recife, Campanha de Alfabetização da Secretaria de Estado do Rio Grande do Norte (“De pé no chão também se aprende a ler”), Programa Nacional de Alfabetização do MEC de 1964 etc. (...)

Contudo, apesar da relevância política desses movimentos e da contribuição teórica dos estudos sobre educação popular (durante o período de 1956/ 1964) para que se repense esta educação hoje, parece-nos importante ressaltar a necessidade de se investigar uma outra dimensão pouco considerada. Referimo-nos às formas alternativas de educação, que as próprias classes subalternas criam e recriam a partir de sua prática social e política, enfim, àquela educação que os grupos populares proporcionaram a si próprios como uma classe social (Manfredi, 1986, pp. 19-20).

Essas palavras, apesar de terem sido escritas há quase 40 anos, ainda seguem atuais. A ditadura jogou diversas experiências no limbo da história, e quando os pesquisadores estavam a resgatá-las, nada mais compreensível que tenham iniciado por aquelas que lhes eram mais significativas e estavam gravadas mais fundo em suas memórias.



Quase três décadas depois, em 2014, o historiador Marcos Pinheiro observa ainda outras ausências na versão da educação popular que se consolidou a partir da memória e da história construída por pessoas que participaram em alguns movimentos. Além de se concentrar em alguns poucos grupos, a historiografia localiza a origem da educação popular no início dos anos 1960, como uma ruptura com práticas que existiam até então. Esse mito fundador da educação popular na América Latina teve como consequência relegar ao limbo as histórias de outros movimentos que vieram antes. Pinheiro entende a importância das experiências dos anos 1960, porém discorda da interpretação de que tenha havido ali uma ruptura que separa bruscamente as experiências. A partir de sua pesquisa com movimentos de classe média que lutavam pela alfabetização em décadas anteriores, ele entende que o mais pertinente seria falar em diferenciação, um fenômeno mais suave, em que é possível traçar paralelos e encontrar continuidades e semelhanças com movimentos anteriores (Pinheiro, 2014).

Essa crítica não é nova, autores importantes do campo, como Fávero (1983) e Brandão (2006) estavam sensíveis a esse tema ao se referirem aos movimentos que lutaram pela escola pública em décadas anteriores. Porém, as autocríticas e as notas de rodapé desaparecem quando os textos são citados de forma resumida em pesquisas mais recentes.

Pode-se traçar um paralelo da crítica de Pinheiro (2014) com a discussão levantada por Kuhn (2017) acerca da estrutura das revoluções científicas. A ciência pode evoluir por acúmulo de experiências, porém chega um momento em que uma grande quantidade de problemas inconclusos se acumulam e o avanço gradual das estratégias anteriores não mais atende às demandas do presente. Nessas ocasiões uma nova explicação pode desencadear uma ruptura ou uma revolução naquele campo do conhecimento.

As discussões acerca da educação popular são conflitantes. Brandão (2006) entende que sua origem teve um quê de revolução, e, nesse processo ela se constituiu como um novo campo de práticas educativas separado das estratégias existentes anteriormente. Ao afirmar essa ruptura debate com posições que se atém às similaridades com programas oficiais que classificam a educação popular como um subtipo da educação de adultos, porém, mais envolvido com questões políticas.

Alguém poderia deduzir que as diferentes tipologias e visões sobre rupturas e continuidades podem implicar que cada grupo de autores está olhando para um conjunto diferente de questões em aberto. Afinal, sendo a educação um campo de saber muito atrelado à prática, uma variação no contexto altera o conjunto de problemas a serem solucionados. Uma pesquisa cujo foco seja entender como o Estado lida com a educação dos grupos populares poderá chegar a uma

tipologia muito diferente de uma outra pesquisa cujo foco esteja posto em como os movimentos sociais atuam com a educação. Problemas diferentes podem chegar a tipologias até mesmo antagônicas, não implicando que exista ali um equívoco por qualquer um dos lados.

Contudo, as questões apontadas por Pinheiro (2014) e por Manfredi (1986) são de outra ordem, pois partem de uma base de problemas afins, relativos às práticas educativas em movimentos sociais. Ambos apontam casos concretos fecundos de elementos que em outros movimentos foram identificados como revolucionários, porém não estavam sendo notados por estarem misturados com discursos e práticas típicos ao outro lado de alguma “cerca tipológica” que os pesquisadores estivessem utilizando.

As críticas de ambos foram possibilitadas também pela própria dinâmica do campo dos estudos acerca dos movimentos sociais, que, como será discutido mais à frente, experimentou grandes mudanças ao longo das décadas.

Por exemplo, Carlos Rodrigues Brandão (2006), um dos pesquisadores que classificam a educação popular como um novo tipo de educação, ao discutir o assunto em seu livro “O que é Educação Popular?”, cita a historiografia dos movimentos que lutaram pela escola pública na primeira metade do século XX. No início dos anos 1980, quando Brandão escreveu o livro, tinham sido lançadas pesquisas sobre escolas organizadas por movimentos operários nas primeiras décadas do século XX. Até então, para aquilo que Brandão chama de memória erudita, é como se tais iniciativas simplesmente não tivessem existido e toda a luta pela escola pública tivesse sido conduzida por setores da elite e da classe média.

Adiantando um pouco o tema que será estudado logo mais, essas reiteradas constatações sobre as ausências de grupos populares em pesquisas que tratam da história da educação se tornaram possíveis pelo avanço nos campos de estudo que abordam as ações sociais coletivas. Autores da história social, da história cultural, estudos culturais entre outros campos começaram a notar a agência de grupos que até então eram entendidos como passivos.

Desde pelo menos a ascensão do nazismo e de outros movimentos políticos autoritários que lhes foram contemporâneos, muito se havia refletido sobre a adesão acrítica das “massas” a essas ideologias. Marginalização, alienação, ideologias de massas, entre outros conceitos, eram termos utilizados para tentar compreender as razões da barbárie e como evitar que elas ocorressem outra vez. E apesar dos avanços que tais estudos propiciaram, esses novos modelos teóricos também produziram recortes que reforçaram uma leitura que fazia perder de vista as brechas e resistências por onde o povo expressava sua autonomia.

Por exemplo, um dos projetos citados como precursores da educação popular é a campanha “De pé no Chão Também se Aprende a Ler”, iniciado em 1961. Foi um projeto de alfabetização patrocinado pela prefeitura de Natal, inspirado nos trabalhos de Paulo Freire. Em um texto formativo explicam que a alienação presente na cultura brasileira tinha suas origens na colonização:

“o tipo de civilização encontrada pelos portugueses, em virtude do seu estágio cultural primitivo, foi facilmente sufocada pela cultura europeia trazida pelos nossos descobridores (Fávero, 1983, p. 85).”

A ênfase à violência do colonizador que submeteu o nativo perde de vista que essa submissão não se deu sem conflitos e resistências. Os articuladores daquele movimento entendiam que a alienação seria interrompida através de um processo de tomada de consciência em que o povo compreendesse os seus próprios interesses ao invés de viver submetido aos interesses e à cultura de outrem. Dessa forma a conscientização era vista como um ponto de ruptura, um evento que separa a submissão passiva popular, que estava passando por uma estúpida massificação, de um segundo momento, no qual é inaugurado um processo dialético de libertação. Perspectivas como essa eram amparadas em modelos teóricos das ciências sociais da época para as quais a dinâmica evolutiva da sociedade dependia da existência de classes sociais, implicando que, em sociedades primitivas sem classes sociais, as revoltas populares eram episódicas e não estavam ligadas à uma consciência popular acerca de seus próprios interesses.

Contudo, esse era um debate em constante atualização. Por exemplo, em 1963, Edward Thompson (2001) lançou seu primeiro volume de “A Formação da Classe Operária Inglesa”. Utilizando referencial marxista, demonstrou que antes mesmo de se tornar uma classe social e formar uma consciência de classe, a população inglesa não era passiva e completamente submissa. Sua adesão ou não a determinadas atividades sociais, por vezes, era estratégica e se dava em um intrincado jogo de negociação de interesses com a aristocracia. A obra de Thompson e de outros autores, que encontraram exemplos da agência popular em lugares inesperados pelos modelos teóricos então vigentes, semearam uma avalanche de novos estudos que alteraram drasticamente a historiografia nas décadas seguintes.

Essa expansão tornou mais evidentes as ausências. O que não implica que uma teorização mais antiga seja inválida. Por vezes ela é apenas incompleta ou limitada em suas conclusões. O que em associação com outros elementos, como o da fragmentação e o das discontinuidades de movimentos contra-hegemônicos, cria uma situação na qual tipologias e esquemas sintéticos

acerca de fenômenos que envolvam mobilizações sociais sejam construídos e manejados sem pretensões universalizantes.

Miguel Arroyo (2014) em seu livro “Outros Sujeitos, Outras Pedagogias” reflete sobre como um grupo excluído gera novos saberes e outras formas de aprendizado diferentes daquelas reconhecidas pela pedagogia oficial cada vez que se mobiliza para reivindicar direitos ou resistir a algumas injustiças, rejeitando o lugar atribuído a ele pelos discursos oficiais. Portanto, as “Outras Pedagogias” sempre existiram, independentemente do antolho que faz o olhar científico lhes ignorar.

É nesse contexto que a discussão sobre a história das reflexões teóricas acerca da educação popular está sendo realizada. A visão sintética que está sendo considerada não é vista como uma discussão finalizada sobre o assunto, mas sim um instrumental que é útil no contexto deste trabalho, cujo intuito é colocar em perspectiva as ações pedagógicas do grupo que está sendo estudado e dar subsídios para verificar até que ponto é apropriado tratá-los como um caso de “educação popular”.

#### 2.4 EDUCAÇÃO EMANCIPADORA X EDUCAÇÃO REPRODUTORA

Na conclusão de seu livro “Educação Sindical: Entre o conformismo e a crítica” Sílvia Manfredi (1986) critica o uso de tipologias que definem existir educações de natureza reprodutora, de atualização e de emancipação, pois a educação entre operários são práticas concretas, influenciadas por diversos fatores e com resultados que podem ser os mais diversificados possíveis, pois:

não se deve esquecer que toda a prática pedagógico-educativa tem sua dinâmica permeada por uma vasta gama de influências coletivas estruturais, conjunturais e individuais, e, por este motivo, não existe uma relação mecânica e linear entre as intenções e os resultados.(...)

a dificuldade em estabelecer certos limites entre o reacionário e o revolucionário, a domesticação e a crítica à ideologia dominante e como o processo de desvendamento e crítica dessa ideologia é um processo que decorre simultaneamente da injeção de fatores individuais e coletivos e de condições subjetivas e objetivas (Manfredi, 1986, pp. 308-310).

Logo, os modelos podem aparentemente facilitar uma análise, mas correm o risco de achatam uma realidade complexa ao invés de representá-la. Se as tipologias forem utilizadas, elas não devem ser tomadas a ferro e fogo, pois por mais que exista uma intencionalidade na prática educativa, não se pode ter certeza de como o aprendizado irá ocorrer.

Um exemplo pode ser tomado em um texto de Carlos Rodrigues Brandão (2006), um dos grandes pesquisadores da educação popular. Ele comparou o caráter emancipatório do trabalho pastoral realizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) com o caráter conservador de uma outra experiência adotada por várias dioceses nos anos 1970. Segundo ele, a comunidade era dividida em “Catorze Sistemas”, ignoravam-se os problemas sociais e preconizavam que através da participação e do esforço da própria comunidade, ela poderia se organizar e se desenvolver.

Apesar da intencionalidade conservadora apontada pelo autor, o historiador Lucas Godinho (2019), em uma pesquisa que buscou rastrear as influências da Igreja na formação de pessoas que mais tarde se tornaram lideranças políticas do Partido dos Trabalhadores em Chapecó, conduziu uma entrevista na qual foi trazida a importância dos “Catorze Sistemas” para a formação de lideranças naquela comunidade. Foi apontado que pelo fato de Chapecó ser uma diocese menor e com poucos latifundiários influentes que poderiam cercear o trabalho das lideranças eclesiais mais progressistas, o trabalho de formação de lideranças foi conjugado com um trabalho social que complementou a formação daqueles sujeitos.

O relato trazido por Godinho (2019) indica outro fator que parece importar muito no processo educativo: o confronto da teoria com a realidade social. Na monografia conduzida acerca da não-violência entre os Queixadas, ficou evidente que uma metodologia ingênua pode ser o início de um engajamento social que leva a novos aprendizados e à superação da ingenuidade (Chaves, D. C., 2016). As experiências dos Queixadas e de Chapecó reforçam a observação de Sílvia Manfredi (1986) de que a formação não é um fenômeno determinístico que caiba em um modelo simplificado. Ela explica que o avanço da consciência crítica entre os operários é muito mais influenciado pelo engajamento numa prática coletiva de luta.

A análise de fenômenos complexos fica prejudicada quando se privilegia o uso de categorias rígidas, modelos simplificados ou resumos muito sintéticos. Uma das consequências é a perpetuação das ausências.

## 2.5 1970/1980: O AUGO DOS ESTUDOS SOBRE A EDUCAÇÃO POPULAR

A primeira linha a ser puxada do emaranhado teórico é a da educação popular. Houve um volume considerável de pesquisas sobre a educação popular no Brasil, boa parte delas produzidas entre meados dos anos 1970 e começo dos anos 1990, no período da transição para a democracia, quando ocorreu um forte interesse em entender o cenário fervilhante do país naquela época,

bem como resgatar e documentar como as experiências de décadas anteriores explicavam ou se relacionavam com os novos movimentos populares. Citando Osmar Fávero, o objetivo de tais pesquisas era “buscar, naqueles anos, lições úteis à nova etapa da luta popular que marca o início dos anos 1980” (Fávero, 1983, p. 11).

Algumas daquelas pesquisas se tornaram canônicas e são citadas até hoje em nova literatura produzida sobre o assunto.

Um dos autores considerados nesse contexto foi Carlos Rodrigues Brandão. Nos anos 1980 ele escreveu uma trinca de livros de difusão científica sobre Educação para a série “Primeiros Passos” da Editora Brasiliense, são eles, “O que é Educação?”, “O que é o Método Paulo Freire?” e por fim, “O que é Educação Popular?”. Nesses três volumes Brandão apresenta uma discussão antropológica acerca dos termos educação e cultura e, de certa forma, tange aspectos da educação popular em todos eles, embora seja no livro destinado à educação popular no qual ele irá fazer uma discussão mais aprofundada. Anos depois, já no século XXI, a trajetória histórica exposta naquele texto foi reelaborada como um capítulo de outro livro chamado “Cultura Rebelde: Escritos sobre a educação popular ontem e agora” (Brandão; Assumpção, 2009), que, por ser mais atual, será utilizado como base da discussão sobre a Educação Popular. Em tal texto Brandão mapeou pelo menos quatro sentidos que o termo “Educação Popular” já recebeu ao longo da história:

1. como a *educação da comunidade primitiva*, anterior à divisão social do saber;
2. como a *educação do ensino público*;
3. como a *educação das classes populares*;
4. como a *educação da sociedade igualitária*; (Brandão; Assumpção, 2009, p. 11, grifo do autor)

Os dois primeiros sentidos são pouco pertinentes à discussão aqui realizada. O primeiro foi empregado por Fernando de Azevedo para se referir às iniciativas jesuítas da época da colonização que, embora restritas, educavam crianças indígenas, negras e brancas pobres. O segundo está associado aos movimentos que na primeira metade do século XX lutaram pela escola pública e lançaram iniciativas de combate ao analfabetismo, ao que ele chama de um projeto de *educação popular* liberal, que apesar dos avanços, nunca foi plenamente realizado (Brandão; Assumpção, 2009, grifo do autor).

Apesar disso, como já foi dito, o texto de Brandão (Brandão; Assumpção, 2009) realiza uma crítica historiográfica quando tange o segundo significado, denunciando uma memória erudita que escreve as histórias sobre a educação na qual o pobre não aparece, criando uma

visão costumeira de que os pobres nunca estiveram interessados pela educação de seus filhos. Essa constatação de Brandão reforça o que já havia sido dito anteriormente sobre as ausências, fragmentações e descontinuidades na historiografia que trata de movimentos populares e da transição na forma como os grupos populares são lembrados, ou, no caso, esquecidos, e estava afinada com a nova produção historiográfica que ficou mais atenta à agência de grupos populares, trazendo à tona sua participação nas mobilizações pela educação escolar nas primeiras décadas do século XX. Alguns desses grupos tinham, inclusive, uma forte preocupação política, como por exemplo as escolas inauguradas por militantes operários em São Paulo e no Rio de Janeiro. Apesar das lacunas, esse mosaico de experiências permite perceber que aquelas iniciativas das primeiras quatro décadas do século XX estavam ligadas a movimentos de educação, ou setores de movimentos sociais e políticos que se dedicavam ao tema, independente se tais iniciativas fossem para as/ com as/ das classes populares. Educação aqui, em seu sentido mais formal.

A terceira concepção apresentada por Brandão (Brandão; Assumpção, 2009) associa a educação popular a uma educação das classes populares. Emergiu no pós-segunda guerra e segue até o século XXI, sofrendo transformações ao longo do tempo. Em um primeiro momento, nos anos 1950, estavam em voga estudos sobre a marginalização social, havia também uma reflexão sobre como o distanciamento do povo da vida política foi uma situação propícia que fermentou movimentos políticos autoritários e violentos que tiveram grande apelo diante das massas. No intuito de evitar novas barbáries, ocorreram discussões sobre como reintegrar as populações marginalizadas a uma vida social digna e produtiva. A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) difundiu ideias sobre o desenvolvimento comunitário, ou, em casos de países em situações mais precárias, um desenvolvimento regional, buscando trabalhar com a “participação” da “base”. Portanto, nesse primeiro momento o foco estava em educar o sujeito, as comunidades e até mesmo nações para a vida social.

Tanto a corrente da “educação de adultos” quanto a corrente do “desenvolvimento de comunidades marginalizadas” tinham um caráter de direito e benefício social, mas também de investimentos, ao integrar um grande contingente de pessoas no mercado de trabalho, no exercício da cidadania e no desenvolvimento social. Pouco depois, com a difusão de estudos econômicos tratando do desenvolvimento em países periféricos, emergiu um discurso sobre o terceiro mundo e essa educação popular foi encarada como uma maneira de “atuar sobre grupos e comunidades que, educados, organizados e motivados, assumissem em seu nível, o seu papel no processo de desenvolvimento” (Brandão; Assumpção, 2009, p. 23).

De forma resumida, o foco saiu de educar sujeitos para a vida social e deslocou-se para educá-los para o desenvolvimento da comunidade. Houve ainda uma terceira mudança tempos depois, quando nos anos 1980 e 1990, passou-se a falar em desenvolvimento local, utilizando para isso a somatória de indicadores estatísticos de qualidade de vida que poderiam ser melhorados por meio de formas moderadas de participação. Ao decupar os indicadores é possível um micro gerenciamento da modernização social, e a educação popular se tornou uma maneira de instituições educarem a comunidade por meio da educação dos indivíduos.

Brandão (2006) aponta que todas essas experiências referem-se a instituições tentando organizar os domínios tradicionais da vida social popular por meio da introdução de formas “modernizadoras” de articulação, buscando reordenar todos os domínios da “comunidade” e assim, sutilmente, marginalizar duas expressões da vida popular, primeiramente a substituição de atores sociais ligados à religião, cura ou arte que resistem às inovações e portanto são substituídos por equivalentes mais jovens, tal qual o auxiliar de saúde, o líder da comunidade etc. Uma segunda dimensão marginalizada é a dos espaços emergentes de trabalho social e político da comunidade. Não raro os programas de “promoção social” são utilizados em áreas de “tensão social” e nesse processo desmobilizam os grupos populares.

A quarta concepção de educação popular, a que trata da educação de uma sociedade igualitária, começou a despontar nos anos 1960 através de experiências chamadas inicialmente de educação de base, depois de educação libertadora, até serem tratadas como educação popular. Como discutido anteriormente, há tipologias que as classificam como um desdobramento da educação de adultos, da educação informal ou da educação permanente, o que as colocariam como um subtipo da terceira categoria. O autor, no entanto, defende que a educação popular possui diferenças cruciais:

A educação popular emerge como um movimento de trabalho político com as classes populares por meio da educação. Ela pretende ser uma retotalização de todo o projeto educativo, desde um ponto de vista popular. A diferença entre educação popular e outras concepções está, em primeiro lugar, na origem do poder e no projeto político que submete o agenciamento, o programa e a prática de um tipo específico de educação dirigida às classes populares. Está, em segundo lugar, no modo como a educação pensa a si mesma e o projeto de educação, no sentido mais pleno que estas palavras podem ter. (Brandão; Assumpção, 2009, p. 27)

Portanto, embora o público seja o mesmo, há diferenças entre um tipo de educação e outro. No primeiro caso há um discurso modernista que deposita em agências e órgãos governamentais a missão de transformar a sociedade. A educação das classes populares ocorre em um sentido



formativo que está vinculado a essa intencionalidade civilizadora que vem desde fora. No segundo caso também há um discurso modernista, porém ao invés do Estado educar os setores marginalizados da sociedade, a relação se inverte, a educação é pensada desde as necessidades internas das classes populares, a formação política é orientada por um projeto do próprio grupo popular e serão os grupos populares que irão transformar a sociedade.

A diferenciação entre esses dois modelos se deu no contexto latino-americano do início dos anos 1960, uma época de grandes conflitos, mas também com uma intensa produção intelectual, uma classe média animada pelas utopias desenvolvimentistas se engajando na militância estudantil, religiosa, partidária, entre outras, bem como a emergência de novas formas de organizações populares, tanto no campo, quanto na cidade. Além disso, os governos populistas reprimiam menos tais iniciativas, e, não raro, tentaram cooptá-las.

Essas condições propiciaram diversas experiências ligadas a movimentos estudantis, Igreja Católica, sindicatos, diferentes instâncias do governo e movimentos populares. Várias dessas experiências assumiram um caráter de contestação, buscando transformar a ordem social, sindical, econômica, cultural e política.

Quando setores progressistas da classe média, movidos por um desejo de transformar o país, se engajaram em um trabalho com/para/pelo povo, para atuarem em alguma questão pontual, tomaram conhecimento de outros aspectos conflitivos da realidade que eram tão ou mais graves do que as situações nas quais tinham intenção de atuar inicialmente. Aos poucos, as pessoas do povo demandaram por outras ações e ficou patente a necessidade de organização política, de modo que o próprio povo pudesse alcançar junto a outras instâncias de poder aquilo que estavam demandando.

Vanilda Paiva (1982), historiadora que pesquisou a educação popular, teve uma leitura crítica desse processo histórico. Ao analisar os fatores ideológicos de movimentos da educação popular ligados à Igreja Católica em fins dos anos 1970, identificou uma verve populista que vinha desde as origens do movimento nos anos 1950. A palavra populista é um outro termo polissêmico, chegando a ser ofensivo atualmente. No caso da classificação utilizada por Paiva, os critérios que identificam um movimento populista seriam: o movimento ser promovido por intelectuais e estudantes preocupados com as condições de vida do povo, que ao mesmo tempo acreditavam que o povo tinha pouca capacidade de identificar seus próprios interesses e por isso é vítima de manipulações; Discurso de que as soluções para o povo devem vir do próprio povo e os intelectuais poderiam servir para amplificar as ideias do povo e não para apontar novos caminhos. E, além disso, esses intelectuais percebiam uma oposição entre a corrupção das elites

versus a pureza e a sabedoria popular, por isso, mais do que ensinar ao povo, os intelectuais teriam muito a aprender com eles.

Para Paiva (1982), a ideologia do nacional desenvolvimentismo era populista e foi sintetizada pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), órgão criado em 1955 e que era subordinado ao MEC. Os estudos conduzidos pelo ISEB orientaram os esforços de diversos grupos ativistas. Um populismo pedagógico que apareceu inicialmente nos escritos de Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire nos anos 1960, se radicalizou nos anos 1970 nos escritos do “NOVA – Pesquisa, Avaliação e Assessoria em Educação”, um grupo formado para dar assessoria em educação popular para movimentos sociais, muitos deles ligados à Igreja Católica, que na discussão proposta pela autora rejeitavam o saber teórico por darem muito mais valor ao saber empírico adquirido no ativismo social.

Com essa definição de movimentos populistas, Paiva se refere ao trabalho de Emanuel de Kadt (1970 apud Paiva, 1982) que, ao estudar o Movimento de Educação de Base (MEB), apontou muitas semelhanças entre os movimentos populistas russos ligados a uma corrente de renovação do catolicismo ortodoxo no século XIX, com o populismo católico dos anos 1950/1960, ligado a grupos progressistas que renovaram a Igreja. Os populistas russos viveram um processo de radicalização, partindo de um nacionalismo que beirava o folclorismo, até adotarem perspectivas anarquistas e marxistas.

Havia um clamor para que os intelectuais fossem até o povo e se fundissem a ele em formas espontâneas e arcaicas de protesto social, de modo que as massas fossem educadas através de um poder livre que não imporia uma forma, pois essa deveria ser descoberta pelo próprio povo ao longo da revolução. O papel da elite intelectual era realizar um trabalho de longo prazo que educasse o povo para o pensamento crítico para que, assim, o povo pudesse vencer o atraso e as condições de exploração com as quais viviam.

Kadt (1970 apud Paiva, 1982) identificou um processo similar entre os movimentos populistas católicos. Os intelectuais católicos se opunham tanto ao capitalismo quanto ao comunismo e conforme o ISEB foi sistematizando a proposta nacional desenvolvimentista, incorporou algumas bandeiras que já eram agitadas pelos católicos. Os católicos faziam muitas leituras de autores franceses que traziam elementos de um anarquismo comunitarista e, embora fossem críticos ao marxismo, incorporaram alguns elementos da racionalidade marxista. Defendiam uma alternativa socialista democrática inspirada nos valores do cristianismo. Ir ao povo e viver com ele, inclusive realizando um voto de pobreza, passou a ser estimulado como uma maneira de dar o testemunho cristão.

Segundo Kadt (1970 apud Paiva, 1982), nos escritos de Vieira Pinto do início dos anos 1960, o nacional desenvolvimentismo se concretizaria a partir das massas, para isso era necessário que elas refletissem sobre si mesmas e expressassem sua autenticidade, isto é, o método para chegar à autenticidade parte das experiências vividas e não do pensamento abstrato. A importância de Vieira Pinto teria sido articular ideias que já circulavam entre os movimentos católicos e colocá-las a serviço do nacional desenvolvimentismo, através do ISEB, cujo ideário influenciou Paulo Freire, que desde os anos 1950 se via às voltas com os mesmos problemas que outros intelectuais católicos, isto é, sobre o que poderia ser feito para vencer o atraso do país.

No estudo realizado anteriormente sobre a luta não-violenta entre os Queixadas, percebe-se que eles viveram um processo similar no início dos anos 1960, muito embora não tenham sido encontradas referências sobre a influência de Vieira Pinto e Paulo Freire. A educação sindical proposta pelo movimento Economia e Humanismo, movimento no qual se formaram as lideranças católicas de classe média que foram para Perus, estava assentada na proposta de Pe. Lebret, que não era uma corrente hegemônica entre os leigos progressistas brasileiros. Porém, essas correntes se formaram em um mesmo contexto histórico e, apesar das diferenças, tinham vários pontos de contato (Chaves, D. C., 2016).

Circulavam ideias católicas progressistas, muitas delas vindas da França, propondo ao leigo o engajamento em questões da modernidade, ao invés de adotarem um discurso de volta a uma ordem tradicional. Lebret, Mounier e Maritain eram alguns dos nomes mais conhecidos. Tanto Lebret quanto Mounier realizaram a releitura de autores anarquistas que tinham propostas comunitárias. Havia outros textos circulando, tal qual os de Simone Weil, a primeira catedrática de filosofia francesa, que se converteu ao catolicismo e se tornou operária para poder estar mais próxima aos pobres e, apesar de ter morrido muito jovem, teve uma produção intelectual influente entre os humanistas católicos.

Ecléa Bosi, que em sua juventude, junto a seu marido Alfredo Bosi, foram militantes da Economia e Humanismo, foi tão impactada pelos escritos de Weil, que a elegeu como tema de seus estudos em mais de uma ocasião. Com destaque ao livro “A Condição Operária e Outros Estudos Sobre a Opressão” (1996) no qual organizou diversos textos de Weil. O padre Domingos Barbé, que nos anos 1970 se tornou uma das principais lideranças da Firmeza Permanente no Brasil, chegou ao país junto a outros padres operários, um grupo de sacerdotes que fez voto de pobreza e foram trabalhar em fábricas junto aos trabalhadores mais pobres.

Mário Carvalho de Jesus, o advogado dos Queixadas e principal liderança dos movimentos não-violentos aqui estudados, nos anos 1940 estagiou em uma comunidade lebreteana de trabalho na França, onde atuou como operário junto a leigos e sacerdotes.

Portanto, embora o ISEB, no Sudeste, e Celso Furtado frente à SUDENE, no Nordeste, tenham dado mais substância a um projeto político nacional, a militância católica já estava embalada tanto por uma produção intelectual crítica ao comunismo e ao capitalismo (que consideravam os dois chifres do diabo), quanto por testemunhos de militantes católicos que apontavam para a necessidade de estar junto aos pobres e às pessoas mais simples. O pobrismo (opção pelos pobres) que marcou a Teologia da Libertação anos depois foi o desdobrar de um processo longo, com uma raiz que se esparramou e se nutriu até mesmo em autores marxistas.

O padrão apontado por Paiva (1982), de semelhanças entre os discursos progressistas católicos dos anos 1950 aos anos 1970, com o populismo dos ortodoxos russos de fins do século XIX - no qual intelectuais acreditavam que a solução dos problemas nacionais viria do povo, mas ao mesmo tempo entendiam que o povo não reconhecia o seu próprio valor e que, portanto, precisava ser estimulado pelos intelectuais de classe média -, dá indícios de que a transformação qualitativa na atuação desses grupos intelectuais esteve de alguma maneira atrelada ao populismo, tal qual descrito pela autora. Porém, os católicos progressistas no Brasil foram em grande parte influenciados por católicos progressistas da França e por lá, a atuação desses grupos tomou outros rumos. Logo, a transformação apontada entre os brasileiros foi resultante de uma combinação de fatores, dentre os quais as condições objetivas e subjetivas colocadas pelo contexto político e social.

Tal reflexão aprofunda a compreensão da classificação de Brandão (2006), que diferenciava as duas educações populares, uma voltada para a inclusão das pessoas na sociedade e outra voltada para a transformação social.

Uma explicação para como o conceito evoluiu na Europa é trazida pelo pesquisador Victor Ventosa (2017), pesquisador da chamada “Animação Sócio-Cultural”, que de certa forma pode ser enquadrada dentro daquilo que Brandão (2006) classificou como a terceira definição de educação popular (voltada para a inclusão das pessoas). O autor apresenta em sua “Didática da Participação” que a Animação Sócio-Cultural e a Educação Popular latino-americana, embora metodologicamente parecidas, são produtos de contextos históricos e para contextos históricos diferentes. O período de consolidação da Animação Sócio-Cultural também foi de crises econômicas, sociais e políticas, porém havia uma sociedade mais bem estruturada. Assim, o resultado da ação esperado era de que os pobres alcançassem um estágio em que se integrassem à comunidade. Mesmo

quando havia uma educação política, ela estava pensada no sentido de que as pessoas simples tivessem tanta dignidade ou cidadania quanto as outras camadas da população.

No pós-guerra, essa lógica foi ainda mais acentuada sob a bandeira da reconstrução. Houve também transformações qualitativas. Por exemplo, logo após a guerra havia uma intenção de democratizar a alta cultura, abrindo museus e outros espaços culturais da elite para as classes populares, como uma forma de civilizá-las, porém, a reflexão acerca dos resultados de tais experiências permitiu uma virada que valorizou a cultura produzida pelas próprias classes populares.

E o que há de comum na Rússia do século XIX e na América Latina de meados do século XX? Ambas as sociedades atravessavam um período de “modernização” da economia e do Estado. A Rússia estava em um período no qual os intelectuais refletiam sobre como revolucionar a sociedade, transitando do feudalismo para a era industrial, e a América Latina vivia um momento no qual os intelectuais buscavam uma revolução econômica, que fizesse a região saltar de um subdesenvolvimento colonial para um desenvolvimento autodeterminado. Em ambos os cenários, os objetivos e as expectativas dos intelectuais diante dos pobres eram ambiciosos. Diferente da Europa do pós-guerra, não queriam integrá-los a um projeto nacional que já estava desenhado. Tanto na Rússia, quanto na América Latina, havia setores da intelectualidade ansiando por transformações nacionais.

Logo, a transformação dos ideários em ambos os contextos parece ser a conjugação de sociedades vistas como atrasadas por parte de suas elites, pois estavam em descompasso com um determinado projeto de modernidade, com uma ideologia que desejava uma transformação que tivesse um lastro nas virtudes do povo. Assim, a militância de classe média se engajava inicialmente em um trabalho mais pontual, para atuar em alguma situação de injustiça, mas aos poucos ia desenvolvendo trabalhos de conscientização política que buscavam não apenas integrar, mas criar condições para que os grupos populares tomassem para si o projeto de transformação nacional.

No caso europeu, a Animação Sócio-Cultural parte do princípio de que existe uma sociedade civil com um desenvolvimento autônomo face à administração estatal. Por sua vez, a educação popular surgiu em um contexto carente de um tecido social e de democracia e, sendo assim, o objetivo da educação popular assume uma intencionalidade política dentro de uma proposta revolucionária. Por conta disso, enquanto a corrente europeia possui um enfoque muito mais metodológico, preocupado com o “como fazer”, a educação popular está mais voltada para

uma teoria da ação social, ou uma filosofia ideológico-ético-política da educação de adultos (Ventosa, 2017).

## 2.6 1980/1990: A SOCIOLOGIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Na modernidade as ações sociais coletivas, ou os movimentos sociais, são um fenômeno muito dinâmico. De tempos em tempos passam por transformações tanto na forma quanto no conteúdo de suas demandas, o que torna também muito dinâmico os campos de estudo que lhes analisam.

Serão trazidos alguns episódios e conceitos de como a Sociologia dos Movimentos Sociais foi utilizada para analisar a relação entre educação e ações sociais. O assunto não será aprofundado, visto que o intuito é apresentar um breve resumo para compor um panorama que ajude a entender as escolhas metodológicas realizadas.

Diversos autores têm escrito sobre a trajetória desse campo de análise e para a finalidade dessa pesquisa está sendo considerada a obra de Maria da Glória Gohn (2012), uma das pesquisadoras mais longevas dessa temática no Brasil e que também investiga as implicações educativas de tais movimentos em seus diversos aspectos.

Em 1990, Gohn elaborou o estudo “O caráter educativo dos movimentos populares”<sup>1</sup> no qual destrinchou uma parte do emaranhado teórico que trata da relação entre educação e movimentos sociais. A autora destaca que na literatura acadêmica brasileira havia pelo menos duas vertentes consolidadas de estudos a esse respeito.

A primeira é a “educação popular”, que teve seu auge em fins dos anos 1970 e começo dos anos 1980. Uma outra corrente analítica começou a ganhar força nos anos 1980 e utilizou a sociologia dos movimentos sociais para estudar, principalmente, os movimentos populares urbanos. Em meados dos anos 1980, a educação popular começou a entrar em declínio e muitos de seus pesquisadores se voltaram para a antropologia, uma área de estudo que estava em evidência naquele momento. Por esse mesmo período, os estudos sobre movimentos sociais se ampliaram e ganharam mais força. Apesar de ambas as áreas terem se debruçado sobre fenômenos parecidos, se desenvolveram de forma autônoma e chegaram a teorias e práticas muito diferentes (Gohn, 2012).

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado em 1990 na 13ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, agregado como capítulo no livro “Movimentos Sociais e Educação”, de 1992, com reedição em 2012.

No caso da educação popular, quase sempre foram privilegiados temas ligados à educação de adultos e aos processos de alfabetização, embora outras temáticas ligadas à cultura popular e à educação política também tenham sido exploradas, visto que esta corrente esteve atrelada a grupos que prestavam assessoria pedagógica a movimentos populares. No caso dos estudos sobre movimentos sociais, o foco eram fenômenos que estavam ocorrendo na sociedade brasileira no período da abertura política, mas muitas vezes o assunto era tratado como uma problemática não educacional (Gohn, 2012). Tal questão parece ter relação com o fato da palavra educação ser empregada com diferentes significados em ambas as vertentes.

Gohn utiliza conceitos extraídos da sociologia dos movimentos sociais, entre eles o de cultura política para analisar as transformações do mundo ao longo das décadas que ela está atuando como pesquisadora. Observa as ações sociais e as reflexões acadêmicas, estudando temas tais quais o do terceiro setor, a utilização da internet em novas formas de mobilizações sociais entre outros.

Em seus estudos, Gohn (2008) classifica os fenômenos educativos em três grupos: Formais, não formais e informais. A educação formal corresponde a uma educação institucionalizada, com conteúdos programáticos e espaços previamente demarcados na lei e outros regramentos que a instituição precisa seguir. A não formal, por sua vez, também contém uma intencionalidade educativa, porém se dá fora das referências da educação formal, ocorrendo por meio do compartilhamento de experiências e saberes adquiridos em diferentes contextos de vida da população. Ela abrange tanto os treinamentos que ocorrem no mundo do trabalho, quanto aquelas que ocorrem dentro de um coletivo social. Por sua vez, a educação informal ocorre em processos de socialização, sem que tais aprendizados sejam necessariamente intencionais.

A tipologia que classifica a educação em formal, informal e não-formal, apesar de globalmente difundida, não é um consenso no meio acadêmico. No século XXI tem ganhado força no Brasil estudos acerca da Educação Social e da Pedagogia Social, tais campos reconciliam a educação popular brasileira, que pontua a importância da formação política para a transformação social, com a vertente crítica da educação popular europeia, mais voltada para a inclusão de públicos marginalizados.

Se durante a ditadura e a abertura política, quando os governos eram conservadores, a sociedade civil, desejosa de mudanças, valorizava que os movimentos sociais fossem os protagonistas da educação social, devido à sua intencionalidade transformadora, segundo Gohn (2008), com a transição política para a democracia e a implementação de políticas econômicas e sociais com um viés neoliberal, houve uma redução dos movimentos sociais nos anos 1990 e

ocorreu a ascensão do terceiro setor, mais vinculado à visão filantrópica. Apesar dessa mudança na lógica, vários dos educadores comunitários/populares/sociais que atuam na linha de frente vieram dos movimentos sociais, de modo que não é possível realizar uma redução simplista do fenômeno, separando as experiências emancipatórias em um lado e as reprodutoras de outro.

## 2.7 SÉCULO XXI: UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL

Na virada do milênio, acompanhando as discussões sobre uma alternativa à globalização preconizada pelo neoliberalismo, começaram a ser realizados encontros internacionais de movimentos contra-hegemônicos, tal qual o Fórum Social Mundial, realizado inicialmente no ano de 2001, em Porto Alegre.

Esses encontros tiveram como lema que um outro mundo era possível, frente a uma homogeneidade cultural promovida pela globalização, a defesa da cultura e dos saberes locais se tornaram espaços privilegiados de resistência e outros sujeitos, que décadas antes eram agrupados em grandes categorias analíticas, tais como as classes sociais, foram reconhecidos como sujeitos ou atores sociais.

Pouco tempo depois, quando governos progressistas foram alçados ao poder na América Latina, uma nova janela de oportunidades políticas foi aberta, favorecendo a institucionalização de práticas de educação popular, comunitária e social. Com isso, foi ganhando força o argumento de que as práticas educativas voltadas para os públicos vulnerabilizados saíssem da esfera da filantropia e se tornassem políticas públicas. Em torno disso há uma intensa discussão acerca da palavra não-formal. Gohn (2008) a defende, Gadotti (2012) a utiliza com ressalvas e a Pedagogia Social a rejeita veementemente. O principal argumento é o de que o uso do termo não-formal reforça uma dicotomia na qual apenas a educação escolar fica a cargo do poder público, enquanto a social é uma educação de segunda linha, que não precisa de financiamento adequado, que pode ocorrer em espaços precários, não necessitando de rigor científico, reconhecimento, regulamentação ou certificação (Gadotti, 2012).

Até os anos 1980 o campo marxiano tinha grande presença na academia brasileira, com as discussões marcando as questões das classes sociais, da importância do mundo do trabalho e dos trabalhadores, com ênfase nos conflitos sociais derivados da desigualdade econômica e social.



No século XXI, temas ligados a outros tipos de desigualdade se tornaram academicamente relevantes, com reflexões e teorias acerca do racismo, da homofobia, da desigualdade entre as mulheres e os homens no mundo do trabalho, entre outras.

Segundo Miguel Arroyo (2014), a visibilidade conferida a essas outras temáticas explicitou “Outros Sujeitos” que resistem política e epistemologicamente. Tais resistência empregam outros processos pedagógicos ligados a questões específicas de como cada grupo se colocou como sujeito de sua história. Ao se afirmarem como presentes, se torna explícito que seus processos educativos estavam ocultos ou ignorados pelas histórias pedagógicas e, como consequência, exige que a história seja recontada por uma pedagogia hegemônica que os havia colocado no papel de meros destinatários. Ao longo da obra, Arroyo explana sobre uma ampla gama de tipos de movimentos e pedagogias que lhes acompanham: Pedagogias da produção do viver; Movimentos de afirmação de identidades étnicas e raciais; Pedagogias de desenraizamento e desterritorialização; Movimentos de luta por direitos no campo do Direito. Arroyo chegou a tais tipos de movimento ao empregar o conceito de pós-abissal. Na pedagogia hegemônica há uma linha abissal no que ele critica como sendo um “escolacentrismo”, isto é, uma tendência a dar visibilidade apenas para a educação escolar, deixando de lado outras formas educativas. Ao longo do texto ele busca superar essa linha abissal, exercitando o olhar pós-abissal, intercalando movimentos que lutam pelo direito à educação escolar, com movimentos que lutam por outros tipos de direito e promovem outras formas de educação.

Ao tratar dos movimentos que lutam por direitos no campo do Direito, ele expõe a dicotomia abissal entre o legal e o ilegal, fazendo uma reflexão sobre o caráter antipedagógico dessa linha abissal que demarca quais contingentes estão fora do território da lei, tornando-os invisibilizados. A reafirmação dessas pessoas como sujeitos de direito é uma pedagogia que trata do aprendizado de direitos e do aprendizado de suas condições de sujeitos legais. Os sindicatos tiveram um papel relevante nessa história, ao fazerem avançar a consciência acerca dos direitos do trabalho e da cidadania (Arroyo, 2014).

Essa Outra Pedagogia destacada por Arroyo é muito pertinente para refletir sobre a marcante atuação da FNT no campo do Direito: as estratégias para educar o judiciário em uma nova interpretação da lei; os longos embates jurídicos e os folhetins explicando-os para o público; as campanhas públicas recolhendo pareceres de juristas pela desapropriação da fábrica e pela cogestão operária; a criação dos Centros de Defesa de Direitos Humanos (CDDH); os cadernos formativos da FNT explicando temas legais para sindicalistas; a estruturação do núcleo jurídico da Central Única dos Trabalhadores (CUT); entre tantas outras.

Essa proposta teórica favorece uma reflexão acerca da dimensão pedagógica presente em cada uma das ações formuladas de acordo aos valores/necessidades dos indivíduos/ coletivos e, como elas são excluídas por linhas abissais que se configuraram em um contexto no qual a emancipação social é entendida como erro. Há aí um transfundo moderno, ou pós-moderno, de que ao invés de pregar a resignação, estimula a pensar maneiras de aceder ao território proibido.

Abordando desde esse ângulo, reforça-se a noção colocada por Manfredi (1986), de que as rígidas categorizações entre contra-hegemônico e reacionário precisam ser vistas com cuidado. Um movimento tão duradouro quanto o que está sendo estudado, permite vislumbrar que a ação social responde às demandas de sua época e aprende com esses desafios a avançar ou retroceder. As linhas abissais não são imutáveis, às vezes se tornam mais profundas, como no caso da ditadura, em outras parecem ceder, como foi na época da abertura política, abrindo brechas para a inclusão de alguns grupos que tiveram mais força em suas mobilizações, enquanto outros tantos permanecem esquecidos e invisibilizados. A ênfase nas opressões ligadas às classes sociais tirava a atenção de outras linhas abissais, tais quais a de gênero. Os Queixadas eram criticados por outros sindicalistas, que ao visitarem uma assembleia, não a aceitavam como tal, mas sim como reuniões de famílias, pois existiam mulheres e crianças participando (Siqueira, 2009).

É notável nessa situação que as linhas abissais não apenas invisibilizam, elas também podem tornar muito visíveis grupos que são entendidos como não pertencentes a um dado território, e dessa maneira, a presença das famílias em uma assembleia de trabalhadores foi tomada como amadorismo por outros sindicalistas, que não consideravam a hipótese de existir uma outra racionalidade sindical. Na racionalidade comunitária do Sindicato dos Queixadas, as famílias também eram partes interessadas na greve, sua participação tinha a capacidade de dirimir temores infundados que, ao circularem no ambiente doméstico, poderiam influenciar as decisões dos trabalhadores.

Assim, observar as diversas linhas abissais permite expandir o argumento de Manfredi (1986) para outras dimensões, aumentando a complexidade de delimitar as fronteiras entre o que é conservador ou progressista. Em uma avaliação multidimensional, as contradições ganham outros matizes. Logo, diante das muitas possibilidades entre uma posição e outra, o melhor é pensar em gradientes, ao invés de categorias rígidas.

Como visto no decorrer do capítulo, no cenário acadêmico atual não faltam possibilidades de análise da educação que ocorre dentro dos movimentos sociais. Perspectivas teóricas mais flexíveis, consonantes a uma epistemologia emergente da ciência, criam a oportunidade de um

referencial teórico eclético, sendo assim, podem ser utilizadas desde um referencial da educação popular mais clássica, incluindo aí Paulo Freire, passando por referenciais da sociologia dos movimentos sociais, bem como utilizar conceitos mais contemporâneos, como o das epistemologias do sul ou de “outras pedagogias”.

### 3 METODOLOGIA E DESAFIOS ANALÍTICOS

Esta pesquisa explora exclusivamente fontes documentais e bibliográficas. Embora no projeto fosse previsto a ida a campo para a realização de entrevistas, este procedimento foi descartado por conta das restrições geradas pela pandemia, tendo em vista que a maioria dos possíveis entrevistados são pessoas idosas, que fazem parte dos grupos de risco da COVID-19.

O objeto da pesquisa são as ações sociais, jurídicas, políticas e sindicais da corrente não-violenta que englobava o Sindicato dos Queixadas e a FNT em São Paulo e outras cidades vizinhas entre 1954 e 1968.

A análise desse objeto se dará por meio da identificação, classificação, compreensão das práticas educativas, das intencionalidades e das concepções educativas inerentes a elas. Cabe ressaltar que as práticas abrangem tanto a autoformação, quanto aquelas voltadas para o meio externo ao grupo.

Em razão do exposto e, considerando as matrizes da educação popular e suas relações com movimentos sociais e religiosos do Brasil, a questão central da pesquisa será delimitar:

Quais as concepções, saberes e práticas pedagógicas presentes na atuação do Sindicato dos Queixadas e da FNT?

#### 3.1 OBJETIVOS

##### **3.1.1 *Objetivo geral***

Compreender os saberes e as práticas pedagógicas existentes nas ações sociais ligadas à não-violência, dialogando com áreas de estudo que estudem as pedagogias formuladas no interior dos movimentos contra-hegemônicos.

##### **3.1.2 *Objetivos específicos***

Mapear as práticas educativas presentes na trajetória dos Queixadas e da FNT.

Identificar e analisar as intencionalidades, as concepções educativas e o papel das lideranças.

Identificar se as mobilizações possuíam uma dimensão pedagógica.

### 3.2 PREÂMBULO: APRENDENDO A CONSTRUIR ANDAIMES

O saber científico está atrelado ao uso de metodologias que favoreçam a utilização da lógica e da análise crítica para concluir se os postulados acerca de um objeto são verdadeiros ou falsos.

A escolha metodológica é ainda mais desafiadora em uma pós-graduação interdisciplinar ou transdisciplinar como a do Programa de Mudança Social e Participação Política, pois é comum que lide com objetos pouco convencionais, situados em áreas fronteiriças entre as diferentes disciplinas.

A grande virtude da ciência não está no trabalho solitário de cada pesquisador, mas na possibilidade de que exista uma sinergia entre cada pessoa que esteja construindo novos conhecimentos, gerando uma colaboração que permita aos diversos cientistas, de ontem e de hoje, construírem algo maior do que seus esforços individuais. Desta feita, disciplinas bem delimitadas e estabelecidas possuem uma linguagem comum mais desenvolvida, com metodologias muito testadas e que reconhecidamente são apropriadas para determinadas classes de objetos de estudo.

Ao longo do século XX, o sucesso da empreitada científica disciplinar alargou os limites do conhecimento de cada disciplina, permitindo que elas abrangessem objetos cada vez mais complexos e desafiadores. Porém, esbarrou-se em um limite, pois os métodos consagrados não são suficientes para lidar com algumas destas novas classes de objetos, sendo necessário somar esforços com outras disciplinas e muitas vezes adaptar os métodos a cada novo uso, aproximando o fazer científico de uma lógica artesanal.

A questão seria mais fácil se fosse possível garantir o isomorfismo entre um domínio disciplinar e um interdisciplinar. Desta maneira, bastaria apenas estender as leis, regras e postulados do domínio disciplinar para as suas margens.

Esta pesquisa está interessada em entender as práticas educativas utilizadas para veicular um determinado saber. Este é um interesse clássico das pesquisas em educação, porém, no caso aqui estudado, o saber se desenvolveu entre operários e religiosos, algo um pouco fora do escopo das pesquisas mais numerosas da área, que em grande parte se debruçam sobre a prática escolar ou a educação das gerações mais novas. Pode-se dizer que esta pesquisa está em uma área fronteira entre a educação, a sociologia e a política, além também dos estudos para a paz, visto que o saber que os ativistas difundiram é relativo a uma prática não-violenta.

Tanto na pesquisa pedagógica, que trata com objetos mais consagrados do campo educativo, quanto nesta pesquisa, há um interesse pelo fenômeno educativo, porém, existe uma divergência nos tipos de objetos enfocados: De um lado há uma forma reconhecida, de outro, uma estrutura cambiante; De um lado há a necessidade de transmitir conhecimentos para as novas gerações, habilitando-as para viverem em um mundo já conhecido pelos adultos; De outro há a necessidade de transformação social rumo a um futuro incerto, exigindo a criação de novos saberes a cada passo.

Diante disso, o desafio metodológico foi procurar por outras pesquisas nas “periferias” do campo educativo que tratem de objetos parecidos. Este mapeamento foi um pouco complicado, pois tais pesquisas estão longe dos holofotes. A maioria dos programas de pós-graduação em educação se ocupam primariamente de escola e infância, assim sendo, foi necessária muita leitura para ir circundando as margens do saber educativo e mapeando os autores que analisam fenômenos parecidos.

No início, quando o projeto estava sendo formulado, o esforço parecia caótico e improdutivo, muitas vezes eram gastas horas e horas manejando bases bibliográficas, pesquisando por palavras-chave e ao fim, só eram encontrados textos com uma preocupação restrita ao campo escolar, mesmo quando o assunto eram os movimentos sociais. Após a entrada na pós-graduação, o trabalho se tornou bem mais simples. Nas disciplinas foram aparecendo textos com uma perspectiva educativa mais próxima à almejada. A partir de então, o progresso do trabalho foi se dando de forma orgânica, retroalimentando as listas de palavras-chave com um vocabulário mais preciso, que por sua vez permitiu ampliar a lista de referências bibliográficas. Por ser uma área fronteiriça, o mesmo esforço foi realizado em outras áreas do saber. Tal esforço permitiu mapear alguns tópicos, possibilitando a escolha de outras disciplinas da pós-graduação que foram chave importante para a escolha da metodologia.

Assim, o desafio inicial foi sair do isolamento e encontrar pesquisas com temas semelhantes. Embora tenha sido um trabalho artesanal, em alguns momentos baseado na “força bruta”, gerou um saber empírico sobre “como” e “onde” pesquisar, além do desenvolvimento de um vocabulário e de uma base bibliográfica comum a outros pesquisadores que apontam estratégias viáveis para analisar os documentos.

Se a metodologia é o andaime que auxilia o fazer científico, este trabalho inicial, parte do tempo feito de forma solitária, foi importante para aprender a encontrar exemplos de como outros cientistas construíram seus andaimes.

Dando prosseguimento, há ainda dois grandes desafios, complementares entre si, o primeiro é relativo ao levantamento dos dados, e o segundo diz respeito à análise.

### 3.3 O LEVANTAMENTO DE DADOS

A coleta de dados em uma pesquisa documental visa constituir um “corpus documental”, ou seja, reunir uma coleção de materiais relevantes sobre o assunto estudado e que servirão de base para as futuras análises.

Para facilitar o entendimento será feita uma distinção entre pesquisa documental e pesquisa bibliográfica, embora ambas sejam consideradas sinônimas por alguns autores (Appolinário, 2009).

No contexto desta investigação ficará convencionado que a pesquisa documental estará atrelada às fontes primárias e a pesquisa bibliográfica coletará fontes secundárias.

O que é fonte primária e fonte secundária também abre espaço para algumas confusões, pois os critérios utilizados para classificar um documento como primário ou secundário variam de acordo com o contexto.

Por isso, para esta pesquisa serão arroladas como fontes primárias os documentos que tenham sido produzidos por alguém com acesso em primeira mão aos eventos estudados, tais como: Depoimentos dos participantes, reportagens feitas à época, correspondências, fotografias etc. Vale dizer que quando o autor do documento for alguém diretamente ligado à ação, a fonte será considerada primária mesmo que o documento tenha sido registrado anos depois ao fato. Assim, um testemunho de um Queixada registrado nos anos 1980, sobre uma ação realizada nos anos 1960, será considerado fonte primária.

Serão consideradas como fontes secundárias os documentos que se baseiam em fontes primárias para analisar, sistematizar ou interpretar de alguma maneira as informações. A maior parte das fontes secundárias consideradas para esta pesquisa são trabalhos acadêmicos, porém foram consultadas também produções artísticas, obras de divulgação para o público leigo, textos de homenagem, entre outras.

Vale lembrar que esta pesquisa é continuidade de um trabalho iniciado na graduação, portanto, parte do esforço de mapear as fontes de dados, coletar materiais e classificar as informações já havia sido realizado. Mesmo após a conclusão da graduação, antes ainda do projeto ter sido aprovado na pós-graduação, a lista de fontes e referências seguiu crescendo,

em grande medida pelas oportunidades criadas durante a divulgação dos resultados, o que possibilitou intercâmbios com ativistas e outros pesquisadores. De modo que ao longo da pós-graduação boa parte do esforço esteve centrado em analisar e extrair informações dos materiais previamente coletados. Alguns novos materiais foram adicionados, a maioria deles de cunho mais teórico, acompanhando as novas descobertas da pesquisa e a bibliografia de disciplinas realizadas.

### 3.3.1 Mapeamento das fontes de dados

Há duas listas de fontes. A primeira é relativa aos objetivos específicos da pesquisa, isto é, demonstrar as intencionalidades, concepções, saberes e práticas educativas dos Queixadas e da FNT, bem como o papel educativo de suas lideranças. A segunda lista está relacionada aos objetivos mais amplos de relacionar a temática com outros estudos acerca da educação em movimentos sociais e acerca da não-violência.

Será colocada a indicação “(G)” quando o material já havia sido arrolado durante a pesquisa da graduação e “(M)” quando foi acessado na pesquisa do mestrado.

#### 3.3.1.1 Sobre os Queixadas, a FNT e a luta não-violenta:

- Fundo Mário Carvalho de Jesus no Arquivo Edgard Leuenroth da Universidade de Campinas. (Fundo MCJ/AEL/UNICAMP).

Abriga o espólio de Mário Carvalho de Jesus, a principal liderança do movimento não-violento em São Paulo, contendo uma grande diversidade de documentos. Os documentos estão sendo coletados desde a época da pesquisa da graduação e posteriormente a isso outras visitas foram realizadas ao acervo para copiar documentos que haviam faltado; Livros, apostilas e outros materiais publicados pelo próprio movimento, cujo principal conteúdo é listado abaixo:

- Livro “A Firmeza Permanente” (Fragoso *et al.*, 1977) (G);
- Apostila “A Não-Violência Ativa” (Justiça e Não-Violência, 1982) (G);
- Livro “A primazia do trabalho sobre o capital” (FNT, 1962) (M).
- Duas dezenas de cadernos da FNT (M);



- Livros do Pe. Barbé: “A graça e o poder” (1983) (G), “Uma teologia do conflito” (1985) (G) e “Teologia da Pastoral Operária” (1983) (M).
- Brochuras sobre a desapropriação da fábrica, a greve nos tribunais, entre outras (identificados, mas não acessados).
- Carta de Mário Carvalho de Jesus ao senado (Jesus, 1973) (G);
- Anais dos eventos sobre a não-violência realizados com a participação dos ativistas (G);
- Literatura acadêmica sobre os Queixadas, a Frente Nacional do Trabalho e a Firmeza Permanente (G/M);
- Fichas da Delegacia Especializada de Ordem Política e Social (DEOPS/SP) sobre as lideranças do movimento (M);
- Literatura sobre o Servicio de Justicia y Paz (SERPAJ), movimento latino-americano que abarcava o movimento não-violento paulista (G);
- Literatura sobre o Movimento Internacional de Reconciliação (MIR), principalmente sobre o casal Goss-Mayr, missionários do MIR que apresentaram a não-violência ativa aos operários paulistas (M);
- Literatura acadêmica sobre a Economia e Humanismo do Padre Lebrecht, movimento que influenciou o trabalho dos Queixadas (G/M);
- Entradas em diários oficiais, jornais e revistas da época sobre as mobilizações e seus desdobramentos (M);
- Literatura acadêmica sobre o ativismo católico entre os anos 1950 e 1980 (G/M).

### 3.3.1.2 *Sobre educação, movimentos sociais e não-violência:*

- Literatura acadêmica sobre sociologia da educação, principalmente no que tange à temática de educação em movimentos sociais, cujos autores mais consultados foram Maria da Glória Gohn, Miguel Arroyo e Nilma Lino Gomes (M);
- Literatura acadêmica sobre educação popular. Referências levantadas em uma disciplina do mestrado. Os autores mais utilizados são Osmar Fávero, Vanilda Paiva, Paulo Freire e Carlos Brandão;
- Literatura acadêmica sobre educação social, com textos arrolados durante duas disciplinas do mestrado, uma sobre educação social e outra sobre pedagogia social. Principais autores: Moacir Gadotti, Victor Ventosa e Roberto da Silva;

Literatura acadêmica sobre educação sindical, artigos e textos obtidos ao longo do mestrado. As principais referências foram Sílvia Manfredi, Paolo Nosella e Miguel Arroyo;

- Literatura acadêmica sobre a não-violência e estudos para a paz. Levantamento realizado em uma disciplina do mestrado, os principais autores considerados foram Johan Galtung e Jean Paul Lederach.

### **3.3.2 A Coleta : Localização e Obtenção dos Materiais de Pesquisa**

A fonte mais importante, o Fundo MCJ/AEL/UNICAMP, possui uma quantidade muito grande de material, não tendo sido possível explorá-lo por inteiro. Não foram explorados, por exemplo, a biblioteca com os livros de Mário Carvalho de Jesus, os arquivos dos processos nem as publicações produzidas para divulgar as mobilizações.

O índice elaborado pelo Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) permitiu selecionar um conjunto de materiais que pareciam mais pertinentes à pesquisa. Nas visitas realizadas foram priorizadas algumas destas pastas. Cada um dos documentos da pasta foi lido superficialmente e caso fosse localizada alguma palavra-chave ou nome conhecido, o documento era fotografado para ser analisado com calma posteriormente. As pastas mais proveitosas foram as de correspondências e documentos, tanto pessoais, quanto da Frente Nacional do Trabalho e do Secretariado Nacional de Não-Violência. Depois, o material digitalizado foi analisado em detalhe e guardado em diretórios referentes a grupos, personagens e conceitos utilizados pela pesquisa.

A literatura acadêmica sobre os Queixadas já tinha sido mapeada em sua maior parte durante a graduação, no processo de revisão bibliográfica. Foi necessário apenas atualizar a lista com novas referências, a maioria delas obtidas com a colaboração de outros pesquisadores e ativistas de Perus. Foi realizada uma pesquisa por palavras-chaves nas bibliotecas da USP e da PUC-SP que permitiram encontrar alguns outros trabalhos, que por serem mais antigos estavam disponíveis apenas no formato físico. Portanto, uma parte do trabalho de coleta envolveu verificar os materiais mais relevantes e digitalizá-los quando necessário. Outra base consultada foi o Diário Oficial do Estado de São Paulo, cujo acervo dos anos 1960 se encontra digitalizado e foi utilizado para checar informações sobre as greves e mobilizações.

A obtenção dos materiais publicados pelo movimento não-violento dependeu de um esforço recursivo. Primeiro foi necessário analisar as fontes primárias e secundárias já conhecidas para organizar uma lista de referências bibliográficas e nomes de possíveis autores. A maioria dos materiais não foi encontrada em bibliotecas, sendo necessário obtê-los em lojas de livros usados,

em bases de dados digitalizadas ou junto aos ativistas. Assim, cada novo material coletado possibilitava o crescimento da base de referências.

Esse mesmo esforço vale para os outros tópicos que foram esquadrihados. O fechamento das bibliotecas acadêmicas por conta da pandemia levou a uma diversificação dos mecanismos de coleta de documentos. Foram largamente utilizados sites de busca, bases digitalizadas, índices e excertos consultados em bibliotecas que permitem a visualização de trechos das obras online, compra de livros usados, contato com redes de pesquisa e troca de materiais com outros pesquisadores.

Uma parte das referências sobre o ativismo católico no Brasil já havia sido levantada durante a graduação, porém naquele momento não foi necessário aprofundar o tema, portanto houve pouco material coletado. Neste momento, contudo, houve uma necessidade de aprofundar o entendimento sobre a “Democracia Cristã” e a “Teologia da Libertação” para dar mais precisão ao panorama delineado no capítulo correspondente à contextualização histórica.

A exploração da literatura acadêmica sobre educação e movimentos sociais foi facilitada pela realização de disciplinas na pós-graduação. O contato com professores e outros pós-graduandos com familiaridade com esta temática garantiu uma lista de referências bibliográficas.

A obtenção de textos de referência sobre a não-violência foi facilitada por ser um assunto que já havia sido investigado previamente, resultando em uma biblioteca pessoal com uma variedade de textos disponíveis. Além disso, a entrada na “Rede de Pesquisa em Paz, Conflitos e Estudos Críticos de Segurança” e a participação na disciplina de Comunicação para a Paz na Escola de Comunicação e Artes agregou a perspectiva teórica do *Peace Studies*, um campo acadêmico relativamente novo no Brasil. Por consequência estão sendo traduzidos e publicados textos canônicos para subsidiar o desenvolvimento de novas pesquisas nesse domínio.

### **3.3.3 Classificação do Material**

#### **3.3.3.1 Material digitalizado**

Como dito anteriormente, os documentos digitalizados foram separados em pastas e subpastas que correspondem a grupos, personagens e conceitos utilizados pela pesquisa. Os termos utilizados para categorizar foram definidos durante a triagem do material, visando facilitar a posterior recuperação dos diferentes documentos. Pelo fato dessa classificação hierárquica não

ser perfeita, visto que alguns documentos fazem referência a mais de uma categoria, houve a tentativa de utilização de um sistema de gestão de referências com definição de etiquetas (*tags*), o Zotero. Esse sistema tem sido utilizado para facilitar a geração da bibliografia. Contudo, a tentativa de usar o Zotero para os documentos digitalizados não deu certo, pois, devido ao grande número de itens, ela se tornou muito trabalhosa. Sendo assim, apesar de imperfeita, foi mantida a classificação dos documentos em pastas que indicam qual a principal contribuição daquele item à pesquisa. Em diversos casos o nome do documento foi alterado para conter palavras chaves que facilitem a recuperação.

### 3.3.3.2 *Material Impresso*

Foi utilizado um critério de relevância para a separação dos materiais em três grupos:

O principal, com materiais considerados muito relevantes para a pesquisa. No caso de livros e trabalhos acadêmicos foi realizado um fichamento visando facilitar a recuperação das informações. A lista com todos os materiais poderá ser conferida no capítulo em que é realizada a análise e a discussão dos resultados.

Um segundo grupo comporta materiais pouco relevantes, mas que eventualmente poderiam ser utilizados para obter alguma referência;

E o terceiro grupo é composto por materiais não relevantes, na maioria são textos conexos aos temas pesquisados, mas que, após uma pré-análise, foram deixados de lado por não parecerem úteis.

## 3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

O tratamento dos dados foi delineado a partir dos objetivos da pesquisa. Por meio deles foram listadas quais perguntas seriam respondidas durante a análise. Sem isso não seria possível priorizar os materiais mais relevantes à pesquisa. As primeiras leituras nos documentos retroalimentam o rascunho, que por sua vez modificaram a coleta e os tratamentos iniciais realizados sobre os dados, conduzindo a uma redução do escopo, conforme será apresentado em detalhes no capítulo com a discussão dos resultados.

### 3.4.1 Os desafios

Abaixo serão listados alguns desafios enfrentados nos primeiros esboços das grandes linhas da análise, nem todos foram ou serão solucionados, ainda assim suas existências estimulam as reflexões metodológicas:

Como o conhecimento se desenvolve dentro de um movimento social? Surge espontaneamente? É desenvolvido por meio da tentativa e erro? Há alguém que ensina o movimento?

Entender as conexões entre a educação dos indivíduos e a de uma coletividade. Indivíduos diferentes podem chegar a conclusões diferentes diante de uma mesma situação, portanto, como definir que o aprendizado foi do movimento e não apenas de um indivíduo que escreveu o documento?

Cabe entender como ocorre a obtenção/criação e difusão de novos conhecimentos, bem como quem se responsabiliza por esta tarefa. Diante disso, será que faz sentido separar o ensino do aprendizado como é feito nas relações educativas entre os adultos e as novas gerações? Ou é melhor trabalhar com categorias mais abrangentes, tais quais a de práticas e intencionalidades educativas?

“Testemunho” é um termo recorrente que foi notado na pré-análise dos textos das lideranças não-violentas. Na visão dos ativistas o testemunho assume um caráter educativo? Qual a sua importância?

Como tratar a relação entre movimento social e Igreja?

O ativismo não-violento está no campo ético-político, conjugando princípios morais com a disputa de interesses. Como analisar esta dupla dimensão nos documentos? Deve-se separar a educação moral da educação política?

### 3.4.2 Abordagens teóricas

Boaventura de Sousa Santos, em sua “A crítica da razão indolente” trata dos limites das ciências. Ele diferencia entre uma ciência-emancipatória, que permite encontrar respostas para os problemas sociais, e uma ciência-regulatória, que se une a uma visão hegemônica de mundo, deixando os problemas sociais de lado por não conseguir resolvê-los, transformando-os em problemas epistemológicos. Quando a ciência se tornou uma força produtiva importante da sociedade moderna, perdeu sua força emancipatória de épocas passadas (Santos, B. d. S., 2011).

A proposta de Boaventura é realizar uma arqueologia, escavando nas representações suprimidas ou inacabadas da realidade, procurando vestígios de virtualidades emancipatórias também inacabadas, mas que apontavam soluções para os problemas hoje vistos como insolúveis por uma ciência-regulatória. O subtítulo do livro é “Contra o desperdício da experiência”, e essa posição é assumida por meio da busca de tradições intelectuais marginalizadas que de alguma maneira podem contribuir com ideias para o momento atual (Santos, B. d. S., 2011).

Esta visão está muito próxima à de Thompson, no prefácio da “Formação da Classe Operária”, que explica a importância de olhar para como os grupos sociais do passado viveram em tempos de grande perturbação social. Ele recomenda que o historiador não se detenha apenas nas lutas vistas como vitoriosas, pois até mesmo os aspectos pouco gloriosos podem ter algo a dizer. Além disso, é importante não justificar aquelas experiências apenas pela luz da evolução posterior, pois é provável que alguns dos problemas enfrentados no passado sigam sem solução até os dias atuais (Thompson, 2001)

Esses posicionamentos teóricos contribuíram com um embasamento filosófico que foi fundamental nas escolhas metodológicas que serão apontadas mais abaixo. Por suposto já havia um conjunto de apriorismos que orientavam a pesquisa desde o projeto, porém a filosofia foi importante para tornar esses princípios mais cristalinos. Primeiramente, essa é uma investigação sobre uma experiência vivida por um grupo social, portanto, entender a trajetória dos atores sociais possui uma grande importância. A trajetória remete à ideia de processo que é outra linha norteadora da pesquisa, entender como se deu o processo, o contexto e principalmente os conflitos, pois o conflito, quando vinculado a uma intenção de se emancipar daquele problema, é visto como uma etapa importante do processo de aprendizado.

Desta forma, pensar o “processo” de aquisição, consolidação e difusão de conhecimentos entre os Queixadas e outros ativistas não-violentos é diferente de simplesmente descrever as ferramentas por eles utilizadas.

O conhecimento de um movimento social é empírico, portanto, está intrinsicamente ligado às suas motivações internas, aos conflitos e colaborações com o meio imediato, além do contexto histórico, político e social mais amplo no qual o movimento estava inserido.

A descrição dos métodos educativos de um movimento de décadas atrás, ainda que detalhada, não teria tanta relevância para os movimentos de hoje em dia, porém, ao se colocar o foco no processo e não no produto, agrega-se uma outra dimensão na qual é possível entender com quais conflitos aqueles ativistas estavam envolvidos, quais as alternativas que propunham e quais foram os erros e acertos.

### 3.4.2.1 Como analisar os documentos?

Antes da análise propriamente dita, foi realizada uma análise da trajetória. A ferramenta que tem sido utilizada para esse fim desde a graduação é a “linha do tempo”. Há uma preocupação em observar as concomitâncias, isto é, os eventos que ocorrem ao mesmo tempo. Em razão disso, ao invés de uma única linha do tempo são utilizadas várias: uma para o grande contexto político; outra para o grande contexto católico; outra para a trajetória de cada movimento.

Há um sujeito, o advogado Mário Carvalho de Jesus, que esteve ligado a cada uma das organizações e que foi autor de grande parte dos documentos arrolados, portanto sua trajetória foi escolhida como fio condutor para sintetizar estas diversas linhas do tempo e elaborar o relatório da pesquisa. Essa ferramenta ajuda a perceber a influência dos grandes contextos nas mudanças repentinas de estratégia e permite a comparação com a trajetória de outros grupos da mesma época, não exatamente do mesmo âmbito de atuação, permitindo observar as semelhanças e as diferenças.

Outra leitura que fomentou reflexões importantes para esta pesquisa foi “O Saber Local” de Clifford Geertz (2018). O autor aborda uma mudança na forma de pensar dentro das ciências humanas. Anteriormente, para um estudo ser considerado científico, adotava modelos extraídos das ciências naturais. No entanto, as ciências humanas lidam com o fenômeno humano, o qual apresenta uma complexidade e imprecisão que tornam a aplicação desses modelos inadequada. Por essa razão, tem-se observado cada vez mais o uso de analogias com objetos relacionados às humanidades, como textos, jogos e peças teatrais, como forma de abordar e compreender essas complexidades de maneira mais adequada.

Tal leitura ajudou a refletir sobre a questão: “como compreender um processo por meio de documentos?”. Quando Geertz (2018) sugere a utilização de estratégias de análise de textos literários e de roteiros cinematográficos, fala da necessidade de seguir os rastros das mudanças, percebendo o que há de permanente e o que há de transitório nos conceitos apresentados.

Após isso, a pesquisa começou a utilizar com mais consistência a metáfora do cinema. Fez sentido pensar o documento como uma cena estática pinçada de um filme longo. Ao observar o conjunto dos documentos com o auxílio de uma linha do tempo surgem *flashbacks*, pontos de virada entre outros elementos parecidos ao da narrativa cinematográfica.

Ponto de virada, ou *plot twist* é uma terminologia utilizada na literatura, no teatro e em roteiros de cinema para indicar uma mudança brusca na trama. Ao analisar os documentos com

a ferramenta da linha do tempo, os pontos de virada emergem quando são identificadas rupturas ou mudanças qualitativas nas ações.

A leitura de outro cientista que trata das mudanças epistemológicas, Thomas Kuhn (2017), agregou ainda uma outra reflexão: a de que o acúmulo de problemas sem resposta precipita rupturas paradigmáticas, porém isso não descarta um outro padrão de mudança mais sutil, ocorrido em momentos nos quais os problemas não são vistos como insolúveis. Em tais épocas as mudanças se operam por acúmulos graduais que permitem aperfeiçoar o conhecimento que já existe até que os problemas enfrentados se tornem insolúveis. Portanto, a história da revolução paradigmática está entrelaçada com a história do desenvolvimento paradigmático por acúmulo, eles se sucedem, uma revolução inaugura uma fase de acúmulo gradual, até que seu esgotamento engendra uma nova revolução.

Aplicando essa reflexão à análise, entende-se os documentos são marcos de um processo mais amplo que permitem visualizar as alterações que foram se processando nas práticas e nos discursos. Ao comparar o cientista social com um filólogo, Geertz resgata uma fala de Becker sobre as quatro ordens principais de conexão semiótica em um texto social a ser investigado: “a relação das várias partes entre si; a relação do texto com outros culturalmente ou historicamente semelhantes; sua relação com aqueles, que de alguma forma, o constroem; e sua relação com realidades consideradas externas a ele” (Geertz, 2018, p. 38)

A metáfora do cinema ajuda no primeiro passo, “analisar a relação das várias partes entre si” (Geertz, 2018), porém ela apenas não basta, é necessário ir além.

O segundo passo beckeriano resgatado por Geertz (2018), “relacionar o texto com outros culturalmente ou historicamente semelhantes”, auxilia na percepção das concomitâncias. Comparar os textos da época permite capturar as semelhanças e as diferenças, ajudando a entender aquilo que era singular ao movimento daquilo que era algo que tangia a vários grupos. Por exemplo, após o golpe militar de 1964, praticamente todos os movimentos sindicais e populares sofreram um grande refluxo, a FNT, contudo, após o baque inicial, conseguiu até mesmo ampliar seu trabalho de formação sindical e estava no auge quando o Ato Institucional nº5 (AI-5) quase lhe fez fechar as portas (Gonçalves, 1989).

Para interpretar as concomitâncias é importante atentar para a noção beckeriana sobre entender a relação do texto com as realidades que lhe são externas (Geertz, 2018).

Essa é uma tarefa desafiadora, principalmente pela pluralidade de níveis que a “realidade externa” assume. Como entender o movimento sindical sem entender a realidade política da época? E como entender a política dos anos 1960 sem entender a guerra fria e o desenvolvi-



tismo? E considerando que os Queixadas estavam conectados ao catolicismo progressista, como entender o significado disso sem ter em mente a história da própria Doutrina Social da Igreja (DSI), o que envolve por sua vez entender as revoluções liberais que confrontaram e limitaram o poder político da Igreja, a reação ultramontana que centralizou muito poder no Vaticano, a revolução industrial que inaugurou uma era de exploração selvagem da mão de obra proletária, a primavera dos povos e os movimentos socialistas que agitaram o cenário político da Europa no século XIX e por fim, a promulgação da DSI, como uma forma de reposicionar a Igreja como mediadora dos conflitos sociais.

A complexidade da empreitada exige tempo e paciência, sendo necessária muita leitura sobre temas variados, tais como economia, religião, história, psicologia, geopolítica e até mesmo arquitetura e engenharia. Diante disso, é possível entender por que a marca de distinção de um filólogo é a erudição.

Porém, não é exequível realizar a leitura cruzada de tantos textos sem um método que auxilie a selecionar o que é relevante e descartar o que é excedente, ainda mais dentro de uma pesquisa de mestrado, que envolve um pesquisador em início de carreira e um prazo apertado.

Uma contribuição sobre qual método utilizar nessa seleção adveio da leitura de Boaventura de Sousa Santos (2014). Ele propôs a cartografia simbólica como uma ferramenta para analisar a complexidade da realidade social moderna. Ele argumenta que eventos sociais, mesmo distantes geograficamente, estão interligados de maneiras não imediatamente óbvias. Essa abordagem mapeia e representa simbolicamente uma variedade de fenômenos sociais, culturais e políticos que ocorrem em diferentes escalas, permitindo observar nuances que não são percebidas em uma análise puramente histórica.

As metáforas temporais foram privilegiadas nas ciências sociais ao longo do século XX. A razão para isso é que a metáfora do progresso fundou o pensamento moderno e dela se desdobraram as metáforas do desenvolvimento utilizadas em diversas ciências sociais. A partir do final do século XX, o avanço tecnológico conduziu a simultaneidades temporais em pontos cada vez mais afastados espacialmente. Isso produziu, em diferentes campos científicos, um interesse renovado pelo espaço como um eixo analítico. Assim, na pós-modernidade, o fenômeno espaço-tempo é abordado em sua complexidade (Santos, B. d. S., 1988).

Com a cartografia simbólica, o autor utiliza a metáfora do mapa para imaginar formas de representar as realidades espaciais, com a finalidade de desvendar e dar visibilidade às diferentes formas de conhecimento e compreensão do mundo, a fim de promover uma análise

mais completa e inclusiva da sociedade. Ele salienta que para um mapa ser útil, ele representa/distorce a realidade. Para isso são empregados três mecanismos: escala, projeção e simbolização.

As escalas possibilitam destacar quais os detalhes mais significativos que devem ser representados, tornando o mapa mais adequado para um determinado fim. O contrário também é válido: o uso que se fará do mapa determina a escala a ser empregada. Alguns fenômenos dependem de representações muito detalhadas para poderem ser observados, outros são perceptíveis apenas em grandes escalas. Determinar as informações que serão descartadas ou mantidas é crucial para a utilidade do mapa. Muita informação atrapalha e pouca informação não ajuda (Santos, B. d. S., 1988).

A projeção é o mecanismo que possibilita representar um mundo arredondado em uma superfície plana. É necessário realizar uma escolha dos atributos que serão representados com fidelidade em detrimento de outros que serão distorcidos e isso depende do uso do mapa. Um outro ponto relativo à projeção é que todo mapa possui um centro. Cada cultura ou época histórica elegia um ponto para ser o centro de suas representações cartográficas, atribuindo mais significado à vizinhança conhecida. Esse processo se verifica inclusive na produção de mapas mentais (Santos, B. d. S., 1988).

A simbolização diz respeito aos sinais gráficos utilizados para representar os pontos selecionados na realidade espacial. Eles são a face visível da representação, sendo um dos procedimentos mais complexos, pois depende dos outros dois mecanismos (Santos, B. d. S., 1988).

Em sequência o autor aplica os três mecanismos ao direito e, coincidentemente, um dos exemplos utilizados se trata da atuação dos advogados vinculados à Igreja Católica que ele acompanhou nas favelas e tribunais de Recife. Na época, a Diocese de Recife era dirigida por D. Hélder Câmara, um dos arcebispos alinhados à não-violência.

Ao tratar da escala o autor explica que durante muito tempo a única escala considerada no direito era a do Estado, contudo, são observáveis sistemas legais tanto em uma macroescala internacional, como no caso do comércio exterior, quanto em microescalas, como no caso dos conflitos que ocorrem no ambiente laboral e são regulados por regras da empresa. Uma parada inesperada em uma fábrica é um problema concreto que aparentemente envolveria problemas das três escalas, contudo ele demonstra que é melhor tratar cada qual em sua escala. Há questões que se aplicam na microescala, na relação com os funcionários, que não importam ao Estado. Este, por sua vez, pode ter interesses em aspectos do mesmo evento que sejam regulados pelas leis do país e um cliente internacional que possui um contrato de compra do produto pode

acionar uma cláusula de rescisão e comprar de uma fábrica em outro país. Assim, há espaços jurídicos com diferentes escalas que interoperam com relações de interlegalidade complexas entre eles. Cada escala de legalidade opera com um padrão de regulação e são condicionados por uma própria sequência de ações determinadas estruturalmente, além de possuir patamares de regulação próprios que irão determinar o que é excluído e o que é pertencente à esfera do direito (Santos, B. d. S., 1988).

Ao falar da projeção, ele explica que a depender do tipo da projeção da realidade social adotado, isso irá influenciar as fronteiras do espaço jurídico e como ele é organizado. Por essa razão a projeção não é um procedimento neutro, visto que cada tipo de projeção irá criar objetos jurídicos diferentes, com interesses próprios e formas específicas de perceber e resolver os conflitos. Assim, uma ordem jurídica irá se assentar em um fato fundador que determina qual projeção será adotada. Por exemplo, o direito burguês moderno é assentado em um mercado com relações econômicas privadas, enquanto nas favelas do Rio de Janeiro, o direito não oficial empregado, concebe a terra e a habitação como relações políticas e sociais. E cada tipo de projeção terá um centro e uma periferia. Por exemplo, o centro do direito burguês é o contrato. Isso gera graus de distorção diferentes entre o que se passa no centro e o que ocorre nas periferias da representação jurídica. Quanto mais distante do centro, mais sucede uma interpenetração entre diferentes formas de direito que competem pela regulação da ação social (Santos, B. d. S., 1988).

Ao aplicar a simbolização ao direito ele se vale de Auerbach, um filólogo e crítico literário alemão, para selecionar os "sinais gráficos" para a representação jurídica da realidade. Não vem ao caso descrever a tipologia, o ponto de interesse é que ao falar das favelas de Recife, há a representação de dois tipos de direito em seu mapa jurídico, um vinculado às representações tradicionais existentes nas comunidades e outro relacionado às normas jurídicas do Estado. Quando o advogado ligado à Igreja fala em uma assembleia no interior da favela, ele utiliza um simbolismo diferente do que é utilizado no tribunal e pode ocorrer que em algumas situações ambas as simbolizações se interpenetrem, por exemplo quando moradores vão assistir a um julgamento e passam a cantar hinos religiosos ou gritar slogans (Santos, B. d. S., 1988).

As reflexões propiciadas por tal metodologia aportaram com uma forma de visualizar os documentos que, associada à filologia, ajudou na seleção de quais itens seriam mais ou menos pertinentes à pesquisa. Compreender que há eventos que ocorrem em diferentes escalas e que em cada uma delas é preciso deixar de lado detalhes que não são relevantes, conjugado à noção de que as projeções não são neutras, mas possuem interesses e que escolhem um ponto central

que será representado com mais exatidão, enquanto distorce o que está em sua periferia, aliado à noção de que a representação da realidade pode assumir diferentes formas simbólicas a depender da situação ajudou a sistematizar as leituras e economizar tempo.

As comparações empregadas nessa pesquisa são processuais. Abordam um mesmo lugar ao longo de diferentes épocas, por isso a escolha da análise de trajetória utilizando linhas do tempo. E, como explicado no começo do tópico, para complementar a linha do tempo principal, foram criadas outras linhas do tempo auxiliares.

A noção da escala favoreceu a distinção entre os diferentes níveis dos contextos pelos quais os grupos estudados transitaram ou se relacionaram. A análise das práticas educativas correspondem a uma micro escala. Há uma escala intermediária abrangendo diferentes contextos, entre eles: as relações intersindicais; o catolicismo paulista; o político-partidário; e o território de Perus. Além de escalas mais amplas que influenciaram o grupo, como o da política nacional e internacional, o catolicismo internacional e a resistência à ditadura militar.

Para cada um desses âmbitos foi criada uma listagem com atores que mantinham alguma relação com a FNT e os Queixadas, fosse de afinidade ou fosse de oposição. E para cada contexto foi feito o rascunho de uma linha do tempo, com eventos significativos. As listas foram úteis para auxiliar na seleção dos textos a serem comparados, ajudando a agrupar episódios de diferentes em escalas em linhas do tempo específicas e assim identificar padrões e diferenças.

A noção de projeção favoreceu entender que o objeto de estudo observado desde o interesse educativo é o “ponto central”. A contextualização dos documentos envolvem leituras complementares que não estão necessariamente conectadas ao domínio do estudo e por isso pode haver uma distorção da relevância de algum tema periférico, tanto para mais, quanto para menos. Pensando nisso, as leituras foram realizadas de forma comedida, geralmente apoiadas na erudição de outras pessoas, ou seja, quando alguma fonte secundária ou outro pesquisador sugerissem que algum determinado material poderia ser relevante. Ao avançar com as leituras, novas informações foram sendo incorporadas nas distintas linhas do tempo. Ao fim foi feita uma análise do conjunto, considerando os diferentes contextos e agregando as informações à linha mestra.

A noção de simbolização foi especialmente útil, pois ajudou a refletir sobre como os atores transitavam entre os distintos domínios, empregando diferentes maneiras de exteriorizar as demandas, a depender do público.

As reflexões sobre projeção e simbolização foram conjugadas com a noção de Arroyo (2014) de que quando “Outros Sujeitos” se aproximam da esfera jurídica, apresentando suas

próprias demandas, param de perceber o direito como neutro, pois entendem que há uma disputa de interesses e de representações sociais. Essa politização propiciada pelo ativismo são pontos de virada passíveis de serem rastreados nos distintos documentos.

Por fim, Geertz (2018) apresenta a perspectiva beckeriana de relacionar o texto social com aqueles que o constroem, ou seja, é importante relacionar o texto com a história dos indivíduos que o escreveram, no caso em estudo, os ativistas sindicais e religiosos. O interesse é dar vida à experiência, apresentando nuances que na maioria das vezes não estão contempladas nos documentos. Isso representa um desafio, visto que, diferente do contexto acadêmico, no qual há o hábito de identificar a bibliografia, os ativistas não têm a necessidade de documentar as suas referências. Portanto, por mais minucioso que seja o levantamento, não há como ter certeza de que tudo aquilo que influenciou a trajetória dos ativistas foi mapeado. E mesmo quando uma referência é encontrada, é preciso ter em mente que cada grupo é influenciado e se apropria de um jeito um tanto particular dos referenciais.

Essa noção se conecta com a ideia de que na projeção cartográfica há a escolha de um centro que terá menos distorções do que nas áreas mais periféricas. A reflexão sobre elas levou à escolha do advogado Mário Carvalho de Jesus como “foco narrativo”. Seu espólio é público e as principais fontes primárias, tanto da história do grupo quanto da biografia de suas lideranças, são relatos “autobiográficos” escritos em boa parte por ele, em diferentes épocas, para serem publicados em livros e revistas. Por um lado, estes relatos são um achado, permitiram que esta pesquisa existisse, mas por outro requerem uma estratégia especial para lidar com o texto autobiográfico que será visto logo mais, em como analisar o testemunho.

Desta maneira, a trajetória de Mário Carvalho de Jesus tem grande utilidade para esta pesquisa, pois, além de advogado do sindicato, ele foi figura central na FNT. Soma-se a isso o fato de que o espólio do advogado foi doado ao Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da UNICAMP, uma biblioteca temática sobre o movimento operário. O Fundo Mário Carvalho de Jesus conta com uma variedade de documentos que possibilitam estudar o papel do advogado nestes movimentos.

Contudo, a proposta aqui não é realizar uma pesquisa biográfica ou algo na linha da história dos intelectuais. Apenas lembrando, o objetivo principal é jogar a luz nas práticas educativas desenvolvidas no interior dos movimentos sociais. Desta forma, quando é utilizado tal viés para observar a trajetória de um indivíduo, o propósito real é encontrar indícios das ideias e dos valores presentes nos diversos grupos dos quais ele fez parte.

Porém, estas relações não se apresentam de maneira explícita, é preciso também ter em copresença<sup>1</sup> a trajetória e a configuração dos movimentos em seus diversos momentos, para que assim seja possível entender como a trajetória de um indivíduo se encadeou com a trajetória das organizações. Com isso, a expectativa é a de que o esforço de entender um pouco melhor o contexto micro permita evoluir o entendimento sobre o contexto macro.

#### 3.4.2.2 *Como analisar o ativismo religioso e não-violento?*

O autor Boaventura de Sousa Santos (2014) escreveu um livro chamado “Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos” no qual faz reflexões importantes sobre como analisar aquilo que ele chamou de teologias políticas, ou, em outras palavras, os discursos que reivindicam a presença da religião na esfera pública.

Ele relembra que antes do Iluminismo a religião e a política andavam lado a lado, a autoridade espiritual da Igreja dava um verniz de legitimidade à autoridade secular, porém, a partir das revoluções liberais, as novas lideranças políticas limitaram a presença da Igreja em nome de um estado laico pautado pela lógica racional. Desde então as religiões estão tentando articular uma resposta que seja capaz de recolocar os textos sagrados como uma norma para a vida pública.

Boaventura sugere duas classificações para as teologias políticas:

A primeira as distribui ao longo de um degradê entre os polos fundamentalismo/ pluralismo. O fundamentalismo prega que a revelação deve estruturar a sociedade em todas as suas dimensões e possui um princípio “escrituralista”, no qual as sagradas escrituras devem ser lidas de forma literal, independente do contexto social. O pluralismo defende que as escrituras podem auxiliar na organização política, porém há uma autonomia entre estes campos, além disso o texto sagrado deve ser interpretado de acordo com o contexto social em que ocorre.

A segunda classificação separa as teologias de acordo com a forma que elas realizam intervenções no campo político, distribuindo-as ao longo de um eixo entre os polos tradicionalista/progressista. Os tradicionalistas encaram as diferenças sociais como naturais, afinal, elas também existem nos textos sagrados. Um passado glorioso e mitificado é utilizado como

<sup>1</sup> Copresença entendida aqui conforme a definição fenomenológica de Mário Cobos, como um mecanismo da atenção. Quando a atenção trabalha há um fenômeno que ocupa um campo central de presença e outros fenômenos periféricos em copresença. “El conocimiento se entiende en este horizonte de co-presencia, por lo que, al ampliarlo, se amplía también la capacidad de relacionar” (Cobos, 2004, p. 34).

indicativo de que as hierarquias são uma solução adequada para os problemas atuais. Os progressistas guardam uma tendência ecumênica, interreligiosa e suas intervenções vão no caminho de desnaturalizar as diferenças, apontando-as como decorrentes de um contexto cultural, social e econômico. Diante disso, traçam uma distinção entre a religião que se preocupa com os “oprimidos” e uma religião que preserva os privilégios dos grupos no poder (Santos, B. d. S., 2014).

É possível identificar nestas duas classificações algo próximo àquilo que o autor propõe em suas discussões epistemológicas. Em um polo há uma noção de verdade muito estrita, em outro um acolhimento a outras tradições e vertentes. Em um polo as diferenças sociais são entendidas como necessárias e a teologia se coloca como guardiã de uma ordem hegemônica, no outro, as diferenças sociais são desnaturalizadas, emergem os problemas sociais e a teologia se torna emancipatória.

Tal classificação é apropriada para as finalidades desta pesquisa, pois não há a intenção de analisar o fenômeno religioso, apenas os seus desdobramentos na esfera política e social. E ela se revelou uma ferramenta muito robusta para analisar as relações com outros grupos católicos.

#### 3.4.2.3 *A análise das práticas não-violentas*

Durante a pesquisa foram encontradas duas linhas de pensamento sobre a não-violência que são relevantes para a pesquisa, uma ligada ao campo religioso e a outra atrelada ao campo acadêmico.

Diferentes religiões possuem discussões morais que evocam princípios não-violentos. Mesmo grupos religiosos conservadores e que fazem uma leitura literal dos textos sagrados podem ter uma orientação não-violenta. Por exemplo, os Testemunhas de Jeová, uma religião introduzida no Brasil por missionários dos EUA, resistem tenazmente ao alistamento militar, o que levou o estado brasileiro a reconhecer o direito dos objetores. Porém, a pesquisa não vai abranger toda a perspectiva religiosa, irá selecionar pensadores que influenciaram o movimento paulista, vários deles ligados a lutas sociais e uma visão emancipatória. O assunto será mais aprofundado ao longo do texto.

Na questão metodológica é recorrente uma classificação entre a não-violência como uma estratégia de luta que é utilizada por ser vista como oportuna em um determinado contexto, e a não-violência como um valor moral mais amplo que estrutura a ação, neste caso as estratégias

são utilizadas por uma questão de princípio e não de oportunidade. A corrente não-violenta aqui estudada conceituou tal diferenciação como “A Graça e o Poder” na qual a graça é a capacidade de compartilhar, de ver a humanidade no outro. A luta não-violenta tem estas duas dimensões, chegar ao poder, mas tocado pela “graça”, isto é, usando o poder para compartilhar. Assim sendo, uma luta não-violenta focada exclusivamente na estratégia poderá ter sucesso, mas caso não esteja tocada pela graça, que seria a postura inaugural da ética não-violenta, este sucesso não necessariamente representará uma transformação do conflito que respeite todas as pessoas envolvidas (Barbé, 1983a).

A vertente acadêmica possui uma perspectiva laica e é uma área interdisciplinar, ligada a campos de estudos diferentes, de acordo com sua trajetória de desenvolvimento em cada contexto nacional. No Brasil, os chamados “Estudos para a Paz” são um campo de estudo relativamente recente e possui vínculos com as Relações Internacionais e com a área de Comunicação.

Entre os autores que estão sendo consultados, cabe destacar Johan Galtung, um sociólogo norueguês que há décadas se dedica a esta temática, tendo desenvolvido um arcabouço teórico robusto.

Segundo ele, a violência é uma afronta evitável às necessidades humanas básicas. Ao classificar a paz criou uma distinção entre “paz negativa” e “paz positiva”. Uma entende a paz como ausência da violência e, portanto, atua para eliminá-la. A outra entende a paz como a satisfação das necessidades humanas e atua para potencializar a vida, adotando assim uma postura preventiva em relação à violência (Galtung, 2003a).

O mais relevante para esta pesquisa são os cuidados metodológicos que ele recomenda. Ao falar sobre culturas, ele explica que não se deve confundir os aspectos violentos de uma cultura com a cultura em si. Ele não descarta a possibilidade de que exista uma cultura que tenha um conjunto tão abrangente de aspectos violentos que poderia ser tratada como uma “cultura violenta”, da mesma forma uma sociedade, com um conjunto abrangente de aspectos pacíficos, poderia ser chamada de uma cultura de paz, ainda assim, é necessária muita cautela para se evitar os estereótipos (Galtung, 2003b).

Ao estudar alguns dos principais sistemas culturais, o autor elencou quais os aspectos mais comuns, no que ele chamou de culturas profundas, que podem conduzir a uma cultura menos ou mais violenta. A pior combinação é aquela que possui uma visão absoluta das contradições, identificando tudo que ocorre de bom com o “Eu” e tudo que ocorre de ruim com o “Outro”, levando a uma visão dual do mundo, que conduz à desumanização e à exclusão do “Outro”, além de poder estar associada a um futuro apocalíptico. A melhor combinação envolve, entre outras



coisas, uma percepção das contradições como mutáveis, tratando os conflitos de forma holística e dialética, valorizando todos os seres humanos, sem gerar dualismo entre o “Eu” e o “Outro” (Galtung, 2003b).

Os diversos textos selecionados dialogam e se complementam. As orientações de Galtung (2003b) possuem afinidade com as propostas epistemológicas de Boaventura de Sousa Santos (2007) acerca de uma ecologia dos saberes que consiga superar as linhas abissais que foram traçadas entre os diversos tipos de conhecimento. Uma linha abissal seria uma fronteira radical que causa uma exclusão automática de qualquer experiência que não esteja do lado de cá da linha.

Percebe-se também uma afinidade com a noção de “graça”, ao considerar a humanidade do outro que participa do conflito.

No campo dos Estudos para a Paz, essas posturas demarcam uma diferença entre o pensamento antagônico, no qual o outro é o inimigo a ser eliminado, e o pensamento agônico, no qual o outro é visto como adversário em um campo de disputa.

Esse embasamento teórico facilitou, durante as leituras, uma melhor compreensão da postura não violenta nas ações do Sindicato dos Queixadas e da FNT.

#### 3.4.2.4 *A análise de relatos e testemunhos*

O interesse pelo testemunho surgiu como um problema metodológico de como analisar este tipo de documento, porém, essa reflexão causou um “ponto de virada” na pesquisa, e o testemunho, até então visto como um desafio, ganhou o status de protagonista da trama. Adiantando algumas cenas dos próximos capítulos, ele foi uma ferramenta educativa muito valorizada pelos ativistas.

Contudo, ainda permanece o problema metodológico: como analisá-lo?

O testemunho é um daqueles objetos desafiadores por estar em zonas disciplinares limítrofes. Ele tange os estudos sobre memória, literatura, religião, história e direito. Em alguns casos está atrelado a uma perspectiva científica positivista, na qual toda fala precisa ser comprovada por documentos, visto que a história é entendida como uma sucessão de fatos objetivos. Porém, há outras perspectivas nas quais a história é percebida como um campo de disputas hermenêuticas, nas quais alguns fatos são lembrados e outros programaticamente esquecidos, desta maneira o testemunho de um grupo historicamente esquecido, apesar de ser uma versão

singular, subjetiva e limitada, dá conta daquilo que ficou sem sentido ou que não foi contemplado por uma memória oficial (Kessler, 2017)(Oliveira, 2009).

A principal referência utilizada para a análise veio do campo da pesquisa biográfica em educação. Trata-se do livro “Dimensões epistemológicas e metodológicas da pesquisa (auto) biográfica em educação” de Christine Delory-Momberger (2008). A autora discute os modelos sócio-históricos de construção biográfica e apresenta as características que fazem desse tipo de narrativa uma “hermenêutica da experiência” que podem ser utilizados para as relações entre biografização e aprendizado.

Tal referência orientou a análise hermenêutica da biografia do movimento. Primeiramente, fez refletir que no modelo sócio-histórico utilizado para descrever trajetórias lineares, há uma preocupação teleológica que atribui significados aos episódios de acordo com o propósito daquilo que está sendo contado. Com isso os significados dos eventos estão em constante mudança. Uma nova experiência poderá inverter o valor que se atribui a algum evento. A narrativa pode ser afetada por outros fatores, tais quais o contexto comunicacional ou o interlocutor.

Há versões da história dos Queixadas e da FNT produzidas em diferentes décadas. A análise hermenêutica evidenciou emergências e ausências que apontaram conflitos e aprendizados.

É como olhar um trabalho artístico. O público se deleita a contemplar a obra final, porém, para outros artistas há também uma riqueza nos rascunhos, pois eles apresentam conflitos e evoluções que não são visíveis na obra acabada.

Refletir sobre as ausências repercutiu no tratamento dos dados para a reconstituição da trajetória, redobrando a atenção ao lidar com as informações que apareciam nas narrativas dos ativistas, cotejando-as com outros documentos.

E nesse processo foi possível identificar ausências em ambos os lados.

A pesquisa realizada anteriormente na graduação em pedagogia foi historiográfica, pois precisou completar as lacunas sobre a não-violência em São Paulo. Naquele momento foi percebido que até mesmo pequenos movimentos que se dedicaram à luta armada são debatidos dentro da academia, porém, a resistência não-violenta é pouco estudada.

A historiadora Marta Rovai teve uma percepção parecida ao estudar a Greve da COBRASMA de 1968, em Osasco. Esta greve foi liderada pelo “Grupo de Osasco” em colaboração com a FNT, porém a historiografia dá muito mais destaque aos primeiros, provavelmente por se tratar de uma organização que mais tarde ingressou na luta armada, e muitas vezes ignora ou coloca o papel da FNT como secundário. Rovai levanta a hipótese de que este silenciamento da

historiografia sobre a FNT pode estar associado ao fato de que o grupo talvez “não tivesse como aspecto marcante o romantismo revolucionário de 1968; ou ainda o entendesse de outra maneira” (Rovai, 2012, p. 39).

Se por um lado há um interesse em estudar a resistência armada, por outro era comum que o termo não-violência fosse substituído por diferentes nomes. Assim, a não ser que o pesquisador saiba pelo que está procurando, não notará o discurso não-violento amalgamado aos discursos de atores políticos mais famosos, como por exemplo, o de Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

É provável que as lacunas referentes à não-violência se devam ao fato dela ser contra-hegemônica em um duplo sentido. Primeiramente pelas suas práticas de resistência dentro de um regime de exceção. Em segundo lugar, dentro do próprio campo progressista, por possuir uma perspectiva muito singular, era vista até mesmo como ingênua por outros movimentos. Diante disso, o testemunho das lideranças Queixadas é um posicionamento importante neste campo de disputa, que é a memória.

Aqui, mais uma vez ocorre uma confluência com categorias de análise utilizadas por Boaventura de Sousa Santos. Ao tratar destes processos lacunares existentes nas ciências o autor utiliza o par conceitual “ausências/emergências”, em suas palavras:

Enquanto a sociologia das ausências expande o domínio das experiências sociais já disponíveis, a sociologia das emergências expande o domínio das experiências sociais possíveis. As duas sociologias estão estreitamente associadas, visto que quanto mais experiências estiverem hoje disponíveis no mundo mais experiências são possíveis no futuro (Santos, B. d. S., 2002, p. 258).

Há aqui uma intersecção com a proposta de Delory-Momberger (2008), que apresenta o conceito de “bioteca”, uma biblioteca biográfica do receptor do discurso, que se articula com o “horizonte biográfico”, que correspondem às expectativas de representação biográfica de alguém. Ao expandir o domínio de experiências biográficas dos indivíduos, eles podem expandir suas possibilidades biográficas futuras.

É importante frisar que a proposta da sociologia das ausências/emergências está vinculada a uma crítica a uma razão totalizante, que se crê exaustiva. A isso o sociólogo propõe que é impossível chegar a uma teoria geral, pelo fato que o mundo é uma totalidade inesgotável que abriga várias totalidades. Desta maneira, observar as ausências não é uma forma de corrigir a incompletude de uma teoria geral, mas uma busca por criar alternativas (emergências) vasculhando

as ruínas (ausências) daquilo que um dia representou uma alternativa à teoria geral hegemônica (Santos, B. d. S., 2002).

E para realizar essa tarefa o sociólogo propõe a tradução. A ferramenta proposta por ele é a hermenêutica diatópica, isto é, “uma interpretação entre duas ou mais culturas com vistas a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes respostas que fornecem para elas” (Santos, B. d. S., 2002, p. 261). A análise diatópica não será utilizada aqui, pois compara os *topoi* (plural de *tópos*), frases que são lugares comuns que expressam verdades populares de uma determinada cultura, tais quais os provérbios. Tal comparação se articula à preocupação cartográfica de Boaventura de Sousa Santos (2002) apresentado anteriormente. Vale dizer que essa perspectiva metodológica inspirou a análise do papel de tradutor desempenhado pelo Sindicato dos Queixadas e pela FNT ao utilizarem estratégias de tradução que favoreceram o diálogo entre noções de justiça que circulavam entre os trabalhadores e as representações legais oficiais.

Voltando à questão das ausências, a análise do testemunho e da experiência dos Queixadas não deve ser feita para cobrir todas as lacunas da historiografia, como se a memória fosse um álbum de figurinhas que pode ser completado. A memória se assemelha mais a um álbum infinito de Hilbert<sup>2</sup>, que teoricamente, mesmo estando completo, basta uma operação do colecionador para abrir infinitos espaços vazios. Basta que amanhã alguém queira saber algo que até então nunca havia sido perguntado, para que o álbum fique outra vez cheio de lacunas.

O resgate das memórias está ligado a uma sociologia das ausências, estas ausências por sua vez estão relacionadas à forma como o passado é interrogado, o que por sua vez está associado a problemas epistemológicos enfrentados no tempo presente. A tradução busca então definir quais eram as preocupações existentes no passado que são similares às que existem na atualidade e como elas foram respondidas, buscando traduzir estas respostas em uma linguagem que faça sentido para os dias atuais, ou seja, ao considerar a fala daqueles sujeitos ausentes na historiografia pode-se chegar a uma sociologia das ausências, e ao traduzir suas respostas para a problemática de um outro contexto, pode-se chegar a uma sociologia das emergências.

<sup>2</sup> “Hotel de Hilbert” é um paradoxo matemático sobre um hotel com infinitos quartos, que se orgulha de nunca ter quartos vagos e ao mesmo tempo sempre encontrar espaço para novos hóspedes. É um paradoxo justamente por ser contra-intuitivo, brincando com a noção de infinitos enumeráveis. Quando um novo hóspede chega, o gerente pede que o primeiro hóspede libere o primeiro quarto, passando para o segundo e assim sucessivamente. E caso um número infinito de hóspedes chegue ao mesmo tempo ao hotel solicitando uma vaga, tampouco há problema, basta que o gerente peça que cada hóspede já hospedado passe ao próximo quarto de número par, liberando automaticamente uma infinita quantidade de quartos ímpares que atenderá aos infinitos novos hóspedes. Sendo o hotel uma “totalidade inesgotável”, ele consegue abrigar várias outras totalidades dentro de si.

Portanto, esse trabalho hermenêutico se relaciona ao que já havia sido citado anteriormente, de entender os problemas ou os conflitos. Talvez em um outro trabalho de pesquisa haja tempo de levantar as problemáticas do tempo presente e assim traduzir as respostas apresentadas pelos Queixadas em sua época para que possam ser compreendidas na atualidade. Porém, neste momento, o esforço será mais humilde, estará concentrado em buscar nos testemunhos quais eram os conflitos e as preocupações educativas dos ativistas e como eles lidaram com elas.

#### 3.4.2.5 Como analisar as estratégias de ação?

Um outro problema que surgiu durante a pesquisa foi como olhar para a aquisição, criação e difusão das estratégias que o grupo utilizou ao longo de sua atuação.

Ao pesquisar sobre a Teoria do Processo Político, o conceito de repertório, proposto por Tilly (2010), demonstrou ser útil para interpretar este fenômeno por estar em sintonia com outras ferramentas utilizadas. É utilizada uma lógica processual, com grande importância ao conflito, considerando não apenas o sujeito investigado, mas também os outros sujeitos que com ele competem.

O “repertório de confrontos” é um conjunto variável de “ações públicas”, ou no inglês, *performances*. A *performance* possui duas faces, ela é modular, pois pode ser reconhecida em diferentes contextos, ainda assim, cada qual é singularizada pelo seu uso, que agrega símbolos e segredos locais. Desta forma, a transferência de repertórios envolve escolhas que encontram limites nas tradições, na cultura local e na criatividade. Há seis mecanismos que, isolados ou combinados, estruturam as transferências políticas: inovação tática; barganha; difusão negociada; mediação (*brokerage*); certificação/descertificação; adaptação local. *Performances* modulares são mais fáceis de serem transpostas para outros contextos, por exemplo, a queima dos sutiãs pelas feministas possui raras ocasiões de uso fora do contexto original, enquanto a resistência pacífica gandhiana pode ser utilizada por movimentos diversos. Desta maneira a transferência de repertórios é um processo histórica e culturalmente enraizado, condicionado pelas estruturas de oportunidade (o ambiente político nacional/ os quadros de poder dentro da Igreja Católica), sendo também um processo relacional, que é disputado pelos agentes em relações conflituosas. O repertório adotado por um grupo depende muito de seus interesses e da eficácia, algo só possível de ser avaliado no decorrer da própria *performance*. A eficácia é afetada diretamente

pelas oportunidades políticas, de modo que uma mudança estrutural leva a novas improvisações no repertório (Tilly, 2005) (Tilly, 1995 apud Alonso, 2012).

A mediação ocorre quando alguém conecta atores, grupos ou lugares que até então estavam isolados, facilitando a circulação dos repertórios (Tilly, 2005).

Durante a pesquisa, foram encontrados vários documentos demonstrando a importância das relações internacionais para o desenvolvimento das ideias não-violentas, muitas destas relações possibilitadas pelo internacionalismo da Igreja. Tilly não chegou a abordar a questão de transferências internacionais de repertório, contudo, Chabot expandiu o instrumental tillyano em um artigo sobre como o repertório gandhiano chegou até os ativistas pelos direitos civis nos EUA, no qual aponta dois modelos de difusão de ideias inovadoras que podem ser utilizados: O primeiro trata do papel de redes fortes pré-existentes; O segundo implica que similaridades institucionais tornam a comunicação indireta suficiente para a difusão (Chabot, 2001).

Há na sociologia da ação social uma polêmica entre os enfoques na agência dos indivíduos e os estruturalistas, isto é, entre aqueles que privilegiam a dimensão criadora da ação, entendendo a estrutura como produto da ação e aqueles que vislumbram a ação como o produto da estrutura. A sociologia tillyana superou essa dicotomia ao conciliar um enfoque institucional com o reconhecimento da criatividade dos indivíduos (Gohn, 2014). Suas teorias estavam em constante revisão. É comum que sua obra seja classificada como estruturalista, levando em conta seus textos dos anos 1970, contudo, ao longo das décadas, realizou autocríticas e promoveu inovações teóricas e metodológicas que tornam sua abordagem única ao tratar das estruturas, sem perder de vista as relações entre os indivíduos (Bringel, 2012).

A metodologia tillyana está na fronteira entre a sociologia e a história e foi utilizada por ele para revisar momentos históricos coalhados por ações coletivas de cunho contencioso e, a partir dessa análise das *performances*, identificar os repertórios. Ângela Alonso (2012) ressalta que para ele os sentidos são inseparáveis das práticas, portanto, ele preferia acessá-los por meio da análise das ações públicas e não dos discursos.

Essa característica é um obstáculo no contexto desta pesquisa, visto que as ações políticas (poder) estão ligadas a um princípio moral (graça), portanto a análise das *performances* é insuficiente. Alonso (2012) aponta que pouco antes de sua morte em 2008, Tilly estava muito interessado nas justificativas que os agentes conferiam às suas ações, dando atenção ao imprevisto na adaptação dos repertórios para adaptá-los às tradições e ao contexto local e ao escrever sobre isso demonstrava simpatia pela “economia moral” de Thompson. Contudo, apesar de seu

interesse crescente, não teve tempo de estabelecer uma metodologia que analisasse a moral a partir das ações públicas.

Alonso (2012) aponta que a escolha metodológica de trabalhar com as ações, ensejou críticas de que a análise *tillyana* era muito instrumental e carecia de ferramentas que favorecessem acessar a moral coletiva. Para contornar esse problema, ela aponta propostas metodológicas que foram utilizadas. Steinberg (1995 apud Alonso, 2012) propôs uma análise do discurso em complemento à análise das ações e Ann Swidler (1995 apud Alonso, 2012) desenvolveu o conceito de um repertório cultural composto por conhecimentos e símbolos, que seriam utilizados como uma “caixa de instrumentos” acessadas pelos agentes ao selecionarem aqueles que seriam utilizados em suas estratégias de ação. E, por fim, Halfmann e Young (2010 apud Alonso, 2012) elaboraram o conceito de repertório moral, abarcando padrões morais recorrentes numa época e usados em intenções diversas por grupos antagonistas, acessíveis por meio de imagens e retóricas disponíveis.

As transformações morais são mais facilmente identificáveis nos discursos do que nas ações em si, portanto, analisar as falas e conceitos nos documentos de cada época é uma ferramenta que garante mais efetividade ao estudo. Devido à efervescência no meio político, na educação popular, no catolicismo progressista e nas ações sindicais, uma análise aprofundada da “economia moral” ou do repertório moral do período renderia por si uma outra dissertação de mestrado. Para os fins desta pesquisa, a moralidade, a intencionalidade e os sentidos atribuídos às ações, bem como as transformações que estes conceitos sofreram ao longo do tempo, foram acessadas através da análise dos relatos e dos testemunhos, vez ou outra, apenas quando estritamente necessário, realizando um comparativo com outros grupos.

A noção de repertório foi especialmente útil no capítulo que apresenta a síntese histórica do grupo. Observar as estratégias de ação em perspectiva possibilitou identificar que ocorreram transformações no repertório ao longo do tempo. E para auxiliar a entender se houve fatores externos que contribuíram para a mudança, foi utilizado um outro conceito da Teoria do Processo Político: a “estrutura de oportunidades políticas”, formulado pelo sociólogo Sidney Tarrow (2009), em sua obra “O Poder em Movimento”.

Esse conceito está atrelado a um enfoque estruturalista que enfatiza o contexto de oportunidades como fatores externos ao movimento social, decorrentes da estrutura na qual o movimento está inserido. As oportunidades podem ser positivas quando favorecem e negativas quando desmotivam a ação.

Há uma outra corrente de análise chamada “Teoria dos Novos Movimentos Sociais” que trata o contexto de oportunidades de forma diferente, considerando os fatores internos, além dos externos. Pode-se, por exemplo, analisar a dimensão cognitiva para compreender como os ativistas perceberam as oportunidades. Esse enfoque metodológico se mostrou promissor para analisar a trajetória de luta dos Queixadas e da FNT. Alberto Melucci (2001), um dos expoentes dessa corrente, foi cogitado durante a análise da trajetória do movimento. Sua principal contribuição seria a identificação das transformações na identidade e na matriz de pensamento das orientações das lideranças que geraram novas maneiras de lidar com as restrições e as oportunidades.

Contudo, no decorrer da análise ficou claro que parte das transformações na matriz de pensamento estavam associadas às mudanças ocorridas no mundo católico. Portanto, ao analisar o catolicismo como um segundo grande contexto, em paralelo ao da política brasileira, as mudanças que estavam aparecendo como fatores internos puderam ser analisadas como fatores externos ao movimento, relacionadas às oportunidades emergentes durante as transformações do contexto católico, permitindo que o método analítico da “estrutura de oportunidades políticas” de Tarrow (2009) seguisse em uso. Logo, apesar de não utilizada diretamente, a perspectiva de Melucci (2001) trouxe mais lucidez sobre as limitações da utilização da Teoria do Processo Político ao analisar um movimento social cuja característica marcante era a criatividade para encontrar brechas e cavar oportunidades onde, inicialmente, havia apenas restrições.

A ideia de utilizar vários contextos analíticos diferentes ocorreu durante a graduação, influenciada pela leitura da obra “Educação e Linguagem na Educação e na Política” do biólogo chileno Humberto Maturana (2009). O autor trata a realidade como uma complexidade composta por distintos e inseparáveis domínios da realidade. A base de sua teoria é a emoção, uma disposição corporal dinâmica que define os diferentes domínios de ação nos quais os organismos se movem.

Portanto, diferente das teorias sociológicas centralizadas no conflito, para Maturana o mais importante é a emoção, pois será ela que gerará o conflito. Por exemplo, se duas pessoas colidem, isso poderá ser vivido como um acidente ou como uma agressão, a depender da emoção na qual se encontram os envolvidos. Os seres humanos interagem por meio da linguagem, que se entrelaça com as emoções no que ele chama de conversação. Diferentes dimensões do viver podem estar calcadas em diferentes emoções e, portanto, gerarem diferentes redes de conversação, cada qual com sua história.



A Teoria do Processo Político se baseia em uma postura epistemológica estruturalista. O foco está posto nas recorrências, acerca das quais são realizadas generalizações. Assume-se que um ente capta a realidade que lhe é externa.

Maturana (2009), por sua vez, se orienta por uma noção de auto-organização, na qual o meio externo perturba o organismo, porém, cada organismo irá interpretar a perturbação de modo coerente à sua organização interna, selecionando de forma particular como se comportar diante do estímulo. Há uma certa ironia que uma metodologia de cunho estruturalista tenha tido seu uso facilitado após uma reflexão inspirada por outra linha muito divergente que atribui a cada um a capacidade de fabricar a sua própria realidade de forma autônoma, em cooperação com outros. Cabe ressaltar que essa utilização de posições metodológicas tão distintas é possível pois algumas ferramentas e conceitos estão sendo utilizados de forma restrita, em situações que demonstram ser úteis, mas sem um compromisso radical com a perspectiva teórica mais ampla de onde elas foram extraídas.

Sobre isso, há outro autor que precisa ser mencionado, por ter influenciado a maneira de analisar as ações coletivas: o alemão Axel Honneth (2003), um sociólogo contemporâneo que é continuador das Teorias Críticas. Suas metodologias não foram diretamente utilizadas, mas suas ideias abriram outras perspectivas analíticas. Em sua concepção, a injustiça está na base das revoltas sociais, pois negam reconhecimento. Esse sentimento ganha relevância política quando articulado em um movimento de busca pelo reconhecimento que foi negado. Ele se baseia em uma orientação hegeliana de que a noção de justiça parte de expectativas de respeito à dignidade, honra ou integridade. Antes de um diálogo ser iniciado o sujeito possui uma expectativa normativa de que será reconhecido socialmente. Quando o reconhecimento é negado, isso é visto como falta de respeito, percepção que é acompanhada por um sentimento de injustiça e de perda de identidade. O autor fala de três formas de reconhecimento que configuram uma rede moral de atitudes que promovem condições para garantir a integridade pessoal. São elas: o amor, o direito e a solidariedade.

Essas três formas de reconhecimento estavam presentes na organização dos Queixadas.

O amor pode ser entendido nas relações de amizade que eram um ponto chave do trabalho de base realizado tanto pelos Queixadas quanto pela FNT. Honneth (2003) tem como referência a psicologia social do interacionismo simbólico de George Mead. É no reconhecimento mútuo entre os sujeitos que a moral do grupo vai sendo aprendida e internalizada. Diferente de outras propostas teóricas muito focadas na análise de estratégias e recursos, Honneth (2003) orienta o olhar para relações que não são meras trocas econômicas, mas sim, relações afetivas.

A solidariedade era muito presente na organização dos Queixadas e a FNT foi uma expressão dessa solidariedade. A chamada à união dos trabalhadores foi uma das orientações primordiais do trabalho realizado. Para Honneth, a solidariedade ocorre quando as pessoas se estimam de forma simétrica, respeitando as diferenças e as particularidades. No caso dos Queixadas, esse respeito às particularidades era expresso no etapismo, um dos princípios chave na organização do movimento. Contudo, no sentido de simetria do qual fala Honneth, a solidariedade de classe era uma aspiração, conforme será discutido no capítulo referente à análise dos resultados.

Por fim, o direito é um reconhecimento dado por determinada comunidade. Diferente do amor que advém de laços afetivos, o direito deriva de uma dimensão cognitiva. As personalidades são reconhecidas como autônomas, moralmente responsáveis e que devem ser protegidas pela lei. Os direitos individuais que contemplam os direitos civis, que garantem a liberdade, os direitos políticos, que garantem a participação e os direitos sociais que garantem um bem-estar mínimo dos indivíduos.

O ativismo jurídico da FNT e do Sindicato dos Queixadas foi, em síntese, uma luta pelo reconhecimento e pela ampliação dos direitos sociais. Bem como a organização de comissões de fábrica abordava o reconhecimento dos direitos políticos e da autonomia dos trabalhadores e os colocava na tarefa de identificação dos conflitos, sendo o conflito aqui entendido como a expressão da negação de um reconhecimento, ou seja, uma injustiça. A motivação para a participação em um coletivo seria o compartilhamento de sentimentos a unirem aqueles que foram injustiçados. Nesse caso, as narrativas e os testemunhos empregados pelos Queixadas e pela FNT seriam uma forma de compartilhar uma memória de experiências morais de injustiça, bem como das respostas elaboradas no interior da luta dos trabalhadores.

A perspectiva crítica honnethiana coloca a experiência moral como fator importante para a compreensão dos conflitos sociais, juntamente com as relações de poder e as divergências de interesse (Gohn, 2014). Essa consideração trouxe um cuidado ao analisar a base de luta dos Queixadas e da FNT, visto que se pautavam por uma moralidade cristã.

A Teoria Crítica atualizada por Honneth (2003), ao utilizar bases hegelianas, dialoga diretamente com o campo de estudo da educação popular freireana, em ambos os casos não se resumem a entender a lógica da organização social estabelecida, mas possuem uma orientação emancipatória, preocupada em superar a injustiça/opressão, possibilitando ao ser humano encontrar caminhos para “ser mais”.

### 3.4.2.6 A análise da educação em movimentos sociais

Conceitos de Boaventura de Sousa Santos, tal qual o das linhas abissais e o da emergência/ausência estão sendo utilizados como chaves que permitem acessar dimensões educativas até então não aparentes. O trabalho foi facilitado por pesquisadores do campo educativo que utilizaram a obra do sociólogo português em suas análises. Miguel Arroyo (2014) e Nilma Lino Gomes (2017), ambos ligados à Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), aportaram com contribuições valiosas para o campo. Arroyo (2014) trata dos desafios da contemporaneidade diante de Outros Sujeitos que passaram a lutar por direitos. A pedagogia hegemônica tem sido desafiada constantemente conforme essas pessoas começam a demandar por educação e a própria história dos saberes que esses sujeitos carregam estão ausentes da história pedagógica. Nilma Lino Gomes (2017) utilizou a sociologia das ausências e das emergências para analisar a história educativa do movimento negro brasileiro. Uma das faces do racismo é a ausência de pessoas negras em diversos âmbitos e a luta antirracista se formou enquanto resistência à essa ausência, propondo ações que educaram tanto os negros, quanto a sociedade como um todo. Embora os grupos analisados sejam diferentes, as teorias que ela construiu abrem possibilidades de análise das ações utilizadas por outros tipos de movimentos emancipatórios. No caso dos movimentos que são interesse desta pesquisa, muitas de suas ações foram realizadas como uma forma de dar visibilidade às mobilizações que estavam realizando e às injustiças que estavam atravessando. A pedagogia das ausências e das emergências favorece uma releitura dessas *performances* desde uma perspectiva educativa.

## 4 AS PRÁTICAS EDUCATIVAS

### 4.1 REDIMENSIONAMENTO DO ESCOPO

Nesta seção, será realizada a identificação e a classificação das práticas educativas dos Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (FNT) entre 1954 e 1968, em algumas cidades que compõem a atual Região Metropolitana de São Paulo.

O escopo da pesquisa era maior, incluía as décadas de 1970 e 1980, quando membros do movimento se articularam com religiosos de todo o país em ações de resistência não-violenta às violações de direitos humanos que ganharam força durante o período da ditadura militar.

Alguns fatores contribuíram para a redução das pretensões da pesquisa, entre eles a própria natureza do ativismo dos grupos. Embora relativamente pequenos, possuíam objetivos grandiosos de abarcarem outras esferas além do movimento sindical. Agiam com muita paciência, o que espalhou suas ações no espaço e no tempo.

Essas características não eram incidentais, pois estavam ancoradas em princípios primordiais para o grupo, algo que foi evidenciado durante o fichamento e a análise do livro “Princípios para a ação”, do pe. Lebret, que, segundo Mário Carvalho de Jesus, era um manual obrigatório para os ativistas nos anos iniciais do trabalho com os Queixadas e com a FNT (Jesus, 1977b).

Lebret orientava a “querer com grandeza, pensar com grandeza, realizar com grandeza” (Lebret, 1962, p. 16). Aplicado ao ativismo, esse princípio motivou a uma ambição de que o trabalho sindical não fosse o fim, mas um passo para promover uma transformação social, baseada na doutrina social cristã, na qual a ação sindical serviria de exemplo, dando testemunho da viabilidade da proposta.

Pe. Lebret (1962) explicava que para aquele que tinha a esperança de um resultado grandioso era necessário um trabalho paciente, feito às apalpadelas, com muitas experiências e muitos fracassos. Ao invés de aspirar crescer muito depressa, o melhor era crescer por etapas.

Entre as décadas de 1950 e 1980 os ativistas seguiram os princípios da paciência e do etapismo, de modo laborioso, assim ampliaram o círculo de abrangência das ações para muito além do trabalho sindical na “Perus”. O trabalho na fábrica de cimento foi encadeado com outras ações no território e em outros sindicatos, por intermédio da FNT. Posteriormente, quando fundaram o Secretariado, o trabalho se expandiu nacionalmente, com assistência jurídica às lutas não-violentas em vários pontos do país.

Originalmente, a pesquisa abrangeria essas três organizações ao longo das várias décadas em que atuaram. Porém, cada uma delas possuía seus próprios objetivos grandiosos e ia se desdobrando em novas ações, o que conduziu a uma grande quantidade de documentos arrolados durante a fase de levantamento.

Ainda antes da redução do escopo já havia ficado claro que seria necessário selecionar as fontes mais relevantes, de modo a eliminar documentos que não dialogassem com os objetivos estabelecidos pela pesquisa. Nesse processo de descarte é preciso cautela para não jogar fora o bebê junto com a água do banho. Mas ao adotar uma postura conservadora, quase nada foi eliminado. A hipótese que está sendo trabalhada ao longo da investigação é que o processo educativo é indissociável do trabalho sindical, político e social realizado pelo grupo. Seguir essa linha de raciocínio favorece a visualização de vestígios de processos educativos em praticamente todos os documentos.

Para reduzir os riscos de eliminar o que não devia, foi necessário realizar uma pré-análise do material. Durante tal tarefa ficou evidente o cuidado que as lideranças tiveram com a produção de relatos apresentando a história do grupo. A conjunção dos objetivos grandiosos e da paciência com o cuidado nesse tipo de “testemunho”, contribui para o grande volume de dados.

Além dos relatos, levantou-se muitos outros documentos: Duas centenas de páginas escaneadas no Fundo Mário Carvalho de Jesus, trinta “cadernos de formação” elaborados pela FNT, algo em torno de 50 livros, monografias, dissertações e teses sobre distintos aspectos das ações, de seus mentores, do contexto em que os eventos se desenrolaram, documentos rastreados em Diários Oficiais, anais do Senado, fichas da DEOPS entre outros repositórios eletrônicos<sup>1</sup>.

Devido à natureza expansiva e multicêntrica do movimento e da dificuldade em realizar um recorte, ficou patente que o escopo inicial estava muito abrangente. Foi preciso limitá-lo tanto no espaço quanto no tempo.

A pesquisa ficou geograficamente restrita apenas às ações na metrópole paulista, dando mais ênfase às que estavam relacionadas aos Queixadas e às ações dos primeiros anos da FNT, quando tal organização estava muito envolvida com os trabalhadores da “Perus”.

O recorte temporal focou as décadas de 1950 e 1960, por considerar que as ações realizadas nesse período favoreceriam identificar a gênese da proposta educativa não-violenta dos Queixadas, posteriormente chamada de Firmeza Permanente.

Um dos objetivos gerais da pesquisa era entender a relação entre a educação praticada entre os Queixadas e a Educação Popular. Ao longo da pré-análise aparecem indícios relevantes de

<sup>1</sup> Uma lista detalhada pode ser encontrada no capítulo 3.3.1 na página 95.

que, entre 1950 e 1960, a educação praticada pelo Sindicato dos Queixadas e pela FNT guardavam semelhanças com a Educação Popular, de matriz freireana, que foi difundida nacionalmente nos anos 1970. Portanto, restringir o escopo a um período anterior, ajuda a investigar com mais cuidado o porquê dessa semelhança.

Além disso, a investigação ficaria mais complexa no período posterior, tanto pelo fato de que no final dos anos 1960 houve o AI-5, gerando um período de refluxo no trabalho sindical, quanto porque no mesmo período, a Teologia da Libertação ganhou força e a Diocese de São Paulo encampou um importante trabalho nas periferias de São Paulo e ofereceu guarida aos movimentos sociais e sindicais. Isso teve como consequência a convergência entre as ações dos Queixadas, da FNT e Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o que levou a um volume de pequenas ações rastreadas que demandaram um maior esforço no levantamento, tornando a tarefa difícil de concluir dentro do período de tempo de um mestrado.

#### 4.2 FONTES SELECIONADAS

A redução do escopo levou a uma diminuição da quantidade de fontes utilizadas, o que contribuiu para otimizar o tempo dedicado à pesquisa. A atenção ficou concentrada em referências diretamente atreladas aos objetivos desse estudo, o que resultou na dispensa de documentos do Secretariado e da FNT posteriores à década de 1960.

Ao final desse processo as fontes primárias selecionadas foram listadas, brevemente contextualizadas, organizadas e aglutinadas nos blocos temáticos:

- Bloco 1: Trajetória dos Queixadas;
- Bloco 2: Educação de base e Educação Sindical;
- Bloco 3: FNT;
- Bloco 4: Estratégia não-violenta.

Para facilitar a visualização dos leitores, cada documento será identificado por letras. Durante a fase de análise, foi crucial identificar cada capítulo de interesse, resultando na possibilidade de um mesmo livro estar contido em diferentes blocos. Outro recurso utilizado ao longo do texto será o de colocar em *itálico* as citações dos escritos dos ativistas, à guisa de uma distinção das demais citações.

#### 4.2.1 Bloco 1: Trajetória dos Queixadas

Há versões diferentes da história do movimento dos Queixadas. A maioria delas foi escrita em um tom testemunhal, misturando uma narrativa na primeira pessoa do singular e do plural. A maior parte dos textos tem autoria de Mário Carvalho de Jesus, com edições de acordo com o propósito e o ano em que foram publicadas.

- ( a ) JESUS, Mário Carvalho de. Capítulo III: Vinte e dois anos de luta sindical na Perus. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 39–90.
  - Foi utilizado como a principal referência para a pesquisa. O mesmo texto foi republicado no livro “Cimento Perus” de 1992.
- ( b ) PINTO, João Breno. Capítulo II: Depoimento: A descoberta da não-violência na greve da “Perus”. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 33–38.
  - Depoimento da principal liderança sindical dos Queixadas. Apresenta princípios da não-violência entremeados com uma perspectiva histórica de como a estratégia de luta não-violenta foi descoberta e amadurecida entre os Queixadas.
- ( c ) JESUS, Mário Carvalho de. Capítulo IV: Raízes da não-violência no Brasil, na faixa sindical. Dez distinções e dez testemunhos. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 91–106.
  - Baseado em um decálogo que distingue ação conservadora, ação violenta e ação transformadora não-violenta e que fora elaborado originalmente para o livro “A guerra acabará se você quiser”, lançado em 1970 pelo então bispo auxiliar de São Paulo D. Paulo Evaristo Arns (JESUS, 1973, p. 907). Nessa versão conta-se a história da Não-Violência no Brasil, trazendo para cada item um testemunho, vários deles referentes aos Queixadas.
- ( d ) JESUS, Mário Carvalho de. **Depoimento (rascunho)**. 14p. s/d. Fundo MCJ / MPR, Grupo Documentação Pessoal. [S.l.]: AEL. UNICAMP.

- Rascunho de depoimento coletado no Arquivo Edgard Leuenroth. Segue linha narrativa parecida à do texto (a). É rico em detalhes, porém está fragmentado e só vai até o ano de 1961.
- ( e ) FNT. **A greve de Perus**. São Paulo: [s.n.], 1980-05. 52 p. (Série Vinte Anos de luta, 2º caderno).
  - Segue uma sequência de tópicos parecida às dos textos (a) e (d). Está escrito em terceira pessoa. Possui depoimentos dos ativistas. Apresenta análises políticas que não são vistas em outras versões.
- ( f ) JESUS, Mário Carvalho de. Doze anos em busca de justiça. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**, fev. 1968.
  - Provavelmente serviu de base para o texto (a). Foi publicada originalmente em uma revista jurídica antes da vitória definitiva nos tribunais. Possui detalhes do processo não encontrados em outras versões. Foi como anexo na carta ao senado.
- ( g ) JESUS, Mário Carvalho de. **Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em Centro de Cultura Municipal**. São Paulo: JMJ, 1992.
  - Cobre o período que levou ao fechamento da fábrica nos anos 1980 e discussões acerca de projetos culturais e educacionais para Perus nos anos 1990, além de republicar os textos (a) e (b).
- ( h ) MACIEL, Creuza. Não-Violência: Uma estratégia revolucionária. In: São Paulo: FTD, 1988. O SERPAJ-AL em suas origens.
  - Foram aproveitados apenas dois pequenos parágrafos, pois seu foco está na América Latina e nada fala das experiências dos Queixadas, servindo somente para contextualizar a atuação dos missionários que visitaram os ativistas durante a greve de 1962.



#### 4.2.2 Bloco 2: Educação de base e Educação Sindical

Contém duas pesquisas da década de 1980. Em ambas entrevistaram e transcreveram trechos de lideranças do movimento.

- ( i ) GONÇALVES, Adilson J. **”Perus”: A Violência dos Pacíficos : ”Uma Nova Arma para uma Velha Luta”**. 1989. 368 f. Dissertação de Mestrado em História – PUC-SP, São Paulo.
  - A trajetória do movimento dos Queixadas e da FNT é analisada ao longo da pesquisa. O objetivo foi compreender qual era o projeto político dos ativistas. Há trechos de um depoimento de Mário Carvalho de Jesus entre as páginas 297 e 312.
- ( j ) MANFREDI, Silvia Maria. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 328 p. (Coleção Educação Popular, 6).
  - O livro aborda alguns movimentos sindicais de São Paulo. Identifica as práticas de capacitação e as concepções educativas subjacentes. Um dos movimentos analisados é a FNT. Há trechos de depoimentos de lideranças anonimizados, tratados como entrevistados “A”, “B” e “C”, nos quais falam sobre a educação sindical na FNT.

#### 4.2.3 Bloco 3: FNT

- ( k ) FNT. **A primazia do trabalho sôbre o capital**. 2<sup>a</sup>. São Paulo: FNT, 1962.
  - Primeiro livro publicado pela FNT. Possui estudos sobre a Doutrina Social da Igreja e em anexo uma cópia integral da encíclica *Mater et Magistra*. Nas primeiras 25 páginas apresenta alguns capítulos que interessam a essa pesquisa:
    - i As raízes da F.N.T.;
    - ii A estrutura da empresa e os objetivos da F.N.T.;
    - iii Conclusões da Jornada de Estudos de 11 e 12 de novembro de 1961.
- ( l ) FNT. **Fundação da FNT**. São Paulo: FNT, 1980-03. 44 p. (Série Vinte Anos de Luta, 1<sup>o</sup> caderno).

- Escrito em terceira pessoa com alguns trechos de entrevistas em primeira pessoa. Apresenta elementos que auxiliam a compreender a intenção educativa nos primórdios da FNT até o golpe de estado de 1964.
- ( m ) FNT. **Usina Miranda e Osasco**. São Paulo: [s.n.], 1980-07. 54 p. (Série Vinte Anos de Luta, 3º caderno).
  - Cobre a FNT no período de 1964-1968 com um capítulo dedicado à greve da Perus em 1967.

#### 4.2.4 Bloco 4: Estratégia não-violenta

- ( n ) NÃO-VIOLÊNCIA, Secretariado Justiça e. Capítulo VII: Treino para a ação não-violenta. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 119–131
  - Apresenta os elementos necessários para a preparação de uma luta não-violenta que são citados em textos acerca dos Queixadas, entre eles, a utilização do sociodrama para simular desfechos de um conflito.
- ( o ) BARBÉ, Pe. Domingos. **Uma Teologia do Conflito : A Não-Violência Ativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 96 p.
  - O capítulo de maior interesse é o 9, onde são discutidos os elementos da estratégia não-violenta.

#### 4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS CATEGORIAS

Com a seleção das fontes realizada, foram destacadas e transcritas as passagens consideradas relevantes e então as citações foram sendo agrupadas de modo que emergiram três categorias:

- Intenções educativas;
- Práticas declaradamente educativas (cursos, seminários, atividades de formação);

- Práticas educativas implícitas em ações políticas (Evidências de saberes sendo gerados em ações sindicais, políticas e sociais que possam implicar em processos educativos além dos explicitados anteriormente).

#### 4.3.1 Validação das categorias em diálogo com a literatura

As categorizações propostas por Silvia Manfredi (1986) foram revisadas para verificar a coerência das categorias definidas acima com o que é descrito na literatura. A autora organizou e classificou os arquivos da FNT relacionados às ações de educação sindical com o intuito de identificar a “proposta pedagógica” da organização. Em seu livro ela distinguiu a existência de dois tipos de práticas educativas:

- As “atividades de auto-educação”, tomando a educação em sua acepção mais ampla. Um tipo de educação que como a autora salientou:

os próprios trabalhadores proporcionam a si próprios, na família, no trabalho, através de sua participação em organizações de classe (associações, partidos, sindicatos) e em movimentos sociais de natureza variada: greves, campanhas salariais, movimento de reivindicação de direitos sociais e políticos etc (Manfredi, 1986, p. 25).

No caso da FNT, ocorriam “no próprio nível de participação de seus militantes, nos movimentos grevistas, na política local e na organização de cooperativas e fundos de greve” (MANFREDI, 1986, p. 161).

- As “atividades de capacitação”<sup>2</sup> definidas como práticas marcadas por:

um nível maior de *intencionalidade* na medida em que são programadas tendo em vista determinados fins e/ou objetivos, circunscrevem os grupos de trabalhadores que delas participam e requerem a potencialização de recursos humanos e financeiros para sua efetivação. Essa intencionalidade está estritamente ligada

<sup>2</sup> A utilização do termo “capacitação” ficará restrito à discussão da pesquisa de Manfredi (1986). Será evitado em outras partes da pesquisa por um conflito semântico com outro significado possível do termo. Não raro está associado à noção de instrumentalização, isto é, de conferir ao educando saberes que lhe tornem capaz de realizar uma atividade ou profissão. Porém, foi identificado que parte das atividades declaradamente educativas tinham um intuito de formar os trabalhadores dentro de uma perspectiva moral e política coerente aos princípios doutrinários seguidos tanto pelo Sindicato dos Queixadas quanto pela FNT. Logo, ao tratar as práticas que a autora definiu como de capacitação como declaradamente educativas, evita-se a necessidade de traçar limites e criar definições rígidas entre o que é capacitação e formação.

à direcionalidade, na medida em que requer uma tomada de decisão quanto ao tipo de conteúdo a ser vinculado, a utilização de certas estratégias metodológicas para levar a contento os objetivos almejados e, principalmente, porque exige que alguém (pessoas ou grupos) assuma a atividade do ponto de vista de sua condução e controle (Manfredi, 1986, p. 26, grifo da autora).

Ainda sobre as atividades de capacitação, refletiu que são compostas por:

atividades educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas para garantir: 1) a divulgação, a socialização e a reflexão do saber acumulado através das experiências de luta pelas classes subalternas, através de sua história; 2) a apropriação de certos códigos dominantes, para que possam deles se defender, ou ainda, 3) a apropriação daqueles domínios do saber acumulados historicamente numa sociedade, e ao qual a maioria dos trabalhadores não tem acesso.

Incluímos, nesta outra categoria de atividades educativas, os congressos operários, encontros, cursos, seminários, palestras etc. promovidos por suas entidades de classe e/ou organizações culturais criadas para tais fins (Manfredi, 1986, p. 26).

Esses excertos estão próximos à divisão proposta para a pesquisa. A autora identificou dois grupos de práticas. As de capacitação estão próximas do que aqui está sendo tratado como declaradamente educativas. Contudo, na categoria das atividades de auto-educação há uma divergência com as “práticas de educação implícitas em ações políticas” que será apontada mais abaixo, após a apresentação de outras categorias utilizadas pela autora. A intencionalidade não é uma categoria, mas um recorte utilizado na classificação.

Ela elegeu apenas as práticas de capacitação como alvo de sua análise da proposta pedagógica, embora tenha reconhecido a importância das práticas de auto-educação.

Ao categorizar as atividades, elas foram separadas de acordo com a clientela-alvo para as quais eram destinadas, obtendo três grupos:

- A) Trabalhadores em Geral;
- B) Militantes envolvidos em trabalho de nucleação;
- C) Dirigentes e coordenadores de trabalhos de base;

Posteriormente, criou subníveis de acordo com a necessidade de quem as atividades tinham como objetivo atender. Com isso obteve a seguinte subclassificação:

- I) Necessidades dos grupos de base;
- II) Necessidades internas da FNT;

III) Problemas entre os movimentos sociais e a FNT;

IV) Interesses dos trabalhadores em geral e sobre os problemas da sociedade;

Seu estudo abrangeu duas décadas da FNT, entre 1960 e 1979, nas quais identificou quatro períodos distintos nas atividades de capacitação do grupo:

- 1960-1964;
- 1965-1968;
- 1969-1974;
- 1975-1979.

As divisões das fases estão próximas aos achados de pesquisa realizada anteriormente acerca do aprendizado da não-violência entre os Queixadas (Chaves, D. C., 2016) e podem ser melhor entendidas no capítulo que trata da história do grupo. Em ambas as pesquisas, algumas transformações aparecem como resultado de revisões da proposta político-ideológica, com influência de questões internas e de fatores externos, tais quais os conflitos trabalhistas e a suspensão repentina das oportunidades políticas, causadas pela ditadura civil-militar.

As fases que Sílvia Manfredi (1986) encontrou compreendem as mudanças nas concepções pedagógicas e nas práticas educativas da FNT. Embora seu objeto de análise tenha sido a FNT, na década de 1960, a Frente era muito próxima ao sindicato dos Queixadas.

Portanto, das quatro fases apontadas por Manfredi (1986), apenas as duas primeiras serão alvo de análise deste trabalho. Pois, na terceira fase, a partir de 1969, a organização teve suas ações muito limitadas pela repressão política. Na última fase se reestruturou, se dividindo em três, de acordo com diferentes correntes internas: o núcleo jurídico, a FNT e o Secretariado. A partir deste ponto a FNT realizou trabalho de base com outros grupos e não manteve tanta proximidade aos Queixadas.

Em sua fase inicial, de 1960 até o golpe militar de 1964, a FNT realizava basicamente atividades do tipo palestra, nas quais divulgava a visão político-ideológica para os trabalhadores em geral (grupo A), visando assim conseguirem ampliar seus quadros. Dentre as atividades de capacitação ela identificou dois grandes eixos: a disseminação da doutrina social da Igreja e a divulgação de uma orientação trabalhista. E, devido à conjuntura conturbada, discutiam outros temas que se apresentavam no calor do momento. Todas essas palestras foram classificadas como atividades planejadas, em função de temas de interesses dos trabalhadores Manfredi (1986). Durante a análise dessa fase, a pesquisadora teceu a seguinte crítica:

(...) é possível constatar que as práticas de organização, tanto ao nível sindical quanto políticas, tenham sido muito “mais formativas” do que as próprias atividades sistematicamente programadas para esse fim, pois estas pareciam muito mais caminhar paralelas às experiências de luta de seus militantes do que integradas à sua prática sindical e política.

Essa constatação se baseia nos seguintes fatos:

- 1) porque a capacitação está muito mais centrada em atividades do tipo *palestra*, em que se privilegia mais a divulgação de informações do que o debate e a reflexão, a partir de uma prática;
- 2) porque os próprios militantes operários, através de seus depoimentos, privilegiam suas experiências concretas de engajamento nas lutas, como vetores de sua formação e de seu engajamento sindical e político.

Nesse sentido é possível afirmar a existência de uma decalagem entre a orientação e o tipo de formação existente (pautada numa visão muito mais de divulgação e de reprodução do que de problematização) e a práticas de seus militantes (Manfredi, 1986, p. 161, grifo da autora).

Após uma revisão dos documentos para validar a hipótese de Manfredi, destacaram-se situações que enfatizam o aspecto formativo do trabalho na organização sindical e na política local, especialmente em momentos de conflito com o empregador.

Por exemplo, quando João Breno Pinto dá seu testemunho acerca da greve de fome do Natal de 1962, reforça o caráter empírico de sua formação política e moral ao explicar que:

*Nessa greve de fome a gente sentiu que não era uma greve de protesto, mas um ato de humildade. Para atingir o objetivo de mobilizar a opinião pública, fomos forçados a uma parada do ativismo. Tinha que estar ali deitado ou sentado na praça, sem comer. E apesar do burburinho do povo isso forçou a uma meditação conosco mesmo, refletindo as discussões e as conversas que saiam do pessoal que vinha (...). Terminada a greve de fome eu estava totalmente convencido de que o caminho era aquele; que a não-violência não era simples tática, mas era o conteúdo do trabalho que tinha de desenvolver dali por diante* (Pinto, 1977, p. 36)[ texto (b) ]<sup>3</sup>.

Portanto, pelo menos uma parte da hipótese de Manfredi é factível. As ações políticas e organizativas foram parte importante da formação dos militantes, lhes conferindo aprendizados empíricos.

Um pequeno aparte antes de prosseguir. As citações utilizadas são referentes aos Queixadas, enquanto Manfredi (1986) trata exclusivamente da FNT. Essa correlação é possível pois as fontes autorizam (Fragoso *et al.*, 1977; FNT, 1980-03; Gonçalves, 1989) assumir que na primeira

<sup>3</sup> Nesse capítulo o itálico será utilizado em citações de falas dos ativistas como uma maneira de distingui-las de outras citações.

fase a FNT era uma extensão do trabalho com os Queixadas e, portanto, compartilhavam as mesmas características.

Voltando à discussão, o trabalho sindical como elemento formativo fica ainda mais evidente quando Mário Carvalho de Jesus declara que nos primeiros anos das atividades com os Queixadas

*era um trabalho lento, muito empírico. Não havia pedagogo, não havia sociólogo nem psicólogo. Havia o fato concreto* (Jesus, s.d., p. 5) [ texto (d) ].

Em seu depoimento o advogado indica que agir sobre a realidade concreta era formativo, até mesmo para as lideranças, favorecendo que eles melhorassem seu trabalho.

Contudo, há algo na crítica da autora que precisa ser assimilado com cuidado. Embora as práticas de capacitação fossem as ferramentas “programadas” para a formação, isso não implica que o aprendizado empírico ocorria sem qualquer programa, de maneira espontânea e sem intencionalidade.

A intencionalidade é um elemento chave para determinar se uma ação é educativa. Pelas concepções aqui utilizadas, não seria apropriado classificar como educativa a uma prática sindical que tenha sido formativa por mero acaso.

O livro “Princípios para a Ação” do Pe. Lebrete, que norteava os militantes católicos nos anos iniciais, logo em seus primeiros capítulos, contém diversas orientações sobre a importância da experiência:

A melhor escola para aqueles que têm mais capacidade é o banho. É preciso entrar nêle, e nadar, e vencer a correnteza ou servir-se dela (Lebrete, 1962, p. 17).

O reflexo da ação objetiva não é conseguido senão pouco a pouco, depois de muitas apalpadelas, de muitas experiências, de muitos fracassos.

Não é preciso, entretanto, esperar saber tudo para agir. Ninguém nunca sabe tudo e é a própria ação que permite progredir no saber (Lebrete, 1962, pp. 18-19).

Pe. Lebrete reflete que a ação é uma escola para aqueles que desejam saber como agir, pois é no decorrer da experiência que ocorre o “progresso” do saber.

Pensar a ação como uma “escola”, por si só, denota uma intencionalidade educativa. E difere das ações cujos saberes surgem de uma maneira fortuita, sem que fossem esperados por ninguém.

É certo que as ações políticas e sindicais dos Queixadas e da FNT não eram “programadas” para fins educativos, tal como eram as palestras. Contudo, os ativistas possuíam uma intencionalidade formativa, adotando como princípio que colocar uma ação em marcha era uma fonte de aprendizados. Além disso, estavam cientes que dar testemunho das ações era uma maneira de transmitir conhecimento e que, ao documentarem seus relatos, estavam constantemente refletindo sobre o que aprenderam.

Havia a intenção de conscientizar os trabalhadores e levá-los a participar do Sindicato. Portanto, quando realizavam uma ação, buscavam estimular e direcionar os saberes empíricos rumo ao projeto coletivo. É por haver essa intencionalidade que a formação por meio das ações sindicais e políticas está sendo classificada como prática educativa implícita.

Essa pesquisa se orienta pela hipótese de que o projeto que orientava as práticas do grupo era tão importante quanto o “fato concreto” de que fala o Dr. Mário. A realidade e os elementos estruturais exteriores à organização são condicionantes, mas não são determinantes, pois há outros fatores internos que condicionam a ação, entre eles a intencionalidade. Manfredi capta bem essa questão quando postula: “É bem possível que esta práxis, a partir dos embates subseqüentes (com o Estado e as classes dominantes), tenha contribuído para uma revisão da própria proposta pedagógica da entidade” (Manfredi, 1986, pp. 161-162).

A disposição para a ação e a perspectiva de que a ação propiciava novos saberes se articulavam com o projeto de conscientização, caracterizando a intencionalidade educativa do projeto dos militantes. Conforme será visto mais adiante no decorrer do capítulo, a conscientização dos trabalhadores na “Perus” teve sua gênese com um trabalho de assistência jurídica às demandas individuais dos trabalhadores. Embora esse tipo de “fato concreto” fosse realizado por outros sindicatos, os militantes lebrebianos perceberam nesse tipo de ação um pretexto para conscientizarem os trabalhadores, conforme pode ser visto na explanação de Mário Carvalho de Jesus sobre as origens do movimento:

*Os militantes da JUC, uma vez formados, continuam o contato com os militantes da JOC. O Movimento de Economia e Humanismo do Pe. Lebrez influenciou todo o grupo e muitos padres assistentes da Ação Católica.*

*Através da assistência jurídica aos trabalhadores, fomos descobrindo que esse serviço pode ser encarado de duas formas:*

*a) limitar a resolver a questão jurídica, e manter tudo como está;*

*b) aproveitar-se do problema jurídico para um processo de conscientização a respeito da dignidade dos homens e das estruturas que nos oprimem (Jesus, 1977b, p. 92) [ texto (c) ].*



No item “b” a intenção educativa é apresentada de forma cristalina.

O grupo de ativistas católicos tinha a intenção de utilizar os conflitos trazidos pelos trabalhadores para gerar consciência. O Dr. Mário declarou em outro depoimento que:

*Eu tinha uma preocupação, de não ser só advogado, desses que conservam a estrutura, reclamam as questões trabalhistas, vão na Justiça, cumprem seu papel e dão a coisa por acabada. Eu queria descer às raízes do problema, atacando o capitalismo* (Jesus, s.d., p. 3) [ texto (d) ].

Essa intencionalidade remete a outro princípio apontado pelo Pe. Lebret:

Devemos acolher antes de tudo em nosso coração a miséria do povo. (...) E o povo não tem ninguém para preservá-lo da miséria, para ajudá-lo a sair dela. Muita gente tem dó dêle, algumas pessoas o auxiliam, mas ninguém se preocupa com as causas profundas dessa miséria. (...) Cuidar das necessidades imediatas adianta pouco, enquanto as inteligências não forem alargadas, enquanto as vontades não forem retificadas e fortalecidas, enquanto os melhores não estiverem animados por um grande ideal, enquanto as opressões e as injustiças não forem suprimidas, ou pelo menos, atenuadas, enquanto os humildes não se reunirem para a conquista progressiva da própria felicidade.

Colocar em nosso coração e sobre nossos ombros a miséria do povo; não a atitude de um estranho, mas como uma criatura entre outras criaturas, com as criaturas; arrastando-as para a luta comum, atirando-as ao combate pela própria salvação, ajudando-as a se elevarem na realização de um grande esforço (Lebret, 1962, p. 14).

As constatações de Manfredi (1986), de que em sua primeira fase a FNT transferia conhecimentos, ao invés de problematizar as situações vividas pela militância, ajudam a pensar em como ocorria o processo de conscientização exposto nos trechos acima.

Como visto no capítulo 1.2, na década de 1950, ativistas de classe média que haviam sido militantes da JUC em sua época de faculdade, se engajaram no movimento Economia e Humanismo e começaram a se envolver em movimentos sociais e sindicais, oferecendo serviços relacionados às suas especialidades. Essa entrada lhes proporcionou uma justificativa para ações de conscientização mais explícitas, isto é, palestras, conforme verificou Manfredi (1986) em suas análises.

Essas palestras realizadas nos primeiros anos possuíam um caráter vertical de transmissão de saberes. Estavam descoladas das intenções de que o trabalho fosse horizontal.

A análise de Manfredi (1986) possui pontos válidos, mas é necessário ter cuidado com alguns detalhes.

Primeiramente, ao selecionar as práticas de capacitação, ela as definiu como práticas formativas possuidoras de duas características: direcionalidade e uma maior intencionalidade (Manfredi, 1986). Declarar que a presença de uma maior intencionalidade educativa foi utilizada para definir quais eram as ações de capacitação pode gerar um entendimento de que outras ações que ficaram fora desse recorte careciam de intencionalidade, ou possuíam uma intencionalidade educativa menor. Contudo, pelo que foi apreendido da análise dos documentos, o que possibilitou que as práticas educativas implícitas em ações sindicais, sociais e políticas fossem “mais formativas” foi justamente a intencionalidade de utilizar a ação como uma “escola”.

Outro argumento que precisa ser visto com cuidado é o de que a ausência das práticas de capacitação nos discursos indicaria que elas eram menos formativas. Uma hipótese alternativa é a de que algumas ações eram rotineiras e se destacavam menos na memória do que outras ações mais chamativas.

Por exemplo, no capítulo sobre “A vida em equipe” Lebret orienta a:

Aceitar “perder tempo” pela obra comum; administração, trabalhos manuais, recados, conferências, conversas...

Muitas vezes é nisso que consiste o nosso trabalho, a parte importante que é desejada por Deus. É com esses trabalhos que podemos também enriquecer de saber e de experiência certos setores em que somos deficientes. Por meio dessas atividades podemos arranjar uma porção de relações que nos poderão ser muito úteis mais tarde (Lebret, 1962, p. 33).

À medida que se avança na leitura, torna-se evidente que até mesmo as tarefas cotidianas eram percebidas como uma oportunidade de estabelecer laços e construir confiança, visando uma maior proximidade com as pessoas. Este aspecto, como será explorado ao longo do capítulo, constitui o ponto de partida da abordagem dos Queixadas. Esse princípio guarda correspondência com os valores da horizontalidade e da dialogicidade da educação popular.

Uma leitura cruzada da citação de Pe. Lebret sobre “perder tempo” com o relato sobre os vinte e dois anos da luta dos Queixadas ( texto (a) ), chama a atenção o fato de o Dr. Mário ter qualificado o trabalho de base inicial junto aos Queixadas como um “trabalho miúdo”.

*Através de reclamações trabalhistas bem sucedidas, fomos conseguindo despertar a confiança deles. Fazíamos sempre avaliação do que acontecia numa audiência da Justiça do Trabalho, e aos poucos os operários perceberam que não há razão para ter medo quando se diz a verdade; esta ação fortalece o Sindicato, fortalece a união dos trabalhadores.*

*Depois de três anos desse trabalho miúdo – reclamações ganhas, avaliações, reflexão sobre os problemas comuns, feitas frequentemente aos domingos (...) (Jesus, 1977a, pp. 41-42) [ texto (a) ].*

Os termos “miúdo” ou “perda de tempo” aparecem associados a uma multiplicidade de ações preparatórias, incluindo as palestras e as reuniões educativas realizadas com os Queixadas nos primeiros anos. Isso sugere uma explicação alternativa para a ausência de relatos sobre as ações de capacitação: ao compartilharem seus testemunhos, os militantes provavelmente tenham ponderado sobre quais ações destacar, utilizando uma escala de valores que atribuía pouca importância às ações consideradas rotineiras.

Logo, se nos depoimentos apareceram mais as participações em movimentos grevistas do que as ações de capacitação, tal fato pode decorrer da importância atribuída a cada tipo de ação pelos diferentes sujeitos. Algumas ações renderam histórias contadas pelo resto da vida, outras, no entanto, eram o trabalho de base miúdo e repetitivo, as reuniões semanais, as palestras informativas, entre outras ações organizativas corriqueiras.

Para a segunda fase da FNT, entre 1965 e 1968, Manfredi (1986) observou uma transformação quantitativa e qualitativa nas práticas de capacitação. Devido às restrições impostas pela ditadura, não podiam realizar reuniões com muita gente e, após o golpe, a Frente foi pulverizada, o que levou a uma rearticulação interna e modificou as estratégias de formação. Seguiram com as ações voltadas para os trabalhadores em geral (grupo A), porém tais reuniões foram deslocadas para o lugar onde os trabalhadores se aglutinavam, tais quais associações de bairro, Igrejas, sindicatos, entre outros. Nestes encontros os temas eram formulados a partir das necessidades específicas de cada localidade. As palestras sobre sindicalismo e legislação trabalhista seguiam sendo realizadas na sede da FNT, abertas apenas aos associados.

Começaram a ter ações para a preparação de quadros, capacitando pessoas que dirigiam e coordenavam grupos de base (grupo C), abordando temas internos da FNT (subnível II) e temas de interesse dos trabalhadores em geral (subnível IV).

Manfredi (1986) incluiu uma citação que sintetiza as práticas educativas do período. Ela foi extraída do 3º caderno da série “Vinte Anos de Luta” (1980-07):

*Depois da onda de repressão, devida ao golpe de 1964, aos poucos a FNT ia se reorganizando (...)*

*Nessa época (por volta de 1967), a FNT tinha mais de dez mil sócios. A FNT era procurada por sindicatos. Fazia cursos e palestras em vários bairros populares, estabelecia contatos entre trabalhadores de vários locais e categorias (...)*

*Para aprofundar a reflexão, a FNT realizou vários encontros, visando à formação dos militantes. A finalidade dos encontros é aprofundar a reflexão e a formação dos militantes que são tão necessárias quanto à ação nas lutas. Nesse período, de 1964 a 1968, alguns encontros para a troca de experiências entre trabalhadores da cidade e do campo. Em 1967, num processo de reflexão, a FNT assumiu seus métodos de luta como sendo não-violentos, dando assim um nome para uma prática que vinha desde as primeiras lutas, antes mesmo de sua fundação. (FNT, 1980-07, pp. 13-14) [ texto (m) ] (Manfredi, 1986, p. 162).*

A partir do segundo período (1965-1968) o grupo sistematizou a prática de reflexão e criou uma metodologia comum a todos os núcleos que começou a ser utilizada nas atividades educativas que eram promovidas pelo “Departamento de Formação e Expansão”, criado em 1966 (Manfredi, 1986).

Manfredi (1986), desde o referencial teórico gramsciano, apontou que na segunda fase, ao agregarem encontros de reflexão ao lado dos encontros de divulgação, tenderam a ganhar uma maior organicidade com as práticas dos militantes. Modificou-se um pouco o perfil das atividades de capacitação, até então vinculadas a um intelectual que explanava sobre um determinado assunto.

Essa transformação não implica uma ausência de práticas de reflexão no período anterior. A própria autora destaca como exemplo de atitude reflexiva “a experiência que redundou na organização da Comissão de Fábrica da Cobrasma (em 1962 e 1963)” (Manfredi, 1986, p. 163). A sistematização realizada pelo novo departamento consolidou boas práticas que já circulavam pelos núcleos.

Outro achado da pesquisa de Manfredi (1986) foi que os militantes não vislumbraram uma metodologia única ao longo das diferentes fases do movimento. Em cada fase adotaram uma metodologia diferente. Em partes por influência das oportunidades e restrições existentes no contexto político. Mas além disso, o movimento conquistou uma maior coerência ao longo de sua trajetória.

Ao esquadrihar os registros de atividades a autora identificou que nos primeiros anos a maior parte das ações de capacitação tinham um caráter de transferência de saberes. A partir da segunda fase elas foram alternadas com formatos gradualmente mais dialógicos. Isso se refletia nas concepções de educação. Na concepção inicial os militantes e os intelectuais se colocavam como distribuidores de informação. Aos poucos foram evoluindo para uma postura de interlocução mais horizontalizada.

Essas transformações exemplificam a reflexão já citada anteriormente de Lebreton (1962), na qual é dito que o sujeito não deve esperar ficar pronto para começar a agir, pois ninguém nunca saberá tudo, será na própria ação que o saber irá progredir.

Cabe uma ressalva. O cotejamento do estudo de Manfredi (1986) com as demais fontes apresentou uma inconsistência. Em um anexo ela disponibilizou uma tabulação na qual distribuiu as diferentes atividades ao longo do tempo. Na fase inicial da FNT não foram citadas as reuniões realizadas com os trabalhadores quando ocorriam as audiências na justiça.

O levantamento feito pela autora encontrou menções a tais reuniões somente a partir de 1973, durante o período de separação entre o núcleo jurídico e o educativo. Nessa época, essas reuniões foram denominadas de “reuniões de reclamantes”. A autora as classificou como voltadas para os trabalhadores em geral, sendo desenvolvidas com base nas necessidades específicas dos grupos de base. Portanto, trata-se de uma atividade distinta das palestras de divulgação para o público em geral.

Contudo, segundo Mário Carvalho de Jesus (1977a), reuniões assim eram realizadas com os Queixados desde a década de 1950. Portanto, causa estranheza que elas não tenham sido feitas pela FNT, uma organização criada para difundir para outros grupos a metodologia utilizada pelos Queixados.

Diante disso, é plausível que tais reuniões e outras práticas reflexivas foram realizadas nos primeiros anos, mas só tenham sido documentadas como práticas educativas na década de 1970, limitando o alcance das conclusões da autora acerca dos períodos iniciais.

Independentemente dessa inconsistência, a reflexão da autora suscitou uma atenção maior a uma aparente contradição entre uma verticalidade tácita existente na proposta educativa dos primeiros anos e a intenção de horizontalidade e autogovernança expressa nos discursos e princípios das lideranças do grupo.

O historiador Élcio Siqueira (2009) identificou uma crítica recorrente formulada contra Mário Carvalho de Jesus, de que, na prática, ele assumia a liderança de sindicatos que o contratavam como procurador jurídico. Líderes de outros movimentos se incomodavam com sua condução das greves, incentivando inclusive a participação de mulheres e crianças nas votações. Os espiões do DOPS analisavam que ele se colocava como um líder operário. Claramente a advocacia militante fora dos formalismos canônicos lhe rendia críticas. E como bem pontua Siqueira, se a prática das lideranças era tão ruim, como ele conseguia estar na linha de frente de grandes mobilizações?

Ainda assim, percebe-se um padrão diferente do que pode ser observado em discursos posteriores consagrados pela Educação Popular, nos quais o intelectual que acompanha os movimentos populares adota uma postura de menor protagonismo.

No livro de Lebreton (1962), um capítulo inteiro é dedicado ao papel do chefe. Embora o autor retrate o chefe como um servidor que deve descer do pedestal caso perceba que se elevou demasiadamente, ou que o chefe deva incentivar seus colaboradores a superá-lo, a distinção entre chefe e colaboradores ainda reflete uma mentalidade com características verticais. Isso ocorre mesmo que o objetivo do chefe seja promover uma horizontalidade expressa na visão de construir uma nova civilização baseada na cooperação construtiva.

A discussão não será esgotada nessa seção. Por enquanto basta indicar que parecia haver um padrão na mentalidade das lideranças nas fases iniciais do movimento que foi sendo transformado ao longo da própria prática.

Por fim, a comparação das três categorias iniciais que emergiram da separação dos documentos com a classificação realizada por Manfredi (1986) tem uma divergência, como já foi discutido, no que tange ao que é considerado como um ato educativo intencional.

A classificação de Manfredi (1986) assumiu como ponto de corte uma “forte intencionalidade” que ao seu ver caracterizava as atividades de capacitação.

Essa “forte intencionalidade” é um apriorismo que não foi totalmente definido. É até possível que ela esteja se referindo ao mesmo fenômeno que por aqui está sendo chamado de um propósito “declaradamente educativo”.

Foi precisamente essa divergência que ressaltou a importância de uma categoria de documentos que refletem a intenção educativa subjacente. Agrupar esses documentos permite uma análise mais detalhada, especialmente para auxiliar na compreensão da gama de práticas educativas implícitas nas ações políticas.

#### **4.3.2 A complexidade da classificação**

A revisão realizada na sessão anterior deu subsídios para pensar nas subcategorias que seriam pertinentes a esta pesquisa.

A dificuldade inicial se deve principalmente às lacunas nos dados. Boa parte dos documentos analisados são depoimentos que referenciam as atividades, sem, contudo, detalhá-las, sendo

necessário recorrer aos estudos de Manfredi (1986) e Gonçalves (1989) para tentar identificar outros aspectos delas.

Por exemplo, quando tentou-se verificar se as ações foram promovidas pelas lideranças (dirigentes e advogado do sindicato) ou pelos militantes, houve uma dificuldade recorrente: nos depoimentos é comum que as lideranças empreguem a primeira pessoa do plural, sem distinguir os atores e suas respectivas responsabilidades e atividades.

Tampouco foi viável estabelecer um recorte conforme o público-alvo, como feito na pesquisa de Manfredi (1986). Ao contrário de uma palestra ou de um seminário, que são eventos isolados e planejados para um grupo específico, uma campanha de greve envolvia uma variedade de pequenas ações, com desdobramentos educativos, direcionados a diversos públicos. Além disso, uma mesma ação poderia proporcionar aprendizados a mais de um grupo de pessoas.

Ao longo dos anos, os limites entre os segmentos do público se borravam ainda mais. Grupos, outrora distantes, eram envolvidos e se tornavam participantes das ações.

As ações eram oportunidades para recrutar colaboradores e formar lideranças, segundo Pe. Lebret, no capítulo “Escolha e Educação dos Colaboradores”:

Aceita, deseja colaboradores que te sobrepujem. Com bons meninos bem comportados, passivos e sempre de acôrdo, nunca farás nada de grande. Para conhecer os homens é preciso pô-los a trabalhar. É preciso tentar distinguir na atividade de cada um o que é de Deus e favorecer-lhe o desenvolvimento (Lebret, 1962, p. 45).

Se de fato as lideranças seguiram os princípios lebretianos, cada ação era uma oportunidade para preparar os colaboradores, que eram percebidos como possíveis lideranças. O desejo por colaboradores que fossem, brincando um pouco com a citação de Pe. Lebret, “maus meninos, mal-comportados” pode até mesmo ajudar a entender o porquê do movimento ter se ampliado por algumas trilhas que soavam caóticas e desordenadas, partindo de um olhar mais acostumado com ações bem segmentadas.

O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, José de Araújo Siqueira, publicou no jornal Última Hora, de 22/11/1958:

Em nome do Pacto de Unidade Intersindical, visitamos a assembléia dos operários de Perus. Aliás, não era bem uma assembléia, mas uma reunião de família de trabalhadores e associados, bem como de operários de outras empresas (Siqueira, 2009, p. 188).

Em um sindicato mais convencional, apenas os trabalhadores participavam das assembleias. No Sindicato dos Queixadas era diferente. O trabalho sindical era a oportunidade de

experimentarem novas formas de organização social coerente com os princípios da DSI e do movimento Economia e Humanismo. A lógica classista convivia com o pensamento comunitário. A família era a célula vital da comunidade. Os homens eram membros do sindicato, além de esposos.

Mário Carvalho de Jesus afirma acerca da participação das famílias que:

*A violência impede, geralmente, a participação da família na transformação social; a firmeza-permanente procura engajar toda a família na conscientização e na transformação pessoal e social* (Jesus, 1977b, p. 98) [ texto (c) ].

As lideranças tinham claro que a decisão da assembleia dos trabalhadores dependia da conscientização de cada trabalhador, que por sua vez era influenciada pelos diálogos com sua família. Portanto, as esposas eram reconhecidas como legítimas interessadas, visto que sofriam as consequências da greve juntamente aos seus maridos. Assim, elas tinham um lugar na assembleia, pois precisavam estar a par em primeira mão do que estava ocorrendo.

Cabe notar a coerência com o princípio da subsidiariedade da DSI. Tal princípio estipula que a decisão sobre questões locais deve ser tomada na instância hierárquica mais próxima:

O princípio da subsidiariedade protege as pessoas dos abusos das instâncias sociais superiores e solicita estas últimas a ajudarem os indivíduos e os corpos intermédios a desempenhar as próprias funções. Este princípio impõe-se porque cada pessoa, família e corpo intermédio tem algo de original para oferecer à comunidade (Pontifício Conselho “Justiça e Paz”, 2005, p. 112).

Em decorrência disso as famílias acompanhavam os trabalhadores em greves, nas assembleias e, posteriormente, durante os anos em que duraram a greve de 1962, as mulheres lideraram ações em solidariedade às famílias, participaram de protestos, da organização de cooperativas e das reuniões de atualização do andamento dos processos. E assim o trabalho se expandia com colaboradores, fora do círculo inicial. Na década de 1970, um período que foge ao escopo dessa pesquisa, essas mulheres se engajaram em lutas sociais que estavam sob guarida da Igreja Popular.

#### **4.3.3 Classificação pela vinculação das pessoas com o movimento**

Henriques (2007) propõe uma análise a partir dos vínculos das pessoas com o movimento social, estabelecendo uma escala com três níveis de aproximação:



- Beneficiados: compreende pessoas e instituições dentro do âmbito de atuação espacial delimitado pelo projeto;
- Legitimadores: grupos que além de se beneficiarem, recebem informações e são capazes de reconhecê-lo e julgá-lo útil, podendo em algum momento vir a colaborar;
- Geradores: grupos de pessoas que não apenas se beneficiam de seus resultados, ou dispõem-se a legitimá-lo, mas que organizam e realizam ações em nome do movimento (Henriques, 2007).

A classificação acima foi elaborada para movimentos sociais, em sociedades democráticas, que estejam realizando o planejamento estratégico da comunicação com o objetivo de mobilizar pessoas e gerar participação. O escopo das categorias abarca as pessoas que compartilham as carências e os problemas que o movimento social visa resolver, mas isso não é o bastante para que ocorra a mobilização. Para que um sujeito ou uma instituição avance na escala de níveis de vinculação é importante também que compartilhe valores e visões de mundo parecidas, daí o papel da comunicação (Henriques, 2007).

A diferença para outras formas de categorização é a perspectiva de que a complexidade dos movimentos sociais exige uma segmentação mais dinâmica. Ao invés de segmentos auto excludentes, eles se somam. O gerador é também um legitimador, que por sua vez é também um beneficiário. Um familiar em tempos de greve estará no bloco dos geradores, participando ativamente da organização das ações do sindicato, em outros momentos voltará ao bloco dos legitimadores.

Embora tal proposta seja voltada para a comunicação, há uma intersecção com o objeto deste estudo. Contudo, os segmentos não são suficientes, visto que a Firmeza Permanente utiliza uma abordagem com o foco no conflito, em contextos nos quais pode haver desigualdade de poder político, o que envolve adversários e níveis hierárquicos diferentes. Para compensar a disparidade de poder, buscam que os indivíduos se unam por uma causa justa. A mobilização dos injustiçados produz uma força política, bem como uma força moral, capaz de gerar comoção e apoio. Portanto, não são apenas os beneficiados que importam, mas o público em geral.

A adesão da opinião pública aumenta a capacidade da pressão moral exercida pelos ativistas, por isso tentam angariar apoio de amplos setores da sociedade e não apenas daqueles que possam se beneficiar de suas ações. Um apoio que nem mesmo estava condicionado somente ao território delimitado pela ação. Angariavam recursos com grupos estrangeiros, de outras regiões do país e do estado. Recorriam à hierarquia da Igreja, a intelectuais, a outros sindicatos

e a qualquer outro lugar onde conseguissem apoio. Ainda que a possibilidade seja remota, o ativismo não-violento tem a esperança de comover e gerar consciência nos adversários, o que poderia até mesmo convertê-los em aliados.

Em nossa pesquisa, essa reflexão resultou na divisão das práticas de acordo com a vinculação das pessoas ao movimento, levando à criação de novas categorias:

- **Adversários:** Contempla as práticas cuja intencionalidade era conscientizar ou converter indivíduos que eram adversários em algum conflito;
- **Autoridades:** Contempla as práticas nas quais tentaram legitimar novos saberes ou entendimentos junto a indivíduos ou instituições com as quais o movimento possui uma relação de inferioridade hierárquica;
- **Opinião Pública:** Práticas nas quais aproveitaram espaços abertos nas mídias de massa ou realizavam campanhas para angariar apoio, difundir as propostas do movimento ou reforçar alguma ação específica;
- **Interessados:** Práticas com o intuito de aproximar do ativismo indivíduos que tivessem alguma afinidade política, moral ou ainda compartilhassem alguma necessidade dentro das bandeiras do movimento;
- **Ativistas:** Práticas de formação e de reflexão que qualificaram a atuação de sujeitos que tomavam parte nas ações do grupo;
- **Lideranças:** Práticas formativas que qualificaram o trabalho das lideranças, não necessariamente sindicais.

Durante a classificação, emergiu uma outra faceta da tendência expansiva do movimento. Até então havia sido percebido um “tropismo” a orientar a ação para círculos cada vez mais abrangentes, chegando a outros âmbitos para além do trabalho sindical. Ao realizar uma análise com um enfoque micro, nas ações específicas com os Queixadas e com a FNT, constatou-se que também havia um tropismo na ontologia do movimento, com três níveis de organização do trabalho de base.

No início realizaram práticas orientadas aos direitos individuais. Depois que tais práticas se consolidaram, adicionaram mobilizações pelos direitos do coletivo de trabalhadores da fábrica, para daí então agregarem práticas de solidariedade com outros coletivos.

Parecia natural denominar tais níveis como “etapas”. Os documentos fazem menção ao “etapismo”, uma preocupação em realizar cada etapa a seu tempo. Porém, isso poderia criar a impressão de substituição, ou sucessão, o que não era o caso. Os níveis de prática se

somavam e poderiam ocorrer de forma simultânea, com avanços e retrocessos. Uma metáfora mais apropriada parece ser a de uma organização que cresce e ganha capacidade de lidar com uma complexidade maior, atendendo a outras regiões. Conforme o grau de conscientização do indivíduo se ampliava, ele adquiria uma perspectiva mais abrangente, capaz de ampliar seu raio de atuação, sem com isso desatender os pontos iniciais. Entre os Queixadas foram encontrados pelo menos três níveis de expansão:

- Primeiro Nível: Mobilizações por interesses individuais;
- Segundo Nível: Mobilizações por interesses coletivos dos trabalhadores;
- Terceiro Nível: Mobilizações em solidariedade a interesses de outros coletivos;

Após a sistematização e a classificação das práticas, foi retomada a leitura dos textos, desta vez recorrendo ao auxílio de outros trabalhos acadêmicos que tenham analisado os distintos episódios.

#### 4.4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

##### 4.4.1 *Primeiro Nível: Mobilização por interesses individuais*

As estratégias empregadas no trabalho de base são enumeradas por Mário Carvalho de Jesus quando ele declara que entre 1954 e 1957 realizou

*três anos desse trabalho miúdo – reclamações ganhas, avaliações, reflexão sobre os problemas comuns, feitas frequentemente aos domingos* (Jesus, 1977a, p. 42) [ texto (a) ].

Aqui cabe um salto temporal, pois uma estratégia parecida se repetiria dez anos depois. Após o golpe de 1964, o Sindicato sofreu intervenção e o advogado Dr. Mário foi demitido. Em 1965, revoltados com os abusos trabalhistas, os operários esboçaram uma greve, que foi duramente reprimida pela empresa, amparada pela nova lei de greve do Regime Militar. A diretoria que assumiu após esse episódio recontratou o advogado:

*(...) senti que havia um grupo bom. Não eram muitos. Cerca de dez ou doze, número mais do que suficiente para lento trabalho de base.(...) Fomos felizes em numerosos processos, e isso naturalmente aumentou a confiança dos demais trabalhadores. Participei de inúmeras reuniões com eles, analisando o comportamento do empregador que, por estultice, nos fornecia amplo material capaz de aglutinar os trabalhadores* (Jesus, 1977a, p. 75) [ texto (a) ].

Antes de atuar na “Perus”, o advogado trabalhou no Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo no início da década de 1950. Ele aprendeu muito sobre a organização sindical, mas ficou sobrecarregado com a quantidade de trabalho. Em um sindicato menor encontrou a oportunidade para realizar sua proposta de um trabalho de base de orientação cristã. Ao longo de um trabalho metódico e paciente, conquistou a confiança dos trabalhadores, ajudando-os aos poucos a vencerem o medo de procurar a justiça ou de fortalecerem as ações do sindicato (Jesus, 1977a, s.d.).

As duas práticas principais elencadas nesse período foram:

- Avaliar o que se passava nas audiências na Justiça do Trabalho, com o intuito de demonstrar aos operários que quando dizem a verdade, não há o que temer;
- Reuniões de formação com reflexões sobre os problemas comuns, frequentemente aos domingos.

Um dos objetivos destacados ao longo da maioria dos documentos foi a união dos trabalhadores. Inicialmente, só uma pequena parte dos trabalhadores se interessava pelos problemas coletivos. Acerca da diretoria, Padre Bianchi, o pároco de Perus que apoiou os Queixadas durante os períodos de greve, declarou que:

*Era um pessoal que reconhecia que a reivindicação salarial era justa, mas que a luta não era só isso. Era também aumentar a consciência de todos os companheiros, era aumentar a união entre todos de modo a criar solidariedade de classe; as ideias do pessoal da direção do sindicato não eram apenas reivindicação salarial. Aquilo que mais se falava e era um tema comum era o tema da união (FNT, 1980-05, pp. 12-13) [ texto (e) ].*

Em uma nota de rodapé Mário Carvalho de Jesus declara que, em 1954, quando iniciou o trabalho em Perus:

*Encontrei os trabalhadores divididos em três grupos em torno dos seus chefes:*

*Grupo “A” – reunindo os afilhados, os “puxa-sacos”;*

*Grupo “B” – conhecido por grupo de base, que se interessava pelos problemas coletivos; eram os lutadores que freqüentavam o sindicato;*

*Grupo “C” – era o maior, com a alcunha de “carneiros”*

*(Jesus, 1977a, p. 41) [ texto (a) ].*

A assessoria jurídica não é uma prática educativa no sentido explícito, mas em Perus funcionava como tal. Por meio dela o advogado estabelecia um vínculo de confiança com os

operários que servia de base para a conscientização sobre a lógica da Justiça do Trabalho, das relações de poder implícitas nas relações trabalhistas e uma reflexão mais ampla sobre as raízes políticas das injustiças. A avaliação dos resultados de cada ação na justiça era feita em reuniões coletivas, propiciando que os operários construíssem novos saberes conforme meditavam sobre exemplos concretos de conflitos trabalhistas. Os trabalhadores se familiarizavam com o judiciário e, nesse processo, se apropriavam da dinâmica da Justiça do Trabalho, ressignificada pelas concepções emancipatórias trazidas pelo advogado, favorecendo que os operários se reconhecessem como sujeitos de direitos.

Miguel Arroyo (2014) trata essa questão como “a repolitização dos princípios de humanidade, cidadania, igualdade” (Arroyo, 2014, p. 299). O autor pontua que ao interagirem com o Estado, os movimentos percebem a distância entre aquilo que está proposto nas leis e o que é implementado de fato. Isso decorre dos marcos legitimadores adotados, que fazem uns princípios serem realizados, enquanto outros são ocultados.

Essa reflexão pode ser expandida para as relações trabalhistas. A interação com o Estado foi positiva na fase germinal do trabalho. As tensões ocorriam com a empresa. No microcosmo da fábrica, a palavra do patrão era uma espécie de lei. O desrespeito a direitos consagrados facilitava que o trabalhador vencesse quando fosse à Justiça, contudo, para que o trabalhador se sentisse seguro de procurar por seus direitos, precisava antes disso desconstruir as representações que o faziam temer o empresário.

O embate com o Estado veio posteriormente. O trabalho sindical ficou mais robusto e favoreceu a luta por direitos coletivos que estavam na lei, mas não estavam totalmente regulamentados. Nesse processo, esbarraram nas limitações de que trata Arroyo (2014). Os advogados dos trabalhadores apontavam um conjunto de princípios jurídicos emancipatórios para defender uma interpretação que fizesse avançar os direitos dos trabalhadores. As autoridades, por outro lado, refreavam o impulso emancipatório, escolhendo outros princípios legais que regulavam o avanço dos trabalhadores.

Essa divergência fica visível na greve de 1962. Os trabalhadores realizaram uma campanha para que um dispositivo constitucional fosse acionado, levando à desapropriação da fábrica e sua conversão em uma cooperativa. Conseguiram pareceres favoráveis de vários juristas dando fundamento legal à proposta. O projeto já tinha recebido o aval do governo. Mas em uma reviravolta folhetinesca, o governador que estava de licença retornou e engavetou a proposta, alegando que seguiu a orientação do setor jurídico.

Esses embates iam deixando evidente que a promulgação de uma lei com um caráter emancipatório não é garantia da forma como a lei será interpretada, aplicada e julgada.

Arroyo (2014) explica que a lei é supostamente universal, porém, na prática, essa universalidade é limitada por linhas abissais que invisibilizam determinados grupos. Ou seja, a lei é universal enquanto aplicável para grupos considerados legítimos. Quando um movimento social que está “do lado de lá da linha” aciona a justiça para que o mesmo princípio seja aplicado a um grupo que não é percebido como legítimo pelas autoridades, a aplicação da lei é tratada como subversão.

Portanto, o ativismo jurídico do Sindicato dos Queixadas e da FNT favorecia que o Sindicato realizasse uma crítica radical aos significados, limites e alcances dos princípios e dos marcos legitimadores das leis trabalhistas, tornando evidente que as disputas estavam atravessadas por questões políticas.

Nos anos 1950, as leis trabalhistas da era Vargas ainda não haviam sido reformadas. Essa legislação, embora trouxesse direitos aos trabalhadores, o fez dentro de uma perspectiva paternalista, mantendo os sindicatos subordinados ao governo e restringindo as possibilidades de reclamação. Uma delas era via Justiça do Trabalho, colocando o Sindicato como um intermediário. Segundo Mário Carvalho de Jesus (1973), alguns patrões realizavam abusos trabalhistas de forma recorrente, esperando que parte dos trabalhadores não fossem atrás de seus direitos.

Isso, em partes, decorria da lógica paternalista. A CBCPP havia sido instalada em uma região erma e, dentro da perspectiva paternalista da época, forneceu moradia e outras benfeitorias para seus trabalhadores, contudo, a mesma mão que agraciava, poderia punir se o trabalhador não se comportasse de acordo com o que era esperado dele.

Após a venda da companhia para o *holding* de J.J.Abdalla a representação do “pai” foi abalada por uma percepção de que Abdalla estaria realizando uma gestão temerária. Fazendo um trocadilho com a metáfora paternalista, pode-se dizer que Abdalla, a cada pequeno conflito, foi tensionando as representações que os trabalhadores faziam dele até ser visto como um “padrasto” explorador.

Doutor Mário chegou ao Sindicato nesse período e ao apresentar o marco legitimador da DSI e da Economia e Humanismo, contribuiu para desfazer a representação paternalista que colocava os trabalhadores como dependentes da benevolência do patrão, abrindo a eles um novo horizonte com outras representações que levou a uma reelaboração da identidade dos trabalhadores como sujeitos de direitos.

Em um sindicato menor, o advogado teve a oportunidade de dar mais atenção aos casos trabalhistas e dialogar com os demandantes, analisando e explicando os processos. Com isso converteu a assessoria jurídica em um trabalho formativo conscientizador que utilizava a tensão com o empregador para romper com as velhas representações das hierarquias tradicionais que faziam os operários temerem ir à justiça.

Cada embate na justiça era uma experiência pedagógica, pois contribuía para a formação de representações mais republicanas, nas quais a relação de trabalho é concebida dentro de marcos contratuais, ensejando que uma ação arbitrária do empregador possa ser questionada na justiça. A ação sindical propiciou uma nova compreensão na qual o trabalhador aprendia a se perceber como um sujeito político detentor de direitos. Ao enfatizar que, diante da injustiça, bastava ao trabalhador ser honesto para que a Justiça do Trabalho reconhecesse sua demanda, o operário começava a reconhecer-se como um indivíduo ético, não precisando comprometer sua moralidade para alcançar o que lhe era justo.

A assessoria era voltada ao segmento do público composto pelos “interessados”, nesse caso, conforme a citação mais acima, tratados pela alcunha de “carneiros”. O intuito era demonstrar, por meio de um exemplo prático, que o sindicato era de confiança e que zelava por seus direitos. E ainda que se tratassem de ações trabalhistas pontuais, de natureza individual, essas ações possuíam uma dimensão formativa para o coletivo, construindo representações e demonstrando a capacidade do sindicato para os outros “interessados”.

*(...)“Na prática mesmo tendo alguns princípios definidos, vai se descobrindo como aplicá-los com os operários”.(7)<sup>4</sup> O primeiro princípio a ser seguido é o respeito pela pessoa. “Em poucas coisas podemos ser dogmáticos na vida. Dentre elas o respeito pela pessoa humana. Pode ser meu adversário, meu inimigo, mas eu o respeito e estou pronto para o diálogo”.(8) Essa postura permite a “solidificação da ideologia, pelo respeito às etapas de desenvolvimento de cada um, pois não se aceita a não-violência de imediato, sendo um terceiro elemento, a relação de amizade, a única forma de se adquirir confiança nos irmãos e de inibir as disputas pelo poder”(9) (Gonçalves, 1989, p. 303)[ texto (i) ].*

Os três princípios de convívio (respeito à pessoa, respeito às etapas e relação de amizade) constituem o alicerce do trabalho político realizado pelos Queixadas. O trabalho baseado nos interesses individuais dos operários, levava à configuração de relações pessoais de amizade e de confiança, que facilitava a convergência dos interesses e a evolução para as ações coletivas. O respeito ao tempo individual implicava que não havia pressa em forçar o operário a aderir

<sup>4</sup> Numeração existente no texto original com indicação das fontes.

à causa coletiva, o atendimento dos interesses individuais não eram uma barganha para que o operário aderisse ao programa das lideranças, mas uma forma de criar um vínculo de amizade e companheirismo com eles.

Ainda sobre a amizade, no texto (d), um rascunho de depoimento sobre a história do trabalho com os Queixadas, Mário Carvalho de Jesus declara:

*Após dois ou três anos desse trabalho conjugado de formação e de serviço na justiça a gente conseguiu ganhar a confiança dos operários. O fundamental no começo é ganhar confiança, quer dizer, ir pelo coração, a pessoa vê o trabalho. Assim como o médico ganha a confiança do doente que ele cura, o advogado também acaba ficando amigo, e vem essa confiança no trabalho desenvolvido (Jesus, s.d., p. 4) [ texto (d) ].*

De forma resumida, o primeiro nível de organização era fundamental para a consolidação da base. O Sindicato e a FNT acolhiam as demandas individuais mediante um trabalho de assessoria jurídica, se colocando como companheiros do trabalhador ao longo do processo. Nessa relação era estabelecido um vínculo genuíno que deixava o trabalhador mais disposto a aderir às mobilizações coletivas que caracterizavam o segundo nível.

#### **4.4.2 Segundo nível : Mobilizações por interesses coletivos dos trabalhadores**

O trabalho de base resultou em uma maior participação dos trabalhadores e em uma conscientização acerca da importância da dimensão coletiva, propiciando ações que, com o passar do tempo, apresentaram uma sofisticação crescente. Tal dimensão é bem delineada em uma fala de Marcelino Pereira Martins, um trabalhador que iniciou sua participação no movimento em 1958 e mais tarde se tornou uma das lideranças da FNT:

*Na Frente o trabalhador que luta exclusivamente pelos seus interesses imediatos encontra acolhida. Isso é importante. Mesmo que venha atrás de seus interesses imediatos. Aquilo que existia no início do movimento ainda permanece: aquele trabalhador sem nenhuma formação política que está em busca daquelas coisas necessárias a ele, seu salário que não foi pago, continua encontrando acolhida na Frente. Mas logo em seguida, na medida em que continua conosco, começa a perceber que isso não basta, que ele tem que passar para uma segunda fase. A Frente começa a fazer com que ele descubra que além daquelas coisas que lhe pertencem ele tem uma contribuição a dar em seu local de trabalho, no seu bairro. A partir daí ele vai sentir cada vez mais que ele tem de participar de algo mais, de um novo tipo de sociedade (FNT, 1980-03, pp. 37-38) [ texto (l) ].*



Embora essa descrição corresponda à Frente, guarda semelhanças com a descrição dos primeiros anos dos Queixadas. O interesse imediato servia de chamariz para outras pessoas aderirem, e dava oportunidade para que as lideranças realizassem um trabalho de conscientização de base.

#### 4.4.2.1 Da Participação à conscientização

As lideranças tinham ciência de que o salto do interesse imediato para o interesse coletivo tinha limitações. Sobre isso João Breno Pinto fez a seguinte autocrítica, em 1980, acerca do trabalho realizado vinte anos antes:

*Diziam: a turma está consciente. Mas não havia consciência. Havia o entusiasmo e a confiança em 2 ou 3 caras. Mas aquilo não era ideia do pessoal todo, nem de 10% do pessoal. Aquilo para eles era bacana! “Pô, o queixada conseguiu!” Aquilo era entusiasmo de queixada, porque eles ainda não tinham levado porrada. E com a mentalidade só de arrancar mais dinheiro. Tanto que quando surgiu a Frente, a turma de outras categorias vinha não porque queria ser sócio, pra somar ombros pra defender a classe operária. Vinha porque pensava que ia receber salário-família, o salário que nós tínhamos. Vinha por causa das conquistas. Isso era certo, mas nós tínhamos que ter um mecanismo que mostrasse para esse cara que não era só isso. E nós não tínhamos (FNT, 1980-03, pp. 36-37) [ texto (1) ].*

João Breno discute que, nos primeiros anos da FNT, a mudança de escala do interesse individual para o interesse pelas conquistas coletivas não implicava necessariamente em conscientização. Para a maioria dos trabalhadores era apenas um misto entre entusiasmo pelas conquistas que poderiam obter e a confiança no trabalho das lideranças. Essa fala explicita a autocrítica de que havia uma carência para desenvolver mecanismos formativos que favorecessem o trabalho de conscientização. E, de forma implícita, ele indica a centralidade que as lutas e as mobilizações coletivas desempenhavam como instrumento de conscientização, ao explicar que os novos trabalhadores, que procuravam a Frente, eram entusiasmados, pois ainda não tinham “levado porrada”.

Percebe-se, em ambas as falas, uma noção de que a formação e a conscientização ocorriam por meio da participação nas ações do movimento e que isso se processava em etapas. Pela fala de João Breno se conclui que algumas dessas etapas eram empíricas e iam sendo reconhecidas *a posteriori*.

Confrontando a fala de João Breno com a citação do advogado, apresentada na seção anterior, acerca dos três grupos existentes em 1954, há um outro ponto que chama a atenção: Dr. Mário diz que cada grupo (“afilhados/puxa-sacos”, grupo de base e “carneiros”) se agrupavam “em torno de seus chefes” (Jesus, 1977a, p. 41) [ texto (a) ]. Por sua vez, João Breno declara que a turma não era exatamente consciente, mas confiava em “dois ou três caras” (FNT, 1980-03, p. 36) [ texto (l) ].

Aqui aparece outra vez o conflito entre horizontalidade e verticalidade. Os trabalhadores se aglutinaram em torno das lideranças, participando mais como seguidores, do que como protagonistas, o que configurava uma estrutura vertical de participação. Porém, em autocrítica realizada posteriormente, uma das lideranças declara que não foram capazes de fazer essa distinção, pois leram o entusiasmo e a participação como conscientização. Após momentos de crise (quando seus direitos foram agredidos) e a confiança foi abalada é que essa gradação se fez evidente e surgiu a necessidade de mecanismos mais elaborados de conscientização que favorecessem as relações solidárias e horizontais pretendidas pelo grupo.

Esse conflito observado no itinerário histórico dos Queixadas e da FNT é ainda uma questão atual para a participação política, visto que nas primeiras décadas do século XXI, após uma grave crise econômica, está ocorrendo a ascensão ao poder de grupos com discursos antipolíticos, que recebem apoio de grandes contingentes populacionais, decepcionados com governos progressistas. Demonstrando que a adesão às pautas autoritárias, ou democráticas, obedece mais a uma ponderação, entre confiança e desconfiança, bem como a um cálculo de interesses, do que calcada em uma consciência acerca de valores básicos para uma convivência democrática.

Uma outra autocrítica, realizada em 1980, ajuda a explicar a leitura acerca do nível de conscientização dos participantes que as lideranças foram capazes de fazer nos anos 1960.

*Em relação à consciência política a FNT caminhou muito daquela época para cá. Naquela época não se colocava com clareza a questão da luta de classes no capitalismo, isto é, a oposição de interesses entre os trabalhadores e a classe dominante. A perspectiva era muito mais de conciliar capital e trabalho, na linha de converter o patrão para que, percebendo a verdadeira situação do trabalhador, viesse somar forças conosco (FNT, 1980-03, p. 43) [ texto (l) ].*

Sobre isso, Mário Carvalho de Jesus explicou:

*A gente combatia o capitalismo. Mas havia uma certa ingenuidade em achar que a gente poderia conseguir cogestão e participação nos lucros*

*e na propriedade. Eu pensava que isso era possível. Eu acreditava na sinceridade de alguns cristãos e empregadores. Hoje eu duvido plenamente. Trata-se de uma luta de classes, onde uns exploram e outros são explorados* (FNT, 1980-03, pp. 43-44) [ texto (I) ].

E sobre essa mudança na forma de pensar, João Breno Pinto complementou:

*O movimento operário é constituído na prática. O trabalhador vai se conscientizando quando ele participa. Ele vai se tornando mais crítico em relação às coisas que lhe interessam e aos poucos começa a ter consciência de classe* (FNT, 1980-03, p. 44) [ texto (I) ].

Em tais falas, aparece de forma mais explícita como a experiência adquirida na participação em lutas concretas do movimento operário, orientadas pela intencionalidade de se opor à exploração dos trabalhadores, foi um fator chave para a geração de um novo tipo de consciência, inclusive para as lideranças.

Logo, se em 1960 as lideranças tratavam participação como índice de conscientização, isso não necessariamente era um equívoco, pois estavam balizados pela compreensão da realidade que possuíam naquele instante. As lideranças também precisaram “levar porrada” para refletirem que as noções de conciliação de classes da DSI, dependia de os patrões agirem em coerência ao cristianismo, algo que, segundo constataram posteriormente, a realidade os ensinou que era uma postura ingênuas<sup>5</sup>.

Portanto, quando, em 1980, João Breno realizou a autocrítica de que, vinte anos antes, faltavam mecanismos que garantissem um próximo passo no processo de conscientização, é preciso tomar essa declaração em perspectiva. Se olharmos a partir do início dos anos 1960, antes dos eventos tumultuados de 1962, com a demissão em massa, 1964, com a intervenção após o golpe militar, e do período pós-implementação do AI-5 no final de 1968, suas ações obtiveram um nível relativo de êxito. Elas conseguiram atrair numerosos trabalhadores para se unir, tanto em Perus quanto na FNT. Como observado, o envolvimento em iniciativas contra a exploração dos trabalhadores desempenhou um papel fundamental no processo de conscientização.

A consciência de classe emergiu como um saber oriundo das práticas sindicais. As tensões entre trabalhadores e patrões, bem como entre sindicatos e Estado, revelavam uma dimensão política “em princípios aparentemente neutros, consensuais, abstratos e universais.” (Arroyo, 2014, p. 304). Ao lutarem pela aplicação da lei, ou dos preceitos cristãos, eram tratados como caso de polícia e vigiados como subversivos. As tensões e os conflitos, portanto, expunham que

<sup>5</sup> Uma discussão mais aprofundada sobre essa mudança de perspectiva pode ser conferida no capítulo 1.4, que trata da história do movimento.

a aplicação da norma se inscrevia dentro de um marco que lhe dava legitimidade. E esse marco era um espaço de disputas políticas.

Maturana (2009) expõe o âmago dessa questão:

A razão se funda sempre em premissas aceitas a priori. *A aceitação apriorística das premissas que constituem um domínio racional pertence ao domínio da emoção e não ao domínio da razão*, mas nem sempre nos damos conta disto. Daí que, quando nos encontramos em uma conversação supostamente racional, produzem-se dois tipos de divergência que se diferenciam pelas classes de emoções que surgem nelas, mas que habitualmente não distinguimos porque nos parecem distintos modos de reagir frente a um erro lógico. São eles:

*divergências lógicas*, que efetivamente surgem quando um dos participantes na conversação comete um erro na aplicação das coerências operacionais que definem o domínio racional em que esta se dá; e

*divergências ideológicas*, que surgem quando os participantes na conversação arguem a partir de distintos domínios racionais, como se estivessem no mesmo domínio. (Maturana, 2009, p. 51, grifo do autor)

Nos embates com o patrão e com o Estado, os sindicalistas esbarram em divergências que Maturana (2009) considera ideológicas. O termo ideologia é uma daquelas palavras com muitos significados, a depender do contexto. Nesse caso específico, o autor considera como “as noções, relações, distinções, elementos, verdades, ...que aceitamos a priori porque nos agradam.” (Maturana, 2009, p. 52). A aplicação recorrente e recursiva dessas premissas ideológicas em um domínio operacional que segue suas especificações leva à constituição de um sistema racional como um construto coerente.

E aí reside a grande tensão, pois não existe objetividade na esfera legal, nem na esfera política. A lei não é universal. Como Miguel Arroyo (2014) bem explica, ao tratar das políticas públicas, a atuação dos movimentos sociais revela que “a escolha de uns princípios e não outros para legitimar políticas é um ato de poder” (Arroyo, 2014, p. 302).

Quando havia um julgamento de uma greve, os magistrados podiam escolher entre uns princípios, deixando de lado outros que eram legalmente plausíveis.

Essa tensão entre emancipação e regulação pode ser interpretada nas bases de que trata Maturana (2009). Ele cita como exemplo os embates acerca dos direitos humanos. A racionalidade de um direito universal considera que todas as pessoas têm o mesmo valor perante a lei, contudo, essa lei só fará sentido para alguém que aprioristicamente imagina todos os humanos como legítimos outros na convivência. Quando o sujeito, em sua imaginação, não incorpora o outro em seu mundo, essa exclusão o coloca em outro domínio racional. Assim, é

possível ver, por exemplo, alguém contra os direitos humanos no contexto nacional, pois este é aplicado a uma parcela da sociedade que não considera como um outro legítimo, porém, esse mesmo sujeito é capaz de denunciar as violações dos direitos humanos de opositores em algum país cujo regime político lhe cause antipatia.

É disso que trata Arroyo (2014) quando explica que algumas leis possuíam uma intenção de ampliação de direitos quando foram formuladas, contudo, quando grupos populares se apropriam da lei e cobram sua aplicação, descobrem que o potencial emancipatório das leis é esvaziado por escolhas políticas das autoridades que buscam regular as aspirações populares, por enxergá-las como radicais. Arroyo trata isso como redefinições dos marcos legitimadores das políticas. Ele aponta que a importância dos movimentos sociais (e sindicais) está em demonstrar os limites das políticas públicas (e também das leis). Fazem isso ao apontar a incoerência entre uma alegada universalidade da lei e a forma excludente pela qual é aplicada. O ocupante de um cargo de poder, ao aplicar uma lei, pode realizar escolhas políticas excludentes, porque apagam ou não reconhecem como legítimos sujeitos políticos a grupos sociais.

É nessa tensão que as lideranças Queixadas e da FNT se reconheceram ingênuas. Sua ingenuidade residia em crer que a “universalidade” dos princípios contemplava os trabalhadores. No início acreditavam que, diante de uma injustiça, se o operário dissesse a verdade, a justiça estaria ao seu lado. Contudo, conforme começaram a adquirir um espírito de união e o coletivo dos trabalhadores se apropriou dos princípios legais, setores do Estado e da Igreja começaram a considerá-los radicais e subversivos. O DEOPS, Departamento Estadual de Ordem Política e Social, seguia as lideranças atentamente, bem antes da ditadura militar. A Força Pública, nome que a Polícia Militar recebia na época, atuava para proteger os interesses do patrão. Em alguns episódios, até mesmo realizando operações ilegais e contrariando ordens expressas do governador, como os ocorridos na greve de 1962, em que foram buscar operários em suas casas para furar a greve.

“Levar porrada”, como sintetizou João Breno Pinto, contribuía para a formação política dos trabalhadores, à medida que a luta que empreendiam esbarrava em dicotomias e resistências que lhes negavam o reconhecimento dos direitos.

Vale dizer que “levar porrada” por si só não produz uma consciência crítica sobre a situação de injustiça, caso contrário, todas as vítimas de injustiça seriam agentes de mudança. A consciência é sempre consciência de algo (Husserl, 2020). O que orienta a consciência para um ou para outro objeto é a intencionalidade. Quando a intencionalidade é emancipatória, a consciência está orientada para uma determinada imagem de futuro que favorece ao sujeito

desconstruir as representações sociais que legitimam e naturalizam a injustiça. Por outro lado, diante de um futuro desesperançoso, a intencionalidade poderá ser a de se conformar para sobreviver. Nessa situação, a lição do sujeito que “levou porrada” será a de se colocar no lugar que as autoridades esperam que ocupe. Em ambos os casos as pessoas estão aprendendo algo ao “levar porrada”.

Em outras palavras, a tensão com a autoridade por si só não gera uma consciência emancipatória. A tensão era uma das tantas oportunidades de aprendizado propiciada pelas práticas sindicais. Contudo, o que conferia uma dimensão educativa a tais práticas era a intencionalidade, que dava esperança ao abrir outros horizontes aos trabalhadores.

No primeiro nível do trabalho formativo as tensões com o patrão forneciam “amplo material” para que os indivíduos se conscientizassem, assumindo a identidade de sujeitos de direito, bem como tecendo relações de amizade e confiança. Isso propiciava um segundo nível, no qual os indivíduos se uniam em prol de interesses comuns, participando de mobilizações que esbarravam em outros tipos de tensões e faziam emergir saberes de outra ordem.

#### 4.4.2.2 As práticas

As ações identificadas na documentação eram variadas: assembleias, mobilizações coletivas, greves, piquetes e diversas estratégias de publicizar as demandas e o ideário do movimento perante a opinião pública.

A ação política, a comunicação e a formação se interpenetravam e eram indissociáveis. Gonçalves (1989) aponta que quando a comunicação se dirigia para fora, era um instrumento que servia para divulgação e para o estabelecimento de relação com outros movimentos, por outro lado, quando era voltada para dentro, estruturava estratégias de diálogo que garantiam mais coesão entre as lideranças e a base, sendo um dos instrumentos de formação, que favoreciam o crescimento da proposta no interior da ação.

Está evidente que a comunicação possuía uma dimensão educativa, quando voltada ao interior do movimento. E se for considerada a perspectiva de Nilma Lino Gomes (2017) de que movimentos sociais atuam como educadores da sociedade, há uma dimensão educativa na comunicação voltada para fora. Principalmente se for considerada a intencionalidade dos ativistas de que suas ações servissem de testemunho para a sociedade. Portanto, no contexto do ativismo dos Queixadas, formação e comunicação ocorriam de forma indissociável.

Da mesma forma, as ações sindicais e políticas tinham uma dimensão educativa, dando chance à construção e a consolidação de novos saberes, na medida em que levaram a um acúmulo de experiência e um trabalho de reflexão posterior. Tais aprendizados foram norteados pela intencionalidade de gerar consciência sobre os problemas comuns, de modo que os próprios trabalhadores participassem na proposição de ações, que se consolidariam como conquistas e novas formas de convivência.

Nesse processo de mobilização seguiam o princípio do “etapismo”, aumentando a escala das ações aos poucos, conforme o nível de conscientização fosse se ampliando, até que os operários se sentissem parte da sociedade sindical e estivessem seguros para assumirem seus interesses de forma coletiva, se mobilizando para lidarem com os conflitos. Como visto, mais acima nas falas de Marcelino e João Breno, o nível de conscientização, o sentimento de pertencimento e o compartilhamento de interesses se ampliaram por etapas.

Abaixo um quadro que elenca e classifica as práticas educativas mais representativas desse segundo nível. Em ações sindicais e políticas mais complexas foi adicionada uma linha com as atividades que foram consideradas formativas e uma outra linha mais abaixo para caracterizar a dimensão educativa das ações na primeira vez que aparecem:

Quadro 1 - Práticas educativas do segundo nível

Período	Categoria	Atividade
1957	interessados	Mobilização contra a transferência das lideranças sindicais para o litoral
Realização de uma grande assembleia com a presença de deputados na qual os trabalhadores votaram para rejeitar a transferência.		
A própria assembleia foi uma prática cuja intencionalidade era demonstrar como a união dos trabalhadores tem o potencial de fortalecer o sindicato, permitindo que uma ação ilegal do patrão fosse barrada localmente, sem necessidade de ir à justiça( princípio da subsidiariedade da DSI).		
1958	interessados	Greve - reajuste menor no cimento ou maior no salário
Piquetes pacíficos com a participação das mulheres. Assembleias abertas às famílias e trabalhadores de outras categorias.		
Envolver as famílias nas mobilizações da greve era uma prática educativa na medida que reconhecia as esposas como legítimas interessadas que precisavam estar a par em primeira mão do que estava ocorrendo, pois percebiam que a decisão de cada trabalhador acerca da greve era influenciada pelos diálogos com sua família (princípios da centralidade da família e da subsidiariedade da DSI); Envolver trabalhadores de outras categorias servia como uma formação, familiarizando o ativista com situações que no futuro poderia enfrentar em sua própria empresa.		

*Continua na próxima página*

Quadro 1 – Continuação do quadro

Período	Categoria	Atividade
1958	opinião pública	Campanha pelo “bem comum” durante a greve.
Comissões visitaram fábricas, escolas e universidades. Divulgação das ideias pela imprensa.		
Denunciar ao grande público um aumento abusivo e explicar que os trabalhadores aceitariam um aumento menor em nome do bem comum, era um testemunho de que a solidariedade poderia se contrapor à ganância.		
1958	ativistas	Leitura e reflexão do livro “Princípios para a ação” de Pe. Lebreton
Prática de educação explícita para a incorporação dos princípios lebretonianos.		
195(?) - 196(?)	ativistas	“Cursos de doutrina social para os trabalhadores dados por Frei Luiz Sartori, franciscano” (FNT, 1980-03, p. 33) [ texto (1) ]
Prática educativa explícita para a incorporação dos princípios da DSI.		
1959	interessados	Greve pela reintegração dos 80 demitidos.
Piquetes pacíficos com a participação das mulheres. Assembleias abertas às famílias e trabalhadores de outras categorias.		
1959	interessados	Campanha pelo salário-família
Assembleia aberta às famílias		
1959	adversários	Exposição doutrinária de D. Jorge Marcos de Oliveira na DRT sobre o salário-família
1962-1968	interessados e opinião pública	Greve pelos acordos não cumpridos e de solidariedade
Piquetes pacíficos com a participação das mulheres. Assembleias abertas às famílias e trabalhadores de outras categorias. Campanha pela desapropriação da fábrica. Greve de fome. Campanhas de arrecadação. Passeatas. Circulação de materiais contando a história da greve. Divulgação pela imprensa. Cooperativas de trabalho.		
A campanha pela desapropriação da fábrica engajou juristas e outras personalidades, com o intuito de legitimar a proposta perante a opinião pública e as autoridades. Se propunha a educar a sociedade ao apontar princípios constitucionais que estavam sendo ignorados e regulamentá-los a partir de uma racionalidade baseada na DSI e nos saberes que emergiram no ativismo sindical. O grande número de estratégias de resistência criadas ao longo da greve, mesmo quando a situação ficou mais difícil, mantinha a esperança dos trabalhadores, além de forjar uma identidade coletiva. Posteriormente, quando obtiveram a vitória na justiça, tais práticas se tornaram um exemplo de luta.		
1965	opinião pública	Campanha com cobertura da imprensa contra o corte de luz e os despejos em Cajamar
Durante a ditadura, utilizavam o conflito com um grande empresário para conscientizar a opinião pública de que haviam princípios jurídicos que protegiam os direitos coletivos e dos trabalhadores.		

Continua na próxima página



Quadro 1 – Continuação do quadro

Período	Categoria	Atividade
1967	autoridades	Recurso para considerar o atraso salarial como causa coletiva e não apenas individual
Os abusos recorrentes do empresário expuseram os limites da jurisprudência adotada pelo judiciário. Isso foi aproveitado como oportunidade pelo movimento sindical para justificar a proposta de uma nova interpretação dos princípios legais, de acordo com a racionalidade sindical, que foram acatados pelas autoridades, expandindo os direitos coletivos em plena ditadura militar.		
1967	interessados e opinião pública	Greve com os novatos e com os que haviam retornado ao trabalho em 1962.
Assembleias. Piquetes pacíficos.		
A ditadura endureceu a legislação de greve, criando diversos ritos legais que tornaram muito difícil a aprovação de uma greve. Portanto, ao conseguirem a autorização para realizar a greve e vencerem o patrão, conquistando o direito à multa em caso de atraso salarial, o movimento sindical dava um testemunho para o resto da sociedade, ao mesmo tempo em que a greve era uma oportunidade formativa para os trabalhadores.		
1967	autoridades e opinião pública	Publicação do livro “A GREVE DA PERUS NOS TRIBUNAIS”
Campanha de arrecadação junto a outros sindicatos. Campanha de divulgação do livro antes do julgamento como forma de pressionar o juiz revisor.		
Mobilização não-violenta, em plena ditadura, para divulgar um livro com o ponto de vista operário sobre o emblemático caso judicial que estava às vésperas de ser julgado. Havia o intuito de chamar a atenção da opinião pública para uma greve que já durava cinco anos e com isso, queriam pressionar o judiciário. No processo uniram diversos sindicatos em uma campanha de solidariedade (algo mais bem caracterizado como de terceiro nível).		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos da bibliografia.

#### 4.4.2.3 A Primeira Ação Coletiva Exitosa

A primeira experiência de mobilização coletiva dos operários da “Perus” ocorreu em 1957. Após quase três anos de trabalho de base, a empresa tentou transferir para o litoral as novas lideranças que despontaram (Jesus, 1977a). Segundo o advogado Mário Carvalho de Jesus:

*Os trabalhadores ficaram alvoroçados (...) Eles queriam saber se eram obrigados a aceitar a ordem de transferência:*

– *Depende.*

– *Depende do que?*

– *A transferência por lei só é obrigatória se houver necessidade de serviço.*

– *Ele não precisa da gente lá. A gente trabalha aqui numa fábrica de cimento.*

– *É bom provar que Abdalla não precisa de mão-de-obra especializada daqui para outra empresa onde o serviço é inferior.*

*O presidente do sindicato, José Laurindo, viajou algumas horas e voltou no dia seguinte com fotografias, comprovando que o serviço era inferior.*

– *Tá provado que lá só tem servente. Essa transferência é perseguição. Eu trabalho como ajudante na mecânica e lá não tem nenhum serviço desse tipo, disse João Breno, que mais tarde seria eleito presidente do sindicato (Jesus, 1977a, p. 42) [ texto (a) ]<sup>6</sup>.*

Pelo que é dito nos relatos, ao entenderem que a transferência era uma manobra para enfraquecer o sindicato, os operários buscaram orientação e prepararam a ação com cautela. Realizaram um trabalho de investigação, enviando o presidente do sindicato, *in loco*, para averiguar a situação. A partir das informações levantadas ficou patente a ilegalidade da transferência. Estavam enviando funcionários qualificados para um lugar onde só havia trabalho para serventes. Doutor Mário ponderou que não seria necessário ir à justiça para tornar a transferência sem efeito, bastaria os operários estarem unidos para que o conflito fosse resolvido localmente. Uma assembleia dos trabalhadores decidiu pelo envio de um ofício com a posição do coletivo e a empresa retrocedeu (Jesus, 1977a).

O objetivo primário da mobilização era resolver um conflito, e para que o conflito fosse resolvido com sucesso, havia um preparo, expondo de forma didática as etapas aos envolvidos. Quando uma ação coletiva era exitosa, os resultados fortaleciam os valores trabalhados ao longo das formações. Na avaliação de Mário Carvalho de Jesus:

*Foi esse o primeiro teste de que, unidos, os trabalhadores conseguem o que lhes assegura a lei. (...) essa mesma união permite que eles consigam vantagens inexistentes na lei. (...) desunidos não conseguem nem o que a lei lhes garante (Jesus, 1977a, p. 42) [ texto (a) ].*

Na visão dos ativistas, a Assembleia era compreendida como um experimento destinado a avaliar o poder da solidariedade entre os trabalhadores, com o objetivo de comprovar a viabilidade das mobilizações coletivas como resposta ao comportamento patronal abusivo.

*Convocamos uma grande assembléia em Perus. Foi o primeiro teste nosso. O sindicato não tinha sede, só uma salinha. Então fizemos num cinema, à noite. Numa linha de envolvimento, de abertura, convidamos 3 ou 4 deputados de partidos diferentes, para irem lá. Inclusive o Montoro,*

<sup>6</sup> Atentem-se ao recurso estilístico! Em situações importantes MCJ transcreve trechos dos diálogos que ocorreram com os trabalhadores.

*que naquele tempo pertencia ao PDC – Partido Democrata Cristão. Os operários encheram aquela assembléia, e se entusiasmaram de tal forma que nós dissemos claramente, no final da assembléia, que a gente não ia aceitar a transferência. A presença dos deputados entusiasmou os operários – se ainda hoje é assim, quanto mais há trinta anos. Os deputados aceitavam a nossa tese. Mandamos um ofício à empresa, dizendo que os transferidos não iam aceitar porque a empresa não precisa deles. Abdalla engoliu, e os operários sentiram que cresceram (Jesus, s.d., p. 5) [ texto (d) ].*

As lideranças convocaram a assembleia quando identificaram que havia a oportunidade de liquidar a questão sem a necessidade de acionar a Justiça do Trabalho. O relato apresenta a mobilização como um teste. Estava sendo testado se havia sido efetivo o trabalho de formação, realizado anteriormente, com a finalidade de conscientizar os operários de que a união entre os trabalhadores lhes possibilitava barrar as arbitrariedades realizadas pelos seus empregadores. Os resultados demonstraram que o trabalho empírico era lento, mas estava surtindo resultados. Ao final houve um aprendizado coletivo, quando os operários “sentiram que cresceram” e alguns militantes mais ativos formaram uma corrente sindical.

*A gente prosseguia, ganhava processo na Justiça do Trabalho. E formamos então uma correntezinha, capaz de assumir compromissos mais sérios e isso foi realmente demonstrado na greve de 58 (Jesus, s.d., p. 5) [ texto (d) ].*

Embora, como citado anteriormente, não houvesse assessoria nem de pedagogos, nem de sociólogos, nem de psicólogos, isso não implicava que estivessem desassistidos. Os ativistas católicos tinham muitas relações e buscavam auxílio onde fosse possível, inclusive de autoridades políticas, com as quais tinham relações. Este era uma característica importante da transformação social buscada pelos ativistas: a cooperação; característica essa que é visível de forma ainda mais evidente nas ações posteriores<sup>7</sup>.

O advogado, as lideranças e os outros ativistas que lhes acompanhavam estavam experimentando na “Perus” estratégias pelas quais aqueles que eles consideravam “carneiros” poderiam se tornar “Queixadas”. Iam aos poucos descobrindo como “arrebancar” os “carneiros” e levá-los para mais próximo do sindicato, dar suporte às suas necessidades individuais e em simultâneo conscientizá-los para a importância da dimensão coletiva.

<sup>7</sup> Os Queixadas eram parte do meio católico progressista, onde conheciam gente disposta a lhes dar apoio. Da mesma maneira, em outros momentos eles foram solicitados a dar apoio. Foi graças aos contatos que possuíam nesse meio de relação que tomaram contato com a não-violência e com outras referências que vieram depois. Um contexto dessas relações pode ser visto no capítulo 1.2.

Ao consolidarem e avaliarem essas estratégias, tiveram autoridade para lançar críticas aos sindicatos, que funcionavam como organizações de cúpula e cujas decisões mais importantes estavam centralizadas na diretoria, sem um esforço para unir os trabalhadores da categoria e tomar decisões de maneira democrática (Jesus, 1977a).

Nessa primeira ação estavam presentes algumas das características que possibilitaram o movimento mobilizar tanta gente em seus primórdios.

Gonçalves (1989) aponta que não havia separação entre ação, formação e divulgação. O grupo queria ser identificado por sua coerência e por sua transparência, com isso eram tenazes em tentar penetrar todas as brechas institucionais, marcando presença, merecendo atenção por parte do poder e da opinião pública.

Uma assembleia sindical grandiosa, com a presença de autoridades, para liquidar uma questão que já haviam investigado e provado ser possível de vencer, exemplifica um pouco essa continuidade entre ação, formação e divulgação, embora nesse caso a divulgação fosse mais interna, do que voltada para o grande público.

#### 4.4.2.4 *O binômio preparação / criatividade*

A tenacidade apontada por Gonçalves (1989) pode ser lida como criatividade para propor soluções diante das restrições existentes. E tal, não se resumia a ideias improvisadas, muito ao contrário disso, havia cautela e muita preparação. Algo que anda a par com os ensinamentos de Pe. Lebre:

Uma vez fixados os fins, usar meios proporcionais. Começar pelo inquérito, que deve ir-se tornando progressivamente exaustivo. Aquê que sabe, porque viu, porque experimentou, porque meditou longamente, não ficará dependendo da aprovação dos outros; seguirá com segurança o próprio caminho.

No comêço da vida ativa, qualquer ação de certa importância precisa ser preparada pacientemente, minuciosamente. A improvisação é normalmente desastrosa (Lebre, 1962, p. 18).

Não devemos resolver imediatamente nenhum problema, além das decisões do serviço corrente. É preciso deixar o problema repousar, ou colocá-lo em repouso; deixá-lo ao cuidado do subconsciente. O subconsciente, quando não o acorrentamos, é um instrumento admirável de absorção, de decantação, de harmonização. Um belo dia êle nos dá a solução (Lebre, 1962, pp. 38-39).

Catástrofe. Uma notícia imprevista. Todo o mundo caiu por terra. Desespêro? Impaciência? Não. Manter-se bem calmo, jantar bem, dormir sossegadamente. De manhã tudo já estará mais claro. Implorar Deus

mais longamente na solidão. Um novo plano aparece (Lebret, 1962, p. 82).

Paciência, constância, permanência, esperança, meditação e prudência são palavras repetidas diversas vezes nas orientações de Pe. Lebret. Em seus princípios são valorizadas, tanto a ação em si, quanto às etapas anteriores de preparação, no aprendizado de técnicas e acúmulo de informações, assim como as pausas para a reflexão, durante a ação. A segurança na ação e a criatividade para propor soluções se relacionam com a observação de todos esses fatores.

O binômio preparação/criatividade, parece ser uma das outras chaves possíveis, junto ao estabelecimento dos vínculos de confiança, para explicar a transição de uma ação pautada por interesses individuais, para uma ação pautada por interesses coletivos.

Na primeira ação coletiva apresentada na seção anterior, há exemplos de preparação no cuidado com a organização da assembleia e na cautela para reunir mais informações antes de tomar uma decisão.

Mário Carvalho de Jesus ressalta que mesmo quando atuou no Sindicato dos Metalúrgicos já adotava uma postura parecida:

*toda vez que o assunto era polêmico, eu, sempre prudente em julgar e agir, queria ver a coisa na fábrica* (Jesus, s.d., p. 2) [ texto (d) ].

E no texto (m) , na avaliação final dos vinte e dois anos de história do movimento, ele pontua que:

*Para agir, precisamos conhecer os fatos; apreciá-los com base na lei, na justiça social e na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma vez escolhido o objetivo, tomada a decisão pelo grupo responsável, temos de ir em frente. Podemos parar; saberemos esperar, dias, meses, anos, mas não desistiremos se tivermos a convicção renovada do nosso direito. O agir é que vai demonstrar a qualidade da lei; se for frágil ou mantiver privilégios, devemos denunciar e lutar pela sua supressão ou modificação* (Jesus, 1977a, p. 89) [ texto (a) ].

Essa característica foi posteriormente ressaltada como uma característica da ação não-violenta:

*A violência é quase sempre impaciente. A não-violência sabe esperar e respeitar as etapas. (...) A violência nasce do impulso de uma agressividade mal canalizada, da raiva, do ódio; a ação não-violenta pela justiça é resultante do predomínio da razão sobre o instinto alimentado pela certeza de que todos somos irmãos* (Jesus, 1977b, pp. 100-102) [ texto (c) ].

A prudência e a paciência, associadas à uma intenção firme de agir para transformar a situação de injustiça, favoreciam uma melhor preparação das atividades. Sem essa intenção, a prudência, por medo de se expor, poderá levar o sujeito pela via conservadora, se omitindo ou aplaudindo a violência, temendo perder os privilégios que possui.

Um outro princípio repetido por Pe. Lebret (1962) em diversas passagens de sua obra é o da submissão ao objeto. Isto é, uma atitude objetiva, um olhar inquiridor para a realidade, centrando seus saberes e preocupação nos problemas que pretende resolver.

Posteriormente, Pe. Barbé (1985) refinou essa ideia em sua Teologia do Conflito. Ele declara que para sair da violência é necessário “voltar ao objeto”, segundo ele:

*No fundo, a não-violência ativa tenta, constantemente, fazer três ações conjuntas:*

- *Voltar a atenção dos protagonistas para o objeto do conflito.*
- *Chamar um terceiro, geralmente a opinião pública, para que os rivais deixem de se encontrar face a face numa rivalidade de pessoa. Voltar a uma rivalidade objetiva. Com outras palavras, mediatizar o conflito.*
- *Isto não quer dizer fazer a média. Pelo contrário. O terceiro esforço da não-violência está na busca de um símbolo forte, capaz de:*
  - *Comover o coração e a mente das massas para mobilizá-las, a fim de que participem do conflito e deixem de ser meros espectadores.*
  - *Através deste símbolo, fazer brilhar a inocência do justo (ou da causa justa). Vimos, com efeito, que há, constantemente, tentativas de restabelecer falsamente a paz social através de um bode expiatório.*
  - *De revelar o que está realmente em jogo no conflito. Qual é o objeto? Quase sempre este “desaparece” para quem não está informado, atrás de uma cortina de fumaça de palavras incompreensíveis e disputas bizantinas travadas entre os rivais (Barbé, 1985, pp. 74-75) [ texto (o) ].*

Barbé (1985) sintetiza a importância de manter a atenção no objeto para uma ação não-violenta. É essa atitude que favorece a paciência e o predomínio da razão sobre o instinto mencionado na citação anterior. É essa atitude ainda que está na base tanto da preparação quanto a criatividade.

A preparação é uma capacidade de manter a objetividade e obter mais informações acerca da realidade, evitando que a leitura da realidade seja substituída por um instinto.

A ideia central é de que ao lutar contra uma injustiça deve-se falar sempre a verdade, pois a disputa será mediatizada pela opinião pública. Dar um passo em falso, pode fazer o movimento perder o seu principal trunfo, a superioridade moral.

Contudo, o instinto tem sua importância. É o que Pe. Lebrete (1962) trata como a decantação que ocorre no subconsciente. Essa criatividade não ocorre no vácuo de ideias. Ela é favorecida pela preparação, pelo estudo, pela submissão ao objeto. O instinto, ou intuição, ajudam o sujeito a organizar as ideias e imaginar soluções. Isso ficará evidente na próxima ação a ser analisada.

#### 4.4.2.5 A greve de 1958

Conforme Gonçalves (1989) os ativistas eram criativos em encontrar possibilidades e brechas para viabilizarem suas demandas. As instituições não são monolíticas e uma estratégia para lidar com as brechas existentes era expor as contradições entre a lei escrita e a lei praticada.

Essa estratégia é ilustrada pela greve realizada em 1958<sup>8</sup>, a primeira após o início do trabalho de base empreendido pelo advogado Mário Carvalho de Jesus.

Em 1958, quatro outras empresas da categoria, ligadas à mesma confederação que o Sindicato da “Perus”, estavam em conversas avançadas acerca do reajuste salarial. Os empresários do cimento se anteciparam ao fim das negociações e anunciaram na imprensa um reajuste de vinte e dois cruzeiros<sup>9</sup> no valor da saca do cimento, para cobrir o dissídio salarial.

A reunião de conciliação da “Perus” não tinha ocorrido ainda. As lideranças do sindicato da “Perus” desconfiaram que o aumento do preço do cimento era maior do que o necessário ao correspondente aumento de salários. Assessorados por um engenheiro amigo do advogado, descobriram que para compensar o aumento dos salários bastaria que o valor do saco de cimento subisse, apenas três cruzeiros (FNT, 1962). Por princípio, os ativistas católicos que estavam entre os Queixadas, se orientavam pela noção tomista de bem comum. Logo, um aumento que afetasse a sociedade iria na contramão da aspiração de tal princípio.

Conforme o rascunho do depoimento de Mário Carvalho de Jesus:

*Nós fomos até a reunião da DRT. Veio uma pessoa do Rio de Janeiro, da Justiça do Trabalho, para tentar nos dobrar. Ele indagou: o que é que o sindicato tem que saber do custo do cimento? Eu disse: toda a comunidade, principalmente o sindicato, está na CLT, tem o dever de colaborar com o poder público. Nós estamos colaborando. As comissões de preço nada fazem, o próprio CIP [Conselho Interministerial de Preços] é muito discreto em apertar os ganhos dos empregadores. Então estamos aqui demonstrando que não podemos de forma alguma*

<sup>8</sup> Outros detalhes podem ser lidos no capítulo 1.4, na página 41.

<sup>9</sup> Moeda brasileira vigente à época.

*aceitar um reajuste de 30% quando os patrões, a pretexto do reajuste, sobem o preço sete vezes mais* (Jesus, s.d., p. 6)) [ texto (d) ].

A exposição da contradição não comoveu os representantes da Justiça do Trabalho e tampouco da empresa. Então, o sindicato mudou a estratégia e apresentou uma proposta, que retornou o impasse para o empregador, aceitariam os 30% de reajuste salarial proposto, se a empresa limitasse o reajuste no preço do saco de cimento a até dois cruzeiros, caso contrário, exigiam um dissídio de 40% (Jesus, s.d.).

Como o caso não foi resolvido, iniciaram uma greve que durou 46 dias. Agregaram ainda como reivindicação a reversão da demissão de um operário que fora despedido da empresa por declarar que não votaria em Abdalla para deputado (Jesus, 1977a; Siqueira, 2009).

Decorrido mais de um mês do início da greve, o Tribunal Regional do Trabalho realizou a audiência que julgou o dissídio e o impasse prosseguiu. Dos sete juízes, cinco decidiram por 30% de reajuste, porém o revisor do processo reconheceu o direito aos 40%, além disso, alguns dos magistrados determinaram a volta ao trabalho, enquanto outros deixaram em aberto. A falta de unanimidade na decisão foi a brecha que possibilitou a continuidade da greve, enquanto o processo aguardasse mais alguns meses, até ser analisado pela instância superior, no Rio de Janeiro (Jesus, s.d.).

Outros sindicatos aconselharam o fim da paralisação, visto que havia um decreto anti greve que permitiria o patrão demitir todo mundo. Porém, os Queixadas apostaram que a empresa não sustentaria mais alguns meses de greve. A aposta dos funcionários deu certo. Após alguns dias, a empresa fez um acordo pagando 40% de reajuste, recontratando o funcionário demitido por não votar no proprietário da empresa, além de pagar os dias de paralisação (Jesus, 1977a; Siqueira, 2009).

A greve foi pacífica. Havia uma estratégia para evitar o confronto físico com a polícia, o que incluía manter a cabeça fria e informar aos policiais as razões da greve, tentando, até mesmo, conscientizá-los de que também eram trabalhadores. Sabiam que as chances de ganhar nos tribunais eram mais favoráveis se não houvesse confronto com as forças de segurança. A estratégia pacífica favoreceu a participação das mulheres, bem como a visita de pessoas que desejassem conhecer a mobilização. A Igreja se posicionou favorável à demanda dos trabalhadores, a imprensa cobriu a mobilização e ao longo dos 46 dias de greve os operários realizaram campanhas de informação ao público sobre o impasse, divulgando em Igrejas, na imprensa e a outros operários, explicando que estavam pautados pelo princípio cristão do “bem



comum” e aceitariam de bom grado um reajuste menor, se isso implicasse em uma política de preços mais justa que beneficiaria a sociedade (Jesus, s.d.).

*Nós fazíamos todo dia assembléias em Perus, Cajamar, pra levantar o ânimo do pessoal. A Igreja tomou posição clara a nosso favor, a Ação Católica – naquele tempo era Dom Zione....m JOC, JUC, estudantes iam a Perus, conhecer mais de perto. Era uma greve pacífica, aberta, com muita determinação. As assembléias eram feitas em praça pública. Os jornais davam muita publicidade ao nosso trabalho (Jesus, s.d., p. 8) [ texto (d) ].*

Esse episódio envolveu diferentes estratégias, que exemplificam a indissociabilidade entre a ação sindical e a preocupação em gerar consciência para problemas que iam além da questão sindical.

Serve ainda para reforçar a compreensão acerca da criatividade como um princípio da intencionalidade educativa existente nas práticas dos ativistas. Foram criativos ao gerar a situação que evidenciou um conflito. Expuseram-no de modo a sensibilizar a opinião pública, declarando que renunciariam a um salário maior se a empresa abrisse mão de ampliar sua margem de lucro. Com isso apontaram a usura do capitalista, como um problema que tinha solução, a valorização do bem comum.

Essa ação serve de exemplo da relação entre preparação e criatividade discutida na seção anterior. Pelos relatos é perceptível que se preparam antes de criarem a oportunidade. Não ficaram apenas na percepção de que havia algo de errado com o aumento no preço dos cimentos. Acionaram sua rede de contatos para conseguirem quantificar se estava ocorrendo de fato um abuso. Ao constatarem o abuso viram uma oportunidade de confrontar a usura dos empresários na audiência judicial. Contudo, embora tenham embasado seus questionamentos em princípios jurídicos válidos, o representante da lei não lhes deu ouvido. Só então pediram os 40% e se sucedeu a greve.

#### 4.4.2.6 A Ação Como Testemunho

A perspicácia em observar as contradições, colocando os trabalhadores como paladinos de uma causa justa que beneficiava a sociedade inteira, gerava um interesse da imprensa, bem como a bênção da hierarquia católica. Não se tratava apenas de um recurso performático para alcançar um salário maior. As lideranças eram compostas por leigos comprometidos em uma causa missionária de espalhar a perspectiva da doutrina social da igreja. Nessa tarefa encontravam

apoio e eram animados por setores católicos progressistas. Ainda assim, havia uma preocupação performática, com o testemunho que sua ação dava. Em diversas passagens do livro “Princípios para a Ação” de Padre Lebre, o “manual obrigatório do militante” (Jesus, 1977b, p. 92), aborda-se o tema do testemunho (Lebre, 1962, p. 10, p. 12, p. 54, p. 68, p. 73, p. 80, p. 95, p. 105).

Por exemplo, no capítulo “A Fé”, Pe. Lebre, declara que:

Desde que um homem abandona os caminhos batidos, luta com os poderosos, fala de revolução, todos os homens o tomam por louco, sobretudo se ele fôr cristão. Como se dar **testemunho** do Evangelho não fosse loucura, como se a sabedoria não consistisse em abrir os olhos para o objeto e em lutar contra todo o mal (Lebre, 1962, p. 68, grifo nosso).

Ao adentrarem na disputa por pautas sociais, políticas e sindicais, os ativistas se sujeitavam a críticas e acusações de diversas ordens. Ao tremularem a bandeira da doutrina social cristã, eles angariavam a simpatia de setores progressistas da Igreja, mas se tornavam alvo de setores conservadores.

Ninguém tem controle sobre o que as pessoas ao seu redor pensam de si, principalmente se está engajado em uma luta contra os poderosos.

Porém, ao demonstrarem retidão moral nas ações, dando sempre testemunho da verdade, garantiam a legitimidade moral que denunciavam faltar no adversário, levando o conflito político para a arena moral. E ao darem publicidade dessa coerência por meio de campanhas na imprensa, nas igrejas ou nas ruas, imprimiam ao testemunho um caráter educativo. Transportavam para a ação política uma perspectiva “evangelista”, na qual o testemunho é a proclamação de um comportamento exemplar. Diferente de exemplos inspiradores dos santos ou dos mártires, o testemunho é um exemplo de alguém de carne e osso a apontar possibilidades dentro da vida cotidiana. Nas palavras de Lebre:

Os cristãos recomeçam a compreender até que ponto a mensagem evangélica concerne ao homem todo e a todos os homens, e qual é o papel que deverão representar na preparação de uma nova civilização. O mundo espera o testemunho por parte deles de um amor eficaz universal (Lebre, 1962, p. 10).

Esse princípio foi absorvido pelos ativistas, como pode ser visto na entrevista de Mário Carvalho de Jesus a Adilson Gonçalves:

*Um trabalho eficaz tem de crescer gradativamente, para criar raízes. É demorado. Feito com testemunho não só de palavras, mas de convivência junto com o operário. Se você der esse testemunho, ele vê que você é um intelectual mas que está com ele (Gonçalves, 1989, p. 305) [ texto (i) ].*

O testemunho é um termo bem presente na gramática religiosa. O significado mais frequente remete ao gênero do discurso religioso, no qual o fiel narra, em primeira pessoa, como ele se tornou quem é, referenciando graças à sua relação com Deus, dentro de uma lógica de causa e efeito, entre suas ações e as bênçãos que recebeu, ou as transformações positivas que se operaram em sua vida. E, como visto na citação acima, além de dar o testemunho por meio do discurso, pode-se ainda dar o testemunho na convivência com o outro, agindo coerentemente com o discurso que enuncia. Por exemplo, quando o sujeito testemunha que era um alcoólatra e foi curado após a conversão à religião, seu testemunho é reforçado pela abstinência que seus pares observam na convivência com ele.

Tal gênero discursivo é muito antigo dentro da religião cristã. [Santo] Agostinho de Hipona, um dos patriarcas da Igreja Católica, escreveu no século V o livro “Confissões”, no qual dá o testemunho de seu processo de conversão ao cristianismo (Delory-Momberger, 2008).

Segundo Christine Delory-Momberger (2008), o testemunho religioso está na base da escrita biográfica moderna. Deu origem a pelo menos dois outros gêneros: a autobiografia, na qual o sujeito escreve em primeira pessoa, um gênero que foi se desdobrando em outros, tais quais a literatura de confissão, as narrativas de conversão e as narrativas de ofício; Um segundo gênero é o romance de formação (*bildungsroman*), um gênero ficcional que pode ser escrito em primeira ou terceira pessoa, utilizando uma estrutura secularizada, na qual a causalidade providencial é substituída pela dimensão psicológica, apresentando ao leitor as reflexões que um sujeito faz sobre a “educação de si”. O maior exemplo deste gênero é o romance de Goethe, “Os anos de aprendizagem de Wilhelm Meister”.

A mesma autora expõe que havia uma intenção didática nas origens religiosas do gênero que se preservou até o modelo de narrativa biográfica atual. Em tais gêneros, há uma perspectiva teleológica evidenciada pela utilização de um fio condutor cumulativo, de alguém que na maturidade reflete sobre como aprendeu. O encontro dessa perspectiva com o processo de individualização ocorrido a partir do renascimento propiciou a construção do modelo narrativo do romance de formação, fundamentado em um tipo de indivíduo que atua como um ser responsável e autônomo, que se faz por si mesmo e que possui uma consciência de si, um tipo de individualidade possível apenas na sociedade burguesa. Nas sociedades rurais havia um “nós” ao invés de “eu” e um tempo cíclico, portanto, em tal contexto a narrativa biográfica ocorreria por meio da identificação do indivíduo com o coletivo. Uma narrativa dos próprios aprendizados seria pautada por uma reprodução e adequação aos valores da comunidade. Isso decorre dos modelos

de escrita biográfica refletirem as concepções de cada contexto histórico (Delory-Momberger, 2008).

Uma parte dos documentos arrolados como fonte dessa pesquisa podem ser classificados como testemunhos, embora, nem sempre sejam declarados dessa maneira.

Por exemplo, no livro “A Firmeza Permanente”, o texto (b) escrito por João Breno Pinto, é denominado como “depoimento”. Ainda no texto (b), no último parágrafo é dito que o texto (a), escrito por Mário Carvalho de Jesus, é um “relato”. E na primeira nota de rodapé do texto (a) ele é tratado como “depoimento”, mas logo em seguida o advogado emenda dizendo que no futuro espera poder editar uma versão ampliada do texto, bem como outros cadernos “recordando o nosso testemunho em outras greves e experiências para mudança da estrutura da empresa” (Jesus, 1977a, p. 40). No mesmo livro há um outro capítulo, texto (c), que traz dez “testemunhos” que são referenciados como “exemplos vividos do método, cujas raízes estão no Evangelho, revividos por Gandhi e Luter King” (Jesus, 1977b, p. 93).

As palavras testemunho, relato, declaração e depoimento são utilizadas sem muita precisão semântica, o que indica que as narrativas não eram formuladas tendo em vista alguma teoria acadêmica ou reflexão sobre o gênero discursivo. Contudo, aparece um padrão subjacente quando a palavra testemunho é utilizada. No texto (c) ele aparece como exemplo de vida, caso concreto que ajuda a demonstrar um ponto que se quer destacar. E na nota do texto (a) o testemunho se refere também às experiências da luta sindical. Em ambos os casos o testemunho é uma ação exemplar, uma experiência que ilustra como funciona a Firmeza Permanente. Portanto, “dar o testemunho” se refere à apresentação de um exemplo que foi vivido ao longo da luta e que demonstra a validade de um princípio ou ponto que se quer provar. Na perspectiva dos ativistas, depoimento, relato e declaração são narrativas que podem servir como o suporte no qual os testemunhos são articulados.

Os textos (a), (b), (c), (d), (f) e (k) utilizam uma estrutura discursiva, na qual o foco narrativo desliza entre a primeira pessoa do singular (eu) e a primeira pessoa do plural (nós), apresentando os “testemunhos”, seja para ilustrar um ponto declarado anteriormente, ou para servir de preâmbulo a alguma lição importante, aprendida no decorrer da experiência. A maior parte dos relatos seguem uma sequência cronológica, de modo que as lições vão se acumulando.

Os relatos que diferem desse tipo de foco narrativo são os cadernos da série “Vinte Anos de Luta” da FNT (textos (e), (l) e (m)). Nestes materiais a narrativa ocorre na terceira pessoa e se entremeia com depoimentos em primeira pessoa de indivíduos que participaram das ações. Apesar de utilizarem uma linguagem mais objetiva, a estrutura dos textos se assemelha

aos demais relatos. Esses cadernos são os que foram anunciados como testemunhos, conforme trazido mais acima na citação da primeira nota de rodapé do texto (a) .

Na análise do conjunto dos textos nota-se que ao narrarem a história do grupo vão alinhavando os episódios ao processo mais amplo de consolidação do grupo, contextualizando como nasceram as conquistas e, a partir delas, seus aprendizados. As situações específicas vividas nos casos particulares refletem as questões estruturais mais amplas, apresentando ao leitor uma chave de interpretação do macrocosmo por meio de seus reflexos no microcosmo da luta dos Queixadas.

Um ponto destacado por Delory-Momberger (2008) é que na modernidade há a prevalência de um modelo sócio-histórico de construção autobiográfica, baseado no romance de formação. Neste modelo o sujeito dá significado às suas experiências, inscrevendo as histórias no interior de um discurso que as organiza como um todo inteligível. Há uma perspectiva teleológica, que ordena os fragmentos vividos como passos necessários que se orientam em direção a algum propósito do presente ou, quiçá, algum projeto futuro. De certa forma é uma ficção verdadeira, na qual o sujeito acredita, enquanto a enuncia, mas que pode sofrer mudanças ao longo do tempo, visto que o encadeamento pode ser ressignificado pela adição de um novo fato.

Essa forma de narrativa pode ser observada nos textos dos Queixadas. Os testemunhos são os exemplos, fragmentos que vão sendo organizados de acordo com o propósito que a narrativa busca cumprir. Isso é notável na evolução da forma como a história foi contada ao longo do tempo. O texto (k) , de 1962, foi escrito em um momento no qual a FNT era recém fundada e tinha uma relação muito próxima com a Igreja. Está em um livro no qual é discutida uma encíclica papal, e utiliza um linguajar no qual transparece a filiação religiosa do grupo. Ao apresentar as raízes da FNT, dá ênfase às conquistas e à formação de uma consciência de fraternidade, de levar aquelas conquistas para os trabalhadores de outras categorias. O projeto de “esclarecer as consciências” se faz notar na própria estrutura do texto, pois ele narra o processo de conscientização, algo que inclusive irá se manter nos outros textos.

O texto (f) , de 1968, foi publicado em uma revista jurídica, e, conforme o título, descreve “doze anos em busca de justiça”. Dá-se uma maior ênfase à batalha jurídica que ainda estava sendo travada por conta da greve iniciada em 1962. Também são realizados comentários, provavelmente direcionados a estudantes de direito, e que ajudam a entender melhor a função do testemunho. Quando o advogado explica sua trajetória, acrescenta a seguinte nota de rodapé:

*Relembremos, de passagem, nosso testemunho pessoal – inócuo se não contasse com a adesão da grande maioria dos irmãos trabalhadores –*

*porque sabemos que muitos universitários, inquietos com a problemática social, hesitam entre a violência e a completa omissão. Respeitamos toda opção, mas estamos convictos de que a transformação social só se fará com a participação consciente de boa parte do povo e não por intelectuais que julgam estar a serviço da coletividade mas, não se sentem bem ao lado dos pobres (Jesus, 1968, p. 909) [ texto (f) ].*

Mais à frente, no mesmo capítulo, ao explicar sua motivação para agir, volta a mencionar o testemunho, desta vez ao apresentar a ação transformadora consciente como alternativa às vias da violência e da subserviência:

*A ação transformadora começa em nós e, pelo testemunho, passa ao próximo; atingirá, dependendo de nossa fidelidade, a consciência dos opressores. Caminhamos lentamente, passo que os subservientes retrocedem sempre, levando jovens e mesmo muitos adultos a pensar que só a violência modificará a situação (Jesus, 1968, p. 910) [ texto (f) ].*

Percebe-se nesses comentários como os fragmentos da biografia são ressignificados de acordo com novas situações e contextos vividos pelo sujeito que escreve. Numa fase da ditadura militar, na qual a omissão e a revolta armada se afiguravam como as únicas respostas possíveis ao estado de exceção, o autor faz questão de pinçar um fato de sua juventude e lhe atribuir um significado que responda às inquietações do momento no qual escreveu o texto.

O texto (a) de 1977, está em um livro de divulgação da Firmeza Permanente, o que também altera um pouco como a história foi narrada. Nesse caso, o destaque é o processo de conscientização acerca dos valores não-violentos. A escolha das palavras diverge muito do texto de 1962, ao invés de falarem em fraternidade e de adotarem um texto rebuscado, com expressões do universo religioso e jurídico, o texto fala em “união” e apresenta expressões mais próximas aos movimentos sindicais:

*1. O trabalhador, tido como fraco, indeciso, indiferente, pode transformar-se num forte, se puder contar com testemunhos dos que fazem com ele e não para ele. 2. A união dos trabalhadores não é fácil, porque grupos ideológicos querem assumir a paternidade dos movimentos. (...) 5. Os capitalistas bem intencionados nada farão de autêntico nas suas empresas sem a presença consciente dos trabalhadores. Será sempre um paternalismo (...) que deforma a criatividade e a dignidade dos homens (Jesus, 1977a, p. 88) [ texto (a) ].*

No processo de ressignificações, quando os fracassos são mencionados, servem de pauta para reflexão e são utilizados para criar uma consciência crítica acerca das relações entre o patrão e os trabalhadores. Se no livro de 1962 possuem uma nota louvando a “recente criação da

Associação dos Dirigentes Cristãos de Empresas” (FNT, 1962, p. 24), no texto de 1977, destacam que mesmo quando o capitalista for bem-intencionado, é necessária a presença consciente dos trabalhadores.

Embora os modelos de escrita biográfica apresentados por Delory-Momberger (2008) ajudem a capturar melhor as nuances das narrativas escritas pelas lideranças Queixadas, há pontos de divergência, em relação aos esquemas históricos apresentados.

O ponto de maior relevância é que são escritos na primeira pessoa do plural (nós), tal qual as narrativas das sociedades rurais, porém não utilizam um tempo cíclico, no qual o sujeito se identifica e se adequa aos valores já existentes na sociedade.

Embora exista uma identificação com os valores da doutrina social católica, isso ocorre no campo do “vir-a-ser”, pois narram uma busca por inaugurar na realidade concreta, tanto da Igreja quanto da sociedade, uma nova ordem política e social, ou seja, não estão tentando se adequar, mas ao invés disso, estão movidos pelo grande desejo moderno de transformar o mundo. Como apontado mais acima, o estilo narrativo se aproxima da narrativa formativa, na qual é utilizada um tempo linear, porém, assume o caráter de uma “biografia” coletiva.

Não está sendo dito com isso que as lideranças Queixadas inauguraram um subgênero autobiográfico, é provável que tal gênero já circulasse nos meios católicos progressistas, mas, de todo modo, traçar as raízes de tal gênero não está no escopo dessa pesquisa.

O intuito de tal discussão é observar que havia, no seio daquele grupo, um conjunto de representações acerca da relação entre o indivíduo e sua comunidade, que fugiam tanto das representações individualistas modernas, nas quais o indivíduo narra como se fez por si mesmo, quanto das representações tradicionais comunitárias, nas quais a biografia de um indivíduo reproduzia um destino coletivo, narrando como ele se adequou aos valores de sua comunidade.

Transparece nos testemunhos Queixadas a noção de coletividade, porém atualizada para os tempos modernos. Uma representação que estava em consonância com a busca por atualização do próprio catolicismo. Tais representações estão no cerne da nova ordem social almejada pelos ativistas e promovem tanto a identificação com os valores cristãos, quanto a perspectiva de um ser responsável, que deseja evoluir e nesse processo se educa passo-a-passo, entre avanços e tropeços. Nesta representação, a comunidade é o sujeito que está se formando<sup>10</sup>.

<sup>10</sup> Em tempos de religiões que adotam uma teologia da prosperidade, com representações sintonizadas ao individualismo moderno, é notável o contraste com as representações existentes entre os Queixadas e alguns anos depois também na Teologia da Libertação.

Mesmo no texto de 1962, em uma época na qual as lideranças católicas que atuavam com os Queixadas aspiravam a uma conciliação de classes, ainda assim partiam da perspectiva de que havia classes sociais, ou seja, estruturas coletivas, que poderiam ser norteadas pelos valores do cristianismo. Quando os ativistas adaptaram os princípios de Pe. Lebreton para a vida sindical, desenvolveram formas tanto de aprender, quanto de transmitir, demonstrando o que tinham aprendido a outros. Um dos princípios mais ressaltados ao longo do “Princípios para a Ação” é o de que a ação deve ser guiada pelo objeto, isto é, uma ação empírica, baseada na realidade observável e não em idealizações preconcebidas.

Se pautar por tal princípio fez os ativistas mais sensíveis para os conflitos e as contradições existentes, atitude que favoreceu novos saberes acerca da realidade que cercava os trabalhadores. E a coerência exigida daqueles que deveriam dar o testemunho de uma nova civilização, despertava uma preocupação, sobre quais exemplos queriam dar às pessoas que os acompanhavam nas ações.

Esse movimento pode ser observado no episódio da greve de 1959. Na época, os operários tinham direito à estabilidade após dez anos de trabalho. Para evitar que a estabilidade fosse alcançada, a empresa demitiu 80 funcionários, estes se aproximavam em completar uma década de serviços prestados, e não pagou as verbas rescisórias às quais tinham direito. O prazo de 48 horas dado pelo Sindicato foi ignorado, ensejando uma nova greve, que exigia a reintegração dos trabalhadores. O patrão convocou trabalhadores de outras empresas e tentou colocar a fábrica para funcionar, porém não obteve sucesso e isso o fez retroceder. Além da reintegração, os trabalhadores conquistaram uma cláusula de que tanto a contratação, quanto a demissão de algum funcionário, deveria se dar por meio do Sindicato, algo que na época não constava na legislação (Jesus, 1977a).

*Sentimos que a ocasião era boa para formalizar alguns princípios que fortaleceriam o Sindicato. Redigi um documento, em que, no futuro, a PERUS, para admitir ou demitir qualquer empregado, tinha de ser por meio do Sindicato. Assim quando o representante da PERUS veio ao Sindicato entregar o cheque, para pagar a indenização, nós lhe entregamos a minuta de uma convenção coletiva. Aguardamos algumas horas: o empregador cedeu (Jesus, 1977a, p. 51) [ texto (a) ].*

O Sindicato ia assumindo um nível de sofisticação que o tornava um caso emblemático no meio sindical brasileiro, os operários se sentiam, como se diz na atualidade, empoderados<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> O processo pelo qual atingiram esse “empoderamento” foi analisado em minúcia na tese de doutorado “Melhores que o patrão” do historiador Élcio Siqueira (2009).



Por meio de suas ações, davam testemunho de união coletiva, ou de fraternidade, conforme declaravam em 1962. Após essa série de conquistas, alcançaram a sindicalização de “99% dos assalariados” (Jesus, 1977a, p. 56).

Havia um potencial agregador no testemunho de luta que apresentavam. Se, inicialmente, os sindicalistas não tinham um projeto claro, conforme dito no texto (k), de 1962, e estavam mais preocupados em ouvir as demandas dos trabalhadores, ao compreenderem e agirem sobre essas demandas tiveram sucesso, servindo de exemplo para outros interessados. A ação era o testemunho que aos poucos iria conscientizar os trabalhadores.

*O trabalhador, tido como fraco, indeciso, indiferente, pode transformar-se num forte, se puder contar com testemunhos dos que fazem com ele e não para ele* (Jesus, 1977a, p. 88) [ texto (a) ].

Ainda em 1959, ao escutarem a demanda de um trabalhador, pleitearam junto à empresa o pagamento de um salário-família. Neste episódio há outra ação educativa, desta vez para esclarecer os adversários. Dom Jorge Marcos de Oliveira, bispo de Santo André, foi convidado para apresentar a visão doutrinária da Igreja acerca do tema em uma conferência para os representantes da empresa. O empresário era católico e a estratégia deu certo. Em 1961, Franco Montoro apresentaria o projeto de lei para a instituição do salário-família, que virou lei em 1963. Assim, o movimento operário foi um “laboratório” para “gestar” novas experiências baseadas na doutrina social da igreja e que mais tarde serviriam como exemplo para outras iniciativas, promovidas pelo braço político do catolicismo progressista.

Assim, a ação enquanto testemunho transcende seus objetivos imediatos e tem um caráter de divulgação. Nesse ponto ocorre algo parecido com o que Nilma Lino Gomes observa em relação ao Movimento Negro. O movimento social atua como um educador da sociedade (Gomes, 2017). Desta forma, os testemunhos assumem mais de um desdobramento educativo<sup>12</sup>, funcionando tanto para atrair trabalhadores da categoria dos interessados para que se vinculassem ao movimento, quanto para ampliar os horizontes da sociedade.

Tal qual apontado anteriormente por Delory-Momberger (2008) acerca das narrativas biográficas em contextos rurais, o testemunho é marcado pela identificação do indivíduo com os valores coletivos. No caso específico dos Queixadas, vários testemunhos dados pelas lideranças são escritos no plural, apresentando a constituição de um ente coletivo, no qual os indivíduos vão se identificando com a causa e tomando parte do movimento. Na autocrítica realizada por João

<sup>12</sup> A dimensão didática do testemunho está sendo ressaltada devido ao recorte utilizado para a efetivação do estudo, não implicando que haja algum objetivo de reduzir o fenômeno a essa única dimensão.

Breno Pinto, apresentada anteriormente, ele debate as limitações desse processo de aglutinação. As pessoas buscavam o movimento, pois almejavam que ao participarem alcançariam as mesmas conquistas que os Queixadas haviam obtido. Embora as lideranças sentissem que as pessoas estavam conscientizadas, ele considera que nem dez por cento dos ativistas estavam realmente engajados na causa. A grande maioria confiava e seguia as decisões de dois ou três líderes.

Tal autocrítica pode ser analisada conforme as observações que Freud (2013[1921]) realiza no trabalho “A psicologia das massas e a análise do eu” quando discute a identificação dos integrantes de uma massa às lideranças. Segundo Freud, uma massa primária consistiria em um certo número de indivíduos que colocam um objeto no lugar de seus ideais do eu e por conta disso se identificam uns com os outros. Freud considera que a liderança pode assumir o papel desse objeto. No caso em análise, quando as lideranças assumiam o papel de porta-vozes e testemunhavam sobre a viabilidade de suas propostas, por meio de ações bem-sucedidas, é possível que os interessados passassem a se identificar mais com as lideranças, conforme adverte João Breno Pinto. Outros ainda idealizavam o próprio movimento como uma chance factível para a obtenção de vantagens pessoais.

Pensar o testemunho e a narrativa autobiográfica como ferramentas educativas, que contribuem para a formação de um coletivo, desde a perspectiva da psicologia das massas, traz à tona uma limitação importante: a impossibilidade de determinar como o discurso será recepcionado e assimilado pelos interessados.

Esse não é um problema exclusivo do testemunho, o próprio Freud (2018[1937]) o coloca como um dos motivos pelos quais educar seria uma das três profissões impossíveis.

Porém, a narrativa estabelece uma relação de causa e efeito entre a participação no coletivo e a obtenção de direitos. Isso dá ainda mais relevância à advertência de João Breno, sobre a necessidade de criar mecanismos que possibilitem ao indivíduo chegar a outros estágios de conscientização. No caso da FNT esses mecanismos começaram a ser mais bem estruturados a partir de 1966, quando foi criado o Departamento de Formação e Expansão. A partir dali começaram a dar mais atenção às atividades de reflexão, nas quais os ativistas analisavam suas próprias práticas (Manfredi, 1986).

Alguém poderia contra-argumentar que se a maioria dos trabalhadores se somam ao grupo esperando obter algum tipo de ganho individual, não irão se identificar com as virtudes coletivas expressas nas narrativas, portanto pouco importa se a narrativa estampe ou não os valores coletivos.

Contudo, tal posição desconsideraria que há uma complexidade de fenômenos contribuindo para a adesão das pessoas a uma causa. Como já dito anteriormente, a construção da narrativa possui um caráter teleológico que se orienta pelo projeto que o sujeito tem de si próprio. Nesse sentido, o lastro moral presente na narrativa da trajetória enquanto uma “narrativa de si” do grupo (talvez seja melhor chamá-la de “narrativa de nós”) contribui para a formação ética do grupo, ensejando uma reflexão que lhes permite aproximar o que se é de fato daquilo que desejam ser. Muito embora não se possa ter controle sobre como cada indivíduo irá incorporar esses valores, ainda assim, eles contribuem para a geração de uma identidade do grupo pautada pelos valores morais de união e da cooperação.

Outro princípio presente nas narrativas do grupo é o respeito pela pessoa humana, inclusive pelo adversário. Esse era um valor fundamental oriundo das referências católicas. Esse compromisso ético é a base da postura não-violenta que com o passar dos anos se tornou uma marca da identidade de ambos os movimentos. E, mesmo que individualmente os operários não tenham incorporado tal valor em suas vidas pessoais, enquanto coletivo, os Queixadas sustentaram longas greves com poucas situações de confrontos violentos. Além de princípio, o respeito pelo adversário era uma estratégia. As lideranças orientavam os operários para não cederem as tentações, pois isso reduziria suas chances de sucesso. E os testemunhos ressaltavam com orgulho que a calma foi mantida apesar das provocações:

*O violento tenta provocar o não-violento para que ele abandone sua arma principal: o uso da não-violência ativa.*

*Até a repressão foi entendendo que nós não estávamos entrando no jogo que eles esperavam. Por exemplo: um dia, no furo da greve, um operário que estava no nosso grupo atirou uma pedra no pára-brisa do carro do delegado do DEOPS que acompanhava o caminhão de fura-greves. Claro que houve pancadaria, **embora sem reação do grupo grevista** e muito menos do companheiro que atirou a pedra. No outro dia, este companheiro estava trabalhando na fábrica, em perfeito entrosamento com o delegado e com o chefe da seção. Isso provou que era um esquema que a repressão havia montado, usando aquele operário para provocar um ato de violência, desencadeando um processo violento pelo qual eles teriam certeza de ganhar. (...) A gente já vinha fazendo um trabalho junto à base para não entrar no campo que os homens queriam, que era o da pancadaria e do quebra-quebra. Estávamos compenetrados que não agüentaríamos o tranco (Pinto, 1977, pp. 35-36, grifo nosso) [ texto (b) ].*

Um desdobramento dessa postura respeitosa é que não tratam a relação com o patrão como um antagonismo entre o “nós” e o outro. Ao invés disso adotam uma lógica agônica, isto é,

adversarial, com a atenção dada ao objeto da disputa. Pe Barbé sintetiza essa questão da seguinte maneira:

*COMO SAIR DA VIOLÊNCIA*

*A - VOLTAR AO OBJETO*

*A primeira atitude (...) seria constantemente voltar-se para o objeto do conflito. Sair de uma rivalidade de pessoas para se limitar ao conflito que envolve unicamente o objeto. Não quem, mas o que está em jogo. (...)*

*Uma maneira de voltar ao objeto é a **pesquisa cuidadosa**: expor com muita precisão os fatos que motivaram a luta, a fim de falar com base em fatos e não em ideias (Barbé, 1985, p. 72, grifo do autor) [ texto (o) ].*

Essa postura que descreve o autor está na base da maioria das narrativas dos Queixadas. Nos textos o leitor é informado com riqueza de detalhes o porquê do conflito. São apresentados dados e outros elementos que reforçam que a disputa é em torno do direito dos trabalhadores. Tratam o patrão como um adversário a ser vencido nos tribunais. O respeito pela vida do adversário sempre é evocado como um valor fundamental.

Como já citado no capítulo 1, nos primeiros anos acreditavam na possibilidade de colaboração com os patrões e vislumbravam a criação de mecanismos de mediação que possibilitariam ao patrão reconhecer as injustiças que realizava e se converter em colaborador, levando à resolução dos conflitos.

As narrativas apresentam com detalhes o processo de conscientização das lideranças. Aos poucos se deram conta que alguns patrões, mesmo sendo informados das injustiças, seguiam com as violações e tentavam destruir o movimento operário. A tomada de consciência possibilitou uma transição para a lógica adversarial, na qual reconheciam a existência da luta de classes, porém, ao se pautarem pelos princípios não-violentos, o conflito era inscrito em uma esfera agônica e não de antagonismo. Isto é, não viam o patrão como um inimigo que precisava ser eliminado, mas como um adversário poderoso com interesses divergentes, contra o qual estavam competindo na esfera jurídica e política. Posteriormente, a instauração e o recrudescimento de um estado de exceção no Brasil fizeram o movimento perceber os limites da justiça liberal para a resolução dos conflitos.

Apesar disso, o testemunho da gloriosa greve de sete anos alimentavam a esperança de que os conflitos pudessem ser resolvidos dentro de uma lógica adversarial, ainda que com regras muito mais favoráveis ao adversário. Logo, para fazer frente a isso era necessário uma maior organização e estruturação do movimento para conseguir explorar as brechas e ter alguma

chance. Essa tenacidade e capacidade de organização são ressaltadas nos depoimentos como um aprendizado coletivo, ocorrido no decorrer da luta. Conferem às narrativas e aos testemunhos um caráter formativo semelhante ao do romance de formação. Contudo, não tratam de um indivíduo apenas. Voltando à ideia da psicologia das massas, a liderança ocupa um papel de aglutinador. Sua narrativa é poderosa. Ele não apenas reconstitui a memória do grupo, ele analisa a luta como uma fonte de aprendizados coletivos. Nesse processo ele utiliza os testemunhos para enfatizar princípios que enxerga como constituintes da identidade coletiva.

Tal qual no romance de formação, há um conflito que faz o personagem crescer. A demissão ocorrida no decorrer da greve de 1962 é um episódio traumático em torno do qual há grande detalhamento nos textos tratados por essa pesquisa. Tomando o texto sobre os “Vinte e dois anos de luta sindical na Perus”, texto (a), são narrados o martírio dos Queixadas, sua persistência e os subterfúgios utilizados pelo empresário.

A injustiça cometida pelo “mau patrão” é utilizada para estruturar e criar uma polarização na narrativa com potencial de gerar indignação no leitor, sendo resolvida por meio da Firmeza Permanente, que ganha uma coloração heroica ao unir os pequenos para fazer frente a injustiça do grande. Fragmentos que, em um contexto de derrota seriam meras denúncias, na grande narrativa contida no texto (a) são ressignificados pelo testemunho de um feito glorioso: parte dos Queixadas conseguiu voltar ao trabalho e após mais alguns anos de mobilização, o patrão teve os bens confiscados e os salários dos quase sete anos de greve foram pagos.

A mesma cadeia de eventos poderia adquirir outros significados caso fossem narradas desde a perspectiva da parte dos trabalhadores não-estáveis que tiveram o processo julgado como improcedente. Eles só não ficaram sem nada pois receberam um auxílio solidário dos colegas. Por exemplo, em um trecho do documentário de Rogério Corrêa (Corrêa, 1978), um desses trabalhadores realiza uma pesada crítica ao fato de terem se mantido unidos ao longo da greve e ao final não tiveram os mesmos direitos.

Na narrativa heroica da vitória dos Queixadas, o respeito pela verdade e pela pessoa humana do adversário são os trunfos morais que diferenciam o Queixada do patrão. Os valores oriundos da esfera cristã, fazem a luta contra a injustiça assumir um caráter de missão religiosa.

Delory-Momberger (2008) aponta uma diferença entre as narrativas biográficas em suas origens religiosas e, depois, em seu formato secularizado. No primeiro caso o dispositivo enunciativo que une o autor e o leitor está posto na relação do crente com Deus. No segundo caso, há uma relação especular com a instância personalizada de um leitor que lhe devolve e lhe garante a identidade de sujeito, isto é, neste segundo caso a união entre autor e leitor se dá

em uma esfera psicológica, enquanto narra, o autor dialoga com um leitor que lhe espelha sua própria identidade.

A “narrativa de nós” identificada nos textos escritos pelas lideranças Queixadas se aproximam muito mais da estrutura secularizada. Diferem por exemplo, do testemunho do Pe. Alfredinho [Fredy Kunz] que está no livro “A Firmeza Permanente” (Fragoso *et al.*, 1977), no qual a todo instante evoca passagens bíblicas para fundamentar as lições morais que traz sobre a resistência não-violenta na paupérrima região de Tauá, no município de Crateús, no Ceará.

O *bildungsroman* descreve uma jornada de autoaperfeiçoamento, levando a uma forma sociopolítica da consciência de si, que ressalta a individualidade e a responsabilidade do sujeito que, frente ao enfraquecimento das restrições coletivas, se aperfeiçoa ao incorporar e interiorizar os procedimentos de controle e de regras de conduta (Delory-Momberger, 2008).

A questão apontada por João Breno, das pessoas se engajarem no movimento por estarem entusiasmadas e confiarem nas lideranças, não parece ser um problema do testemunho, mas sim de uma representação sociopolítica tradicional que dá grande destaque para as hierarquias sociais, na qual cada pessoa teria o seu lugar, e que almeja por “salvadores”. Essa inclusive, é uma representação constantemente atualizada pelo cinema e pela literatura, nas quais recorrentemente são apresentadas figuras de heróis que diante de uma grande crise vivem uma jornada de aprendizado até evoluírem e conseguirem salvar seu mundo.

O interessante nos testemunhos das lideranças dos Queixadas é que não se dá destaque a um ou outro personagem, por mais que os estudiosos do grupo falem do grande protagonismo de João Breno e Mário, o tempo todo estes dois personagens destacam em seus testemunhos a dimensão da luta coletiva. Pode-se inscrever esse problema de seguir o líder dentro da mesma crítica anterior. Não é possível saber como as pessoas irão receber e assimilar o discurso, afinal, os trabalhadores não são tábulas rasas. Da mesma maneira, o princípio lebreiano do etapismo, de respeitar a etapa em que cada colaborador se encontra, se aplica aqui e, conforme citado anteriormente, com o tempo as lideranças se deram conta que era necessário configurar uma instância formativa que desenvolvesse ferramentas que permitissem aos ativistas refletirem sobre o próprio ativismo.

Sobre isso Delory-Momberger (2008) apresenta dois conceitos muito pertinentes, o de bioteca e o de horizonte biográfico. A bioteca é o conjunto das experiências e dos saberes biográficos do receptor do discurso. Ele é integrado por saberes oriundos de diversas redes de pertencimento. O horizonte biográfico são os interesses e as expectativas que correspondem às representações biográficas de uma pessoa. Há aqui um paralelo com a leitura, na qual é dito que

um texto se inscreve no horizonte de expectativas, que por sua vez é condicionada pelo conjunto de textos lidos anteriormente (biblioteca) do leitor. Quanto maior a diversidade de experiências, maior será o nível de complexidade na compreensão.

Pois bem, se por um lado a compreensão do movimento, pela leitura ou pela escuta da narrativa do grupo é influenciada pelo horizonte biográfico dos trabalhadores, essa mesma leitura, validada pelo testemunho enquanto exemplo de vida, tem o potencial de ampliar a biblioteca dos trabalhadores e consequentemente expandir seu horizonte biográfico.

Um exemplo disso pode ser visto no próprio livro “A Firmeza Permanente” (1977). Nele há um capítulo assinado pelo Secretariado e por Lanza del Vasto, no qual são apresentados exemplos de não-violência pelo mundo. Ao discorrer sobre a resistência não-violenta e, por vezes bem-humorada, de seis dias realizada pelo povo tcheco-eslovaco após a invasão soviética que visava acabar com a Primavera de Praga, são contadas algumas das peripécias criativas que o povo utilizou para deixar os invasores aturdidos e desmoralizados. Tal criatividade foi inspirada em um romance picaresco do começo do século XX, “Aventuras do Bravo Soldado Schweik” de Jaroslav Hašek (1967). O livro apresentou um homem ingênuo que venceu uma guerra ao espelhar a estupidez presente nas instituições. Inspirados nisso, por seis dias a população resistiu com relativo sucesso às tropas invasoras sem levantar uma única arma.

A noção de horizonte biográfico, quando trazida para o contexto dos movimentos sociais, dialoga com o conceito de repertório, já apresentado no capítulo de metodologia. Se no nível individual o testemunho amplia o horizonte biográfico, no nível coletivo contribui para a ampliação do repertório de outros movimentos sociais. Conforme discutido por Gonçalves (1989), as experiências sindicais com as comissões de fábrica da FNT em Osasco, foram seminais para o movimento operário que ressurgiria na década seguinte no ABC Paulista.

A “narrativa de nós”, ao se articular com o projeto de sociedade do grupo, transformou a luta dos Queixadas em um estudo de caso acerca de conflitos que indicam contradições mais amplas da sociedade industrial e, por meio do testemunho, apresentam um exemplo de alternativa emancipatória, um inédito viável baseado na união e na solidariedade.

Os documentos que analisamos não permitem verificar se os Queixadas utilizavam a estratégia de testemunhos nas reuniões de avaliação posteriores às audiências na justiça do trabalho, não há detalhes de qual era o formato desses encontros. Sabemos que eram vistos como uma oportunidade de difundir, a outros trabalhadores, o que ocorria na justiça e que isso servia tanto para prepará-los, quanto para fazê-los perder o medo. Não fica claro se as falas em tais

encontros possuíam um tom testemunhal ou de entrevista, se era apenas o advogado que falava, ou o trabalhador também contava o seu lado da história.

Pode-se deduzir que os trabalhadores realizavam algum tipo de depoimento, pois em outros eventos mais bem documentados, ocorridos durante a ditadura, quando pessoas eram presas, suas libertações eram sucedidas de encontros para compartilhar o que lhes havia acontecido durante o encarceramento e para avaliar qual era a melhor forma de agir. Um dos exemplos pode ser visto no dossiê montado acerca da ação não-violenta que se seguiu à prisão de Manoel Conceição Santos. Nele estão presentes duas declarações dele próprio, explicando como se deu a prisão e as torturas que sofreu (Fragoso *et al.*, 1977).

Logo que cheguei ao DEOPS, comecei a apanhar. Não sofri barbaridades como da outra vez que fui preso. Não passei pelo pau-de-arara, nem pela cadeira do dragão. Mas recebi muitas porradas na cabeça, tapões de orelhas, murros no estômago, choques elétricos. Deve-se notar, também, que emissários do DOI vieram várias vezes me desafiar na cela. “Eis aqui o famoso Manoel da Conceição... Vamos acabar com ele...” Praticamente, me bateram durante 10 dias (Fragoso *et al.*, 1977, p. 235).

Neste caso optaram pela palavra declaração. Aqui o testemunho assumiu um caráter mais voltado para a memória e para a denúncia. Em uma linha parecida à “literatura de testemunho”, um gênero literário que aborda o testemunho de pessoas que sobreviveram aos campos de concentração nazistas, ditaduras e outros traumas sociais (Salgueiro, 2012-12).

Contudo, ao ser juntado a outros documentos em um dossiê que demonstra como conseguiram libertar o preso político, mesmo esse testemunho é ressignificado, sendo utilizado para difundir uma estratégia para lidar com o arbítrio. No caso das reuniões de avaliação das audiências na justiça do trabalho fica pendente para uma próxima pesquisa investigar qual era o formato utilizado e se de alguma maneira a estratégia do testemunho contribuía para a formação dos operários.

Cabe mencionar que a dimensão memorialística do testemunho possui uma importância para a consolidação da identidade dos territórios nos quais os Queixadas e a FNT atuaram. Ao longo das décadas, as histórias foram sendo contadas e recontadas, ajudando a alimentar o horizonte biográfico de quem as escutava. Quando convidado a expor os resultados do TCC acerca da Firmeza Permanente na Comissão Municipal da Verdade de São Paulo e em outras oportunidades, o autor desta pesquisa ouviu o testemunho de “seu” Tião, um dos últimos Queixadas que estavam vivos na época, e que se dispunha a dar seu testemunho sobre as lutas vividas em Perus, respondendo às diversas questões colocadas pela audiência. Enquanto a



exposição teórica é baseada na frieza dos fatos, o testemunho ao vivo mobiliza também as memórias afetivas que dão outras cores e sensibilidade aos fatos narrados.

A circulação de testemunhos contribuiu para a formação de uma memória coletiva que repercutiu até as novas gerações que habitam o território. Soraia Ansara (2009), ao analisar as lembranças das lutas operárias em Perus conclui que:

O grande **Legado da Greve de Perus** é a construção de uma **memória coletiva de luta e resistência**, que é também expressão da vitória dos trabalhadores contra os atos repressivos e contra as injustiças que sofreram. A resistência superou a repressão! Talvez porque as memórias “contadas”, o que foi sendo transmitido de geração para geração foi aquilo que estava no centro da identidade Queixada: a “**firmeza permanente**” - a resistência; resistência essa que tem, para as gerações atuais, um significado de se contrapor às injustiças sociais e às formas de repressão, pois até hoje eles são referenciais de união, organização, solidariedade, ou seja, o oposto àquilo que a sociedade neoliberal atual promove como valor (Ansara, 2009, p. 255, grifos da autora).

Por meio dos testemunhos e do que deles ficou na memória coletiva, o legado dos Queixadas segue repercutindo décadas após o fechamento da fábrica. Reforçando a ideia de que um movimento social tem o potencial de educar a sociedade, seja ao pautar o debate público de sua época, seja servindo de exemplo que poderá prosseguir na “memória coletiva” ou no “horizonte biográfico” de uma comunidade por um longo tempo.

#### 4.4.2.7 As ações no pós-1964

Após o golpe militar, o cenário não era auspicioso para mobilizações coletivas. Segundo depoimento de Carmen Kraemer, ativista da FNT:

*Em 64, quando o DOPS bateu lá na FNT, e levaram o Dr. Mário, nós todos nos movimentamos. Fecharam a Frente, e a gente precisava se organizar como movimento e se organizar para soltar os presos. Quando o DOPS entrou não houve apavoramento. Iam fechar a FNT. Dr. Mário pediu pra esperar terminar as audiências, pra não prejudicar os operários. Eles concordaram. Às cinco horas nós saímos e eles lacraram a sede (FNT, 1980-05, pp. 39-40) [5].*

O Sindicato dos Queixadas, em Perus, também teve suas lideranças presas, inclusive, foi o primeiro a sofrer intervenção em São Paulo:

*Foram presos operários da Perus, entre eles João Breno, Edgar Galo, Rafael Fernandes. (...) O golpe militar de 1964 repercutiu imediatamente*

*na vida do sindicato de Perus, que logo em seguida do golpe sofreu intervenção. O chefe do departamento de pessoal da fábrica de cimento de Perus foi nomeado interventor. E o advogado Mário de Jesus foi imediatamente despedido (FNT, 1980-05, pp. 40-41) [5].*

O advogado prosseguiu apenas como defensor dos trabalhadores da greve iniciada em 1962.

A turbulenta mudança de conjuntura fez o grupo amadurecer e tentar criar e compartilhar formas de lidar com ela. Segundo Carmem Kraemer:

*Nunca uma prisão enfraqueceu nem aquele que foi preso, nem o grupo. E havia uma comunicação muito importante que a gente fazia. Quando uma saía da prisão, imediatamente fazia-se uma reunião com todos os militantes da Frente, pessoal interno, advogados, todos que estavam envolvidos, e a gente tomava conhecimento do que aconteceu com ele. Porque a gente sabia que depois podia ir outro, como foram vários. Era uma espécie de preparar o grupo para enfrentar a situação, e enfrentar de uma maneira que houvesse uma unidade (FNT, 1980-05, p. 40) [5].*

O padrão presente nessa estratégia de preparação é semelhante às reuniões de avaliação realizadas após uma audiência na Justiça do Trabalho. O grupo era reunido para ouvir o relato de alguém que experimentara uma situação que interessava a todos, para compartilharem e pensarem formas de como lidar com ela.

Apesar das prisões iniciais, a FNT foi capaz de criar estratégias para seguir atuando, deixando claro que eram católicos e seguiam a doutrina social da igreja, não mantendo vínculos com o comunismo. Essa atuação prosseguiu até o AI-5, quando a maioria dos direitos políticos dos cidadãos foram cassados e a organização do trabalho sindical sofreu um baque ainda mais duro. Depois disso, em um período que não será considerado nessa análise, outra vez foi necessário que a frente e o sindicato inventassem novas estratégias. J. J. Abdalla, o dono da empresa, tampouco havia caído nas graças dos militares, fora cassado por corrupção logo no início da ditadura.

Na fábrica, entre os trabalhadores que estavam em atividade, cerca de uma centena eram os antigos que haviam retornado ao trabalho em 1962, mas a maioria era novata, de contratações realizadas para substituir os operários em greve. O novo regime havia instituído uma Lei de Greve draconiana, com muitas exigências de ritos legais para que uma greve fosse considerada válida, o que limitou muito as mobilizações do período. Ainda assim, em 1965 o sindicato ensaiou uma nova greve, que foi rapidamente debelada por uma intervenção policial, com as

lideranças emergentes sendo demitidas pela empresa. Foi nessa ocasião que uma nova diretoria assumiu e contratou o Dr. Mário para representar os trabalhadores (Siqueira, 2009).

Assim, quando o advogado foi recontratado em 1965, atuou junto à nova diretoria para reiniciar o trabalho de base e, como já citado em uma seção anterior, outra vez encontraram trabalhadores amedrontados. O temor não era à toa. Além da repressão política sobre os sindicatos, Abdalla, após quase uma década de enfrentamentos, também tinha construído saberes sobre como combater o sindicato. Um mês após a volta do advogado, a empresa:

*mandou cortar a luz das casas dos operários que tinham participado da greve e que ainda ocupavam as casas da PERUS, em Perus e Cajamar. E ingressou com ações de despejo contra os grevistas* (Jesus, 1977a, p. 74) [ texto (a) ].

O advogado interpôs uma liminar que foi julgada favoravelmente aos operários. Em sequência, alegando dificuldades financeiras, a empresa cortou a eletricidade da fábrica, das pedreiras e da cidade de Cajamar, que ficou semanas sem abastecimento de água, visto que não conseguia acionar as bombas d'água. Outra vez a mobilização da opinião pública por meio da imprensa foi uma ferramenta utilizada para pressionar a empresa e o judiciário (Jesus, 1977a).

A partir de 1965 outra vez foi necessário realizar um lento trabalho de base, com uma série de reuniões para discutir quais eram as melhores estratégias de enfrentamento diante do comportamento lesivo da empresa, bem como o trabalho de assessoria jurídica individual. O advogado conta que foram “felizes em numerosos processos, e isso naturalmente aumentou a confiança dos demais trabalhadores” (Jesus, 1977a, p. 75). Esse trabalho estendeu-se até o início de 1967, quando então ocorreu uma mobilização coletiva com conquistas impressionantes, considerando o período de repressão que havia.

Nesse ano, devido aos frequentes atrasos salariais, os trabalhadores se mobilizaram novamente, deflagrando uma nova greve que durou por mais de 20 dias.

Nessa ocasião o movimento já se declarava como não-violento, até mesmo como uma forma de se desvincular dos discursos persecutórios que equiparavam sindicalismo com comunismo. A greve foi uma oportunidade de dar visibilidade a estratégia de luta dos Queixadas, capazes de se mobilizar com sucesso, ainda que durante a vigência da Lei de Greve. Quando os operários da “Perus” conseguiram realizar essa “façanha” em uma época de desânimo no setor sindical, estavam também servindo de vitrine de estratégias para setores mais amplos da justiça do trabalho, do mundo sindical e da opinião pública. A paralisação foi encerrada quando a empresa quitou os salários pendentes e se comprometeu, em juízo, a realizar os pagamentos de

forma pontual no futuro, sob pena de pagar uma multa diária de 3,3% aos trabalhadores, uma multa que foi paga cada vez que havia atrasos, até a empresa ser desapropriada em 1973 (Jesus, 1977a).

Até então os atrasos salariais eram tratados por meio de processos individuais, porém o sindicato dos Queixadas conseguiu obter na justiça uma inovação que tornava o atraso uma questão coletiva, que daria direito à multa, bem como um prazo a partir do qual os trabalhadores teriam o direito de realizar greve até que o pagamento se efetivasse, isto é, obtiveram uma jurisprudência que alargou o minguado direito à greve vigente naqueles anos (Gonçalves, 1989; Siqueira, 2009).

O avanço desta, e de outras jurisprudências, não foi algo fortuito, mas o resultado de estratégias para dilatar os direitos dos trabalhadores. De acordo com Gonçalves (1989), os Queixadas tinham uma preferência por procedimentos legais e institucionais, jogando em conformidade com as mesmas regras defendidas por setores poderosos da economia e da política. Ao realizarem esse jogo, apontavam as contradições entre a lei escrita e as práticas sociais e legais. Tal estratégia, aliada à competência dos advogados e à pressão por meio de mobilizações coletivas, possibilitava que explorassem fissuras que serviriam para ampliar os direitos dos trabalhadores.

Mesmo durante a ditadura, quando a legislação era vista como letra morta, conseguiram alargar os direitos à greve e à multa por atrasos, sem contar o desfecho parcialmente favorável da greve de 1962, quase sete anos depois, em 1969, com o direito ao pagamento dos salários pelos anos de greve, bem como à reintegração ao trabalho dos estáveis que quisessem retornar.

Será apropriado classificar episódios assim como práticas que educavam as “autoridades”?

A hipótese trabalhada ao longo de nossa pesquisa, como já dissemos anteriormente, é que uma ação será educativa quando intencionalmente difundir ou construir novos saberes.

Nesse contexto, a condução de um recurso por parte dos advogados do sindicato, pleiteava a validade de um saber não-hegemônico gestado no interior do coletivo de trabalhadores. Esse conhecimento foi traduzido em termos legais e apresentado como reivindicação no domínio jurídico. Os ativistas atribuíam grande importância à dimensão judicial, pois quando o sistema judiciário reconhecia a validade da reivindicação, as conquistas dos operários oportunizavam a disseminação dos valores e saberes contidos naquelas pautas para toda a sociedade. Uma estratégia inserida no que Boaventura de Sousa Santos (2002) nomeou como tensão entre regulação social e emancipação social.

Conforme sua discípula, Nilma Lino Gomes (2017) explica, na visão de Santos, o conhecimento-emancipação vai de um estado de ignorância chamado de colonialismo, para um estado de conhecimento chamado de solidariedade. Por sua vez, o conhecimento-regulação vai do caos para a ordem. Essa tensão entrou em crise quando o conhecimento-regulação ganhou a primazia sobre o conhecimento-emancipação e a emancipação deixou de ser a alternativa e se converteu em outra forma de regulação. Assim, a solidariedade, que era o conhecimento na emancipação, começou a ser tratado como ignorância pela regulação e o colonialismo se converteu em sinônimo de ordem.

A estratégia de contestação jurídica da FNT e do Sindicato dos Queixadas era realizar uma tradução dos saberes e demandas emancipatórias de movimentos sindicais para os princípios emancipatórios presentes na lei, mas não nas práticas.

Portanto, não estavam exatamente tentando educar as autoridades, o mais apropriado seria dizer que, mesmo em um contexto de ditadura militar, no qual a solidariedade pregada pelos movimentos do catolicismo progressista era automaticamente classificada como caos (comunismo) e a participação da sociedade civil havia sido significativamente limitada, seguiam tentando encontrar um “inédito viável” que possibilitasse difundir os saberes gestados na luta operária para assim “educar a sociedade”. Uma dessas brechas passava pelo poder judiciário, pois os militares, tentando dar um ar de legalidade ao novo regime, haviam preservado algumas instituições, pelo menos até o AI-5.

É importante ressaltar que as lideranças sempre utilizaram essa estratégia, porém, após 1964, outras estratégias de ação política foram severamente afetadas, tornando a arena jurídica mais relevante e dando grande destaque à FNT e aos Queixadas.

Nem sempre o pleito era atendido. E os exemplos são vários. Em 1962, não lograram êxito com a campanha para que a fábrica fosse desapropriada e colocada sob a administração de uma cooperativa de trabalhadores. Tal campanha envolveu um grande esforço para tentar demonstrar à opinião pública e às autoridades, com o apoio das análises realizadas por vários juristas, que a desapropriação era um ato completamente legal e adequado àquela circunstância (Jesus, 1977a). Na década de 1980, com auxílio de Dom Paulo Evaristo Arns realizaram novos esforços nesse sentido, igualmente sem sucesso.

Nos processos iniciados após a greve de 1962, tampouco venceram todos. Um processo envolvendo mais de trezentos empregados não-estáveis havia sido perdido no Tribunal Paulista, o processo dos estáveis, isto é, dos funcionários com mais de dez anos de emprego e que tinham direito à estabilidade no serviço, também havia sido derrotado duas vezes, mas conseguiram

que o julgamento fosse anulado pelo Tribunal Superior do Trabalho. Temendo que no novo julgamento tivessem o mesmo resultado que o julgamento dos não-estáveis, realizaram uma campanha de mobilização com apoio financeiro de outros sindicatos e federações paulistas. Em 1967, publicaram mil exemplares do memorial “A greve da Perus nos tribunais” (Jesus, 1977a). Segundo o relato do advogado:

*Mas o nosso empenho em divulgar, por todos os meios, as razões da greve, evidenciando o indisfarçável propósito do Grupo Abdalla em esmagar os “queixadas”, retratadas no livro A GREVE DA PERUS NOS TRIBUNAIS, foi largamente compensado. O revisor do processo, reexaminando os autos (6 volumes), modificou o seu voto e permitiu que o julgamento fosse modificado: os trabalhadores estáveis passavam a ter o direito de voltar ao serviço da PERUS, ficando esta obrigada a pagar os salários, com reajustes, juros e correção monetária, enquanto estivessem afastados do serviço, isto é, de 1962 até a sua efetiva reintegração (Jesus, 1977a, p. 74) [ texto (a) ].*

Se a reforma do voto do juiz revisor foi ou não afetada pela campanha realizada pelos Queixadas, não é algo passível de averiguar. Contudo, a mobilização realizada para publicar e divulgar um livro que contava a versão dos fatos desde a ótica dos operários, em 1967, durante o período ditatorial e a posterior vitória do caso, deu visibilidade e fortaleceu a agenda do grupo perante seus pares e a opinião pública.

#### **4.4.3 Terceiro Nível : Mobilizações em solidariedade a interesses de outros coletivos**

Embora a FNT já tenha sido citada nos outros dois níveis iniciais, sua fundação está dentro do que está sendo tratado aqui como terceiro nível, que corresponde a um salto qualitativo na conscientização de membros do sindicato dos Queixadas que levou a uma expansão do trabalho tanto no território, quanto para outras categorias sindicais.

Devido à cobertura da imprensa na greve de 1958, o Sindicato se tornou conhecido e começou a ser procurado por outros sindicatos. Na ocasião, a lei trabalhista ainda continha dispositivos da época do Estado Novo, vetando que sindicatos de diferentes categorias participassem de uma mesma federação. Contudo, informalmente, os ativistas católicos e as lideranças Queixadas eram solicitados para auxiliar em outras greves e mobilizações.

Em 1959, os ativistas católicos e as lideranças Queixadas ajudaram em três greves: Rhodia; Fiação e Tecelagem Santo André; Usina Miranda. Esta última pertencente ao mesmo *holding* do proprietário da “Perus”. Tinham criado o “Banco Queixada”, um fundo de greve, e

por meio dele ofereceram ajuda material aos operários, participaram de piquetes, assembleias, além de ajudarem na parte jurídica (Jesus, 1977a, s.d.).

Os sindicalistas não apenas manifestaram solidariedade a interesses coletivos de outros grupos, como participaram de suas mobilizações, dando testemunho por meio de suas ações e estabelecendo vínculos de confiança, isto é, os ativistas da Perus se envolveram em um trabalho de “segundo nível” e até mesmo de “primeiro nível” junto a outros grupos e isso está sendo utilizado como um indicativo de que haviam atingido um nível de consciência mais abrangente.

Manfredi (1986) e Gonçalves (1989), que investigaram a FNT anteriormente, seguiam metodologias críticas e deram grande ênfase à consciência de classe, dentro de uma noção de luta de classes. A própria FNT em décadas posteriores utilizou a perspectiva da consciência de classe e da luta de classe para se referir a esse grau de conscientização mais elevado. Contudo, em fins dos anos 1950 e começo dos anos 1960, não se pode dizer que essa perspectiva da luta fosse apropriada para definir a perspectiva das lideranças. Estavam muito mais conectados à doutrina social da igreja. No documento elaborado no encontro de 1961, com os objetivos da FNT, estava posto que:

*A Frente Nacional do Trabalho é uma associação civil, congregando homens que vivem de seu trabalho, em busca da aplicação da doutrina social cristã, dentro dos princípios da “Rerum Novarum” que, decorridos setenta anos, não foi seguida no Brasil, qualificado de “nação católica” (FNT, 1962, p. 20) [ texto (k) ].*

A encíclica *Rerum Novarum*, publicada pelo Papa Leão XIII em fins do século XIX, reconhecia como legítima a questão social do trabalho que animava a revolta entre os operários, denunciando a usura dos empregadores como a causa da revolta. Por outro lado, condenava os remédios propostos pelas teorias extremistas, que contrariavam as hierarquias tão valorizadas pela Igreja da época. A solução estaria na mediação da Igreja, que guiaria a todos pelo caminho cristão do amor ao próximo e da fraternidade.

A FNT nasceu dentro de uma vertente católica progressista, na qual as hierarquias não eram tão rígidas. Essa vertente foi consagrada pelas mudanças iniciadas pelo Papa João XXIII, dentre elas, a atualização da doutrina social publicada nos últimos meses de 1961, na encíclica *Mater et Magistra*. No ato da escrita do documento citado acima, em fevereiro de 1961, a base doutrinária da FNT era, portanto, a *Rerum Novarum* e isso fica evidente no seguinte trecho:

*São os próprios empresários que, sem sentir, estimulam a luta de classe. Ninguém confia em ninguém e muitos se odeiam. A situação é mantida, embora precariamente, com a omissão dos homens que deviam defender*

*e formar os trabalhadores, mas que perderam a sua capacidade de representação, porque se instalaram, criando uma classe privilegiada, que não atrai o trabalhador ao seu sindicato. Este, para sobreviver, depende, freqüentemente do imposto sindical* (FNT, 1962, p. 21) [ texto (k) ].

A crítica ao número crescente de greves no início da década de 1960 recaía principalmente sobre os empresários que tratavam os trabalhadores como meros recursos, deixando de lado a dignidade humana. E a crítica ao sindicalismo foi atualizada à realidade brasileira na qual os sindicatos eram regulados pela CLT do Estado Novo. Sindicalistas cooptados pelo sindicalismo oficial não tinham compromisso com os interesses de trabalhadores. Os militantes da FNT interpretavam a eclosão de tantas greves como ausência de um sindicalismo representativo e eficiente, capaz de negociar soluções para os conflitos, antes que eles desembocassem em uma greve. A bandeira de acabar com o imposto sindical sinalizava que a manutenção do sindicato deveria ocorrer por meio de autofinanciamento, com contribuições de seus associados e não com um imposto compulsório.

Portanto, havia uma consciência de classe, visto que as demandas dos trabalhadores por mais dignidade eram vistas como legítimas, contudo, ela não estava orientada para a luta de classes, mas para a colaboração de classes, conforme foi discutido na seção anterior. Uma posição política que marcava uma diferença da Frente para correntes sindicais de orientação comunista.

Recapitulando, no primeiro nível as mobilizações estavam pautadas pelos interesses individuais de trabalhadores do próprio coletivo. Esse trabalho de acolhimento constituía uma oportunidade para criar vínculos de amizade e conquistar a confiança, demonstrando a seriedade do trabalho do sindicato, ao mesmo tempo em que as conquistas individuais serviam de material para reflexão acerca dos problemas comuns. Ao longo dos anos, o trabalho de base fortaleceu o sindicato, que adquiriu a capacidade de realizar mobilizações de segundo nível, pautadas pelos interesses do coletivo de trabalhadores da fábrica. No segundo nível, a ação coletiva é a prática educativa por excelência. Ao participar dela os trabalhadores se tornaram mais críticos e o vínculo de amizade e companheirismo se fortaleceu, levando ao desenvolvimento do espírito de união que resultou na alcunha de Queixadas.

Não havia uma divisão entre ação, divulgação e formação. Cada ação era uma oportunidade de dar testemunho do que poderia ser realizado caso os trabalhadores se unissem. No terceiro nível, parte dos membros do sindicato dos Queixadas se tornaram ativistas de um projeto político mais abrangente que transcendia os limites do coletivo e buscava uma transformação



social, baseada nos valores que estavam sendo trabalhados entre os Queixadas, tais quais a união coletiva para resistir aos abusos e a participação dos trabalhadores nas decisões acerca de seus próprios interesses.

Ações de terceiro nível começaram a ocorrer, quando a publicidade da greve, em 1958, atraiu a atenção de outros trabalhadores para o que estava sendo realizado em Perus.

Quando os Queixadas e os ativistas católicos que estavam com eles começaram a ser acionados por outros sindicatos, isso sinalizou para as lideranças que havia demanda para a expansão do trabalho iniciado junto aos Queixadas para outras categorias. Porém, caso quisessem uma continuidade para além do trabalho pontual perceberam ser necessário um nível de estruturação maior, conforme pode ser visto na fala do Doutor Mário:

*Fiquei muito preocupado. O que fazer para dar sequência a este movimento, que não tem ainda nenhum canal, nenhuma estrutura? Temos a Igreja atrás de nós, temos admiração popular, mas nada organizado. Conversava muito com João Breno, com casais da equipe também, sobre o que fazer. E isso levou um ano até chegarmos em 60, e fundarmos a Frente (Jesus, s.d., p. 12) [ texto (d) ].*

Havia uma intencionalidade que embalava a participação dos ativistas nos diversos conflitos, mas não havia um projeto delineado de antemão, ele ia sendo construído de forma orgânica, com base nas experiências concretas e nos conflitos que iam se desenrolando. A Frente Nacional do Trabalho foi fundada para dar continuidade (e maior organização) ao trabalho iniciado com os Queixadas. Tal movimento englobava a participação de militantes católicos de classe média, os próprios Queixadas e trabalhadores cristãos de outras categorias.

Adilson Gonçalves (1989) e Sílvia Manfredi (1986) analisaram com profundidade o trabalho pedagógico realizado pela FNT, como pode ser visto na seção 4.3.1 (Validação das categorias em diálogo com a literatura) e ao longo da seção 4.4.2 (segundo nível: mobilizações por interesses coletivos dos trabalhadores). O trabalho de base se iniciava com o atendimento jurídico aos trabalhadores e com cursos de capacitação para operários que quisessem estruturar uma Comissão de Fábrica em suas empresas, nas quais ocorreria um trabalho de base nos moldes do realizado com os Queixadas. Esse trabalho próximo entre Queixadas e FNT prosseguiu até pelo menos 1968.

Após a vitória dos Queixadas nos tribunais e o baque do AI-5, a Frente atravessou um período de refluxo nas ações e se manteve quase apenas com as ações do setor jurídico. Posteriormente a Frente se reestruturou, havendo uma divisão em três organizações diferentes: o jurídico constituiu uma nova entidade para continuar prestando o serviço de assessoria, apesar

de cada vez mais limitado pelo recrudescimento do regime; uma ala, incluindo João Breno e Dr. Mário, formou o Secretariado; e por fim, a FNT em si, que manteve a formação de quadros junto aos movimentos trabalhistas e populares, mas se desvinculando um pouco dos Queixadas.

Pela limitação do escopo dessa pesquisa, optou-se por não prosseguir com as análises de todas as atividades da FNT, mas focar principalmente em iniciativas que contaram com a solidariedade dos Queixadas.

A solidariedade de classe já era um tema presente em Perus mesmo antes da fundação da Frente. Um exemplo disso pode ser visto no Banco dos Queixadas:

*Um dos frutos da greve de 1958 foi a constituição do Banco dos queixadas, para socorrer trabalhadores de qualquer categoria com pequenos empréstimos e para formar um fundo de greve. Esse banco chegou a funcionar quase dois anos, até que foi fechado pelo Banco Central. Foi uma prática de profunda solidariedade na luta de classe operária. Foi a primeira vez que se organizou um fundo de greve depois do atrelamento dos sindicatos ao Ministério do Trabalho (FNT, 1980-03, p. 19) [ texto (1) ].*

Embora fosse uma ação de solidariedade e, portanto, de natureza diferente da assistência jurídica, que eram ações orientadas pelos litígios trabalhistas, realizar pequenos empréstimos aos trabalhadores de quaisquer categorias se voltava a interesses individuais e formava vínculos de confiança. Há aqui uma ligeira diferença do trabalho inicial realizado por um grupo de militantes de classe média católicos. A cooperativa de crédito, ou fundo de greve, estava ligado a um grupo de operários, representando que aqueles trabalhadores tinham uma preocupação com interesses que não eram só os seus, ou de seu grupo imediato.

A solidariedade às greves de outras categorias foi colocada em prática durante a greve da fábrica de biscoito Aymoré:

*A Cooperativa Bancária dos Queixadas de Perus, Gato Preto e Cajamar foi o mais importante apoio financeiro à greve. Os “Queixadas” deram grande apoio à greve da Aymoré, através do fundo de greve e da participação direta (FNT, 1980-03, p. 26) [ texto (1) ].*

A greve da Aymoré ocorreu no ano de fundação da FNT e foi uma greve longa, “durou 158 dias e foi assumida e liderada por companheiros da FNT” (FNT, 1980-03, p. 24).

Infelizmente as documentações disponíveis são sucintas ao tratar da cooperativa bancária e não foram encontrados trabalhos acadêmicos que versem sobre o assunto. Com a informação existente, nota-se que a solidariedade de classe se concretizava também em uma rede de apoio, que dava suporte para que outros trabalhadores pudessem se manter firmes e unidos quando

em greve. Essas ações políticas de solidariedade eram educativas no sentido que fortaleciam a própria noção de consciência de classe.

A lógica de crescimento da proposta de transformação social dos Queixadas não se limitava ao circuito sindical. Desde a década de 1950 houve ações no campo político. Em 1958 estavam ocorrendo mobilizações políticas pela autonomia de Perus e de Cajamar. O Sindicato decidiu em assembleia apoiar a autonomia dos distritos de Gato Preto e Cajamar em relação à Santana do Parnaíba, mas se posicionou contra a separação de Perus da capital, pois isso mudaria a base territorial do Sindicato. Quando Cajamar se tornou autônoma, os Queixadas lançaram candidatos e elegeram o prefeito, o vice-prefeito (o próprio Mário Carvalho de Jesus) e cinco dos nove vereadores (FRAGOSO et al, 1977) (SIQUEIRA, 2009) (FNT, 1980a).

Ao que os documentos indicam, a expansão do trabalho se dava de acordo com as demandas de pessoas que buscavam auxílio ou formação. Porém, foi na década de 1970 e 1980, com a Igreja Popular ganhando força em São Paulo, que houve em Perus uma combinação entre os Queixadas e as CEBs. Miriam dos Santos (2022) explora esse período em um trabalho no qual investiga as ações educacionais do movimento dos Queixadas a partir da perspectiva de João Breno Pinto. Teologia da Libertação, educação popular freireana e os saberes construídos pelos Queixadas ao longo da sua luta foram sintetizados em diversas ações que conquistaram melhores condições de vida para a região, tendo forte influência na formação de educadores que atuam em Perus até os dias atuais.

Os documentos citam de passagem o engajamento dos Queixadas na luta contra a carestia, uma importante ação popular apoiada pela diocese de São Paulo em meados da década de 1970, e a participação dos Queixadas nas mobilizações ambientais por conta da poluição causada pelo cimento. A ausência de filtros nos fornos fazia com que o pó de cimento se espalhasse pela atmosfera, causando diversos problemas de saúde às populações vizinhas às fábricas (Siqueira, 2009). Em 1973, Figueiredo Ferraz, prefeito biônico<sup>13</sup> de São Paulo, “anunciou a interdição da fábrica de cimento, por causa da poluição em Perus. Garantiu essa medida aos trabalhadores” (Jesus, 1977a, p. 80).

Nos anos 1970, Dom Paulo Evaristo Arns transformou a diocese de São Paulo em um dos epicentros da Teologia da Libertação, promovendo ações em bairros periféricos e impulsionando o movimento eclesial, com a configuração de Comunidades Eclesiais de Base nas diversas paróquias. Tanto Mário Carvalho de Jesus quanto João Breno Pinto estiveram

<sup>13</sup> O termo biônico foi criado pela oposição ao regime militar para se referir aos políticos que não eram eleitos, mas indicados com a anuência dos militares.

envolvidos nessas mobilizações e participaram da fundação do Secretariado Nacional de Justiça e Não Violência. Assim, começaram a divulgar a metodologia dos Queixadas (então chamada de Firmeza Permanente) para as comunidades eclesiais de base do país todo. Esse desdobramento tampouco será investigado com mais profundidade nessa pesquisa, porém possibilita entrever que a formação realizada no interior do movimento operário deu suporte a que os militantes se engajassem em outras searas, mas imbuídos da mesma missão de transformar a sociedade, começando pelos pequenos conflitos que lhes tangiam.

#### 4.5 SÍNTESE

Em síntese, a intencionalidade de conscientizar os trabalhadores conferia uma dimensão educativa a diversas ações das lideranças do Sindicato dos Queixadas e da Frente Nacional do Trabalho (FNT).

Essa disposição viabilizou que a assessoria jurídica, uma ação sindical corriqueira realizada pela maioria dos sindicatos, fosse investida de um caráter pedagógico e se tornasse uma porta de entrada para a formação de base, desde meados da década de 1950.

Tomando emprestado um termo da Educação Popular freireana, pode-se dizer que o conflito com o empregador era usado como um “tema gerador” para destrinchar as injustiças, familiarizar os trabalhadores com as leis trabalhistas, com a Justiça do Trabalho e com a perspectiva de que eram sujeitos de direito, além de demonstrar a relação que cada indivíduo guardava com o coletivo, desenvolvendo uma consciência acerca da importância da amizade, da união e da solidariedade entre os trabalhadores como uma forma de barrar as injustiças e ampliar os direitos.

A atuação sindical era animada por ideais emancipatórios calcados em uma gramática moral do catolicismo progressista. Os ativistas entendiam a problemática sindical como um desdobramento de uma crise sistemática da própria modernidade. Uma das razões da desigualdade social seria a centralidade conferida aos valores materialistas no mundo contemporâneo. Os ativistas acreditavam ser possível conciliar o progresso econômico com um espírito de partilha que favorecia o bem comum e priorizava o ser humano ao invés do capital.

Essas concepções se traduziam em um ativismo de base comunitária, norteado por valores cristãos e que dava grande importância para as relações interpessoais. Em coerência a esses princípios, um dos fundamentos do trabalho de base era conquistar a confiança dos trabalhadores,

estabelecendo relações de amizade com eles e, na comunidade que ia se constituindo, promover reflexões que aos poucos serviam para engajar os trabalhadores a se unirem no Sindicato ou em comissões de fábrica - pequenas organizações autogestionadas que pensavam coletivamente os conflitos cotidianos, propondo ações para resolvê-los.

Nessas pequenas estruturas se davam práticas de mediação, enfrentamento e de organização local que, orientadas por uma intencionalidade de educar para a emancipação, promoviam uma formação empírica. Na práxis surgiam tensões e enfrentamentos que punham em dúvida algumas das concepções de mundo dos ativistas, abrindo brechas para novas perspectivas mais coerentes aos princípios evocados. Essa tomada de consciência aos poucos conduzia a uma solidariedade com outros coletivos, se materializando em novas formas de organização comunitária orientadas pelos valores cristãos do catolicismo progressista.

As lideranças estavam articuladas com um conjunto mais amplo de ativistas cristãos que atuavam em outras esferas. Essa rede era acionada em momentos de mobilização, ajudando a dar mais visibilidade e legitimidade às ações coletivas. E essa era uma via de mão dupla, pois os trabalhadores participavam de outras mobilizações, como por exemplo, campanhas eleitorais para eleger um deputado da Democracia Cristã.

A nova ordem social seria alcançada por meio de etapas que não estavam definidas de antemão, pois seriam gestadas coletivamente e de forma empírica na própria práxis, norteadas por princípios cristãos, pelas demandas e pelos exemplos extraídos da própria luta. Há nesse desígnio outra semelhança com a Educação Popular de matriz freireana.

As experiências vividas, com seus aprendizados, eram compartilhadas por meio de relatos e testemunhos. Um dos princípios do cristão engajado era “dar o testemunho”, isto é, entendiam que suas ações eram vistas por outros, logo, deveriam se colocar como exemplo. Ao transportarem essa prática religiosa para a esfera sindical, utilizaram-na como ferramenta educativa com múltiplas finalidades. O testemunho de uma vitória ajudava a difundir a viabilidade da proposta do grupo e ampliar o trabalho para outras esferas. Em outros casos, o testemunho poderia ser utilizado para expor conflitos que sintetizavam lições, reestruturações e reflexões realizadas no interior da ação.

Ao longo da pesquisa ficou evidente que essa concepção de ativismo favoreceu uma dinâmica de mobilização social inovadora, que desenvolveu novos saberes e estratégias de organização. A prática sindical e a política local, ensejaram a formulação de uma metodologia que, posteriormente, na década de 1970, foi chamada de “Firmeza Permanente”, reinterpretando e conciliando os valores cristãos com a proposta de organização comunitária do Pe. Lebrete e com

a radicalização do princípio do respeito pela pessoa humana, utilizando formas de enfrentamento baseadas na não-violência gandhiana.

Ao longo da análise buscou-se identificar quais práticas possuíam uma dimensão formativa e qual era a intencionalidade educativa subjacente. E na leitura dos documentos confirmou-se a hipótese de Gonçalves (1989) de que ação, formação e divulgação eram indissociáveis.

Havia práticas que eram declaradamente educativas, tais quais palestras, seminários, cursos e publicação de materiais, utilizadas para divulgar o ideário dos ativistas, esclarecer os trabalhadores sobre as leis trabalhistas ou refletir sobre alguma questão específica.

E havia as práticas educativas implícitas em ações sindicais, sociais e políticas. A participação em comissões de fábrica, greves, assembleias, passeatas, fundos de greve, piquetes e outras atividades eram entendidos como momentos de aprendizado individual e coletivo. Dentre as ações destacaram-se as seguintes:

- Audiências na Justiça do Trabalho que eram utilizadas como pautas de reuniões de avaliação e serviam para familiarizar os demais trabalhadores sobre o funcionamento da Justiça e conscientizá-los sobre a importância de lutarem por seus direitos;
- Reuniões dialógicas, nas quais se incentivava a participação dos operários para estudar os temas de interesses e buscar soluções para os problemas coletivos;
- Assembleias abertas à participação das famílias, estudantes, religiosos e militantes de outras categorias, que contribuía para sensibilizar e aproximar outros atores, além de favorecer a formação, entre os ativistas, de uma lógica de organização colaborativa, diferente da classista comum na maioria dos sindicatos;
- Piquetes realizados com a participação das mulheres dos trabalhadores, o que tacitamente fortalecia o princípio de que a ação englobava a comunidade;
- Durante a greve realizavam campanhas de difusão das pautas do movimento, com visitas a fábricas, escolas, universidades, bem como utilizando as oportunidades oferecidas pela Imprensa para divulgarem suas ideias. Tais campanhas davam visibilidade aos valores defendidos pelo movimento, demonstrando sua viabilidade;
- Reflexão sobre as experiências do movimento, por meio de relatos articulados como testemunhos. Mostravam as situações conflituosas e os aprendizados dos trabalhadores, e o relato em primeira pessoa favorecia a identificação entre o palestrante e os participantes. Internamente esses relatos registraram a memória do movimento e ajudaram a forjar uma

identidade coletiva. Externamente, angariava apoio e demonstrava a viabilidade do ideário do movimento para um grupo mais amplo.

- Algumas ações e recursos na Justiça do Trabalho eram entendidas como uma oportunidade de expor as contradições e tensões das relações de trabalho, explorar as brechas e promover uma ressignificação das leis de acordo com os conhecimentos desenvolvidos no seio do ativismo;

Essa lista não esgota a totalidade das ações realizadas, pois, como já foi dito, a própria participação era entendida pelos ativistas como uma fonte de experiências e de aprendizados.

Sobre a intencionalidade educativa, não se pode dissociá-la de uma série de princípios seguidos pelo grupo, cujos mais relevantes estão listados abaixo:

- O empirismo, isto é, o aprendizado por meio da reflexão sobre as experiências, do contato com a realidade. Esse princípio se aplicava tanto à preparação da ação, tentando observar os elementos concretos, quanto na ação em si, que era vista como um elemento chave na formação do ativista;
- O etapismo. Um princípio intimamente ligado aos princípios da paciência e do respeito pela etapa de desenvolvimento, tanto de sujeitos, quanto de coletivos. E ao princípio da permanência, pois a constância do trabalho contribuía para a coesão do grupo e para novos aprendizados que favoreceriam uma mudança de etapa;
- Orientar-se por grandes ideais. A vontade de realizar coisas grandiosas, tal qual a instauração de uma nova ordem social baseada na cooperação construtiva, que animava o ativista e o direcionava a novas experiências, o que implicava em novos aprendizados;
- A reflexão. Destinar tempo para meditar sobre os problemas, sobre as ações necessárias diante de um conflito, sobre as experiências e sobre os erros;
- Dar o testemunho. A ação era vivida como um exemplo aos outros.
- A não-violência ativa. O respeito pela dignidade humana, inclusive do adversário, orientava a escolha do diálogo como principal via de resolução de conflitos, e, quando não desse certo, preferiam estratégias de luta pacíficas para pressionar moralmente as estruturas sociais e políticas.
- A centralidade das relações orientando a ação para formas crescentes de coesão social; Ao analisar a trajetória dos grupos, ficou evidente a importância que davam às relações interpessoais, criando âmbitos alicerçados na amizade e na confiança, para dali desenvolverem reflexões e experiências que conscientizassem o grupo em direção sempre a um maior

compromisso com o outro. A união com os companheiros de fábrica, a solidariedade de classe, no trato com os colegas trabalhadores, o bem comum, no trato com a sociedade e a não-violência, como limite ético no trato com o adversário, eram algumas das expressões dessa racionalidade que tinha as relações humanas como um dos valores centrais.

Por adotarem esses princípios, as lideranças do Sindicato dos Queixadas e da FNT percebiam a ação como uma oportunidade de aprendizado, tanto para os indivíduos, quanto para o coletivo. Não esperavam passivamente por um aprendizado automático. Inicialmente de forma intuitiva e, posteriormente, de forma sistematizada, cuidavam da dimensão educativa, garantindo uma direcionalidade informada pelos “grandes ideais”, promovendo reflexões sobre a experiência, entendendo e respeitando suas etapas, de modo a proporem ações adequadas ao grau de conscientização de cada indivíduo e do grau de organização de cada coletivo. Além disso, estavam preocupados em sensibilizar e mobilizar mais trabalhadores a partir do compartilhamento de suas experiências (que se dava com a apresentação dos testemunhos) e convidá-los a aderirem à causa.

Ao analisar a ontologia dos movimentos, foram destacados três níveis de organização e agregação. Cabe frisar que o termo nível foi utilizado ao invés de etapa para não passar a impressão de que havia um progresso linear, com etapas estanques que se sucederam entre si. Os níveis se sobrepunham e o progresso do movimento era truncado, com avanços e retrocessos.

No primeiro nível acolhiam demandas individuais dos trabalhadores e assim iam ganhando a confiança, estabelecendo vínculos de amizade e promovendo atividades que favoreciam a conscientização do trabalhador acerca dos problemas comuns e de seus direitos, demonstrando a importância de sua união ao coletivo como uma maneira de fortalecer a luta pelos direitos de todos.

No segundo nível havia um conjunto de operários dispostos a trabalhar juntos pela resolução dos problemas comuns. A doutrina social da Igreja lhes inspirava o princípio da subsidiariedade, isto é, antes de judicializar os conflitos, o coletivo buscava resolvê-los localmente, privilegiando o diálogo, ou quando não fosse possível, se unindo para terem mais poder de barganha na mesa de negociação. Desde o início do processo, as estratégias e formas de organização foram evoluindo, culminando posteriormente na criação das Comissões de Fábrica. Nessas comissões, os indivíduos se tornavam agentes comprometidos com os interesses do coletivo.



E, no terceiro nível, iam além dos interesses do próprio coletivo e se mobilizavam em solidariedade a outros coletivos de trabalhadores ou em prol do bem comum. A FNT foi fundada como fruto dessa espiral de conscientização de classe. Nesse nível, militantes assumiram a luta pelos direitos de todos os trabalhadores como um projeto de vida e ajudaram a organizar coletivos em outras fábricas, em comissões que muitas vezes funcionavam paralelamente aos sindicatos oficiais.

A evolução ontológica (dos níveis de agregação) era refletida na dimensão epistêmica, possibilitando a constante reelaboração de estratégias, formas organizativas e do ideário compartilhado por ambos os movimentos.

Ambas as evoluções, ontológica e epistêmica, foram possibilitadas por uma práxis que se deu na conjunção entre uma intencionalidade emancipatória e mudanças ocorridas no meio social e religioso.

Quando os ventos da Guerra Fria sopraram no Brasil, uma onda anticomunista classificou como subversivos a quaisquer grupos com os quais as elites econômicas tivessem conflitos de interesse, o que afetou severamente a militância cristã progressista.

Mesmo que declaradamente anticomunistas, os Queixadas e a FNT sofreram as repercussões da polarização, da repressão e da degradação do ambiente democrático. A tensão começou a se elevar na greve de 1962, quando as lideranças foram acusadas de estarem em greve por serem subversivos e isso foi usado pelo patrão para legitimar perante o grande público a demissão em massa dos trabalhadores da “Perus”, algo que só foi parcialmente revertido em 1968, após a vitória da greve nos tribunais. Questões políticas internas, em combinação com a Guerra Fria, favoreceram o golpe militar de 1964. As lideranças do sindicato e da FNT foram presas logo após a instauração do novo regime. Além disso, uma importante parceria dos anos iniciais, a Democracia Cristã, perdeu espaço político, o que levou a uma redução nos espaços de interlocução utilizados pelos movimentos.

Por outro lado, o contexto católico viveu uma grande inflexão, se modernizando e colocando a Igreja como fiadora dos valores e dos direitos dos humildes em um mundo que era entendido por eles como cada vez mais marcado pelo individualismo e pela polarização entre duas ideologias materialistas, o capitalismo e o comunismo. Esse novo posicionamento estava em coerência com os princípios que os Queixadas e a FNT já estavam seguindo, o que garantiu respaldo da hierarquia às suas ações em um momento no qual o catolicismo brasileiro estava dividido pela polarização política.

As reduções abruptas nas oportunidades decorrentes de um contexto político conturbado se impuseram como situações-limite que desafiaram os movimentos e deixaram evidente as limitações de algumas das concepções e formas de organização dos ativistas.

Até então havia a crença de que um ativismo calcado nos valores cristãos e na estrita observância das leis seria capaz de promover a conciliação entre as classes sociais.

Tal concepção era ingênua pois estava ancorada numa perspectiva de que os significados que os movimentos atribuíam aos princípios cristãos eram universais. Logo, ao tomar contato com a situação dos trabalhadores, o patrão se daria conta de seu equívoco, e, por ser cristão, se tornaria um colaborador da causa operária. Aos poucos, as tensões demonstraram que os princípios legais e cristãos possuíam diferentes significados, a depender dos interesses de quem se valesse deles.

O grau de articulação entre as elites que tomaram o poder valendo-se de um golpe militar, apoiada por setores do catolicismo, fez aqueles militantes do catolicismo progressista acreditarem na existência da luta de classes. Uma luta, que por sinal, eles estavam perdendo feio. Contudo, não aderiram a outros elementos da pauta marxista. Como estratégia de enfrentamento agregaram a não-violência gandhiana, com a qual tomaram contato durante a greve de 1962 na “Perus”, por meio dos circuitos do próprio catolicismo progressista. A não-violência ativa possibilitou que eles mantivessem a esperança e elaborassem outras formas de luta dentro do cenário adverso que estavam vivendo. Por meio da práxis não-violenta, eles desenvolveram novos saberes e uma consciência crítica capaz de converter algumas das restrições impostas pela ditadura em oportunidades de ampliar a atuação do movimento.

Nesse processo refletiram que a participação e a mobilização, embora importantes, não eram sinônimos de conscientização. Era necessário realizar um trabalho mais consistente para os sujeitos irem além dos interesses imediatos e se conscientizarem sobre o seu pertencimento a um grupo mais abrangente: a classe trabalhadora.

Em 1966, a FNT criou uma estrutura especializada para elaborar as práticas de formação. Nesse momento, apesar do baque sofrido após o golpe de 1964, a FNT estava ampliando seus quadros e possuía uma grande quantidade de núcleos, em diferentes etapas de consolidação. O novo órgão foi responsável por sistematizar estratégias que haviam despontado em diferentes locais e disponibilizá-las para todo o conjunto. Com isso fortaleceram estratégias de formação da militância baseadas em práticas regulares de reflexão acerca da própria ação.

Por conta das vitórias emblemáticas que conquistaram no período, o testemunho dos Queixadas foi uma importante ferramenta educativa, servindo de vitrine do movimento e aju-

dando a expandir ainda mais a FNT, que foi uma das poucas organizações de trabalhadores em São Paulo que cresceu no primeiro período da ditadura militar antes do AI-5. A causa dramática dos Queixadas e sua persistência na luta, serviu também para reforçar os laços de solidariedade com o apoio de outras entidades classistas, de religiosos e intelectuais.

Graças a essas transformações em suas estratégias e concepções de mundo, os Queixadas foram capazes de reverter na justiça parcialmente a demissão dos trabalhadores da greve de 1962, tendo o direito à greve reconhecido e o retorno ao trabalho assegurado. Outra realização importante foi a conquista de uma nova jurisprudência na Justiça do Trabalho, benéfica para toda a classe trabalhadora, como consequência de uma nova greve realizada na “Perus” em 1967, quando o Sindicato, por meio de um trabalho metódico e paciente, conseguiu atender a todas as limitações impostas pela legislação de greve do novo regime.

O ativismo jurídico como uma forma de lutar pela expansão dos direitos era uma característica importante do Sindicato dos Queixadas e da FNT. Essa estratégia se enquadra no que Miguel Arroyo (2014) classifica como “Outras Pedagogias”. Para Arroyo, quando um movimento social entra em uma disputa jurídica sobre como uma lei deve ser aplicada, ele esbarra em limitações de cunho político. Ao questionarem o porquê de uma característica emancipatória da lei ser ignorada quando iria beneficiar a um determinado grupo social, percebem que há uma tensão com outras perspectivas excludentes, que invisibilizam ou classificam alguns grupos populares como ameaça e ressaltam princípios que colocam a lei como um instrumento de regulamentação para esses grupos. A tensão entre emancipação e regulamentação é educativa, gerando consciência sobre a existência de uma faceta política sobre temas até então considerados neutros. Esse processo favorece que o coletivo se conscientize, abandonando uma postura ingênua, em que os princípios que defendiam eram vistos como universais e compreenda com mais profundidade a realidade na qual está inserido.

Além disso, o ativismo jurídico pode criar uma possibilidade para o movimento educar a sociedade. A jurisprudência conquistada em 1967 pelos Queixadas é um exemplo da habilidade que possuíam no embate jurídico e de como podiam ser eficazes na disputa pelos princípios que eram utilizados para conferir legitimidade às leis. Eles utilizavam casos expressivos de abusos trabalhistas para expor as contradições entre a lei e a jurisprudência adotada pelos magistrados, propondo outras interpretações que estivessem de acordo com os saberes elaborados pelo movimento sindical.

O testemunho como ação e a atuação jurídica como tentativa de alargar os direitos dos trabalhadores estavam em concordância com a intencionalidade do movimento de construírem,

paciente e gradualmente, uma alternativa de terceira via aos modelos capitalista e comunista, colocando o movimento social como um agente educador da classe trabalhadora e também da sociedade.

## 5 A RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO POPULAR

### 5.1 O SINDICATO DOS QUEIXADAS E A FNT FIZERAM EDUCAÇÃO POPULAR?

A melhor maneira de responder à pergunta se os grupos estudados podem ser compreendidos como um trabalho de educação popular é comparando-os com outras experiências da época que são listadas como as iniciadoras da Educação Popular.

Uma das experiências mais bem documentadas, vinculada ao catolicismo progressista, foi a das escolas radiofônicas do Movimento de Educação de Base (MEB), um convênio entre o Governo Federal e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que contava com o engajamento de muitos leigos vindos da Ação Católica ou de outras obras sociais da Igreja. Esses educadores de classe média se relacionaram com o povo e conheceram suas necessidades ao visitar as regiões mais interioranas dos seus estados. Com isso foi se processando uma mudança na orientação do movimento, que começou a considerar essas outras necessidades do povo, diversificando as ações para além da alfabetização radiofônica e da animação pelo rádio.

Incorporaram outras teorias e ações de organização e mobilização dos setores populares com o intuito de resolver as demandas locais. Dessas ações surgiram sindicatos rurais, bem como a pressão por postos de saúde, escolas e estradas. Tal mudança de paradigma teve resistências e boicotes por parte da hierarquia católica e, após o golpe militar, o movimento nacional foi desmontado. A partir de 1967 continuou de forma fragmentada, com as atividades de alfabetização radiofônica diretamente subordinadas a cada diocese (Costa; Jaccoud; Costa, 1986).

Em resumo, quando os militantes de classe média se engajaram em ações com o povo, tomaram contato com as suas necessidades, por vezes relacionadas a situações de exploração que demandavam um trabalho de organização política para serem confrontadas.

Alguns desses movimentos adotaram a “cultura popular” como uma ferramenta para dialogar com o povo acerca de seus problemas. Por exemplo, o Movimento de Cultura Popular (MCP), iniciado em 1960, na época que Miguel Arraes era prefeito de Recife e que se tornou célebre pelo fato de Paulo Freire ter formulado o método de alfabetização que descreve em seu primeiro livro, “Educação Como Prática da Liberdade”. O MCP contava com parques de cultura, voltados mais para o lazer e as praças de cultura, lugares nos quais havia atividades de recreação e de educação política, que buscavam despertar as pessoas de cada bairro para os problemas existentes em sua comunidade.

Em um primeiro momento, as ações se voltavam para um problema específico que chamava a atenção da classe média, tal qual o analfabetismo, ou a falta de acesso a bens culturais, saúde, higiene, entre outros. Porém, o encontro com o povo dava oportunidade para que as pessoas pedissem ajuda com outras necessidades, várias delas imbricadas em uma situação social excludente. Isso suscitava um trabalho de educação política que aos poucos foi além das metodologias voltadas para o desenvolvimento comunitário.

Por julgar injusta a própria estrutura social e buscar formas de transformá-la, foram se vinculando a outras teorias que julgavam capazes de transformar a realidade social. Ao invés do técnico que ensina o povo a se organizar de uma forma previamente estabelecida, escolheram realizar uma troca, em que o educador aprende a olhar para a realidade através dos saberes e das necessidades do povo e nesse encontro se construía um saber político transformador junto com aquelas pessoas que buscavam se libertar de uma situação opressiva.

Entre os Queixadas e a FNT, o objetivo inicial era o de transformar a realidade sindical e o direito, em parceria com um grupo de advogados que realizava um trabalho de base com os operários para realizar uma conscientização baseada em princípios cristãos, desembocando na estruturação de comissões de fábrica. As comissões operavam dentro do princípio da subsidiariedade, isto é, tentavam resolver a maior parte dos conflitos localmente, antes de buscar a via judicial. Assim, as comissões atuavam para identificar os conflitos, pensar soluções junto aos trabalhadores e realizar a mediação com os patrões e ou até mesmo com as direções sindicais, nos casos em que elas eram entendidas como movimentos de cúpula distantes dos trabalhadores.

No caso da “Perus”, houve, de um lado, operários com um sindicato pequeno e com um patrão muito forte, de outro, um grupo de militantes católicos de classe média, ativistas do campo jurídico, que viram em tal sindicato uma oportunidade de demonstração da validade de metodologias católicas progressistas com um viés comunitarista que haviam sido importadas da França.

O trabalho que realizaram foi muito eficaz por alguns anos. A educação sindical dos anos 1950 contribuiu para que os trabalhadores tomassem consciência de seus interesses individuais e, conforme se engajavam no sindicato, fortaleciam também os vínculos coletivos. À medida que os trabalhadores foram ficando mais organizados, começaram a utilizar diversas estratégias para pressionar o patrão, como greves e campanhas junto à opinião pública.

Porém, quando o patrão se sentiu acuado, agiu de forma ilegal e ainda obteve apoio do Estado devido às suas ligações políticas e sua força econômica, demonstrando as limitações da metodologia utilizada até então pelos operários. Não bastava alçar os operários a um nível

de organização capaz de deixá-los ombro a ombro com os patrões dentro das regras do jogo, pois quando isso ocorreu em Perus, o patrão se sentiu no direito de mudar as regras e aplicar “uma lição” nos empregados. O grupo aprendeu que organizar o povo para o jogo democrático não era suficiente, pois a aplicação das regras dependia de uma contingência política. Esse evento conduziu a uma mudança na intencionalidade das lideranças Queixadas e da FNT, que se acentuou mais ainda com a ditadura.

Com os anos, começaram a defender uma transformação não-violenta que inaugurasse um socialismo democrático brasileiro de orientação cristã. Nesse processo, as camadas populares foram percebidas com um caráter ainda mais protagonista, levando a mudanças na década de 1970 que colocaram a FNT como uma assessoria educativa para movimentos sociais.

Assim, em um primeiro momento, estavam ancorados na perspectiva europeia, de que o trabalho de base resultaria em uma maior participação dos trabalhadores e alcançaria conquistas importantes. O trabalho de educação sindical e organização de comissões de fábrica já tinha uma natureza política, porém, após uma sequência de reveses (demissão coletiva dos Queixadas na greve de 1962, golpe de 1964 com a prisão das lideranças e intervenção no Sindicato dos Queixadas) começou a ganhar um caráter de resistência e de denúncia, adotando para isso a estratégia não-violenta. Com o tempo, o projeto político do grupo se definiu como um socialismo brasileiro, não-violento, democrático e cristão, um discurso revolucionário, ainda que dentro dos marcos dos católicos progressistas (Gonçalves, 1989).

Portanto, apesar da luta dos Queixadas/FNT não figurar entre os grupos que o cânone reconhece como as primeiras experiências de Educação Popular, é possível identificar que em sua trajetória passou por etapas e pontos de virada análogos a de grupos que atuavam com alfabetização de adultos e cultura popular. Apesar das diferenças, compartilhavam princípios e até mesmo modos de atuar. Sua ausência no cânone parece se dever muito mais ao fato de serem ativistas do campo sindical de uma corrente pequena, o que teria feito sua atuação ser pouco percebida pelos radares dos pesquisadores do campo educacional, com exceção da pesquisa de Manfredi (1986) sobre educação sindical.

## 5.2 AS ORIGENS

Chama a atenção as semelhanças de algumas propostas educativas dos Queixadas e da FNT com as sistematizadas pela Educação Popular.

Uma hipótese plausível é que as diversas experiências de educação popular que ocorreram entre as décadas de 1950 e 1960 e estavam ligadas ao catolicismo progressista, tiveram referências comuns.

E de fato, muitos militantes dessa época foram formados ou participavam da Ação Católica e de seus órgãos especializados (JOC, JUC).

O depoimento de um militante da FNT de Osasco coletado por Sílvia Manfredi expõe essa relação:

*No início, a gente, muito intuitivamente, fazia reuniões dentro daquela prática da JOC – do método ver, julgar e agir. A gente era muito capaz de ver e julgar, mas de pouca ação. Foi nessas reuniões que a gente começou a descobrir politicamente como agir. A minha participação (como intelectual) se dava muito mais no sentido de alinhar o que tinha sido falado pelos demais; eu fazia uma espécie de resumo (...) Enquanto nós mantivemos esse tipo de reunião, mas de reflexão, e esse tipo de comportamento, a Frente (aqui em Osasco) foi crescendo [militante (B)] (Manfredi, 1986, p. 170) [ texto (j) ].*

O que corrobora o que foi trabalhado no capítulo dois, que revisa a relação entre educação popular e movimentos sociais: Vanilda Paiva (1982) identificou em movimentos sociais católicos dos anos 1950 uma tendência de valorização dos saberes populares, evitando impor os saberes de especialistas e intelectuais que promovessem a ação.

O que diferenciava um pouco os Queixadas e a FNT em relação à Ação Católica era que vários de seus membros estavam engajados no movimento Economia e Humanismo, do Pe. Lebre. Isso lhes fornecia outras ferramentas e princípios que engordaram o estojo de ferramentas dos ativistas, para além do método do ver-julgar-agir da Ação Católica.

Outro elemento de confluência são as referências comuns, a maioria delas ligadas ao catolicismo progressista francês.

Paulo Freire, por exemplo, teve uma formação católica. No livro “Conscientização”, ao narrar sua formação afirma:

*(...) devido às distâncias, que, ingenuamente, não podia compreender, entra a vida mesma e o compromisso que ela exige, e o que diziam os padres nos seus sermões dominicais, afastei-me da Igreja – nunca de Deus – por um ano, com o profundo sentimento de minha mãe. Voltei a ela através, sobretudo, das sempre lembradas leituras de Tristão de Atayde, por quem, desde então, nutro inabalável admiração. A estas imediatamente se juntariam as leituras de Maritain, de Bernanos, de Mounier e outros (Freire, 1979, pp. 14-15).*



Tristão de Atayde era o pseudônimo de Alceu Amoroso Lima, que juntamente a Dom Hélder Câmara, foi uma referência para a corrente progressista que vicejou após o fim do Estado Novo. Sua conversão para o progressismo foi influenciada pelo jornalista francês Georges Bernanos, refugiado no Brasil após a capitulação francesa na Segunda Guerra.

Conforme discutido no capítulo 1.2, sobre “A Militância no Catolicismo Progressista”, a França foi o berço de intelectuais do catolicismo progressista, que se opuseram ao fascismo e ao autoritarismo, que seduzia muitos membros do clero do período. Adotavam uma postura que se opunha a qualquer ordem monolítica, fosse ela comunista, capitalista ou imperialista. Maritain e Mounier foram os maiores expoentes dessa corrente e tiveram forte influência na juventude católica progressista brasileira, incluindo aí Freire e Carvalho de Jesus. Pe. Lebre, embora não faça parte dos autores listados por Freire, era também parte do mesmo “campo intelectual” progressista francês.

A admiração que Freire (1979) nutria por Amoroso Lima na vida adulta pode também ser percebida em Mário Carvalho de Jesus. Há, no espólio do Dr. Mário, uma carta de Alceu Amoroso Lima de 08 de julho de 1969, na qual agradece à Mário pelo lançamento de seu livro “Violência ou Não” e desmarca uma reunião, que ocorreria na casa do advogado (LIMA, 1969-07-08), demonstrando que a identificação do advogado Queixada com as ideias do escritor prosseguiu até a sua maturidade.

Além dos ativistas ligados ao catolicismo progressista terem bebido nas mesmas fontes, Paiva (1982) aponta que o referencial do nacional-desenvolvimentismo influenciou muitos católicos daquele período, inclusive Paulo Freire. No primeiro caderno da série “Vinte Anos de Luta”, ao contextualizarem o período de 1960 a 1964 da FNT, explicam que:

*O movimento sindical e a oposição em geral estavam bastante influenciados pelas idéias nacionalistas. A idéia do nacionalismo era a de construir uma nação que se desenvolvesse ao máximo, usando capital e tecnologias nacionais. Para isso a classe operária deveria apoiar a burguesia nacional contra a burguesia internacional (FNT, 1980-03, p. 8) [ texto (I) ].*

Assim, as semelhanças parecem ser uma confluência de diversos fatores: referências comuns; muitos militantes terem passado pela Ação Católica e aprendido o método ver-julgar-agir; influência de concepções de desenvolvimento social que circulavam no contexto da época. Não fica claro nos documentos, contudo, se os militantes católicos que iniciaram os trabalhos com os Queixadas na década 1950 tiveram intercâmbio com outras experiências germinais de

educação popular com alfabetização de adultos e organizações estudantis promovidas por grupos católicos que atuaram no fim da década de 1950 e começo da década de 1960.

Apesar das semelhanças, os Queixadas e a FNT aplicaram seu instrumental a um lugar diferente (o contexto fabril), obtendo desdobramentos originais, não encontrados em práticas voltadas para a alfabetização de adultos ou de cunho cultural.

### 5.3 SEMELHANÇAS

Uma semelhança é a da criatividade para encontrar soluções em situações limítrofes.

Há nessa característica um paralelo possível com o conceito freireano de inédito viável. Segundo Freire, em sua “Pedagogia da Esperança”:

Sem um mínimo de esperança não podemos sequer começar o embate, mas, sem o embate, a esperança, como necessidade ontológica, se desarvora, se desendereça e se torna desesperança, que, às vezes, se alonga em trágico desespero. Daí a precisão de uma certa educação da esperança. É que ela tem uma tal importância em nossa existência, individual e social, que não devemos experimentá-la de forma errada, deixando que ela resvale para a desesperança e o desespero. (...)

Nas situações-limite, mais além das quais se acha o “inédito viável”, às vezes perceptível, às vezes não, se encontram razões de ser para ambas as posições: a esperançosa e a desesperançosa.

Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança (Freire, 2011, pp 15-16).

Ainda, no mesmo texto, Freire declara que “é a ‘leitura do mundo’ exatamente a que vai possibilitando a decifração cada vez mais crítica da ou das ‘situações-limites’, mais além das quais se acha o ‘inédito viável’ ” (Freire, 2011, pp 147).

Realizando um pequeno exercício de aplicar os conceitos freireanos aos movimentos estudados por essa pesquisa, pode-se dizer que, no final dos anos 1950 e começo dos anos 1960, o entusiasmo dos trabalhadores que se somaram aos movimentos, tanto dos Queixadas, quanto da FNT, estavam relacionados à capacidade das lideranças de lerem o mundo e desvelarem brechas nas situações-limites, propondo inéditos viáveis, isto é, próximos passos possíveis diante dos obstáculos apresentados.

Outro ponto de semelhança aparece quando Mário Carvalho de Jesus, em depoimento coletado por Adilson Gonçalves (1989), declara que partiam de princípios definidos, porém iam descobrindo como aplicá-los na prática e na convivência com os operários. Há uma semelhança

com o conceito de “ensinagens”, cunhado pela educadora Léa Anastasiou, em 1994, ancorando-se na Teoria da Educação de Paulo Freire, na qual ao invés de aulas expositivas preferem um trabalho real, *in loco*, que contextualiza os conteúdos na realidade social (Correia; Costa; Akerman, 2017).

No mesmo sentido, a formação de vínculos e o estabelecimento de relações de confiança apresentados como a base do trabalho de conscientização entre os Queixadas e a FNT, são elementos-chave de outros projetos de educação popular posteriores. Por exemplo, quando os educadores de rua, vinculados à pastoral da criança, iniciavam ações com crianças em situação de vulnerabilidade nos anos 1980, o primeiro passo era uma aproximação sem atividades ou propostas planejadas. Era através da afetividade que buscavam estabelecer vínculos de confiança genuínos, que dariam condições para a construção de um projeto dentro de uma relação dialógica, com respeito às suas experiências e aspirações (Grandino, 2017).

Os mesmos elementos-chave aparecem na Pedagogia do Desejo, do Projeto Axé, na Bahia, que segmentava o trabalho em três momentos: A paquera pedagógica, no qual uma dupla de educadores observava as crianças em situação de rua até que a criança estabelecesse um contato; O namoro pedagógico, na qual o educador dialogava e estabelecia vínculos com o grupo, elaborando atividades de acordo com o interesse das crianças; E, por fim, o aconchego pedagógico, no qual a criança sentia confiança suficiente e se integrava às atividades do Axé (Almeida; Carvalho, 1995).

As semelhanças não param por aí. Em um outro trecho da entrevista coletada por Gonçalves (1989), MCJ declarou que o universo simbólico do catolicismo era utilizado para ilustrar e suscitar discussões, tal qual foi realizado, posteriormente, nas Comunidades Eclesiais de Base. Aproveitavam uma propensão religiosa dos trabalhadores para lhes apresentarem exemplos retirados das escrituras, que ajudassem a explicar o significado de conceitos como justiça e dignidade humana.

*Utilizava-se muito o universo simbólico do catolicismo, ilustrando situações com passagens do Evangelho para suscitar discussões, o que hoje se faz nas comunidades eclesiais de base.*

*Essa firmeza do nosso trabalho embasada no Evangelho assustava os elementos não confessionais e o próprio clero. Os protestantes tinham dificuldades em aproximar-se, mas se chegavam, pois fazíamos um trabalho aberto. E consolidamos um trabalho conjunto, mesmo antes do ecumenismo, enquanto atuação definida pela hierarquia.*

*Essa fonte religiosa do povo pode ser aproveitada, utilizada. Mas não como fanatismo e sim como uma natureza que está aí e pode se trazer para a linha da justiça.*

*É imprescindível que se desenvolva no homem o sentido da dignidade. Você é homem e tem a mesma dignidade que qualquer homem. O seu valor não está no que a pessoa tem, mas no que ela é enquanto ser* (Gonçalves, 1989, pp. 303-304) [ texto (i) ].

Percebe-se em diversos relatos dos ativistas, desde a década de 1950, uma estratégia parecida. Porém, ao invés de exemplos religiosos, utilizavam os próprios conflitos vividos pelos operários. As reclamações trabalhistas e o comportamento do empregador forneciam elementos para a análise e reflexão. Por meio dos relatos não fica claro se as reflexões foram realizadas exclusivamente pelas lideranças, ou se ocorriam em diálogo com os trabalhadores. Pelos resultados alcançados, é possível concluir que o processo de conscientização conseguiu obter uma ressignificação dos conflitos desde os princípios e valores que estavam sendo constituídos no coletivo. E pode-se observar nessa estratégia uma semelhança com o que depois foi a base da pedagogia freireana, que recolhia palavras geradoras do cotidiano dos aprendentes e as utilizava para a aprendizagem da leitura e da escrita.

Outra prática que possui correspondência com a Educação Popular é a modulação do discurso de acordo com o público. Traduzia-se determinados conhecimentos em um repertório compartilhado, entre quem participava da conversa, melhorando assim as possibilidades para que o interlocutor os compreendesse e se expressasse.

Paulo Freire, em sua obra “Extensão ou Comunicação”, um pequeno livro dirigido aos técnicos responsáveis por programas de extensão chilenos, discutiu esse problema com profundidade. Segundo ele, não há pensamento que não esteja ligado a uma linguagem e não há linguagem que não esteja relacionada a um contexto, logo, um técnico que desejasse ensinar um novo conhecimento a um camponês, deveria entender que não era um ato mecânico de transmissão de conceitos, mas uma prática comunicativa, sujeita a equívocos de linguagem; portanto, o foco era desviado da transmissão para o aprendizado, e para que uma aprendizagem fosse construída, era necessário que o educador entendesse os valores e o universo simbólico do camponês, para assim conseguir se comunicar dentro daquela linguagem (Freire, 1983).

Assim, ainda que as análises e reflexões fossem produzidas exclusivamente pelas lideranças, já havia nesse trabalho uma valorização do contexto comunicativo, e quando elas se debruçavam sobre o contexto dos operários, ocorria um aprendizado, numa via de mão dupla.

Ainda sobre Freire e as semelhanças com a educação popular, quando o estudo foi iniciado, acreditou-se que o testemunho fosse uma estratégia original do movimento, que não tinha paralelo dentro da perspectiva freireana. Entretanto, no decorrer da pesquisa foram

encontrados artigos do antropólogo Eduardo Dullo (2014, 2016) que explicitam a estratégia de testemunho nas falas freireanas, dentro do que ele classificou como uma pedagogia católica.

No seu artigo de 2014 “Paulo Freire, o testemunho e a pedagogia católica: a ação histórica contra o fatalismo”, Dullo demonstra a estratégia ao analisar um testemunho pessoal, no qual Freire narra que mesmo tendo vivido uma infância carente, não se deixou cair no fatalismo e que, devido à sua formação cristã, ao invés de se resignar, entendeu a situação como a vontade divina, seguiu o caminho oposto e se indignou, pois entendeu que havia algo de errado no mundo e este precisava de reparo (Dullo, 2014).

Em um outro artigo chamado “Testemunho: cristão e secular”, publicado em 2016, Dullo descreve uma pesquisa etnográfica realizada entre 2004 e 2008, na qual observou práticas de testemunhos em organizações católicas que realizam práticas de educação não-formal. Segundo demonstra, tais práticas estariam assentadas no referencial freireano, visto que este sempre rememora um episódio anterior, no qual aprendeu a lição que pretende transmitir (Dullo, 2016).

Em ambos os textos é trabalhada a noção de uma transformação da militância católica ocorrida nos anos 1950, que saiu da lógica de militância da conquista, para uma militância da presença. O cristão mantém uma presença atuante na realidade, utilizando ferramentas como a do método “ver-julgar-agir” e que irá cristianizar o mundo por meio do seu testemunho de vida (Dullo, 2016). Portanto, a utilização de testemunhos pelos Queixadas não se deu por influência da educação popular, que ainda estava se configurando nesse período, mas sim, dessa pedagogia católica, dos anos 1950, que também influenciou Freire.

Uma outra semelhança com o testemunho freireano é a estratégia de inserir trechos de diálogos na narrativa.

Ao longo de seus relatos, Mário Carvalho de Jesus citava diálogos que foram travados no decorrer da ação e que foram significativos, pois sintetizavam um conflito, um questionamento dos trabalhadores ou alguma lição importante.

Dullo (2016) encontra a mesma estratégia no testemunho freireano. Freire apresenta interpelações que sofreu, por parte de alguém, e que estiveram na base de uma reflexão e consequente aprendizado. O autor do artigo resgata de Judith Butler a noção de “prestar contas a si mesmo”. Ao partir da fala de um outro que lhe incomodou, Freire se transforma para resolver o incômodo, prestando contas a si mesmo. Posteriormente, irá dar seu testemunho a outros educadores, se oferecendo como exemplo, demonstrando como algum fracasso seu, interpelado por um outro, serviu de base para o aprendizado que desejava transmitir.

No caso do advogado dos Queixadas, a análise de suas falas identificou que na maioria das vezes os diálogos servem de recurso estilístico para enfatizar um conflito. Por exemplo, em 1965, quando foi recontratado para atuar no sindicato, relata a indisposição dos grevistas de que ele atuasse em defesa daqueles que haviam furado a greve:

*–O senhor vai defender os “pelegos” que nos traíram? Pacientemente João Breno e eu demonstramos que a principal causa do que tinha acontecido estava no sistema econômico e político. Era o capitalismo. Os trabalhadores eram vítimas (Jesus, 1977a, p. 73) [ texto (a) ].*

Nesse caso específico, foi utilizada a fala franca de um operário para sintetizar a tensão que estava ocorrendo. Ele arremata o trecho do diálogo com a ação que precisou desempenhar junto aos trabalhadores para lidar com o conflito.

Abaixo um exemplo diferente, de uma situação que ocorreu enquanto estavam na campanha pela desapropriação da “Perus” em 1962:

*A nossa campanha sofreu alguns arranhões, provocados por Abdalla, seus aliados e até por inocentes úteis. Num debate na Faculdade de Direito do Largo São Francisco, do qual participava numerosa comissão de trabalhadores, um estudante me aparteou: –A desapropriação interessa a Abdalla. –Quem lhe deu essa informação? –Todo mundo sabe... Os operários que trabalham na pedreira deram a melhor resposta: – Moço, lá tem pedra pra cem anos. Convidamos o aparteante para ver as pedreiras em Cajamar (Jesus, 1977a, p. 68) [ texto (a) ].*

O diálogo é utilizado para ilustrar um dos tantos conflitos ocorridos durante as primeiras fases da greve em 1962. O seu uso confere mais dramaticidade aos arranhões que a campanha dos trabalhadores sofreu no embate com o patrão.

Tanto no caso de Paulo Freire, quanto no de Dr. Mário, pode ser realizada uma releitura do testemunho a partir da noção de pedagogia do conflito de Boaventura de Sousa Santos (apud Gomes, 2017). O conflito está na base de toda pedagogia emancipatória e expô-lo serve para tornar vulnerável e desestabilizar os modelos epistemológicos dominantes, pois ao olhar o passado pela lente da dor que o conflito causou, isso pode gerar espanto, indignação e uma postura de inconformismo, abrindo o caminho para o aprendizado de formas mais justas e igualitárias que favoreçam as pessoas aprenderem o mundo de forma edificante, emancipatória e abarcando a diversidade das experiências.

O uso de diálogos era apenas um entre outros recursos que ambos utilizavam. Os diálogos, os testemunhos e outras situações episódicas se articulavam na história que estava sendo contada

para ilustrar o conflito ou algum aprendizado. Esses episódios eram selecionados de acordo com o público, de modo a criar identificação.

Em um exemplo trazido de Freire, ao falar com um público humilde, ele selecionou um conflito causado pela pobreza que viveu em sua infância, através do qual teve uma postura de inconformismo e um importante aprendizado de que poderia lutar contra o conflito utilizando a solidariedade como um balizador de sua ação.

No exemplo de Mário Carvalho de Jesus, extraído do texto (f) , citado no capítulo 4.4.2.6, ele escreveu em uma revista jurídica em 1968, que naquela fase da ditadura os jovens só enxergavam o caminho da omissão ou da violência. Para tentar passar uma mensagem a esses jovens, apresentou um testemunho pessoal de quando viveu um conflito parecido. Em sua época de estudante de direito, na década de 1940, o autoritarismo e a omissão aparentavam ser os únicos caminhos. Ele conseguiu aprender um outro caminho para superar o conflito: se vincular ao povo em uma ação social transformadora.

A relação entre testemunho e educação popular é um assunto que precisa ser melhor explorado. Contudo, os elementos até agora identificados, autorizam afirmar que a influência do catolicismo para a educação popular vai além do “ver-julgar-agir”.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alberto Melucci (2001) evoca a metáfora dos “profetas do presente” para se referir aos movimentos sociais contemporâneos. Movimentos que, embora não detenham a força dos aparatos, possuem a força das palavras. Tais quais os profetas, eles falam à frente, para anunciar as mudanças possíveis para o presente. Contudo, a inércia dos velhos pontos de vista e das velhas categorias dificultam que suas palavras, múltiplas e difusas, sejam entendidas.

No começo da pesquisa, causou estranheza que os Queixadas e a FNT quase não aparecem no cânone da historiografia sobre as origens da educação popular. Sua ausência só não é completa por causa do livro de Sílvia Manfredi (1986). O mesmo ocorre em relação à Teologia da Libertação (TdL). Com exceção de uma pequena fala de Leonardo Boff (2004), declarando que a não-violência contribuiu com a TdL, não foram encontradas outras referências ao tema.

Apesar de terem sido “profetas” que anunciaram mudanças que mais tarde estiveram presentes em importantes correntes de lutas emancipatórias, os sinais que suas ações lançaram são difusos e complexos, não puderam ser captados pelas velhas categorias analíticas, ficando soterrados pelas areias do tempo.

Melucci (2001) não vê os movimentos sociais como os últimos efeitos de uma sociedade que morre, ao invés disso, prefere pensá-los como um sinal de uma sociedade que está nascendo. Indicam uma transformação profunda nos processos e nas lógicas que orientam as sociedades complexas. Suas palavras obrigam o poder a se tornar visível, lhe dando forma e rosto.

O trabalho arqueológico de desenterrar os sinais dos “profetas do presente” de um tempo passado, permite vasculhar nos escombros de antigas lutas, caminhos possíveis para os conflitos que os movimentos enfrentaram em sua época e que ainda estão em aberto nos dias de hoje (Santos, B. d. S., 2011).

Por exemplo, um tema recorrente nas discussões contemporâneas sobre os Movimentos Sociais é a participação política (Gohn, 2014). No entanto, essa questão não é exclusiva do presente. Nos anos 1950, os Queixadas e a FNT enfrentaram um desafio semelhante ao tentar superar o distanciamento dos trabalhadores em relação às causas coletivas. Para isso, desenvolveram estratégias organizacionais sofisticadas orientadas às microestruturas e construíram um pujante movimento de base. Esse movimento, fundamentado nos problemas e interesses cotidianos dos trabalhadores e das comunidades, alcançou uma ampla base de apoio, mesmo durante o período da ditadura militar, demonstrando uma notável capilaridade.



Trazer à tona essas experiências para refletir sobre os conflitos que foram enfrentados na época, amplia o repertório das ciências humanas com perspectivas emancipatórias amadurecidas na práxis de movimentos sociais. Como Arroyo (2014) bem sintetiza, os movimentos sociais dão voz aos sujeitos que não têm voz na sociedade, e esses “Outros” sujeitos, produzem “Outras” pedagogias.

A advertência de Melucci (2001) sobre as velhas categorias, com suas geometrias lineares, terem dificuldade de reconhecer a complexidade que nasce, pode ser aplicada às experiências complexas de décadas atrás. A análise da experiência heterogênea dos Queixadas e da FNT constituiu-se em um desafio analítico, que esbarrou nas limitações de uma forma de pensar disciplinar, indo ao âmago da crise paradigmática do fazer científico.

O objeto escolhido para a análise é complexo, uma espécie de “ornitorrinco” que não se ajusta bem às classificações tradicionais. Suas ações eram densas e com diversas camadas. As ferramentas teóricas são importantes, mas sempre irão operar com simplificações e em cada recorte algo será perdido. Para analisar a complexidade foi preciso transitar entre distintas disciplinas e matrizes teóricas para tentar captar o que era importante na experiência dos ativistas. Ao articular diversas estratégias analíticas é preciso tomar muito cuidado na hora da síntese, para não achatar a experiência ao tentar fazê-la caber em algumas páginas.

Ao longo do mestrado foi sendo realizado um exercício de desapego. Não se pode conhecer tudo acerca de um objeto, pois a complexidade é como uma figurinha holográfica. Conforme o olhar se reposiciona, a imagem se transforma. O olhar, neste caso, é a intencionalidade do pesquisador. Não é possível captar todas as dimensões de um objeto ao observá-lo com uma intencionalidade específica. Compreender essa limitação foi importante para desapegar da pretensão de esgotar o tema que estava sendo estudado.

Essa mesma compreensão vale para a análise das experiências educativas. O aprendizado não é mecânico, duas pessoas podem vivenciar a mesma experiência e chegarem a aprendizados radicalmente diferentes. Quando os “profetas do presente” anunciam uma mudança possível, eles o fazem em uma direção coerente às suas próprias intencionalidades.

As práticas dos militantes do Sindicato dos Queixadas e da FNT foram marcadas por uma intencionalidade de emancipação social, comprometida com os princípios democráticos, cristãos e não-violentos. Não foi por coincidência que alguns dos presentes possíveis que eles “profetizaram” se efetivaram na Educação Popular e na TdL. Vale lembrar a fala de Leonardo Boff sobre as semelhanças entre a Firmeza Permanente e a TdL:

elas nasceram da mesma inspiração, que é o comprometimento de transformar uma realidade social violenta em uma baseada na justiça e fraternidade, através de meios pacíficos (Boff, 2004, p. IX, tradução própria).

Realizar uma pesquisa acadêmica e participar de uma luta social são experiências que promovem aprendizados. Alguns ocorrem por um feliz acaso, outros contudo, são alcançados graças a uma intenção de entender melhor ou de transformar o fenômeno com o qual se interage. E por vezes, o aprendizado que nasce da interação com o objeto propicia que a própria intencionalidade se transforme.

Pe. Lebret, uma das principais referências dos Queixadas sintetiza dizendo que:

Não adianta estar a par de tudo o que os outros dizem ou escrevem, se a gente se privar do contacto com o objeto. O problema não consiste em acumular informações, mas em julgar bem a realidade. O conhecimento não consiste em um “estetismo” de conceitos, mas num acôrdo com o objeto (Lebret, 1962, p. 17).

O acordo com o objeto implica em uma atitude de se colocar diante da realidade. Conscientizar-se é, em suma, julgar bem a realidade. Novas informações e categorias podem ser úteis caso contribuam com esse propósito, em outros momentos é preciso desapegar delas para conseguir evoluir nesse acordo com o objeto.

No início da pesquisa a intenção era entender como os Queixadas ensinaram a não-violência.

A apropriação das discussões teóricas realizadas no decorrer da pesquisa propiciou um melhor julgamento da complexidade do fenômeno educativo ocorrido no interior de movimentos sociais, sindicais e políticos. Revelou-se que nesses contextos o “ensino” é apenas uma das práticas formativas possíveis.

Uma das definições mais correntes de ensino remete a uma forma de transmissão vertical, de um conteúdo que já foi assimilado e que é oferecido a sujeitos que ainda não os detém<sup>1</sup>. É uma noção que está muito centrada na experiência escolar. Ironicamente, originalmente o projeto de pesquisa tecia críticas à centralidade que a escola e a infância assumem nas pesquisas do campo educativo. Mas algumas concepções são tão arraigadas, que suas limitações só aparecem no confronto com a realidade (o acordo com o objeto).

Nos movimentos sociais e sindicais, há uma diversidade de práticas formativas que incluem estratégias horizontais e dialógicas de experimentação e de reflexão coletiva, nas quais

<sup>1</sup> A palavra ensino pode possuir outros significados. Para Paulo Freire, o que está sendo chamado aqui de ensino é tratado por ele como transmissão. Enquanto o ensino seria um processo dialógico que possibilita ao educando construir o conhecimento.

os ativistas reorganizam e ressignificam os saberes criados ou adquiridos ao longo de suas atuações.

Parafraseando Ortega y Gasset (1963), os movimentos eram centauros ontológicos compostos por uma parte que era o patrimônio de saberes acumulados no decorrer da luta e outra parte que era o vir-a-ser, um projeto em aberto, constantemente redesenhado de forma colaborativa.

O compartilhamento dos saberes acumulados podia ser feito utilizando estratégias de ensino. As lideranças estavam cientes que não adiantaria colocar os novos trabalhadores a par de todo o patrimônio que havia sido consolidado, pois para que se desse a conscientização (julgar bem a realidade), era necessário que eles se colocassem em acordo com o objeto. Por isso havia nos movimentos estudados uma outra dimensão da educação que se dava no vir-a-ser, levando a empregar novos e antigos saberes para responder aos desafios colocados pela realidade.

A análise das práticas educativas dos Queixadas e da FNT elencou uma grande gama de atividades formativas que foram agrupadas em dois conjuntos.

No primeiro, havia práticas educativas explícitas, tais quais: cursos para a formação dos novos membros; seminários para divulgar os princípios doutrinários dos movimentos; palestras com o ponto de vista dos movimentos sobre a legislação trabalhista.

Sílvia Manfredi (1986) aponta que nos anos iniciais os Queixadas faziam muitas atividades de transferências de saberes, com a realização de palestras com um conteúdo estático e pré-definido, que serviam para a divulgação da doutrina social da Igreja e das principais bandeiras do movimento. E com o tempo, foram mesclando essas ações com encontros nos quais os ativistas refletiam sobre a própria prática. Indicando que as concepções educativas do movimento estavam em constante evolução e passaram por diferentes etapas, se tornando mais coerentes aos seus ideais.

Há entre as duas partes do centauro uma relação complexa. O patrimônio de saberes acumulados está dado, mas não é imutável. Conforme o projeto/intencionalidade/vir-a-ser se altere, no acordo com o objeto, isso leva a uma reelaboração e ressignificação dos saberes. A evolução das práticas educativas é um exemplo desse processo. E é consonante com a orientação de Pe. Lebreton (1962), de que o saber acumulado não deve obedecer a um “estetismo”, isto é, o saber não deve ser colocado acima das considerações sociais ou morais, pelo contrário, ele é útil enquanto permite avançar na conscientização.

Um segundo conjunto reuniu as ações sindicais, jurídicas ou políticas que intencionalmente contribuíram para a conscientização e para a geração de novos conhecimentos no próprio

contexto do ativismo. Por isso foram classificadas como práticas educativas implícitas. As lideranças se balizaram pelo princípio de que tais ações poderiam promover aprendizados tanto para elas mesmas quanto para outros ativistas e para a sociedade em geral. A existência dessa intencionalidade denota uma preocupação com a dimensão educativa, diferentemente de ações políticas que geram conhecimento por um acaso fortuito, sem que seus planejadores o esperem.

Cabe dizer que Manfredi (1986) estudou principalmente as atividades mais explícitas, que foram documentadas, por isso não se deteve nas ações implícitas, estas sim, com um caráter dialógico, nas quais as lideranças utilizavam as reflexões sobre as ações judiciais para colocar o trabalhador em contato com um cabedal de saberes já formulados, difundindo estratégias e desmitificando os conhecimentos legais, de modo que as dinâmicas de enfrentamento fossem assimiladas e compreendidas pelos trabalhadores dentro de um quadro de valores cristãos e não-violentos.

Desde o início das ações no Sindicato dos Queixadas, na década de 1950, havia a preocupação em tentar conscientizar e habilitar os trabalhadores no exercício da autonomia pela luta por seus direitos. Entendiam que essa disposição não seria atingida de forma espontânea por indivíduos isolados, mas sim mediada por relações de confiança dentro de um coletivo. As lideranças ficavam ao lado dos trabalhadores durante os conflitos trabalhistas e os “iniciavam” em ações que promovessem seus direitos, com a esperança de que o sujeito refletisse sobre suas experiências e se tornasse mais crítico e engajado, ampliando aos poucos seu grau de conscientização. E claro, realizando isso no convívio com os outros e dentro do marco doutrinário que mais tarde seria chamado de Firmeza Permanente.

Além disso, as práticas de comunicação tinham um caráter formativo. Internamente eram utilizadas para compartilhar reflexões e aprendizados que contribuíssem para a formação da militância e externamente traduzia e transmitia os saberes construídos para outras esferas.

Voltando à intencionalidade que guiou a pesquisa, além de deixar de fazer sentido estudar exclusivamente o “ensino”, aos poucos deixou de fazer sentido pensar a não-violência como um mero objeto que seria ensinado. Ao invés disso ela foi cada vez mais valorizada como um saber forjado na luta que paulatinamente se transformou em um dos princípios basilares da intencionalidade que direcionava os esforços educativos dos Queixadas e da FNT.

Reforçando que cada aprendizado está diretamente relacionado às intenções de quem luta, portanto, se outras fossem as intenções, outros seriam os aprendizados. A maior diferença entre as “profecias” dos Queixadas e de outros movimentos sociais do período, foi justamente a intencionalidade marcada pelos valores da não-violência.

O princípio da não-violência foi uma escolha radical, coerente aos princípios que o grupo já possuía, e que se tornou uma marca de sua originalidade, favorecendo uma capacidade de imaginar soluções para os impasses mesmo em tempos sombrios.

Há na criatividade das lideranças Queixadas uma característica que lembra bastante o inédito viável freireano, isto é, uma capacidade de imaginar futuros possíveis para além das situações limites. Paulo Freire (2011) reflete que diante dos impasses há razões tanto para a esperança quanto para a desesperança, daí a importância do inédito viável, pois ele fortalece a crença na utopia que virá. Paulo Freire (2019) discute ainda a noção de ato-limite, que implica nas tarefas realizadas quando, diante do desafio de uma situação-limite, as pessoas agem de forma consciente, com uma resposta transformadora que supera o conflito e alcança o inédito viável (Freire, 2019; Sanches; Gomes, 2021).

Na experiência dos Queixadas e da FNT, a não-violência ativa, enquanto princípio, ajudou-os a manter a esperança, percebendo que as situações-limite, apesar de desafiadoras, eram possíveis de serem transpostas. Além disso, a não-violência possui uma faceta estratégica, que aportou com novas formas de luta e estimulou a criatividade que os ativistas já possuíam, favorecendo que eles desenvolvessem atos-limite em busca do inédito viável. Em ambos os casos, ela foi uma catalisadora no processo de conscientização

Do testemunho dos Queixadas emerge uma “Outra Pedagogia”, a pedagogia da luta não-violenta. Não se tratam de estratégias prontas ou diretrizes do que deve ser feito, e sim de uma atitude possível para aqueles que buscam a mudança de uma ordem social violenta por meio da participação política das pessoas.

\* \* \*

A finalização da dissertação encerra um ciclo de pesquisa, mas abre um ciclo novo, de divulgação das descobertas, de travar diálogos fecundos e de se deixar levar pela tentação de alcançar outros frutos que tenham sido avistados na árvore do conhecimento.

A conclusão de um estudo deixa uma série de achados, de dúvidas e de inquietações que podem se desdobrar em novos começos.

Um achado valioso extraído da prática dos Queixadas e da FNT é a utilização do testemunho como estratégia educativa. Esse é um tema atualíssimo, que dialoga com uma corrente autobiográfica que tem conquistado cada vez mais espaço na pedagogia, principalmente no campo de formação de professores.

Os ativistas utilizavam o testemunho para dar exemplos de união e solidariedade dos trabalhadores, articulando esses testemunhos em narrativas que fortaleciam a identidade do coletivo, enfatizando o enfrentamento de situações injustas e desafiadoras, nas quais pessoas que, individualmente não tinham muito poder, se uniram e, por meio da luta não-violenta, conseguiram fazer frente a grupos poderosos.

Esse achado abre uma nova frente de interesse. Um possível próximo passo é a realização de uma pesquisa exploratória para identificar estudos que abordaram a autonarrativa em movimentos sociais.

Ainda sobre o testemunho religioso transportado para o contexto dos movimentos sociais, foi surpreendente a conexão encontrada com a prática do próprio Paulo Freire, que utilizava o testemunho como uma maneira de produzir identificação com o público e reconstituir em sua narrativa os passos que deu para aprender alguma lição.

Ao tentar situar a presente pesquisa como um trabalho que complementa as ausências da genealogia da educação popular, emergiu o testemunho como prática educativa, que se conecta e repotencializa um aspecto importante, mas pouco explorado das práticas freireanas.

Outro achado que causou surpresa são as várias semelhanças com a Educação Popular de matriz freireana, pois, no período recortado pela pesquisa Paulo Freire ainda não havia lançado seus principais trabalhos.

Vale notar que desde a década de 1950, no Sindicato dos Queixadas, existiam elementos que remetem à Freire. Naquele período seria improvável que tivessem algum contato com o educador pernambucano. O mais factível é que tanto os Queixadas quanto Freire tenham bebido na mesma fonte: a pedagogia da Ação Católica. Entre os elementos comuns vale citar: A dialogicidade; o respeito pelo educando; o afeto; o compromisso ético com a autonomia do outro; a criatividade; a esperança; o testemunho; a utilização de metodologias para a participação ativa dos sujeitos; e, principalmente, a valorização da dimensão relacional.

Tanto os Queixadas quanto Freire (2011) insistiam na importância das relações. Neste sentido, percebiam a confiança como um elemento essencial para a construção de relações autênticas entre as partes de um processo educativo. Para Freire (2011) a confiança é estabelecida em virtude do diálogo respeitoso que valoriza e reconhece o conhecimento prévio dos alunos. Entre os Queixadas e a FNT algo semelhante é visto no etapismo como uma expressão do respeito aos tempos de cada pessoa. Quando um trabalhador recorria aos advogados com uma demanda individual, sem demonstrar interesse pelas pautas coletivas, sua necessidade era acolhida e tratada com respeito. Tanto para Freire (2011) quanto para os Queixadas, a conquista da confiança não

era uma estratégia para se atingir um fim, mas a consequência de uma escolha radical de se relacionar com o outro.

Apesar das semelhanças, as propostas se desenvolveram em diferentes contextos e por conta disso guardam diferenças entre si. Um exemplo são as comissões de fábrica promovidas pela FNT e os círculos de cultura promovidos pela Educação Popular freireana. Há semelhanças entre ambas as propostas, contudo, cada qual está voltada para um propósito diferente.

É possível traçar um comparativo com a Teologia da Libertação (TdL), visto que a luta dos Queixadas e da FNT antecipou ideias e estratégias que foram utilizadas pela TdL a partir dos anos 1970.

Apesar de terem sido encontradas explicações plausíveis, fica a dúvida se as experiências se influenciaram mutuamente. E caso sim, como teria ocorrido? Será que estavam conectadas de alguma maneira mais estruturada, amparados na hierarquia, na Ação Católica e em outras organizações ligadas ao mundo católico que favoreceram a troca de informações, naquilo que Chabot (2001) classificou como uma rede forte pré-existente? Foi uma troca fortuita, em consequência do exemplo e do testemunho que apareciam nos meios de comunicação, algo que o mesmo autor tratou como uma transferência de repertório entre instituições similares por meio da comunicação indireta? Ou talvez um híbrido, parecida à mediação proposta por Tilly (*apud* Alonso, 2012), na qual saberes eram levados por religiosos, que ao circularem entre diferentes grupos, testemunharam boas ideias e disseminaram-nas em outros contextos?

Portanto, um possível desdobramento dessa pesquisa é a realização de estudos comparativos entre a Firmeza Permanente, a Educação Popular e a TdL.

Um outro caminho possível é prosseguir a análise realizada aqui, utilizando um outro recorte temporal que compreenda o período da resistência e da abertura. Na década de 1970, Mário Carvalho de Jesus e João Breno Pinto ajudaram a fundar o Secretariado Justiça e Não-Violência, com o intuito de difundir a Firmeza Permanente em outros pontos do país. O Secretariado congregou ativistas e membros da hierarquia, sendo responsável pela criação dos primeiros Centros de Defesa dos Direitos Humanos, alguns dos quais existem até hoje. Essa é uma história que, aparentemente, nunca foi contada e que possibilitaria reconhecer ações não-violentas no país todo.

Esse estudo seria o fechamento de um ciclo. Em 2005 foi iniciada a elaboração de um memorial com as ações não-violentas realizadas no Brasil. Durante o levantamento das informações foi identificado o episódio da greve dos Queixadas que durou sete anos. Ao aprofundar a pesquisa,

ela foi se desdobrando até culminar nessa dissertação de mestrado. Seria interessante retornar ao memorial após tantos anos.

Por fim, ao realizar a pesquisa foi possível vislumbrar uma “didática” que estava se estruturando, mas foi interrompida pelas questões conjunturais, sendo mais tarde reelaborada em um contexto de resistência à ditadura, vinculando-se à Igreja Popular e à Educação Popular, até perder força no período de abertura.

E atualmente há uma nova geração em Perus mobilizada em ações culturais e educativas, que se identificam como os “novos Queixadas”. Entender como esse novo movimento se articula aos “Queixadas históricos” e como as ações daqueles repercutem atualmente, são searas que se abrem a partir dessa pesquisa.

Ao entrar no mestrado havia uma aproximação em andamento com os “novos Queixadas” e com pesquisadores que atuam no território. O projeto original era realizar entrevistas em complemento à pesquisa documental. Porém, a morte de José Soró, uma liderança que generosamente fazia a ponte entre as pessoas e, logo em seguida, a pandemia de COVID-19, levou a um distanciamento do território e a uma mudança na metodologia. Por sinal, os efeitos da pandemia quase impossibilitaram que essa dissertação fosse finalizada.

Concluir a dissertação alimentando a esperança de retornar a Perus para conversar com as pessoas é celebrar que resistimos ao período turbulento e que o futuro segue aberto e cheio de possibilidades.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. **Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jose-joao-abdalla>. Acesso em: 5 fev. 2021. Citado 1 vez na página 60.
- ALMEIDA, Fernanda Gonçalves; CARVALHO, Inaiá Moreira de. O Projeto Axé: relato de uma experiência. **Caderno CRH**, v. 8, n. 23, 1995. ISBN: 1983-8239. Citado 1 vez na página 210.
- ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: História de um Conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, v. 2, n. 3, pp. 21–41, 2012. Citado 8 vezes nas páginas 117, 118, 222.
- ANGELO, Michelly R. **Les Développeurs: Louis-Joseph Lebreton e a SAGMACS na formação de um grupo de ação para o planejamento urbano no Brasil**. 2010. Tese (doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, São Carlos. Citado 3 vezes nas páginas 30, 32, 33.
- ANSARA, Soraia. O legado da greve de Perus: lembranças de uma luta operária. **Cadernos Ceru**, v. 20, n. 1, p. 241–256, 2009. ISBN: 2595-2536. Citado 2 vezes na página 184.
- APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2009. Citado 1 vez na página 94.
- ARROYO, Miguel. **Outros Sujeitos, Outras Pedagogias**. 2ª. Petrópolis: Vozes, 2014. Citado 16 vezes nas páginas 75, 88, 107, 122, 148, 149, 154–156, 202, 216.
- \_\_\_\_\_. Pedagogias em Movimento: O que temos a aprender dos Movimentos Sociais? **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, pp. 28–49, 2003. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/>. Acesso em: 14 jan. 2019. Citado 3 vezes nas páginas 21, 22.
- BARBÉ, Pe. Domingos. **A Graça e o Poder : As Comunidades Eclesiais de Base no Brasil**. São Paulo: Edições Paulinas, 1983. 223 p. Citado 1 vez nas páginas 96, 111.
- \_\_\_\_\_. **Teologia da Pastoral Operária : Experiência de Osasco, SP**. Petrópolis: Vozes, 1983. 248 p. Citado 0 vez na página 96.
- \_\_\_\_\_. **Uma Teologia do Conflito : A Não-Violência Ativa**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. 96 p. Citado 5 vezes nas páginas 96, 129, 165, 179.
- BOFF, Leonardo. Active nonviolence: The Political and Moral Power of the Poor. In: MCMANUS, Philip & SCHLABACH, Gerald. Relentless Persistence: Nonviolent Action in Latin America. 2ª. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2004. Citado 3 vezes nas páginas 64, 215, 217.

- BOSI, Alfredo. Economia e Humanismo. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 75, p. 249–266, 2012. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142012000200017&lng=en&nrm=isoj](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200017&lng=en&nrm=isoj). Acesso em: 19 set. 2015. Citado 1 vez na página 32.
- BOSI, Ecléa. **Simone Weil. A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1996. Citado 0 vez na página 82.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006. Citado 7 vezes nas páginas 72, 73, 76, 79, 83.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. **Cultura rebelde: Escritos sobre a Educação Popular ontem e agora**. São Paulo: Ed, L, 2009. Citado 7 vezes nas páginas 77–79.
- BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. **Sociologia & antropologia**, v. 2, p. 43–67, 2012. ISBN: 2236-7527 Publisher: SciELO Brasil. Citado 1 vez na página 117.
- BUSETTO, Aureo. **A democracia cristã no Brasil: princípios e práticas**. São Paulo: Unesp, 2002. ISBN 85-7139-387-7. Citado 4 vezes nas páginas 28, 29, 32.
- CHABOT, Sean. A culture of peace in motion: transnational diffusion of the Gandhian repertoire from India to the U. S. civil rights movement. **Peace Research**, v. 33, n. 1, pp. 29–39, 2001. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23607781j>. Acesso em: 3 fev. 2021. Citado 3 vezes nas páginas 53, 117, 222.
- CHAVES, Diego Caldas. **História da não-violência ativa em São Paulo: O aprendizado de uma nova postura política**. 2016. Trabalho de Conclusão do Curso (graduação) – Pedagogia, EACH/UNIFESP, Guarulhos. Citado 4 vezes nas páginas 26, 76, 82, 132.
- CHAVES, Marcelo. **Da periferia ao centro da(o) capital: perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil**. 2005. Dissertação de Mestrado em História – Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, Campinas. Citado 8 vezes nas páginas 35–39.
- COBOS, Mário L. R. **Silo: Obras Completas**. Buenos Aires: Plaza y Valdes, 2004. Volumen II. Citado 1 vez na página 109.
- CONTADORANDOS 1948. **Convite de paraninfo. São Paulo (para) JESUS, Mário Carvalho de. 1p. Fundo MCJ / MPR**, [s.l.: s.n.], 1948. Citado 1 vez na página 34.
- CORRÊA, Rogério. **Os queixadas**. [S.l.: s.n.], 1978. Citado 1 vez na página 180.
- CORREIA, Ricardo Lopes; COSTA, Samira Lima da; AKERMAN, Marco. Processos de ensinagem em desenvolvimento local participativo. **Interações**, SciELO Brasil, Campo Grande, v. 18, n. 3, p. 23–29, 2017. Citado 1 vez na página 210.
- COSTA, Maria Aída Bezerra; JACCOUD, Vera; COSTA, Beatriz B. **MEB, uma história de muitos**. [S.l.]: Vozes/NOVA, 1986. Citado 1 vez na página 204.

DEATS, Richard. **Marked for life: The life of Hildegard Goss-Mayr**. New York: New City Press, 2009. Citado 2 vezes nas páginas 51, 52.

DELORY-MOMBERGER, Christine. **Biografia e Educação. Figuras do indivíduo-projeto**. Natal: EDUFRN, 2008. 147p. Citado 11 vezes nas páginas 113, 114, 170–172, 174, 176, 180, 181.

DULLO, Eduardo. Paulo Freire, o testemunho e a pedagogia católica: a ação histórica contra o fatalismo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 29, p. 49–61, 2014. ISBN: 0102-6909 Publisher: SciELO Brasil. Citado 2 vez na página 212.

\_\_\_\_\_. Testemunho: cristão e secular. **Religião & Sociedade**, v. 36, p. 85–106, 2016. ISBN: 1984-0438 Publisher: SciELO Brasil. Citado 4 vez na página 212.

FÁVERO, Osmar. **Cultura popular, educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Graal, 1983. Citado 4 vezes nas páginas 71, 72, 74, 77.

FNT. **A greve de Perus**. São Paulo: [s.n.], 1980-05. 52 p. (Série Vinte Anos de luta, 2º caderno). Citado 5 vezes nas páginas 127, 147, 184, 185.

\_\_\_\_\_. **A primazia do trabalho sobre o capital**. 2ª. São Paulo: FNT, 1962. Citado 6 vezes nas páginas 95, 128, 166, 174, 190, 191.

\_\_\_\_\_. **Fundação da FNT**. São Paulo: FNT, 1980-03. 44 p. (Série Vinte Anos de Luta, 1º caderno). Citado 13 vezes nas páginas 128, 133, 151–154, 159, 193, 208.

\_\_\_\_\_. **Usina Miranda e Osasco**. São Paulo: [s.n.], 1980-07. 54 p. (Série Vinte Anos de Luta, 3º caderno). Citado 2 vezes nas páginas 129, 138, 139.

FRAGOSO, Antônio *et al.* **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. 248 p. Citado 7 vezes nas páginas 54, 63, 95, 133, 181–183.

FREIRE, Paulo. **Conscientização : Teoria e prática da libertação : Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979. Citado 2 vezes nas páginas 207, 208.

\_\_\_\_\_. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Citado 1 vez na página 211.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Esperança**. 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. Citado 6 vezes nas páginas 209, 220, 221.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 50. ed. [S.l.]: Paz e Terra, 2019. Citado 2 vez na página 220.

FREUD, Sigmund. **Obras Completas: Moisés eo monoteísmo, compêndio de psicanálise e outros textos (1937-1939)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. v. 19. ISBN 85-359-3050-7. Citado 0 vez na página 177.

FREUD, Sigmund. **Psicologia das massas e análise do eu**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2013. ISBN 85-254-2979-1. Citado 0 vez na página 177.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. In: IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília: [s.n.], 2012. v. 18. Citado 2 vez na página 87.

GALTUNG, Johan. **Paz por medios pacíficos: paz y conflicto, desarrollo y civilización**. [S.l.]: Bakeaz Bilbao, 2003. ISBN 84-88949-52-9. Citado 1 vez na página 111.

\_\_\_\_\_. Violencia cultural. Centro de Investigación por la Paz. Fundación Gernika Gogoratuz. **Documento de trabajo**, n. 14, 2003. Citado 3 vezes nas páginas 111, 112.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. 14<sup>a</sup>. Petrópolis: Vozes, 2018. Publisher: Vozes Petrópolis. Citado 7 vezes nas páginas 102, 103, 108.

GODINHO, Lucas da Silva. **A cruz, a estrela vermelha, e o povo: a influência da igreja católica na formação de lideranças no Partido dos Trabalhadores na Diocese de Chapecó (1979–1989)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó. Citado 2 vez na página 76.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4<sup>a</sup>. São Paulo: Cortez Editora, 2008. Citado 3 vezes nas páginas 86, 87.

\_\_\_\_\_. **Movimentos sociais e educação**. 8<sup>a</sup>. [S.l.]: Cortez Editora, 2012. Citado 3 vezes nas páginas 85, 86.

\_\_\_\_\_. **Sociologia dos movimentos sociais**. 2<sup>a</sup>. São Paulo: Cortez Editora, 2014. (Questões da Nossa Época, 47). ISBN 978-85-249-2179-7. Citado 3 vezes nas páginas 117, 121, 215.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017. ISBN 85-326-6148-3. Citado 7 vezes nas páginas 21, 122, 157, 176, 188, 213.

GONÇALVES, Adilson J. **”Perus”: A Violência dos Pacíficos : ”Uma Nova Arma para uma Velha Luta”**. 1989. 368 f. Dissertação de Mestrado em História – PUC-SP, São Paulo. Citado 30 vezes nas páginas 39, 55, 56, 59–61, 63, 66, 68, 103, 128, 133, 142, 150, 157, 163, 166, 169, 182, 187, 190, 192, 197, 206, 209–211.

GRANDINO, Patrícia Junqueira. Dimensão Relacional na Educação Social: contribuições da psicanálise para a sua compreensão e manejo. **Saber & Educar**, v. 22, pp. 54–61, 2017. Citado 1 vez na página 210.

HALFMANN, Drew; YOUNG, Michael P. War Pictures: The Grotesque as Moral Repertoire in the Antislavery and Antiabortion Movements. **Mobilization: An International Quarterly**, v. 15, n. 1, p. 1–24, 2010. Citado 0 vez na página 118.

HAŠEK, Jaroslav. **Aventuras do bravo soldado Schweik**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Citado 1 vez na página 182.

HENRIQUES, Márcio Simeone (org.) **Comunicação e estratégias de mobilização social**. 2ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. (Comunicação e Mobilização Social, 1). ISBN 978-85-7526-122-4. Citado 3 vezes nas páginas 143, 144.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. [S.l.]: Ed34, 2003. ISBN 85-7326-281-8. Citado 4 vezes nas páginas 120, 121.

HOUÉE, Paul. **Louis Joseph Lebreton: Un éveilleur d'humanité**. Paris: Les Éditions de l'Atelier / Éditions Ouvrières, 1997. Citado 1 vez na página 43.

HUSSERL, Edmund. **A ideia da fenomenologia: cinco lições**. Petrópolis: Vozes, 2020. Citado 1 vez na página 156.

JESUS, Mário Carvalho de. (Carta ao Senado) São Paulo (para) REZENDE, sen. Eurico. Brasília 25p., 27 nov 1973. In: FRANCO, Montoro (Ed.). **Anais do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, 1973. v. 13. P. 906–931. Citado 7 vezes nas páginas 27, 33, 34, 48, 96.

\_\_\_\_\_. Capítulo III: Vinte e dois anos de luta sindical na Perus. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 39–90. Citado 51 vezes nas páginas 25, 42, 44, 45, 47, 49, 50, 57, 61, 66, 126, 138, 140, 146, 147, 153, 160, 161, 163, 164, 167, 171, 173, 175, 176, 186–190, 194, 213.

\_\_\_\_\_. Capítulo IV: Raízes da não-violência no Brasil, na faixa sindical. Dez distinções e dez testemunhos. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 91–106. Citado 11 vezes nas páginas 42, 52, 54, 123, 126, 135, 143, 164, 169, 171.

\_\_\_\_\_. **Cimento Perus: 40 anos de ação sindical transformam velha fábrica em Centro de Cultura Municipal**. São Paulo: JMJ, 1992. Citado 1 vez na página 127.

\_\_\_\_\_. **Depoimento (rascunho)**. 14p. s/d. Fundo MCJ / MPR, Grupo Documentação Pessoal. [S.l.]: AEL. UNICAMP. Citado 22 vezes nas páginas 27, 29, 32–34, 49, 126, 134, 136, 147, 151, 162, 164, 167, 168, 190, 192.

\_\_\_\_\_. Doze anos em busca de justiça. **Revista Ltr: Legislação do Trabalho**, fev. 1968. Citado 3 vezes nas páginas 127, 173.

JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA, Secretariado Nacional de. **Não-Violência Ativa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1982. Citado 1 vez na página 95.

- KADT, Emanuel de. **Catholic Radicals in Brazil**. Londres: Oxford University Press, 1970. Citado 0 vezes nas páginas 81, 82.
- KESSLER, Helena Pillar et al. O ensino testemunhal entre os restos da ditadura: uma metodologia ético-política. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 37, pp. 161–171, SPE 2017. Citado 1 vez na página 113.
- KEUROGHLIAN ET AL., A. Avaliação do Risco de Extinção do queixada, Tayassu pecari Link, 1795, no Brasil. **Biodiversidade Brasileira**, v. 3, pp. 84–102, 2012. Citado 1 vez na página 25.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 13. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017. Citado 2 vezes nas páginas 72, 103.
- LEBRET, L.J. **Princípios para a ação**. 5ª. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962. Citado 20 vezes nas páginas 34, 43, 123, 134, 136, 137, 140–142, 163–166, 169, 217, 218.
- LIMA, Alceu Amoroso. [S.l.: s.n.], 1969-07-08. Citado 1 vez na página 208.
- MACIEL, Creuza. Não-Violência: Uma estratégia revolucionária. In: São Paulo: FTD, 1988. O SERPAJ-AL em suas origens. Citado 1 vez na página 127.
- MAINWARING, Scott. **Igreja Católica e Política no Brasil : (1916-1985)**. 1ª reimpr. da 1ª ed. de 1989. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004. Citado 6 vezes nas páginas 29–32.
- MANFREDI, Silvia Maria. **Educação sindical entre o conformismo e a crítica**. São Paulo: Edições Loyola, 1986. 328 p. (Coleção Educação Popular, 6). Citado 46 vezes nas páginas 66, 70, 71, 73, 75, 76, 89, 128, 130–133, 135–142, 177, 190, 192, 206, 207, 215, 218, 219.
- MATURANA, Humberto. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. ISBN 85-7041-152-9. Citado 7 vezes nas páginas 119, 120, 155.
- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001. ISBN 85-326-2566-5. Citado 5 vezes nas páginas 119, 215, 216.
- NÃO-VIOLÊNCIA, Secretariado Justiça e. Capítulo VII: Treino para a ação não-violenta. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 119–131. Citado 1 vez na página 129.
- OLIVEIRA, Emerson D. G. de. Esquecimentos possíveis: a hermenêutica da memória de Paul Ricoeur. **Em Tempo de Histórias**, pp. 6–24, n. 14 2009. Citado 1 vez na página 113.
- ORTEGA Y GASSET, José. **Meditação da Técnica**. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1963. Citado 1 vez na página 218.
- PAIVA, Vanilda. Populismo Católico y educación: una experiencia brasileña. **Cuadernos Políticos**, pp. 22–39, nº 34 1982. Citado 8 vezes nas páginas 80–83, 207, 208.

- PAULA, Amil El Hakim de. **A relação entre o Estado e os sindicatos sob uma perspectiva territorial [online]**. São Paulo: Editora UNESP, 2015. 261p. ISBN 978-85-68334-67-6. Disponível em: <http://books.scielo.org/>. Citado 1 vez na página 33.
- PIÑERO, María Teresa. Iglesias Protestantes y Terrorismo de Estado. I Jornadas de Trabajo sobre Exilios Políticos del Cono Sur en el siglo XX. La Plata, 2013. Disponível em: [http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab\\_eventos/ev.2558/ev.2558.pdf](http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/trab_eventos/ev.2558/ev.2558.pdf). Acesso em: 1 mai. 2022. Citado 2 vez na página 67.
- PINHEIRO, Marcos C. de O. **Dos comitês populares democráticos (1945-1947) aos movimentos de educação e cultura popular: uma história comparada**. 2014. 265f. Tese (Doutorado em História Comparada) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Citado 3 vezes nas páginas 72, 73.
- PINTO, João Breno. Capítulo II: Depoimento: A descoberta da não-violência na greve da “Perus”. In: FRAGOSO, A. et al. (Ed.). **A Firmeza-Permanente: A força da não-violência**. 2. ed. São Paulo: Loyola-Vega, 1977. pp. 33–38. Citado 7 vezes nas páginas 52, 54, 57, 126, 133, 178.
- PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da Doutrina Social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005. Citado 1 vez na página 143.
- RAITH, Alexandre Pacheco. **A cultura da estiva no Porto de Santos: análise comparativa de duas gerações de trabalhadores**. 2015. Tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Estudos Culturais da EACH/USP, São Paulo. Citado 1 vez na página 53.
- ROVAI, Marta G.O. **Osasco 1968: A greve no feminino e no masculino**. 2012. Tese de doutorado em História – FFLCH/USP, São Paulo. Citado 1 vez na página 114.
- SALGUEIRO, Wilberth. O que é literatura de testemunho (e considerações em torno de Graciliano Ramos, Alex Polari e André Du Rap). **Matraga**, v. 19, n. 31, p. 284–303, 2012-12. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/22610/16155>. Acesso em: 1 out. 2023. Citado 1 vez na página 183.
- SANCHES, M.F.; GOMES, E.M. Situação-limite, ato-limite e o inédito viável: a busca por verdade e reconciliação no caso dos pensionatos indígenas no Canadá. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 14, pp. 427–446, n. esp. 2021. Citado 1 vez na página 220.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Crítica da Razão Indolente: Contra o desperdício da experiênci**. 8ª. São Paulo: Cortez Editora, 2011. Citado 4 vezes nas páginas 22, 100, 101, 215.
- \_\_\_\_\_. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, pp. 3–46, nº 78 2007. Citado 1 vez na página 112.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista crítica de ciências sociais**, pp. 237–280, nº 63 2002. Citado 5 vezes nas páginas 114, 115, 187.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017. pp. 9–12. ISBN 85-326-6148-3. Citado 1 vez na página 21.

\_\_\_\_\_. **Se Deus fosse um activista dos direitos humanos**. Coimbra: Almedina, 2014. Citado 4 vezes nas páginas 28, 104, 109, 110.

\_\_\_\_\_. Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do direito. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 24, pp. 139–172, 1988. publisher-place: Coimbra. Disponível em: [https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia\\_simbolica\\_RCCS24.PDF](https://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Cartografia_simbolica_RCCS24.PDF). Acesso em: 15 abr. 2023. Citado 7 vezes nas páginas 104–106.

SANTOS, João Marcelo P. dos. **Os trabalhadores da Light São Paulo, 1900-1935**. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP, Campinas. Citado 1 vez na página 37.

SANTOS, Miriam Marcolino dos. **Ocupar, resistir e transformar: ações educacionais e políticas do movimento dos queixadas a partir da perspectiva de João Breno Pinto**. 2022. Dissertação de Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura – Mackenzie, São Paulo. Publisher: Universidade Presbiteriana Mackenzie. Citado 0 vez na página 194.

SERPAJ-AL. **Reseña Histórica SERPAJ-AL: Primer Volumen: ¿Una alternativa revolucionaria?** Rio de Janeiro: Secretaria Executiva del SERPAJ-AL, 1986. Citado 1 vez na página 67.

SEVERINO, Antonio J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d'Água, 2001. Citado 1 vez na página 22.

SIQUEIRA, Elcio. **Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuição para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926-1987)**. 2001. Dissertação de Mestrado em História Econômica – UNESP, Araraquara. Citado 7 vezes nas páginas 35–38.

\_\_\_\_\_. **Melhores que o patrão : a luta pela cogestão operaria na Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (1958-1963)**. 2009. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/zeus/auth.php?back=http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000441388&go=x&code=x&unit=xj>. Acesso em: 17 nov. 2011. Citado 19 vezes nas páginas 35, 40, 41, 46–49, 53, 57, 89, 140, 142, 167, 175, 186, 187, 194.



SSP/DEOPS-SP. **Delegacia Especializada de Ordem Social - Ficha NSJ000316 Jean Goss - Arquivo Público do Estado de São Paulo.** [S.l.: s.n.], 1962. Citado 1 vez na página 51.

STEINBERG, Marc. The Roar of the Crowd: Repertoires of Discourse and Collective Action Among the Spitafields Silk Weavers in Nineteenth-Century London. In: **Repertoires and Cycles of Collective Action.** Edição: Mark Traugott. Durham, NC: Duke University Press, 1995. P. 57–88. Citado 0 vez na página 118.

SWIDLER, Ann. Cultural Power and Social Movements. In: **Social Movements and Culture.** Edição: Hank Johnston e Bert Klandermans. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1995. P. 25–40. Citado 0 vez na página 118.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis: Vozes, 2009. ISBN 85-326-3828-7. Citado 2 vezes nas páginas 118, 119.

THOMPSON, E. **A formação da classe operária inglesa.** 2<sup>a</sup>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. v. 1. Citado 1 vez nas páginas 74, 101.

TILLY, Charles. Contentious Repertoires in Great Britain, 1758-1834. In: **Repertoires and Cycles of Collective Action.** Edição: Mark Traugott. Durham, NC: Duke University Press, 1995. P. 15–42. Citado 1 vez na página 117.

\_\_\_\_\_. **Identities, boundaries & social ties.** Boulder, CO/Londres: Paradigm Publishers, 2005. Citado 5 vezes nas páginas 50, 52, 58, 117.

\_\_\_\_\_. Movimentos sociais como política. **Revista brasileira de Ciência política**, n. 3, p. 133–160, 2010. ISBN: 2178-4884. Citado 2 vezes nas páginas 24, 58, 116.

VENTOSA, Victor J. **Didática da participação: teoria, metodologia e prática.** [S.l.]: Edições Sesc, 2017. ISBN 85-949301-2-7. Citado 2 vezes nas páginas 83, 85.